

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Marcos Rolim

**A FORMAÇÃO DE JOVENS VIOLENTOS
Para uma etiologia da disposicionalidade violenta**

**Porto Alegre
2014**

Marcos Rolim

A FORMAÇÃO DE JOVENS VIOLENTOS
Para uma etiologia da disposicionalidade violenta

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia da Violência.
Orientador: Prof. Dr. Juan Mario Fandino Marino

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Rolim, Marcos

A Formação de Jovens Violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta / Marcos Rolim. -- 2014.

246 f.

Orientador: Juan Mario Fandino Marino.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Disposicionalidade violenta. 2. Violência extrema. 3. Etiologia da violência. 4. Criminologia. I. Fandino Marino, Juan Mario, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Marcos Flávio Rolim

A Formação de Jovens Violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutor em Direito. Área de concentração: Sociologia da Violência.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Juan Mario Fandino Marino, orientador.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr Luiz Eduardo Soares
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dra. Glória Diógenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Mário Riedl
Faculdades Integradas de Taquara, RS (FACCAT)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Renato Zamora Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre
2014

In memoriam de meu avô Léo Schneider,
pelas lições de humanidade

Para Jussara, Maíra e Sofia, que me
mostraram tudo o que mais importa.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teria sido impossível sem a orientação de Juan Mario Fandino Marino. Se há alguma virtude neste esforço ela se deve à paciência e à determinação com que ele esclareceu minhas dúvidas, indicou textos, estimulou o adequado delineamento da pesquisa e me conduziu nos labirintos do processamento estatístico. Ao professor Fandino, então, registro meu reconhecimento e admiração, escusando-o dos limites da pesquisa que, por certo, não superei.

Várias outras pessoas foram também importantes de diferentes maneiras.

Daiana Hermann me auxiliou sobremaneira na formação do banco de dados, nos cruzamentos e regressões. Sua disposição e tranquilidade, para além da colaboração acadêmica, foram decisivas.

Eu não poderia ter tido o acesso que necessitava à Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), para passar tantas horas com os internos, sem a compreensão da presidenta da Instituição, Joelza Mesquita Andrade Pires. Ainda na Fase, devo agradecimentos aos técnicos e aos monitores que me receberam nas unidades visitadas, em diferentes cidades do RS. Citando a psicóloga Ana Denise Cidade e o sociólogo Luís Leonel Costa Rodrigues, que foram especialmente compreensivos e solidários, agradeço a todos.

Na Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Tâmara Biolo Soares manifestou a generosidade de sempre. No Juizado da Infância e da Adolescência, por seu turno, tive o reconhecido compromisso e a presteza da Juíza Vera Deboni a quem devo o acesso aos prontuários dos internos.

Cristiano Rodrigues, cujo sonho é ser policial civil, me ajudou muito na difícil tarefa de encontrar os amigos e colegas de infância, não envolvidos com o crime, indicados pelos internos da Fase que entrevistei. Com algumas poucas informações e sem qualquer estrutura, Cristiano localizou quase todos os indicados, o que eu não conseguiria fazer ainda que tivesse o tempo necessário.

Devo agradecer ao tenente-coronel Osvaldo Machado da Silva, diretor do Presídio Central de Porto Alegre, cuja postura viabilizou importante parte do campo. A ele e aos demais integrantes da Brigada Militar, como os Majores Albuquerque e Guatemi e o Capitão Famoso, que se interessaram por este trabalho, meu muito obrigado.

Meus agradecimentos, também, ao professor Egídio Fagundes, diretor do Colégio Estadual Ildo Meneghetti, na Restinga, que mobilizou os alunos para a aplicação dos questionários em outra parte do campo. A atenção de todas essas pessoas extrapolou em muito o que se poderia exigir delas como servidoras públicas e verdadeiras cidadãs.

Meu amigo Marco Azevedo leu a primeira versão da tese e fez sugestões muito úteis cuja perspicácia procurei aproveitar.

Os jovens que entrevistei, os que estavam cumprindo medida de privação de liberdade e os que nunca se envolveram com o crime, os que estavam presos e os que estavam estudando, atenderam ao convite para as entrevistas e para as respostas aos questionários sem esperar qualquer benefício ou vantagem. Devo a todos eles um agradecimento especial pela compreensão e pela disposição com que contaram suas histórias e responderam as questões propostas. Um deles, após algumas horas de entrevista na Fase, disse: “Dói falar isso tudo, mas foi bom”. Falar é bom e ser escutado é melhor ainda. Seria preciso pensar, sempre, sobre o quanto estamos dispostos a escutar, porque, talvez, este seja um tempo onde se tornou difícil a escuta. Muito sinceramente, espero que esse trabalho ofereça alguma contribuição, por modesta que seja, para identificar com mais clareza, por sobre o que restar de nebuloso e triste, as dinâmicas da violência extrema e, assim, avançar em iniciativas capazes de reduzi-la.

O sentido de uma história depende do ponto a partir do qual começamos a contá-la.

Luiz Eduardo Soares

(...) ao contrário da comida, o respeito nada custa. Por que, então, haveria uma crise de oferta?

Richard Sennet

RESUMO

O estudo sobre a formação de jovens violentos tem por objetivo formular e avaliar, em nível agregado, os fatores etiológicos mais importantes na formação dos perfis atitudinais violentos entre os jovens, destacadamente aqueles identificados como de violência extrema. Para tanto, definimos um modelo causal, discutindo e operacionalizando a noção de “Disposicionalidade Violenta” (FANDINO MARINO, 2012b) como variável dependente e estabelecendo quatro campos etiológicos (brutalização, socialização familiar, socialização escolar e socialização comunitária) como variáveis independentes, com base nas contribuições da moderna criminologia, especialmente aquelas de Athens (1992, 1997), Hirschi (2001) e Gottfredson and Hirschi (1990). O estudo incluiu a formação de banco de dados com respostas oferecidas por 111 jovens - de sexo masculino, oriundos de áreas de exclusão e de faixa etária relativamente homogênea, ligados a instituições de onde se poderia esperar ampla variedade de disposicionalidade violenta, incluindo violência extrema. Os questionários aplicados e combinados nesse estudo foram a Escala de Socialização Violenta (*Violent Socialization Scale Questionnaire*), desenvolvida por Rhodes *et al* (2003) e o *High School Questionnaire, Richmond Youth Study* (HIRSCHI, 2001), adaptado. A pesquisa envolveu também uma parte qualitativa, com entrevistas em profundidade (abordagem de histórias de vida) com um grupo de adolescentes e jovens adultos envolvidos em atos infracionais graves, internos em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) do RS, e um grupo pareado de amigos de infância desses entrevistados, indicados por eles, não envolvidos com o mundo do crime. As técnicas de fatorialização e análise de regressão estatística do tipo *stepwise* permitiram a operacionalização e a análise etiológica do modelo de 26 variáveis independentes. Quatro delas, a) treinamento violento, b) experiência precoce com drogas ilegais e pequenos delitos, c) expulsão da escola e d) subjugação violenta, apresentaram coeficientes elevados e estatisticamente significativos de influência causal ($\beta = 0.54, 0.23, 0.20$ e -0.19 respectivamente). Elas explicam, juntas, 38,5% da variação da disposicionalidade violenta. Além de testar o manuseio e a profundidade dos campos etiológicos do modelo, a tese demonstra, em seu recorte específico, o papel destacado de um tipo de socialização comunitária – especialmente o treinamento violento – derivado, presumidamente, das relações estabelecidas pelo tráfico de drogas com as juventudes periféricas urbanas no Brasil.

Palavras-chave: Disposicionalidade Violenta. Violência Extrema. Etiologia. criminologia.

ABSTRACT

The study on the formation of violent young people has as goal to formulate and evaluate, in aggregate level, the most important etiological factors in the formation of attitudinal violent profiles among the adolescents and young adults, notably those profiles identified with extreme violence. In order to do so, we have defined a causal model, discussing and operationalizing the notion of "Violent Dispositionality" (FANDINO MARINO, 2012b) as a dependent variable and establishing four etiological fields (brutalization, family socialization, school socialization and community socialization) as independent variables, on the basis of contributions from modern criminology, especially those from Athens (1992, 1997), Hirschi (2001) e Gottfredson and Hirschi (1990). The study includes data-base formation from answers offered by 111 young males, derived from excluded and poor urban communities, within a relatively homogeneous age range, linked to institutions from where one could expect a large variety of violent dispositionality, including extreme violence. The applied and combined surveys in this study were the *Violent Socialization Scale Questionnaire*, developed by Rhodes *et al* (2003) and the *High School Questionnaire, Richmond Youth Study* (HIRSCHI, 2001), adapted. The research also involved a qualitative aspect, with in depth interviews (life-story approach) with a adolescent and young adult group involved in serious offenses, inmates in Fase (Foundation for Social and Educational Assistance) facilities in the state of Rio Grande do Sul; and a paired group of childhood friends of the inmates, nominated by them as people who had not gotten involved with criminality. The factor analysis and stepwise regression analysis techniques allowed the operationalization and the etiological analysis of the 26 independent variables model. Four of them, a) violent coaching; b) premature experience with illegal drugs and misdemeanors; c) expulsion from school; d) violent subjugation, presented elevated and statistically significant coefficients of causal influence ($\beta = 0.54, 0.23, 0.20$ e -0.19 respectively). The four variables explain, together, 38,5% of the violent dispositionality variation. Besides testing the handling and depth of the etiological fields of the model, the thesis demonstrates, in its specific frame, the prominent role of community socialization - specially through violent coaching - which presumably derives from the relations established between drug trafficking and the youth of poor urban communities in Brazil.

Key-words: Violent dispositionality. Extreme violence. Etiology. Criminology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Tipos de personalidade	60
Quadro 1 –	Principais fatores de risco.....	75
Figura 2-	Crimes violentos e idade.....	95
Quadro 2 -	Elementos da Teoria da Violentização.....	113
Quadro 3 –	Fatores de risco comparados.....	164
Figura 3 -	Modelo causal exploratório com os campos etiológicos.....	165
Figura 4 -	Grupos pesquisado (perfis).....	169
Quadro 4-	Questões selecionadas para construção da var. indep.....	170
Quadro 5 -	Questões sobre subjugação violenta.....	172
Quadro 6-	Questões sobre horrorificação.....	173
Quadro 7-	Questões sobre treinamento violento	173
Quadro 8-	Questões sobre vínculo afetivo com os pais.....	174
Quadro 9-	Questões sobre vitimização pelos pais.....	175
Quadro 10-	Questões sobre monitoramento pelos pais.....	176
Quadro 11-	Questões sobre desempenho acadêmico e gosto pela escola..	180
Quadro 12 –	Questões sobre relação com os professores.....	181
Quadro 13 –	Questões sobre vitimização na escola.....	182
Quadro 14-	Questões sobre indisciplina e atitudes antissociais.....	185
Quadro 15-	Questões sobre amizades e importância atribuída aos pares....	186
Quadro 16-	Questões sobre sexualidade e comportamento de risco.....	187
Quadro 17-	Operacionalização das var. indep. e fatorialização.....	191
Quadro 18-	Distribuição dos escores da ESV pelos indivíduos da amostra..	200

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 - Média de crimes violentos cometidos anualmente nos EUA.....	42
Tabela 2 - Número médio de anos de estudo na Fase.....	142
Tabela 3 – Percentual de defasagem escolar na Fase.....	143
Tabela 4 - Análise fatorial / Vínculo Afetivo com os pais.....	177
Tabela 5 - Análise fatorial / Vitimização pelos pais.....	178
Tabela 6- Análise fatorial / Monitoramento pelos pais.....	179
Tabela 7- Análise fatorial / Desempenho acadêmico e gosto pela escola	183
Tabela 8 - Análise fatorial / Relação com os professores.....	184
Tabela 9 – Análise fatorial / Vitimização na escola.....	184
Tabela 10 - Análise fatorial / Indisciplina e atitudes antissociais.....	188
Tabela 11 - Análise fatorial / Amizades e importância atribuída aos pares....	189
Tabela 12 - Análise fatorial / Sexualidade e comportamento de risco.....	190
Tabela 13 - Correlações bivariadas entre as variáveis signif. do modelo.....	194
Tabela 14- <i>Model Summary</i>	195
Tabela 15- Coeficientes.....	197
Tabela 16 – ANOVA.....	198
Tabela 17 - Escores da Escala de Socialização Violenta (ESV).....	199
Tabela 18- Distribuição da disposição violenta nos perfis.....	203

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. O projeto criminológico contemporâneo: principais hipóteses etiológicas.....	25
1.1 Partindo de Dürkheim.....	26
1.2 A extensão do fenômeno criminal.....	31
1.3 O crime e as ciências naturais: ou o debate ' <i>nature vs nurture</i> '.....	33
1.4 Teoria da Desorganização Social.....	45
1.5 Teoria da Associação Diferencial.....	47
1.6 Teoria da Neutralização.....	50
1.7 Teoria da Rotulação.....	53
1.8 Violência, temperamento e impulsividade.....	56
1.9 O código das ruas: violência e cultura.....	63
1.10 O paradigma dos fatores de risco.....	66
2. Disposicionalidade violenta, brasilidade e criminologia.....	76
2.1 A herança violenta.....	76
2.2 Os Glueks e os anjos de cara suja.....	88
2.3 Os campos etiológicos fundamentais.....	99
2.4 Teoria da Violentização.....	104
2.5 Teoria do Autocontrole.....	116
3. Diante da violência extrema: ouvindo os jovens “serenos” e formulando o problema de pesquisa.....	125
3.1 Breve nota metodológica.....	125
3.2 Arquitetura do medo e linguagem.....	129
3.3 Iniciação criminal.....	136
3.4 A família como dor.....	138
3.5 A escola como distância.....	142
3.6 O tráfico como pertencimento.....	146
3.7 A polícia como sócia.....	150
3.8 A guerra como circunstância.....	152
3.9 A violência extrema como marca.....	154
3.10 A desistência como utopia.....	158
3.11 Principais contrastes no grupo de amigos.....	160

4. Disposicionalidade violenta: formulação de um modelo causal e metodologia.....	165
4.1 Caráter quase-experimental do trabalho.....	167
4.2 População alvo.....	168
4.3 Definições conceituais e operacionais das variáveis do modelo.....	169
4.3.1 Disposicionalidade Violenta.....	169
4.3.2 Brutalização na Infância.....	171
4.3.3 Socialização Familiar.....	173
4.3.4 Socialização Escolar.....	179
4.3.5 Socialização Comunitária.....	185
4.4 Construção da Variável Dependente.....	191
5. Analisando a disposicionalidade violenta.....	192
5.1 Bateria inicial das variáveis independentes.....	192
5.2 Formulação e cálculo de regressão <i>stepwise</i>	192
5.3 Coeficientes de correlação bivariada e cálculo de regressão.....	193
5.4 Cálculo de regressão.....	194
5.5 Distribuição dos escores da Escala de Socialização Violenta.....	198
5.6 Distribuição dos escores de disposicionalidade violenta.....	203
6. Conclusões iniciais a partir do modelo.....	205
Referências.....	214
Anexos.....	232
I. <i>Violent Socialization Scale Questionnaire</i>	232
II. <i>High School Questionnaire, Richmond Youth Study</i> (adaptado).....	234

INTRODUÇÃO

*Do not go where the path may lead, go instead
where there is no path and leave a trail.¹*

Ralph Wando Emerson

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa que formula e estima um modelo causal de fatores relativos ao desenvolvimento de condutas infracionais² violentas³ de adolescentes e jovens adultos. Essas condutas infracionais constituem o campo onde situamos o fenômeno social específico a ser explicado e que denominamos “disposicionalidade violenta”, na linha sugerida por Fandino Marino (2004)⁴. Em se tratando de uma propensão determinada, legitimada socialmente por uma matriz valorativa assentada como cultura, a disposicionalidade violenta não se reduz aos traços psicológicos perceptíveis nos indivíduos singulares sendo, antes disso, um fato social com as características alinhadas por Dürkheim de exterioridade, generalidade e

¹ *Não ande por onde o caminho pode te levar, ao invés, vá por onde não exista caminho e deixe um rastro.*

² Na legislação brasileira, “ato infracional” designa a conduta equivalente ao crime quando seu autor é adolescente. O foco do trabalho, entretanto, não se define pela tipologia das condutas, mas pela presença de comportamentos violentos graves.

³ Esse trabalho assume como pressuposto apenas operativo o conceito de violência da Organização Mundial de Saúde (OMS), tratando-o como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1996).

⁴ Não encontramos o emprego da expressão como um conceito na Sociologia. Na tradição dos estudos psicológicos, é comum a noção de “disposição violenta” para assinalar características pessoais como, por exemplo, em Palermo, *et al* (2005). Optamos pela expressão “disposicionalidade violenta” também para evitar eventuais confusões com a abordagem psicológica. O trabalho de Marino (2012) emprega a expressão “violência disposicional”, sugerindo importante e inovadora abordagem teórica que inspirou nossa pesquisa.

coercitividade.⁵ Em verdade, tratamos de “fato disposicional” (*dispositional fact*), expressão cunhada por Gerald Allan Cohen. Em seu trabalho, Cohen empregou o conceito para descrever as condições sociais objetivas que aumentam a probabilidade de ocorrência de fenômenos que produzem consequências de algum modo funcionais. O exemplo oferecido por Cohen é o da estratégia adaptativa da indústria moderna diante da competição efetiva. Se uma indústria aumenta sua escala de produção e, sem ter consciência prévia desse efeito, observa que seus custos foram reduzidos, o mais provável é que todas as demais ampliem suas próprias escalas produtivas de forma a alcançar resultados que não as excluam do mercado. Neste caso, o novo arranjo produtivo seria um “fato disposicional” que produz alterações sociais e econômicas independentemente da vontade ou da consciência dos agentes (PERISSINOTTO, 2010). Concordando com Wright *et al* (1993:262), entendemos que o conceito de fato disposicional pode ser empregado sem que seja necessário adotar a moldura funcionalista proposta por Cohen⁶.

A definição que oferecemos para disposicionalidade violenta é a de uma condição objetiva e mensurável que suporta e condiciona o caráter violento de comportamentos pressupostos pelos sujeitos diante de contrariedades tidas como significativas. Para os efeitos desse trabalho, entretanto, tratamos do fenômeno em uma moldura mais restrita, tendo em conta o foco na violência extrema. Assim, pelas questões com as quais formamos a variável dependente, operacionalizamos o conceito de disposicionalidade violenta como a propensão variável de legitimar ações ilegais de punição física, entre as quais a de matar e a de agredir fisicamente independentemente de provocação, assumindo que culturas diversas e momentos históricos específicos reflitam níveis diversos desta inclinação ou potência. Tal definição é tomada provisoriamente, porque surgiu como decorrência do próprio trabalho de

⁵ Nos termos da célebre passagem de *As Regras do Método Sociológico*: “É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2003).

⁶ A passagem específica a que me refiro assinala: “Embora concordemos com Cohen que se possa representar uma explicação funcional em termos de fatos disposicionais e seus efeitos, negamos que essa representação defina o que uma asserção funcional significa” (WRIGHT *et al*, 1993:262).

pesquisa e diante da contingência de lidar com um recorte específico de perguntas constantes nos questionários empregados. Oportunamente, será necessário consolidar o conceito e delinear um instrumento específico para mensurar o fenômeno em amostras populacionais representativas.

Entendemos que, como condição social específica que aumenta a probabilidade de determinadas práticas, a disposicionalidade violenta deveria interessar, sobretudo, à criminologia. Em larga medida, tomar o conceito de disposicionalidade violenta como problema de pesquisa agrega vantagens comparativas importantes diante da tradição criminológica de trabalhar basicamente com ocorrências criminais (registradas e/ou autorrelatadas).

O que ocorre é que, ao selecionarmos agrupamentos de indivíduos autores de práticas consideradas ilegais, lidamos, primeiramente, com naturezas muito distintas de fatos. Isto é verdadeiro não apenas quando tratamos de crimes diversos que podem corresponder – e frequentemente correspondem – a dinâmicas sociais em nada comparáveis, mas também quando lidamos com pessoas responsabilizadas pelos mesmos tipos penais. Assim, por exemplo, os perfis revelados pelas prisões civis dos devedores de alimentos terão, provavelmente, pouco a ver com as características dos condenados por contrabando ou descaminho; que não tendem a repetir as dinâmicas dos sentenciados por furto; os quais, por seu turno, nada têm a ver com os autores de estupro; que se diferenciam em tudo dos condenados por terrorismo e, assim, sucessivamente. Na segunda hipótese, ao selecionarmos autores de um mesmo crime encontraremos, não raro, diferenças tão ou mais expressivas. Entre os condenados por homicídio, por exemplo, muitos são os que foram envolvidos casualmente em dinâmicas violentas e que, muito provavelmente, não serão reincidentes específicos. Em outras oportunidades, teremos casos de pessoas que responderam a provocações de forma desproporcional ou que agiram motivadas por ciúme, ou pelo baixo autocontrole agenciado pelo abuso de bebidas alcoólicas. Os envolvidos em cada uma destas situações respondem, tecnicamente, pelo mesmo tipo penal que enquadra os matadores profissionais que executam desconhecidos mediante pago, que pune os líderes de facções criminais empenhados em uma guerra com grupos rivais e, também, os assassinos seriais. Os exemplos

poderiam se multiplicar e chamam a atenção para um fato nem sempre percebido: pessoas que praticam delitos diferem entre si da mesma maneira que as pessoas *tout court*.

A par dessas dificuldades, indivíduos sobre os quais se produziu uma verdade jurídica que lhes atribuiu a autoria de determinados crimes costumam expressar já o resultado de uma seleção realizada sistemicamente pelo aparato persecutório do Estado. Desde a abordagem policial, passando pelas limitações estruturais do acesso à Justiça - materializada, entre outros elementos, na precariedade do direito de defesa – são os pobres e os negros, além de outros grupos tradicionalmente discriminados, que serão “alvos” preferenciais da responsabilização criminal (YOUNG, 2002). No mais, o sistema de registro de ocorrências criminais tende a operar excluindo determinados crimes e sobrerrepresentando outros. Os chamados “crimes sem vítima”, por exemplo, como o tráfico de drogas ou o jogo ilegal não costumam virar ocorrências, porque não há alguém que tenha sido diretamente violado e que registre o fato criminal. O mesmo ocorre com os crimes mais comuns praticados por pessoas ricas como a corrupção, por exemplo, ou a poluição e a sonegação de impostos. Os policiais, em regra, não lidam com os crimes praticados pelas pessoas ricas ou influentes pela simples razão de que o sistema de trabalho ao qual estão vinculados não seleciona aqueles crimes como problema a ser enfrentado. Aqui, então, Kafka poderia repetir que “diante da lei há sempre um porteiro”; alguém que “filtra” o que deverá chegar ao conhecimento do próprio Poder Judiciário, que produz o *imput*. Mas os policiais também estão pouco preparados para enfrentar temas como a violência doméstica e o abuso sexual; desconhecem as novas modalidades de crimes praticados por meios eletrônicos e, em regra, não sabem como atuar em casos que envolvam discriminação, especialmente se ela for de gênero ou orientação sexual.

Pesquisas de vitimização realizadas em todo o mundo há pelo menos 50 anos ofereceram maior visibilidade ao fenômeno conhecido como “cifra obscura” (*dark rate*), composto pelos crimes dos quais o Estado não têm registro, porque, por diferentes razões, as vítimas preferiram não relatá-los. Um

fenômeno que, assinala-se, é tanto maior quanto menor for a confiança do público nas polícias.

A criminologia precisa, por isso mesmo, contornar os riscos de lidar com amostras que expressem distorções tão expressivas. Lidando com a disposicionalidade violenta sugerimos um caminho cujas possibilidades heurísticas são aparentemente promissoras e, talvez, centrais no delineamento de políticas modernas e eficientes de segurança pública.

Ao tratar a disposicionalidade violenta como variável, assumimos a possibilidade de medi-la, o que significa também lidar com o pressuposto de que há pessoas com maior propensão à violência: vale dizer, pessoas que, por conta de arranjos sociais e de experiências determinadas, para além das importantes diferenças biológicas e genéticas, foram ao longo de suas vidas mais expostas à disposicionalidade violenta. Tal propensão não deve ser compreendida como condição suficiente para as práticas violentas, mas é provável que seja a condição necessária para pelo menos um tipo de violência, aquele que se materializa na ausência de provocações de qualquer tipo e que denominamos “violência extrema”⁷.

Partimos de uma pergunta básica: por que apenas um grupo relativamente pequeno de jovens – mesmo entre o grupo maior daqueles que transformaram as opções ilegais em um meio de vida - desenvolvem comportamentos particularmente violentos?⁸ No delineamento das hipóteses, lidamos com linhas teóricas distintas na criminologia, considerando, basicamente, as contribuições de Athens (1989, 1997), Hirschi (2001) e Gottfredson e Hirschi (1990).

A primeira parte da pesquisa, de natureza qualitativa, permitiu conhecer um tanto das histórias de vida de jovens internos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), do Rio Grande do Sul, cumprindo medidas de privação

⁷ A inspiração aqui é a definição de Athens (1992,1997) para crimes hediondos, trabalhada no segundo capítulo desse trabalho.

⁸ Howell (1997) encontrou que apenas 0,5% de todos os jovens norte-americanos entre 10 e 17 anos são presos a cada ano pela prática de atos violentos. Deste total, a maioria dos fatos diz respeito a casos de menor gravidade. Elliot e Tolan (1999) encontraram que, de todos os jovens envolvidos com violência, uma proporção variável entre 5% a 8% praticam atos verdadeiramente sérios de violência.

de liberdade em diferentes cidades por conta de atos infracionais especialmente violentos. Ainda nesta etapa, foi possível comparar os relatos dos internos, tanto quanto suas respostas aos questionários, com as informações colhidas com um grupo pareado de jovens, de mesma faixa etária e sexo, não envolvidos em atos infracionais, indicados pelos próprios internos da Fase. Foi possível, então, dimensionar o escopo e o problema central do estudo a partir da percepção de que o grupo pareado possuía características muito particulares, até certo ponto antípodas frente ao grupo de internos, o que exigiria ampliar a abordagem para outros grupos de adolescentes e jovens adultos de comunidades pobres para uma investigação de causalidades agregadas, a partir de técnicas quantitativas.

A segunda fase da pesquisa aplicou os mesmos questionários a outros três grupos: um deles formado por jovens estudantes (de mesmo sexo e faixa etária), regularmente matriculados em escola pública estadual da periferia de Porto Alegre e os outros dois formados por sentenciados internos no Presídio Central de Porto Alegre (de mesmo sexo e faixa etária um pouco superior), um deles com condenados por homicídio; outro com condenados por receptação.

A partir de um recorte (adaptativo) de perguntas - entre aquelas originais dos dois questionários consagrados que empregamos, foi possível identificar o nível de disposicionalidade violenta entre os grupos do estudo e, desta forma, quais os indivíduos mais afetados. Lidamos com quatro campos etiológicos, formados por variáveis sociológica e hipoteticamente mais relevantes na etiologia do fenômeno, constituindo assim um “modelo causal”, operacionalizado, estimado e analisado como corpo analítico básico da tese doutoral. Esse modelo se relaciona com experiências básicas na socialização que operam como condicionantes da disposicionalidade violenta, o que aumenta a probabilidade do envolvimento dos sujeitos com as práticas violentas, inclusive com as práticas que denominamos “violência extrema”. Os campos etiológicos mencionados – construídos teoricamente como “brutalização”, “socialização familiar”, “socialização escolar” e “socialização comunitária” – são tributários de contribuições clássicas na moderna criminologia, conforme se demonstrará. A partir deles, lidamos com temas

resultantes do agrupamento de questões e com os fatores derivados da análise fatorial.

A teoria sociológica contemporânea, desde as contribuições de estudos de campos diversos como os de Gross (2009), Archer (2000), Swidler (2001) e Vaisey (2009), autoriza a conclusão de que a ação, como atributo humano, realiza-se no âmbito das práticas corriqueiras, possuindo uma natureza, portanto, pré-reflexiva. Tais trabalhos tendem a considerar que o sistema deliberativo – pelo qual os agentes tomam decisões refletidas – é caracteristicamente lento, dando conta de um tipo particular de respostas; enquanto o sistema prático é “rápido, automático e largamente inconsciente” (VAISEY, 2009:1683). Abordagens do tipo atualizam a contribuição de Bourdieu (2000) para quem a agência humana pode ser compreendida como uma resultante das relações estabelecidas entre um campo e um *habitus*, o que implica considerar a ação a partir de uma margem significativa de elementos “práticos”, não deliberativos no sentido forte da expressão. No que diz respeito à ação violenta, tudo indica que ela se materialize no mesmo quadro e que a noção de *habitus* seja especialmente útil para compreender a permanência do fenômeno, ou, pelo menos, para situar parte importante das dinâmicas que o consagram.

O conceito de *habitus*, como se sabe, possui uma longa história. Wacquant (2007) reconstrói este itinerário desde a noção aristotélica de *hexis*, estado adquirido e consolidado do caráter moral nos indivíduos. No século XIII, Tomás de Aquino traduziu a expressão, atribuindo-lhe o sentido de uma “disposição durável, suspensa a meio caminho entre potência e ação propositada”. Na modernidade, o conceito foi empregado, entre outros, por Émile Durkheim e Max Weber, tendo reaparecido na fenomenologia de Edmund Husserl, nas reflexões de Merleau-Ponty e em Norbert Elias. Para Bourdieu, o *habitus* dá conta das disposições duráveis das propensões estruturadas do pensar e do agir.

(...) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (...) (BOURDIEU, 1983a: 65).

O que não significa que tais disposições sejam eternas ou imutáveis. Uma vez condicionadas e em relação com as experiências concretas vividas em um campo, o *habitus* diz respeito a uma realidade dinâmica, embora limitada, como explica Bourdieu:

Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da "situação", o *habitus* não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do *habitus*, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o *habitus* define a percepção da situação que o determina. (BOURDIEU, 1983b:106)

Com o conceito de *habitus*, a Sociologia passou a lidar com uma mediação importante, capaz de situar o processo de “interiorização do exterior e de exteriorização do interior”. Bourdieu refere-se, então, a uma matriz de percepções resultante da interação do sujeito com o mundo. Diz respeito ao processo pelo qual a sociedade se deposita nos indivíduos – ainda que eles disso não tenham notícia - e da dinâmica pela qual a referida matriz oferece às condutas do sujeito um determinado “filtro” que condiciona tanto sua observação a respeito do mundo quanto suas respostas. A disposicionalidade violenta com a qual lidamos neste trabalho pode, assim, ser situada, parafraseando Bourdieu, como um “princípio não escolhido de todas as escolhas” (BOURDIEU, 1990 *apud* WACQUANT, 2007). Ela corresponde a um conjunto de esquemas individuais de percepção e ação que foram construídos socialmente a partir de experiências concretas vividas pelos agentes e estruturadas pelas respostas por eles oferecidas a situações específicas e estruturantes. Neste sentido, a disposicionalidade violenta poderia ser compreendida como um *habitus* violento, embora seja, mais do que isso, também um “campo” violento, para usar a nomenclatura de Bourdieu.

Penso que, a par dos argumentos oferecidos por seus críticos, o conceito de *habitus* auxilia a afastar a noção simplificadora que desconstitui o espaço para a ação – e por decorrência para a própria noção de sujeito - na medida em que a situa como um subproduto das estruturas sociais. A

contribuição de Bourdieu permite perceber que diferentes disposições vão se incorporando ao longo da vida das pessoas, quase sempre de forma incoerente e não necessariamente em correspondência com os valores hegemônicos de uma determinada época ou com as características das estruturas econômicas e sociais mais amplas em vigor. Determinados efeitos que costumam se associar aos carecimentos sociais podem adquirir significados muito distintos em indivíduos que os vivenciaram em uma mesma comunidade menor. Assim, por exemplo, quando em criminologia falamos em “fatores de risco” para o crime e a violência, sabemos que os indivíduos também costumam ser expostos a “fatores protetivos”⁹ que podem modular ou anular os primeiros. As relações que se estabelecem entre a “exterioridade” e a “interioridade” – ou entre mundo objetivo e subjetivo, estrutura e ação, entre outras dicotomias clássicas nas ciências sociais - dizem respeito, assim, a processos complexos, vinculados mais propriamente às experiências concretas e que não cabem nos esquemas pressupostos pela própria noção de determinação.

Tradicionalmente, as teorias sobre a violência apresentam perspectivas unidimensionais de compreensão. Não por acaso, cada uma delas oferece algo de verdadeiro a respeito das dinâmicas violentas, sem, entretanto, uma perspectiva sintética que dê conta da complexidade do fenômeno e de sua multicausalidade. A abordagem que seguimos se fundamenta em um modelo teórico integrado e em uma perspectiva de curso de vida¹⁰ (ELDER *et al*, 2003), o que nos parece vantajoso por permitir análises dinâmicas e multidimensionais.

Ao lidarmos com as teorias criminológicas modernas, a pretensão do estudo é, primeiramente, a de estimular um debate mais qualificado sobre o tema da etiologia da violência no Brasil. Com efeito, uma das tragédias que

⁹ Para Farrington (2002:662), os fatores protetivos seriam aqueles que interagem com os fatores de risco na condição de “moderadores”. Nesta linha, Simons, *et al* (2000) sustentam que a violência contra as crianças oferecida pelos pais que possuem o hábito de puni-las corporalmente pode ser “compensada” por relações amorosas e afetuosas destes mesmos pais.

¹⁰ Abordagem conhecida como *life course approach*, que examina a história de vida dos indivíduos, procurando identificar como determinados eventos, ocorridos muitas vezes na infância e na adolescência, influenciam futuras decisões do sujeito, entre elas seu engajamento e desengajamento no mundo do crime. A abordagem procura estabelecer um foco nas conexões entre os indivíduos e seus contextos históricos e sócio-econômicos.

acompanham os fenômenos da violência em nosso País é o fato da grande maioria das pessoas se referir a eles a partir de um deserto teórico¹¹. Para que fenômenos complexos como o crime e a violência sejam minimamente compreendidos é preciso lidar com perspectivas teóricas, compreendidas como explicações plausíveis desde a validação científica de seus pressupostos.

Para Engler (2008) “uma Teoria científica é um conjunto de conceitos abstratos desenvolvidos em respeito a um grupo de fatos ou eventos a fim de explicá-los”¹². A expressão “Teoria” para a ciência, assim, não constitui uma simples hipótese ou uma especulação, mas uma proposição compreensiva, já articulada a partir de evidências empíricas como, por exemplo, correlações estatísticas significativas, que se aplica a fatos variados, situando-os dentro de uma determinada racionalidade que deve permitir, inclusive, predizer características de fatos ou fenômenos ainda não examinados (BOHM, 2001).

Entretanto, se tivermos em mente a forma pela qual o tema da violência interpessoal é retratado por grande parte da mídia brasileira e pelos agentes públicos (destacadamente pelos governantes, legisladores, magistrados e promotores), o que veremos são assertivas que sugerem a “Teoria da Punição Exemplar”, a “Teoria da Tolerância Zero”, a “Teoria das Drogas como Origem de Todo o Mal”, a “Teoria da Família Desestruturada”, a “Teoria do Bandido Bom é o Bandido Morto”, a “Teoria da Redução da Idade Penal”, a “Teoria da Construção de Mais Presídios”, a “Teoria da Impunidade como a Origem de Todo o Mal”, a “Teoria da Educação Como Resposta para Todos os Problemas”, “A Teoria de que o Crime se Desloca de Carro, Logo as Barreiras Policiais são a Resposta” (esta de um ex-comandante da Brigada Militar do RS ainda hoje requisitado pela imprensa gaúcha), a “Teoria de que a Violência

¹¹ Para que se faça justiça e exercendo aqui uma avaliação autocrítica de nosso próprio campo, a carência apontada não diz respeito apenas às limitações típicas de nossa formação cultural como Nação. De alguma forma, a tradição sociológica brasileira também tem sido incapaz de oferecer um corpo crítico amplo o suficiente e de tal forma qualificado a ponto de oferecer aos agentes políticos e à opinião pública as evidências necessárias para opiniões fundamentadas. Nos últimos 20 anos, pelo menos, avanços significativos têm sido verificados e vários são os trabalhos importantes que tratam especificamente das práticas violentas. Uma constatação que parece ser mais verdadeira a partir do contraste com o rarefeito interesse acadêmico no tema que caracterizou os períodos anteriores.

¹² No original: “A theory is a set of abstract concepts developed regarding a group of facts or events in order to explain them”

aumenta com o Vento Norte” (esta, de um ex-chefe da Polícia Civil do RS), entre outras platitudes.

Enquanto este patamar de irreflexão - espécie de estado de coma intelectual induzido – não for superado, seguiremos perplexos diante dos mencionados fenômenos, assistindo a repetição das mesmas receitas de desperdício, abandono, violência e intolerância oferecidas pelo Estado e, por decorrência, sendo testemunhas e vítimas do processo de disseminação das condutas delinquentes e de degradação da qualidade de vida para parcelas crescentes da população atormentadas pelo crime e pelo medo.

Teorias existem, de qualquer forma, para orientar a ação. O estudo, assim, está comprometido com o objetivo de oferecer elementos que auxiliem na difícil e tão necessária tarefa de construção de políticas exitosas de segurança pública no Brasil, nomeadamente no que se refere aos desafios, ainda tão subestimados entre nós, da prevenção da violência.

1 O PROJETO CRIMINOLÓGICO CONTEMPORÂNEO: PRINCIPAIS HIPÓTESES ETIOLÓGICAS

Os comportamentos violentos nas sociedades contemporâneas têm sido objeto de inúmeras teorias e abordagens nas ciências sociais; destacadamente na Sociologia e na Criminologia¹³. Outras disciplinas, como a Psicologia e a Antropologia, também têm se preocupado com o tema e oferecido contribuições importantes. Os conhecimentos oriundos da Genética, da Psiquiatria e da Neurologia, por um lado, e de novas ciências como a Sociobiologia, por outro, devem ser integrados a uma perspectiva teórica mais ampla sobre os fenômenos da violência, em um diálogo interdisciplinar.

A abordagem etiológica é sempre difícil, porque cultura, estrutura social e ação tendem a criar relações de retroalimentação dos seus próprios termos e dinâmicas, o que torna sempre mais improvável a identificação incontestada de relações causais. Uma etiologia da disposicionalidade violenta deve ser compreendida, por isto mesmo, como um projeto de longo curso que se sabe limitado por uma definição mínima de tendências e/ou probabilidades. Este trabalho, por isso mesmo, não pretende identificar processos lineares ou padronizados de formação da conduta violenta entre os jovens. Antes, sua pretensão é a de identificar algumas das lógicas aparentemente mais operantes na formação de jovens violentos nas realidades sociais urbanas comuns no Brasil contemporâneo.

Antes de apresentar os resultados de nossa pesquisa sobre a formação de jovens violentos, será preciso situar, ainda que em seus traços mais amplos, o projeto criminológico contemporâneo. Isto nos permitirá apresentar, ainda que de forma resumida e selecionando as abordagens que nos parecem mais relevantes para o nosso objeto, a agenda aberta pelas abordagens

¹³ Para todos os efeitos, a Criminologia será tratada aqui como uma disciplina específica centrada no estudo da criminalidade, de sua etiologia e tratamento, de perfil interdisciplinar e ampla interface com a Sociologia.

interdisciplinares de estudo da violência que têm enriquecido o debate também na Sociologia em todo o mundo.

1.1 Partindo de Dürkheim

Ao invés de começarmos com Lombroso, como costumam fazer as abordagens históricas na Criminologia, penso ser mais instigante e produtivo recuperar uma das lições de Dürkheim. Na célebre passagem de “As Regras do Método Sociológico” em que discorre sobre o “normal” e o “patológico”, Dürkheim assinala, para espanto de seu tempo, que todas as sociedades conhecidas sempre tiveram o crime e que todas as sociedades futuras também conheceriam o fenômeno, ainda que em formas diversas. Em contraste com os primeiros criminólogos, que insistiam no caráter patológico do crime¹⁴, Dürkheim sustenta que a transgressão das normas e/ou dos valores vigentes, tanto quanto as formas de repulsa e punição aos autores destes atos, dizem respeito à normalidade do funcionamento social, integrando, por assim dizer, as condições típicas de saúde do tecido social; abordagem com a qual inaugura perspectiva inovadora. Lembrando a condenação de Sócrates pelos atenienses, ele sublinha que, mesmo a liberdade de pensar – pela qual tanto se lutou no passado –, foi considerada, por muito tempo, um grave delito¹⁵. Ele também observa, pioneiramente, que, no passado, a humanidade havia convivido com mais violência, porque a valoração das pessoas - ou o “respeito pela dignidade das pessoas” – era menor¹⁶. Em compensação, diz ele, muitos atos que passaram a afrontar o sentimento em favor da dignidade humana foram situados no domínio do direito penal, esfera na qual anteriormente não constavam.

¹⁴ O contraste aqui é com a chamada “Corrente Positiva do Direito Penal” e com sua maior referência ao tempo de Dürkheim, Cesare Lombroso (1835-1909).

¹⁵ “A liberdade de pensar que desfrutamos atualmente jamais poderia ter sido proclamada se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas antes de serem solenemente abolidas. Entretanto, naquele momento, essa violação era um crime” (DÜRKHEIM, 1978).

¹⁶ Passado mais de um século, Pinker (2013) sistematizaria evidências empíricas bastante sólidas para esta tese de Dürkheim.

O caminho inaugurado por Dürkheim, entretanto, pouca influência teve na maneira como as sociedades contemporâneas têm pensado o crime e seu tratamento¹⁷. Como regra, os pressupostos da chamada “Escola Clássica” da Criminologia seguem sendo os mais observados, aproximando abordagens centradas nas promessas dissuasórias do direito penal em todo o mundo. Para a Escola Clássica, como se sabe, o crime foi concebido como expressão do livre arbítrio e da capacidade de raciocínio (VOLD e BERNARD, 1986). Nesta moldura, os indivíduos agem de acordo com objetivos previamente traçados, suas escolhas são racionais e todas as pessoas – sejam elas criminosas ou respeitadoras da lei – se movem a partir de uma mesma natureza motivacional: buscar o prazer e evitar a dor. Sendo o crime o resultado de uma escolha livre dos sujeitos, a punição aos transgressores aparecia como o caminho natural para a justiça e também para a prevenção. Uma vez alertados sobre os riscos pressupostos pelas penas, os sujeitos tenderiam a se conformar à ordem legal, vez que os males oriundos da punição seriam maiores que os benefícios permitidos por eventual transgressão. A ideia, aliás, de que os seres humanos se movem à procura do prazer e – o que não é senão o lado inverso da mesma motivação - na tentativa de evitar a dor era comum no pensamento ocidental do século XVIII e deu origem a uma importante tradição na filosofia moral conhecida por “utilitarismo”.¹⁸

O mais importante pensador da Escola Clássica foi Cesare Bonesana (1738-1794), mais conhecido como Marquês de Beccaria, ou Cesare Beccaria. Italiano, ex-aluno dos jesuítas e admirador de Montesquieu e Helvétius, Beccaria escreveu “Dos delitos e das penas” (1764), obra basilar do direito moderno, na qual ataca duramente as concepções favoráveis às acusações

¹⁷ Na tradição sociológica, vários foram os autores que se inspiraram em Dürkheim para desenvolver teorias a respeito do crime. Um dos exemplos mais famosos é a contribuição de Robert Merton que empregou o conceito de “anomia” – que Dürkheim relacionou ao suicídio - para tentar compreender a criminalidade nos EUA. Para ele, a anomia poderia ser compreendida como uma disjunção entre os objetivos da sociedade americana de sucesso econômico individual e os meios rarefeitos que ela propiciava para alcançá-los.

¹⁸ Para os utilitaristas deve-se agir sempre na tentativa de se agregar o maior bem estar possível ao maior número de pessoas. A abordagem se desdobra na filosofia moral no consequencialismo. Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) foram seus principais inspiradores.

secretas, às penas corporais, à prática da tortura¹⁹ e à pena de morte, entre outras vilanias, demonstrando porque penas cruéis não produziam o efeito desejado de contenção. A obra deste reformador humanista, aplaudida por Voltaire, Diderot e Hume, está na origem do penitenciarismo moderno e exerceu larga influência, especialmente nos países europeus.

Muito comumente, a história da Criminologia é apresentada a partir de chavões e simplificações a respeito das diferentes “Escolas” de pensamento. É preciso assinalar, então, que, na época de Beccaria, não havia “Criminologia” ou algo equivalente e que pensadores normalmente incluídos nesta ou naquela corrente de pensamento não devem ter suas contribuições dissolvidas em meio às simplificações que caracterizam o esforço didático. Garland (2002), por exemplo, sustenta que a Criminologia é uma construção social e uma maneira específica de organizar o conhecimento e os procedimentos investigativos que só surgiu no século XIX. Desta forma, assim como a maioria das disciplinas das ciências sociais, a Criminologia teria “um passado bastante extenso, mas uma breve história”.

Feita esta advertência, importa destacar que os modernos sistemas penais foram incorporando, sobre a base “clássica” do direito retributivo, outros princípios. Entre eles, a ideia de que os autores dos delitos podem ter suas penas diminuídas por conta de circunstâncias atenuantes. A noção a respeito do crime como uma “escolha livre” (expressão do que há de irredutível no exercício da liberdade que caracteriza a agência humana) se mantém, mas dá um passo atrás ao reconhecer que a decisão tomada pelo sujeito se verifica, concretamente, diante de determinadas condições que o constroem. Tais

¹⁹ Sobre a tortura, assim se pronunciou Beccaria: “Direi ainda que é monstruoso e absurdo exigir que um homem seja acusador de si mesmo, e procurar fazer nascer a verdade pelos tormentos, como se essa verdade residisse nos músculos e nas fibras do infeliz! A lei que autoriza a tortura é uma lei que diz: ‘Homens, resisti à dor. A natureza vos deu um amor invencível ao vosso ser, e o direito inalienável de vos defenderdes; mas, eu quero criar em vós um sentimento inteiramente contrário; quero inspirar-vos um ódio de vós mesmos; ordeno-vos que vos tomeis vossos próprios acusadores e digais enfim a verdade ao meio das torturas que vos quebrarão os ossos e vos dilaceração os músculos...’ (...) De dois homens, igualmente inocentes ou igualmente culpados, aquele que for mais corajoso e mais robusto será absolvido; o mais fraco, porém, será condenado em virtude deste raciocínio: “Eu, juiz, preciso encontrar um culpado. Tu, que és vigoroso, soubeste resistir à dor, e por isso eu te absolvo. Tu, que és fraco, cedeste à força dos tormentos; portanto, eu te condeno. Bem sei que uma confissão arrancada pela violência da tortura não tem valor algum; mais, se não confirmares agora o que confessaste, far-te-ei atormentar de novo”.

condições, se consideradas relevantes, deveriam, então, diminuir a reprobabilidade das condutas delituosas. Quem primeiro sustentou esta posição, formando o que se convencionou chamar de “Escola Neoclássica” da Criminologia foi Jeremy Bentham²⁰. Uma das mais importantes condições vividas pelos sujeitos e que deveria ser consideradas para um tratamento penal diverso, segundo Bentham, é a idade. Adultos e não-adultos deveriam merecer tratamentos legais distintos quando envolvidos na prática de delitos, uma posição que, ao longo dos últimos dois séculos, se fortaleceu muito em todo o mundo, ainda que algumas nações sigam desconsiderando-a e permitindo que mesmo crianças sejam levadas a julgamento em cortes de adultos²¹.

No campo da Criminologia, as perspectivas clássicas e neoclássicas estão atualizadas na “Teoria da Escolha Racional” (*Rational Choice Theory*) proposta por Clark e Cornish (1983). Estes autores sustentam que as pessoas dispostas a transgredir a norma realizam, com maior ou menor consciência e método, um cálculo racional a respeito das chances de não serem identificadas e responsabilizadas criminalmente. A percepção de que as chances de não-identificação são altas funcionaria como um estímulo à prática delituosa. Um processo que, se verdadeiro, operaria com mais força sobre os adultos do que sobre os jovens e mais sobre os adultos que já foram punidos se comparados

²⁰ Sua principal obra, *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, veio a público em 1789.

²¹ Na grande maioria dos países, delitos cometidos por pessoas com idade inferior ao limite considerado como maioridade penal não são punidos ou são punidos com sanções mais amenas e de caráter predominantemente educativo. No Brasil, a idade penal é de 18 anos, mas há um regime especial para o tratamento dos atos infracionais cometidos entre os 12 e os 18 anos que pode envolver privação de liberdade. Poderíamos falar, assim, em duas idades de responsabilização penal (uma delas de natureza infracional), divisão que ocorrem em todos os países. Somos, na verdade, uma das poucas nações que permitem a privação da liberdade a partir dos 12 anos. Desconhecendo a responsabilidade penal juvenil, há quem pense que na Alemanha, França e Itália, por exemplo, a idade penal comece aos 14 anos. Entretanto, 14 anos é o início da idade infracional nestes países. Alemanha, França e Itália, aliás, entendem que a responsabilidade penal só é completa aos 21 anos. Entre os 18 e 21 anos, existem regras penais de transição para “jovens adultos”. Na Inglaterra, outro exemplo muito citado e pouco conhecido, a idade infracional está fixada aos 10 anos, mas a privação da liberdade só pode ocorrer após os 15 anos. A Escócia definiu a idade infracional aos oito anos e a idade penal aos 16, mas entre 16 e 21 anos vigora uma justiça juvenil com regras de transição. A situação mais gravosa, com efeito, segue sendo aquela experimentada por vários estados norte-americanos onde adolescentes são punidos com a mesma gravidade que os adultos. Mesmo nos EUA, entretanto, pode-se observar um declínio nesta tendência o que se manifestou, por exemplo, em recente decisão da Suprema Corte que declarou inconstitucional a pena de morte para adolescentes.

com os que não foram²². A Teoria da Escolha Racional, independente de seus limites, permitiu o desenvolvimento de uma abordagem interessante para as políticas de segurança pública conhecida como “prevenção situacional do crime”. A abordagem envolve, basicamente, o objetivo de reduzir as oportunidades percebidas como favoráveis à prática do crime, fazendo com que a prática delituosa se torne menos atraente e mais arriscada. A mesma linha aberta por esta Teoria permite “pontes” com outras abordagens como a “Teoria do Aprendizado Social” (*Social Learning Theory*), proposta, entre outros, por Burgess e Akers (1966), Akers (1973) e Bandura (1977)²³ e sobre a própria “Teoria da Associação Diferencial” (*Differential Association Theory*), desenvolvida por Sutherland (1949), que veremos mais adiante.

A Criminologia contemporânea, a par da evolução do direito penal, tem desenvolvido uma agenda plural e sutil de pesquisas e questionamentos. Os achados desta agenda e os consensos alcançados na comunidade científica internacional são bastante expressivos. Tão expressivos quanto as diferenças entre as diversas linhas de pesquisa, as teorias concorrentes e seus contenciosos, conforme se verá. Os conhecimentos sociológicos já produzidos a respeito do crime e da violência no mundo, assim como as evidências colhidas por pesquisas a respeito de fenômenos os mais diversos afetos à Criminologia, encontram-se muito apartados dos pressupostos e doutrinas que orientam o direito penal contemporâneo e, mais ainda, das expectativas disseminadas socialmente a respeito dos mesmos temas. Esta apartação é mais sensível em países como o Brasil onde as opiniões que transitam a respeito da criminalidade e suas causas, tanto quanto aquilo que se imagina sejam as respostas necessárias à segurança pública, seguem sendo informadas basicamente pelo preconceito e por discursos do tipo “Lei e Ordem”

²⁴.

²² Para uma crítica a esta perspectiva, ver: PILIAVIN, I. *et al* (1986).

²³ A Teoria do aprendizado social destaca o processo pelo qual os novos comportamentos se desenvolvem, pela experiência e pela observação sobre o comportamento dos demais. Bandura caracteriza este fenômeno como “modelagem”.

²⁴ Na literatura, a expressão *Law and order discourse* refere-se ao tipo de programa político desenvolvido inicialmente pelos republicanos na década de 60, com o então governador da Califórnia Ronald Reagan e com Richard Nixon, que propunha “jogo duro” contra os

1.2 A extensão do fenômeno criminal

A afirmação de Dürkheim a respeito da “normalidade” do crime conta, modernamente, com sólida base empírica. Ao contrário do que reproduz o senso comum, a prática criminal não pode ser descrita como aquilo que caracteriza a opção dos “bandidos”, mas como um fenômeno mais amplo que acompanha a agência humana. Graças à Criminologia, sabemos que quase todas as pessoas, mesmo aquelas que podemos situar como extremamente responsáveis e obedientes à lei, praticaram um ou mais delitos, em algum momento de suas vidas. Os primeiros trabalhos a respeito da extensão do fenômeno criminal foram realizados por Porterfield (1943) nos Estados Unidos. Ele demonstrou, com estudos de autorrelato (*self-report studies*), que estudantes universitários que nunca haviam sido acusados criminalmente já haviam praticado os mesmos tipos de crimes pelos quais eram acusados milhares de jovens pobres no Texas. Os crimes cometidos pelo grupo de estudantes entrevistados eram tão sérios quanto os demais de autoria dos chamados “delinquentes”, ainda que praticados com menor frequência, mas apenas alguns poucos estudantes haviam estado em contato com uma autoridade legal por conta deles. Muitos outros estudos posteriores confirmaram o mesmo fenômeno (WALLERSTEIN e WYLIE, 1947; GOLD, 1966, *apud* THORBERRY e KROHN, 2000:38).

Thorberry e Krohn (2000) realizaram importante revisão sobre este tema, demonstrando que os estudos de autorrelato assinalam de maneira incontestável que não há correlação estatisticamente significativa entre os crimes relatados pelos jovens e suas respectivas origens sociais. Muncie (2002) cita outros trabalhos, chegando à mesma conclusão: jovens oriundos das camadas privilegiadas eram tão capazes de se envolver em crimes quanto jovens pobres das periferias urbanas. Uma afirmação que contrasta com os

“bandidos”. A plataforma republicana procurava culpar os democratas pelos problemas de segurança pública, acusando-os de serem “macios” com o crime (*soft on crime*). Em contraposição os republicanos iniciavam a “guerra contra as drogas” e sua política passava a produzir uma onda de encarceramento sem precedentes.

registros policiais e com as condenações criminais onde as populações mais pobres estão sempre sobrerrepresentadas. Fenômeno que, diga-se de passagem, sugere que as estatísticas policiais e judiciárias forneçam não uma “radiografia do crime”, mas um retrato a respeito da forma como as polícias e o sistema de justiça criminal trabalham efetivamente.

O impacto dos primeiros estudos de autorrelato fez com que dúvidas a respeito da própria metodologia fossem levantadas. A crítica mais comum sustentava que, mesmo diante das garantias de sigilo, os entrevistados tenderiam a não relatar seus crimes, especialmente quando fossem mais graves. Objeções do tipo foram superadas com estudos delineados especificamente para medir a veracidade das informações colhidas (HUIZINGA, 1991; ELLIOTT, 1994). Os jovens, especialmente, parecem ter muita facilidade em relatar suas experiências para os pesquisadores e em responder questionários anônimos, o que vale, sobretudo, quando se trata de descrever seus encontros com os policiais, suas experiências de prisão e os crimes que praticaram, mesmo quando muito graves.

Em um texto oportuno onde demonstra que a infração ou o desrespeito a determinadas normas legais diz respeito à própria condição do “adolescer”, Santos (2000:172) cita três estudos de referência. O primeiro é o trabalho de Kirchhoff (1975) realizado com 976 estudantes de segundo grau, que colheu relatos de 9.677 infrações penais não registradas como lesão corporal, rixa, dano, furto e outras. O segundo estudo citado foi o de Frehsee (1978) com 524 estudantes declarando ter cometido um ou mais delitos no período do ano anterior em uma amostra de 610 entrevistados (ou seja, apenas 86 declararam não ter cometido qualquer tipo de delito no mesmo período). Por fim, o autor cita o estudo de Shumann(1985) com 690 adolescentes dos quais 89,45% teriam cometido um ou mais delitos no ano anterior. Resultados semelhantes foram encontrados em muitas outras pesquisas. Em um dos estudos pioneiros, Elmhorn (1965 *apud* MAGUIRE, 2002:364) encontrou 92% de respostas afirmativas para “pelo menos um delito em minha vida” entre adolescentes em uma escola em Estocolmo. Farrington (1989 *apud* MAGUIRE, 2002:364), por seu turno, relatou 96% de respostas afirmativas para a mesma questão entre uma amostra de pessoas de até 32 anos (ROLIM, 2006:261-65).

Os modernos conhecimentos sobre a extensão do fenômeno criminal estimularam o deslocamento do interesse de pesquisa para os tipos mais graves de delitos e para as chamadas “carreiras criminais”. Com efeito, se quase todas as pessoas, em algum momento de suas vidas, cometem delitos, pode-se observar que apenas uma pequena parte delas segue praticando ilícitos por períodos mais longos ou mesmo durante toda a vida. Algumas destas pessoas, no mais, percorrem um caminho de envolvimento progressivo com o “mundo do crime”, praticando delitos cada vez mais graves. Por que razões estas pessoas se desviam das trajetórias mais comuns e não passam a atuar em conformidade com os limites definidos legalmente é tema de longos e acirrados debates.

1.3 A Criminologia e as Ciências Naturais: ou o debate “*nature versus nurture*”

As perspectivas oferecidas pelas Escolas clássica e neoclássica de Criminologia, de qualquer modo, nunca pareceram tão impugnadas pelas ciências. Há muito que a Sociologia vem oferecendo evidências a respeito da produção social do crime e da violência, o que nos permitiu identificar o quanto determinados constrangimentos erguidos pelo modo de vida, pela experiência individual e pelos valores culturais hegemônicos, entre outros fatores, podem ser funcionais para a reprodução ampliada do crime e para a própria legitimação das práticas violentas. Diferentes teorias e explicações sociológicas e criminológicas têm sido construídas com base nestas evidências, conforme também teremos oportunidade de ver. Mais recentemente, entretanto, a noção a respeito do “livre arbítrio” tem sido relativizada pelas descobertas recentes da Neurociência e da Sociobiologia, para citar apenas duas abordagens inovadoras na vanguarda da pesquisa científica contemporânea.

As relações entre as ciências naturais e a Criminologia produziram, desde sempre, controvérsias e equívocos. As primeiras abordagens biológicas a respeito do comportamento violento ou criminal, por exemplo, foram comprometidas pela ausência de conhecimentos básicos sobre o funcionamento cerebral e por perspectivas unidimensionais e simplificadoras.

Nas últimas décadas, entretanto, o tema tem merecido investigações criteriosas com base em abordagens multidisciplinares (FISHBEIN, 1998). Durante séculos, as possíveis ligações entre condutas criminais e a biologia fascinaram cientistas e pesquisadores. Rafter (2008) sustenta que muitas das teorias biológicas fracassaram ou mesmo se tornaram perigosas por conta dos preconceitos que estimularam ou que legitimaram ao seu tempo. Entretanto, acrescenta, as ciências biológicas mudaram muito e, pela primeira vez, é possível criar uma “criminologia biossocial” que evite os erros dos primeiros criminologistas, reunindo, em perspectiva interdisciplinar, cientistas sociais, neurologistas, geneticistas, psicólogos cognitivos e outros especialistas envolvidos com a pesquisa sobre temas como crime e violência.

Os biólogos há muito já não menosprezam as circunstâncias e os fatores sociais que condicionam os comportamentos criminosos. Entre outras razões porque sabem que o os caminhos pelos quais os genes são expressos dependem de fatores sociais. Roth (2011) sintetiza o argumento:

Dano cerebral, intoxicação por chumbo, traumas da infância, estresse, má alimentação, abuso de drogas e outros fatores podem remodelar nossos corpos de forma a nos predispor a comportamentos antissociais. Os genes desempenham um papel no comportamento humano, mas eles não o determinam. Além do mais, os biólogos hoje sublinham as semelhanças humanas tanto quanto as diferenças, o que torna impossível traçar uma linha física nítida entre “criminosos” e “não-criminosos”, entre “nós” e “eles”.²⁵.

No mais, como o assinalou Flores (2002), os genes não podem ser compreendidos como a matéria bruta da evolução, mas sim os comportamentos. São os comportamentos, afinal, que selecionam os genes e não o contrário. Por isso, nas críticas às contribuições que ciências como a Biologia podem oferecer à Criminologia, o que encontramos, frequentemente, são concepções distorcidas sobre o conteúdo dos próprios conhecimentos nas ciências naturais.

²⁵ No original: “*Brain damage, lead poisoning, childhood traumas, stress, poor diet, drug abuse and other factors can reshape our bodies in ways that predispose us to antisocial behaviour. Genes play a role in human behaviour, but they do not determine it. Further, biologists today emphasize human similarities as much as differences, which makes it impossible to draw a sharp physical line between criminals and non-criminals, between ‘us’ and ‘them’.*”

A propósito, Eagleman (2011) oferece uma instigante síntese a respeito dos novos temas sugeridos pelas descobertas científicas sobre o funcionamento cerebral e que, mais cedo ou mais tarde, deverão impactar as demais agendas das ciências sociais, tanto quanto os sistemas de justiça criminal. Ao abordar o tema da inimizabilidade, por exemplo, lembra o episódio do “homem da torre”, ocorrido em agosto de 1966, nos EUA. Na oportunidade, o jovem Charles Whitman se isolou na torre da Universidade de Austin, no Texas, com uma mala cheia de armas e munição. Antes de ser morto pela polícia, ele atirou aleatoriamente em quem estava na rua, matando 13 pessoas e ferindo outras 33. Na véspera do massacre, ele escreveu um bilhete onde assinalou:

Não me entendo ultimamente. Eu deveria ser um jovem medianamente razoável e inteligente. Mas, ultimamente (não me lembro quando começou), tenho sido vítima de muitos pensamentos incomuns e irracionais... Depois de muito refletir, decidi matar minha mulher Kathy, esta noite (...) eu a amo muito e ela foi uma boa esposa para mim, como qualquer homem poderia esperar. Não consigo situar racionalmente nenhum motivo específico para fazer isso (...) Conversei com um médico uma vez por cerca de duas horas e tentei transmitir a ele meus medos, de que eu me sentia dominado por impulsos violentos incontroláveis. Depois de uma sessão, não voltei a ver o médico e desde então tenho lutado com meu tumulto mental sozinho, e aparentemente em vão (...) Imagino que pareça que eu matei brutalmente as duas pessoas que eu mais amava [além da esposa, ele matou também sua mãe]. Só estava tentando fazer um trabalho rápido (...) Se minha apólice de seguro de vida for válida, por favor, paguem minhas dívidas (...) deem o resto anonimamente para uma fundação de saúde mental. Talvez a psiquiatria possa evitar outras tragédias desse tipo. (Ob cit. p. 163-165).

Whitman pediu em seu bilhete suicida que uma autópsia fosse realizada após sua morte, para que se verificasse se algo havia mudado em seu cérebro, porque ele suspeitava que sim. Whitman era, por todas as informações disponíveis, alguém com inteligência acima da média, com um QI Stanford Binet de 138 pontos quando criança. A autópsia foi realizada e os legistas descobriram que o cérebro de Whitman possuía um tumor quase do tamanho de uma moeda, um glioblastoma alojado sob o tálamo, que havia já invadido o hipotálamo e que pressionava a amígdala, a área cerebral onde se processa a regulação emocional, especialmente o medo e a agressividade²⁶.

²⁶ O estágio atual da neurociência associa duas áreas do cérebro ao comportamento violento: as amígdalas e o córtex pré-frontal. Problemas no funcionamento das amígdalas podem impedir o desenvolvimento da empatia. O córtex pré-frontal inibe a agressividade e problemas no seu

Eagleman segue relatando outros casos onde alterações no funcionamento cerebral determinam mudanças impressionantes de comportamento. Assim, por exemplo, é relatado o ocorrido com um homem que passa a experimentar desejos pedófilos. Assustado com o que estava sentindo, ele pede a ajuda da esposa e se consulta com um neurologista. Após *scanner* cerebral, os médicos descobrem que o paciente tinha um tumor no córtex orbitofrontal. Felizmente, o tratamento cirúrgico foi possível, o que fez com que o desejo sexual do sujeito voltasse ao curso anterior. Transcorridos alguns meses, os desejos pedófilos voltaram. Novos exames confirmaram, então, que o tumor havia retornado e estava crescendo. A segunda cirurgia removeu o tumor integralmente e os desejos pedófilos desapareceram (ob cit. pp. 166-167). Casos do tipo evidenciam que alterações biológicas podem mudar os processos de tomada de decisão, assim como os apetites e os desejos dos indivíduos, o que sugere interessantes questões a respeito do “livre arbítrio”.

Os estudos disponíveis mostram que 57% dos pacientes com demência frontotemporal desenvolvem comportamentos transgressores que redundam, muitas vezes, em processos criminais. Nestes casos, sob grande constrangimento, advogados e familiares tentam explicar que o idoso não teve culpa do ato, porque seu cérebro está afetado pela degeneração. Familiares de pacientes de Parkinson passaram a notar que a medicação com pramipexol conduzia os pacientes ao jogo compulsivo. Assim, pessoas que nunca haviam se interessado por apostas, passavam a se dirigir furtivamente para cassinos onde perdiam fortunas; alguns alcançavam o mesmo resultado apostando em jogos pela Internet e, outros, faziam contas impagáveis com seus cartões de crédito. Casos de consumo abusivo de álcool e de comportamentos hipersexualizados também foram notados. Tais mudanças estão relacionadas ao papel da dopamina no cérebro, o que obrigou à fixação de alertas no rótulo das

funcionamento podem reduzir as funções cognitivas, incluindo atenção, auto-regulação, planejamento e capacidade de se comportar orientado por metas (CHAMBERS, 2010). A extração bilateral das amídalas produz a Síndrome de Kluver-Bucy, caracterizada pela ausência de agressividade, pela cortesia exagerada e pela hipersexualidade. Os indivíduos perdem a capacidade de identificar o perigo e regridem a uma fase tipicamente oral, levando à boca qualquer objeto.

medicações domapinérgicas como o pramipexol²⁷ (os efeitos colaterais no comportamento dos pacientes podem ser eliminados com a redução das dosagens).

Para Eagleman, os cérebros das pessoas podem ser muito diferentes, o que traduz não apenas componentes genéticos variados, mas influências ambientais que repercutem organicamente:

Muitos patógenos (químicos e comportamentais) podem influenciar seu comportamento; estes incluem abuso de substâncias pela mãe durante a gravidez, estresse materno e baixo peso ao nascimento. Durante a fase de crescimento, negligência, maus-tratos físicos e lesões na cabeça podem causar problemas no desenvolvimento mental da criança. Depois que a criança é adulta, o abuso de substâncias e exposição a uma variedade de toxinas podem lesionar o cérebro, modificando a inteligência, a agressividade e a capacidade de tomada de decisões (...) esta compreensão não livra a cara de criminosos, mas é importante para orientar esta discussão com uma compreensão clara de que as pessoas têm pontos de partida muito diferentes. É problemático imaginar-se na pele de um criminoso e concluir: 'ora, eu não teria feito isso' – porque, se você não foi exposto à cocaína no útero, envenenamento por chumbo ou maus-tratos físicos, e ele sim, então você e ele não são comparáveis (ob cit. p. 170).

Outro tema sempre objeto de polêmicas e incompreensões e que possui evidente interface com a Criminologia diz respeito à predisposição genética. Entre os que apreciam as ciências sociais e entre os que, de uma forma ou de outra, reconhecem que há fatores sociais que costumam agenciar práticas violentas, poucos irão manifestar interesse por uma afirmação que estabeleça qualquer correlação entre um conjunto determinado de genes e as possibilidades do cometimento de um crime violento. Dentro dos seus quadros de referências teóricas, mesmo a possibilidade desta relação lhes parecerá espúria. Para certo “senso comum” compartilhado mesmo por profissionais de diferentes ciências sociais, admitir uma correlação legítima entre genes e

²⁷ A bula brasileira desta medicação assinala como ‘reações adversas’: “durante o uso de dicloridrato de pramipexol podem ocorrer alterações comportamentais, sonhos anormais, amnésia, confusão, constipação, delírios (inclusive paranoides), vertigens, discinesia, alucinação, dor de cabeça, cansaço, inquietação, aumento do apetite e peso, insônia, alteração da libido, náuseas, edema periférico, jogo patológico, hipersexualidade, compulsão por compras, sonolência com ou sem início abrupto, distúrbios visuais incluindo visão embaçada e acuidade visual reduzida; coceira e outras reações alérgicas. Pode ocorrer também hipotensão postural, principalmente no início do tratamento. Portanto, evite levantar-se rapidamente depois de sentar-se ou deitar-se, especialmente se tiver estado nessa posição por períodos prolongados”. Fonte: http://www.ache.com.br/Downloads/LeafletText/426/BU_PRAMIPEXOL_BIO_JUL2012.pdf

comportamento violento equivale a situar o problema da violência em uma determinação biológica, desviando, desta forma, a atenção das mudanças necessárias a serem alcançadas na realidade social e histórica que, em última instância, seria o terreno onde a violência se desenvolve concretamente. Os que sustentam que determinados genes podem estar associados a práticas violentas não estariam assim apenas equivocados, seriam também “reacionários” cujo saber abriria as portas para a eugenia e nos afastaria, progressivamente, dos desafios políticos da transformação social. Esta percepção talvez explique a conclusão de Cohen (1987):

A Sociologia é o único corpo das ciências sociais que falhou em reconhecer abertamente a possibilidade da influência da natureza no comportamento humano, e, agora, isto é mais evidente do que nunca em nossos estudos sobre o crime.

A falha apontada é tributária da polêmica “natureza *versus* influências do meio” (ou “*nature versus nurture*”²⁸) e não mais se justifica. Os conhecimentos científicos têm sustentado, desde algumas décadas, que a própria polarização não faz sentido, vez que informações genéticas e epigenéticas são tão importantes quanto as condições ambientais de desenvolvimento e que há complexas interações entre elas (RIDLEY, 2003 e WESTERN, 2002). Nas palavras de Duscheck (2002):

A “expressão” de um genoma é melhor compreendida como um diálogo com o ambiente do organismo. Este diálogo, não os genes sozinhos, é o que determina qual a formiga será a rainha, qual peixe será macho. Algumas vezes, pensamos no ambiente como “aquilo lá fora”, um lugar separado de nós, um espaço onde se pode entrar e sair de acordo com nossa vontade. Mas o ambiente é, muito simplesmente, o contexto para toda vida; é o que faz com que sejamos o que somos. Plantas em solo seco desenvolvem raízes mais profundas do que aquelas em solo úmido. Ovos de tartaruga originam machos ou fêmeas a depender da temperatura. Um peixe pode virar fêmea em um ambiente social e macho noutro. Genes não apenas dirigem, eles também

²⁸ “Nurture” significa precisamente o cuidado que uma criança precisa receber dos seus pais ou responsáveis, sem o que não poderá sobreviver. Nos termos do debate referido, ele ganhou outro significado. Assim, quando se emprega a expressão *nature versus nurture*, o segundo termo equivale a tudo aquilo que diga respeito ao ambiente – que não seja, portanto, genético. O que inclui a situação pré-natal, influência dos pais, dos demais familiares, dos amigos, da imprensa, da escola além do status sócio econômico entre outras tantas variáveis “externas”.

aceitam ordens. Em certo sentido, nossos genes são os meios pelos quais o ambiente regula o nosso desenvolvimento²⁹.

Meaney (2004) relata que, certa vez, um jornalista perguntou ao psicólogo Donald Hebb o que era mais importante na formação da personalidade, se a natureza ou o ambiente. Ao que Hebb teria respondido: “O que é mais importante para a área de um retângulo: sua largura ou seu comprimento?” Assim, se é evidente que o ser humano não vem ao mundo como uma “tábula rasa”, como pensava John Locke, portando, pelo contrário, um conjunto de “programas” para o seu desenvolvimento, também é claro que a informação genética só irá se manifestar integralmente diante de determinadas condições que favoreçam a característica programada. A programação para a altura de uma pessoa, por exemplo, poderá não se realizar se lhe faltarem os nutrientes necessários na fase de crescimento. As interações com os fatores ambientais, por outro lado, são atualmente reconhecidas como capazes de exercer influência sobre o comportamento desde antes do nascimento, o que torna ainda mais intrincada as relações entre natureza e cultura (SHAH e ROTH, 1974). Segundo Stiles (2001) a chave para o entendimento do comportamento humano complexo e das doenças está no estudo dos genes, do ambiente e da interação entre os dois:

Ao longo das últimas três décadas, os neurobiologistas do desenvolvimento têm realizado um estupendo progresso na definição dos princípios básicos do desenvolvimento cerebral. Este trabalho tem mudado a forma como nós pensamos o desenvolvimento do cérebro. Há 30 anos, o modelo dominante era fortemente determinista. A relação entre o desenvolvimento cerebral e o comportamento era vista de maneira unidirecional; isto é, a maturação cerebral permite o desenvolvimento comportamental. O advento dos métodos modernos da neurobiologia tem oferecido esmagadora evidência de que é a interação dos fatores genéticos com a experiência do indivíduo que orienta e apóia o desenvolvimento cerebral. Cérebros não se desenvolvem normalmente na ausência da sinalização genética essencial, nem na ausência das informações essenciais do meio ambiente (...). A chave para se entender as origens e a

²⁹ No original: “*The ‘expression’ of a genome is best understood as a dialogue with an organism’s environment. That dialogue, not the genes alone, determines which ant becomes a queen, which fish becomes a male. We sometimes think of the environment as ‘out there’, a place separate from us, a place we can enter and leave at will. But the environment is, quite simply, the context for all of life; it is what makes us what we are. Plants in dry soil grow deeper roots than those in wet soil. Turtle eggs become male or female depending on temperature. A fish may become female in one social environment, male in another. Genes not only direct, they also take orders. In a sense, our genes are the means by which the environment regulates our development.*”

emergência de ambos, cérebro e comportamento, reside em compreender como os fatores hereditários e ambientais estão engajados no processo dinâmico e interativo que define e orienta o desenvolvimento do sistema neuronal-comportamental.³⁰

Na mesma linha, Owen (2012) assinala que:

Genes predeterminam a estrutura geral do cérebro do Homo Sapiens, mas eles também absorvem experiências formativas, reagem a estímulos sociais ou, como Hammer e Copeland (1999) sugerem, podem ser “acesos” por um comportamento livremente desejado e por estímulos ambientais³¹.

O exemplo interativo oferecido por Owen diz respeito às situações de estresse. O estresse pode ser causado por eventos do mundo exterior que abalam o sujeito. A morte de alguém muito próximo, por exemplo, é uma das situações reconhecidamente estressantes e que são acompanhadas, comumente, por alterações comportamentais e intenso sofrimento. Os agentes estressores causam aumento imediato na produção de noradrenalina e adrenalina³², hormônios responsáveis pelo preparo dos seres humanos para as situações de risco - onde devem lutar ou fugir (*'fight or flight' situations*). Entretanto, quando as pessoas são expostas a estressores do tipo por longos períodos, tendem a aumentar sua produção de cortisol, o que afeta o funcionamento dos sistemas imunológicos, podendo mesmo suprimi-los. Por

³⁰ No original: “Over the past three decades, developmental neurobiologists have made tremendous progress in defining basic principles of brain development. This work has changed the way we think about how brains develop. Thirty years ago, the dominant model was strongly deterministic. The relationship between brain and behavioral development was viewed as unidirectional; that is, brain maturation enables behavioral development. The advent of modern neurobiological methods has provided overwhelming evidence that it is the interaction of genetic factors and the experience of the individual that guides and supports brain development. Brains do not develop normally in the absence of critical genetic signaling, and they do not develop normally in the absence of essential environmental input. (...)The key to understanding the origins and emergence of both the brain and behavior lies in understanding how inherited and environmental factors are engaged in the dynamic and interactive processes that define and guide development of the neurobehavioral system”.

³¹ No original: “Genes predetermine the broad structure of the brain of Homo sapiens, but they also absorb formative experiences, react to social cues or, as Hammer and Copeland (1999) suggests, can be switched on by free-willed behaviour and environmental stimuli”.

³² Hormônio secretado pela medula adrenal (glândulas supra-renais) e neurotransmissor liberado em resposta à hipoglicemia e estresse entre outros fatores. Estimulador do sistema nervoso simpático e vasoconstritor, aumenta a pressão sanguínea, acelera os batimentos cardíacos, eleva os níveis de açúcar no sangue, minimiza o fluxo sanguíneo nos vasos e no sistema intestinal e maximiza o fluxo para os músculos voluntários nas pernas e nos braços, entre outros efeitos.

esta razão, sustenta Owen, as pessoas que apresentam sintomas de estresse estarão mais sujeitas às infecções. O cortisol só afeta os glóbulos brancos, porque consegue “ligar” genes naquelas células que possuem receptores de cortisol. Os níveis elevados de noradrenalina, observa Owen, foram relacionados com o comportamento criminoso e agressivo em estudo de Filley, *et al* (2001 *apud* OWEN, 2012). Observa-se, assim, a partir de uma situação comum, um tipo de interação entre fatores ambientais e genéticos situada para além das simplificações do determinismo ou do reducionismo que, infelizmente, ainda persistem. Níveis baixos de excreção de adrenalina, aliás, têm sido correlacionados com comportamentos agressivos e delinquentes em alguns estudos, sendo um dos medidores da “reatividade autônoma” (*autonomic reactivity*), extensão ou nível em que um organismo responde fisiologicamente a um estímulo externo, como um agente estressor, por exemplo. A combinação de hiperatividade e agressividade, especialmente, aparece fortemente associada a baixos níveis de reatividade autônoma. O mais importante destes trabalhos foi o estudo longitudinal (20 anos de acompanhamento) realizado por Magnusson, *et al* (1992) na Suécia³³. Os autores, entretanto, sugerem que baixos níveis de reatividade autônoma poderiam ser resultantes de um processo marcado por padrões inconsistentes de disciplina e socialização na infância. Em outras palavras: aquilo que aparece como característica biológica poderia ter sua origem em um processo mal resolvido de interação social nos grupos primários. Nesta mesma linha, Blackburn (2012) lembra que:

(...) Se ratos fossem separados em dois grupos, um deles recebendo cuidados e amor materno e o outro não, partes do cérebro se desenvolveriam melhor no primeiro grupo e se tornariam menos propensos a serem inundados com hormônios de estresse como o cortisol. Assim, se você quiser um ‘rato

³³ Os pesquisadores trabalharam com todos os garotos de uma cidade com 100 mil habitantes – idade média de 10 anos - em 1965. Lidaram com um ranking comportamental elaborado com base nas observações dos professores para as idades de 10 a 13 anos e recolheram, posteriormente, os registros oficiais de envolvimento com crime e violência. Na idade de 13 anos, todos os garotos da amostra tiveram a excreção de adrenalina medida em situações padronizadas (depois de situações não estressantes e estressantes). Os resultados mostraram uma relação positiva entre bom comportamento e ajustamento social com altos níveis de excreção de adrenalina (alta reatividade autônoma). Comportamentos antissociais apareceram correlacionados com baixos níveis de excreção de adrenalina (baixa reatividade autônoma).

tranquilo', será preciso uma maternagem apropriada. Fatores epigenéticos começam a ganhar musculatura no monopólio do DNA.³⁴

Voltando aos genes, os que acham que eles não têm importância no comportamento humano deveriam saber que determinados genes podem fazer com que uma pessoa tenha 882% mais chances de cometer um crime violento. Provocando seus leitores, Eagleman oferece a seguinte estatística com base nos dados do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, considerando a presença ou não destes determinados genes:

Tabela 1: Média de crimes violentos cometidos anualmente nos EUA

Crime	Portadores dos Genes	Não-portadores dos Genes
Agressão com agravantes ³⁵	3.419.000	435.000
Homicídio	14.196	1.468
Assalto à mão armada	2.051.000	157.000
Ataque sexual	442.000	10.000

Fonte: Eagleman (2011:171)

Traduzindo: se você for portador destes genes, suas chances de agredir com gravidade alguém é oito vezes maior; de matar alguém, dez vezes maior; de praticar um roubo armado, 13 vezes maior e de cometer um crime sexual, 44 vezes maior. Os genes a que se refere Eagleman estão todos no cromossomo Y. São eles os responsáveis pela existência do sexo masculino. Quando examinamos o envolvimento com práticas violentas, as diferenças entre os sexos são, ainda hoje, pouco valorizadas na tradição sociológica, a despeito de oferecerem a mais evidente e avassaladora evidência sobre propensões genéticas muito diversas entre os seres humanos. Diferenças que,

³⁴ No original: (...) *if rats were separated into two groups, one of which received maternal care and love while the other did not, parts of the brain grew better in the former group and they were less likely to flood themselves with stress hormones such as cortisol. So, if you want a laid-back rat, mother it properly. Epigenetic factors began to muscle in on the DNA monopoly.*

³⁵ A expressão traduz *aggravated assault*, o tipo de crime que envolve lesões corporais graves, consumadas ou tentadas, e que revelam especial desprezo pela vida alheia. Nos EUA, equivale à intenção de matar, de roubar ou de estuprar.

assinale-se, são encontradas em quase todas as culturas e sociedades conhecidas.³⁶ Inclusive naquelas onde se conquistou uma realidade de efetiva igualdade entre homens e mulheres, como nos países escandinavos, os atos de violência física seguem sendo característica fundamentalmente masculina, o que enfraquece em muito as hipóteses culturalistas, como as sustentadas por algumas abordagens feministas que tendem a reduzir a agressividade masculina a um comportamento resultante dos valores patriarcais que legitimam a desigualdade de poder entre homens e mulheres e prescrevem papéis para os gêneros.

Pesquisas realizadas por Bailey e Paterson (1995), por exemplo, orientadas por uma perspectiva teórica feminista, sugerem que as taxas de homicídio feminino nos EUA podem estar mais associadas às desigualdades de poder e ao status feminino quando os autores são parceiros ou ex-parceiros. Em contraste, numerosos estudos apontam para algo mais profundo do que as influências culturais e os papéis de gênero. Pesquisas têm identificado, por exemplo, propensões muito diferentes com relação a comportamentos agressivos entre crianças de ambos os sexos, desde os dois anos de idade. Aparentemente, as meninas possuem – na média – uma capacidade maior para interpretar corretamente as intenções dos demais e, também, uma maior capacidade empática. Os meninos, desde muito cedo, são mais competitivos e impulsivos e costumam reagir com hostilidade mediante a presença de estranhos (DODGE, 1980; DODGE e FRAME, 1982; DODGE *et al*, 1984, HAPPE e FRITH, 1996 e OROBIO DE CASTRO *et al*, 2002). A propósito, diferenças comportamentais já foram observadas no primeiro dia de vida dos bebês. Pesquisa realizada na Inglaterra por Connellan (2001 *apud* BARON-COHEN, 2004:73) filmou a reação de mais de 100 bebês recém-nascidos diante de duas figuras posicionadas acima do berço: a de uma mulher

³⁶ Alguns estudos antropológicos, como o de Gilmore (1990), sustentam que apenas algumas comunidades não teriam experimentado esta quase equivalência entre masculinidade e violência. Em seu trabalho, este seria o caso do povo semai na Malásia central e dos thaitianos. Mesmo assim, ele identifica características universais como proteger os dependentes e obter as provisões para familiares e amigos, o que os coloca em situações potencialmente perigosas: “*In fulfilling their obligations, men stand to lose— a hovering threat that separates them from women and boys. They stand to lose their reputations or their lives; yet their prescribed tasks must be done if the group is to survive and prosper*” (Ob cit. p. 223).

sorridente e a de um móbile, do mesmo tamanho, cor e formato da gravura, mas com uma aparência mecânica, de objeto. O estudo queria saber se haveria alguma diferença na atenção dos bebês para as duas figuras e encontrou que as meninas olhavam muito mais tempo para o rosto e os meninos, muito mais tempo para o móbile.

Empatia e impulsividade são, aliás, características muito importantes quando se estuda os comportamentos violentos. Pessoas com uma maior capacidade empática são capazes de se transportar para o lugar do outro e se compadecer com sua dor. As evidências disponíveis permitem concluir que as mulheres são, em média, mais empáticas que os homens e que estes são, em média, mais impulsivos. Autores como Wilson e Hemnstein (1985) argumentam que os comportamentos disruptivos são causados, fundamentalmente, pela dificuldade que os agressores possuem de controlar seus impulsos e pela reduzida capacidade empática que os torna relativamente insensíveis à dor do outro. Recentemente, trabalho de Zac (2011, 2012) sugere que o hormônio oxitocina desempenhe um papel importante na modulação do altruísmo³⁷ e que níveis altos de estresse bloqueiam sua liberação, com o que se abrem novos caminhos para a compreensão da neuroquímica das emoções e da empatia e, por decorrência, para o entendimento da agência humana.

Na filosofia contemporânea, a polêmica *nature versus nurture* está, de qualquer forma, longe de ser encerrada. Neste particular, a posição de Prinz (2012), talvez ofereça uma síntese interessante e não dualista. Para ele, deve-se reconhecer que a biologia é importante, mas que são as condições ambientais que respondem pela variabilidade humana.

As diferenças generalizadas na percepção, inteligência e temperamento podem, frequentemente, ser atribuídas a causas culturais ao invés de biológicas. Tais descobertas ilustram uma nova apreciação da variação global dentro das ciências sociais e uma nova compreensão das nossas disparidades 'domésticas'. A forma como pensamos – não apenas sobre o que pensamos – depende da experiência e da socialização. Esta perspectiva pode ser chamada de 'nurturism'. Os adeptos do 'nurturism' concordam com os naturistas que a biologia importa. Se quisermos compreender o comportamento humano, é importante lembrar que capacidades e motivações humanas são

³⁷ Experiência com administração de Oxitocina (OT) realizada por Zac revelou que o hormônio aumenta em 80% a generosidade quando comparadas as reações do grupo de intervenção com o grupo de controle (que recebeu placebo).

biologicamente limitadas. Se nos concentramos nesses restrições, entretanto, perdemos na leitura da manchete. O que torna nossa espécie mais interessante é que exibimos uma variação surpreendente. Somos as únicas criaturas do planeta que podem alterar radicalmente seus programas biológicos. *Nurturists* enfatizam a flexibilidade, enquanto os *naturistas* enfatizam a fixidez³⁸.

1.4 Teoria da Desorganização Social

Parece evidente que as estruturas econômicas e políticas exercem um impacto importante sobre todos os fenômenos sociais, inclusive sobre as taxas criminais e as ocorrências violentas interpessoais. Dificuldades econômicas e uma vida marcada por carecimentos materiais afetam particularmente as crianças. Elas terão mais chances de nascerem abaixo do peso normal, de morrerem no primeiro ano de vida, de passarem fome ou serem vítimas de abuso sexual. Ao mesmo tempo, terão menos chances de serem imunizadas por vacinas, de receberem cuidados médicos adequados e de terem o tipo de desenvolvimento cognitivo que lhes facilite uma história de sucesso na escola (DUNCAN e BROOKS-GUNN, 1997; NATIONAL COMMISSION OF CHILDREN, 1991). Além disso, sabemos que muitos efeitos sociais e psicológicos negativos estão associados à pobreza. Uma criança que tenha sido exposta a longos períodos de privação econômica possui chances muito maiores de desenvolver ansiedade e de se sentir simplesmente infeliz. A mesma experiência está correlacionada a níveis maiores de desobediência e agressividade (McLEOD e SHANAHAN, 1993).

Muitas das perspectivas modernas em criminologia, a começar pelas abordagens introduzidas pela Teoria da Desorganização Social (*Social*

³⁸ No original: *The widespread differences in perception, intelligence and temperament can often be traced to cultural, rather than biological, causes. Such discoveries illustrate a new appreciation of global variation within the social sciences, and a new understanding of disparities here at home. The way we think – not just what we think about – depends on experience and socialization. This perspective can be called nurturism. Nurturists agree with naturists that biology matters. If we want to understand human behaviour, it is important to remember that human capacities and motivations are biologically constrained. But, when we focus on those biological constraints, we miss out on the headline news. What makes our species most interesting is that we exhibit astonishing variation. We are the only creatures on the planet that can radically alter biological programs. Nurturists emphasise flexibility, while naturists emphasise fixity.*

Disorganization Theory), destacaram o papel de características “ambientais” de determinadas regiões e bairros produzidas ao longo do próprio desenvolvimento urbano, tais como pobreza, falta de serviços públicos, ausência de controle social informal, enfraquecimento das instituições sociais de controle como família, escola e igreja etc. Esta visão, uma das vertentes da chamada “Escola de Chicago”, foi representada pelo trabalho, entre outros, de Clifford Shaw e Henry McKay que identificaram padrões de criminalidade a partir de zonas definidas por círculos concêntricos na cidade de Chicago, na década de 30. O fato dos estudos terem percebido a manutenção daqueles padrões mesmo após mudanças significativas na composição étnica das regiões, reforçou a conclusão de que “a área importa” e que as taxas de criminalidade estavam sendo condicionadas não por características pessoais dos moradores, mas por experiências sociais características daquelas realidades concretas, sendo os valores delituosos transmitidos dos antigos para os novos residentes.

De forma mais ampla, pode-se definir a Teoria como a redução da influência das regras sociais existentes sobre os comportamentos sobre os membros individuais do grupo (THOMAS e ZNANIECKI, 1994:57)³⁹. O fenômeno não seria excepcional, nem limitado a determinados tipos de sociedade. Em períodos de estabilidade, as manifestações de desorganização social são neutralizadas pelas ações de conformidade e pelo poder de sanção das normas. Este equilíbrio seria rompido, entretanto, em momentos especiais, podendo, no limite, levar à dissolução do grupo. Thomas e Znaniecki (1994) sublinham que o processo mais comum, após a crise da desorganização, é a retomada do processo de organização, mas agora não apenas com o reforço das normas e do seu poder de sanção. Este novo processo demandaria o aperfeiçoamento das regras e/ou reformas legais, além de novas instituições mais capazes de responder às demandas evidenciadas pela crise de desorganização. Os autores denominam esse processo de “reconstrução social”.

³⁹ No original: *A decrease of the influence of existing social rules of behavior upon individual members of the group.*

As evidências encontradas pelos adeptos da Teoria da Desorganização Social, entretanto, ainda que bastante influentes ao longo do século XX, foram, desde o início, relativizadas por outras abordagens. A presença de uma maioria de pessoas não envolvida com o crime, mesmo em áreas com altas taxas criminais, permanecia um fenômeno inexplicado. Ao mesmo tempo, não se sabia até que ponto as áreas desorganizadas produziam efetivamente tradições delituosas ou se, por diversas características econômicas, culturais e sociais, atraíam pessoas inclinadas à delinquência.

1.5 Teoria da Associação Diferencial

Maquiavel expressou sua concordância com a afirmação de que más companhias conduzem os homens à força. Entre os sociólogos, ninguém concordaria mais com ele do que Edwin Sutherland (1883-1950), que já foi considerado o mais influente criminólogo do século XX. Sua obra, destacadamente “Princípios da Criminologia”, lançada em 1939, é um marco na criminologia moderna. Para Sutherland, deve-se partir da constatação de que os comportamentos disruptivos são assimilados a partir da interação com pessoas envolvidas com o crime e a violência. Neste processo, as pessoas teriam contato não apenas com os valores que amparam as ações transgressoras, mas também com as técnicas delituosas e com as racionalizações típicas empregadas pelos autores e que lhes são fundamentais para “suportar” a consciência de terem rompido as normas legais.

Sutherland conhecia bastante bem a contribuição da chamada “Escola de Chicago” (SHOEMAKER, 2010) e estava ciente de que a Teoria da Desorganização Social não era capaz de explicar as dinâmicas criminais. Com sua Teoria da Associação Diferencial, ele procurou um caminho capaz de superar as visões tradicionais da Psicologia - que haviam tentado explicar o crime por características da personalidade dos indivíduos - e também a perspectiva macrossocial oferecidas pela Escola de Chicago. Para isso, sustentou que, onde as abordagens ecológicas identificavam “desorganização social”, o que havia, de fato, era organização social distinta. Algumas áreas

estariam organizadas de tal forma que funcionariam bem na prevenção do crime; outras estariam organizadas de forma a estimular as práticas criminais. A ideia de que o comportamento criminal seria o resultado de uma aprendizagem específica demarcava com as concepções que situavam as condutas criminais e violentas como comportamentos herdados. Com esta posição, Sutherland sugere que a etiologia da criminalidade e da violência deve ser identificada nas interações particulares, quase sempre entre pequenos grupos. Com isto, ele também sublinha o quanto considera secundário ou mesmo irrelevante o papel desempenhado pelos agenciamentos impessoais na formação dos comportamentos criminais como, por exemplo, aqueles propiciados pela interação com a mídia. Para ele, em alguns grupos sociais, o respeito à lei é apreciado como um valor, enquanto que, em outros, a inobservância das normas legais é um comportamento que passa a ser esperado e mesmo valorizado. Não raro, os grupos sociais assumem determinadas normas legais como válidas, enquanto relativizam ou ignoram a orientação emanada de outras. Uma pessoa tende a se tornar criminoso – no sentido de construir uma carreira criminal – na exata medida em que as exigências em favor da violação das normas legais forem mais fortes em seu grupo do que a adesão a elas. Nas palavras de Sutherland (1949 *Apud* THEODORSON e THEODORSON, 1979:113).

“A hipótese da associação diferencial é a de que o comportamento criminoso é apreendido em associação com aqueles que se definem a favor deste comportamento e de maneira isolada diante daqueles que possuem uma definição contrária, e uma pessoa em uma situação apropriada se envolve em um comportamento criminoso se, e somente se, o peso daquelas definições favoráveis ultrapassar o peso das definições contrárias”⁴⁰.

Assim, em alguns grupos, a socialização se daria preponderantemente em associação a padrões criminosos; enquanto em outros, a socialização seguiria um padrão preponderantemente de conformidade às normas legais.

⁴⁰ No original: “*The hypothesis of differential association is that criminal behavior is learned in association with those who define such criminal behavior favorably and in isolation from those who define it unfavorably, and that a person in an appropriate situation engages in such criminal behavior if, and only if, the weight of the favorable definitions exceeds the weight of the unfavorable definitions*”.

Quando Sutherland anunciou sua teoria, resumiu sua concepção mais geral em sete enunciados básicos. Depois, passou a apresentá-la nas seguintes nove proposições:

- 1) O comportamento criminal é aprendido.
- 2) Os comportamentos criminais são aprendidos na interação com outras pessoas em processos comunicacionais.
- 3) A parte mais significativa deste processo de aprendizagem de comportamentos criminais ocorre em grupos pessoais íntimos.
- 4) O processo de aprendizagem de um comportamento criminal inclui a) as técnicas de cometimento do crime, b) os sentidos construídos sobre os motivos, as racionalizações, os impulsos e as atitudes necessárias ao crime.
- 5) Tais sentidos são aprendidos desde definições favoráveis ou desfavoráveis diante das leis; ou seja: desde as atitudes diante das leis.
- 6) Uma pessoa se transforma em delinquente por conta do excesso de definições favoráveis à violação da lei sobre as definições desfavoráveis à violação da lei.
- 7) A Associação Diferencial pode variar em frequência, duração, prioridade e intensidade.
- 8) O processo de aprendizado do comportamento criminal através da associação com padrões criminais e anticriminais envolve todos os mecanismos presentes em outros processos de aprendizagem.
- 9) Tanto o comportamento criminal quanto o comportamento não criminal são expressões de necessidades e valores generalizados, embora não sejam explicados por estes valores e necessidades.

Ao longo dos anos, seguidores de Sutherland enfatizaram diferentes aspectos de sua obra. McCarthy (1996) chama a atenção para o fato de que, modernamente, tem se dado muita importância à dimensão simbólica da associação diferencial – o aprendizado dos sentidos construídos sobre os motivos, racionalizações, impulsos e atitudes necessárias ao crime, ignorando-

se os efeitos da exposição e da aquisição das habilidades criminosas (aspectos do enunciado nº 4). Em seu trabalho de campo, McCarthy encontrou que, entre os jovens moradores de rua, a tutela é uma parte integrante do processo de aprendizagem para o furto e para o tráfico de drogas, recuperando um aspecto central da Teoria. Este era um tipo de conduta criminal que exigia treinamento, o que pressupõe "instruções verbais" sobre como cometer furtos, bem como a assistência real na prática de crimes. No debate contemporâneo, a lembrança parece importante se tivermos em conta a associação diferencial possivelmente em curso nas interações entre presos e egressos do sistema prisional e os novatos.

Feita esta ressalva, importa lembrar que a Associação Diferencial para Sutherland não pode ser compreendida como o resultado do contato com criminosos ou com comportamentos criminais, mas sim como resultado de um compartilhamento de valores em ambientes onde as definições criminais superam as definições "neutras" ou anticrime.

A par de suas virtudes, as posições de Sutherland parecem excessivamente genéricas para dar conta das dinâmicas criminais. A propósito, alguns pesquisadores (CRESSEY, 1952; SHORT, 1960 e STANFIELD, 1966 *apud* THEODORSON e THEODORSON, 1979:190) sublinharam as dificuldades de validação da Teoria, vez que os conceitos-chaves dificilmente poderiam ser medidos. Assim, por exemplo, como saber concretamente quando há "excesso de definições em favor do crime"? Ao mesmo tempo, são muitos os autores que têm destacado o papel dos amigos, ou dos "pares", notadamente na adolescência, para as definições criminais – como, por exemplo, Warr (2012) – o que termina oferecendo uma base de apoio não desprezível para a Teoria da Associação Diferencial. Os resultados das pesquisas que evidenciam a correlação entre amigos criminosos e o envolvimento com o crime, de qualquer maneira, estão longe de oferecer prova da Associação Diferencial.

1.6 Teoria da Neutralização

David Matza e Gresham Sykes reformularam a abordagem de Sutherland. Para estes criminólogos, o campo da etiologia criminal era, até

então, dominado por concepções excessivamente determinísticas que apresentavam os adolescentes sempre como se eles fossem ou “respeitadores da lei” ou “criminosos”. Na verdade, os adolescentes não seriam uma coisa, nem outra; ou, se preferirem, seriam, às vezes, uma coisa; às vezes, outra, a depender das circunstâncias. Para todos os efeitos, é como se eles estivessem “à deriva”. Lembrando o fenômeno da desistência criminal eles perguntam: - Se o crime é causado por fatores biológicos ou psicológicos, porque a influência destes fatores diminui tanto após a adolescência? Se as subculturas criminosas são tão fortes a ponto de socializar os adolescentes na definição de que o crime é aceitável, então o que explicaria o fenômeno da “reforma de maturação”, quando os jovens renunciam aos comportamentos criminosos, entre os seus 20 e 30 anos?

Sykes e Matza (1957) sustentam que os jovens envolvidos com o crime seguem sendo influenciados pelos valores do respeito às leis, mas conseguem “desativá-los” temporariamente – como inaplicáveis ou desimportantes - usando técnicas de neutralização moral. Estas técnicas oferecem uma espécie de racionalização pela qual o ato desviante é integrado em uma moldura que o legitima por outros valores. Desta forma, o autor do delito pode conviver com o fato de ter desrespeitado a norma, sem sentir-se culpado por isso e sem ter remorsos pelos danos produzidos às vítimas⁴¹. Sua autoimagem pode, assim, seguir sendo positiva. Pesquisadores encontraram evidências importantes a favor dessa abordagem conhecida como “Teoria da Neutralização” ou “Teoria da Deriva” (REISS,1961; SHORT e STRODTBECK,1965 e CRITCHLOW,1983 *apud* PERETTI-WATEL, 2003). Já Shoemaker (2010:203) assinala que as dificuldades de validação da Teoria são as mesmas observadas para a Associação Diferencial e estudos de revisão como o de Minor (1980) encontraram poucas evidências em favor da neutralização.

A teoria de Matza e Sykes, inserida na tradição sociológica do interacionismo simbólico, recusa a noção segundo a qual haveria uma

⁴¹ Por conta deste resultado, a Teoria da Neutralização tem oferecido um importante ponto de apoio para a abordagem de superação de conflitos conhecida como “Justiça Restaurativa”. O encontro com as vítimas, dentro de um modelo de Justiça Restaurativa, tornaria muito mais difícil manter construções ficcionais do tipo, permitindo com que os autores de atos delituosos enfrentem a realidade dos danos causados às pessoas.

“subcultura delinquente” estruturada em torno de valores independentes da cultura dominante. As pessoas envolvidas em comportamentos delituosos compartilham valores tradicionais amplamente disseminados na sociedade e apreciam os mesmos objetivos de vida dos cidadãos cumpridores dos seus deveres. Elas intuiriam, entretanto, que seus pares desaprovam comportamentos em conformidade com as normas sociais tradicionais – como a dedicação ao trabalho e ao estudo, por exemplo – razão pela qual não expressariam os valores correspondentes.

Os mecanismos que operam como técnicas de neutralização seriam de cinco tipos:

- 1) Negação de responsabilidade – quando o infrator entende que foi vítima de uma circunstância que o conduziu a uma situação muito além do seu controle. “Isto não foi minha culpa!”
- 2) Negação do dano - quando o infrator supõe que seu ato não causou, verdadeiramente, algum dano sério e que a vítima pode suportar facilmente o prejuízo causado. “Por que toda essa confusão? Ora, eles têm muito dinheiro...”
- 3) Negação da vitimização - quando o infrator assume que seu ato não foi, afinal, tão errado porque a vítima bem que merecia o dano que ele causou; na verdade, ela não seria exatamente uma “vítima”. “Eles colheram as consequências do que fizeram.”
- 4) Condenação dos condenadores – Os que condenam são vistos como hipócritas que culpam os outros por conta de seus próprios erros. “Eles provavelmente fazem coisas muito piores todos os dias”.
- 5) Apelação a uma lealdade superior - Quando o infrator entende que determinadas regras sociais devem ser quebradas para que eles mantenham sua lealdade a algum valor apresentado como superior. “Meus amigos dependiam de mim, o que você queria que eu fizesse?”

Para Matza e Sykes, racionalizações do tipo estariam na origem do comportamento delituoso. Não seriam, enfim, apenas justificativas *a posteriori*. O problema aqui parece ser o não reconhecimento de que o comportamento

humano nem sempre é racionalmente motivado. Aliás, uma visão de conjunto sobre a ação humana encontrará dificuldades em compreendê-la como consequência de escolhas racionais. Muitos são os estudos que demonstram a opção preferencial dos humanos por alternativas equivocadas, motivadas pelo preconceito ou por mecanismos que operam inconscientemente (MLODINOW, 2012; ARIELY, 2010 e BRAFMAN e BRAFMAN, 2009). Justificativas racionais para a ação, por isto mesmo, costumam ser oferecidas *post factum*. Razão pela qual hábitos e estruturas regulem melhor a ação do que a razão (HAMLIN, 1988).

1.7 Teoria da Rotulação

Uma interessante vertente da criminologia contemporânea é a chamada “Teoria da Rotulação” (*Labelling Theory*). Na tradição do Interacionismo Simbólico - Becker (2008) e Goffman (1988), por exemplo -, essa abordagem sustenta que o processo pelo qual a sociedade rotula as minorias como “desviantes” produz, ele mesmo, desvios secundários. A Teoria destacou os efeitos dos estereótipos e as dinâmicas das “profecias que se autorrealizam” (*self-fulfilling prophecies*)⁴². No mundo contemporâneo, os efeitos criminogênicos produzidos a partir da rotulação - como, por exemplo, no caso de egressos do sistema penitenciário, encaminhados em grande parte para a reincidência por conta do estigma social - são amplamente conhecidos. Pode-se encontrar em Dürkheim a primeira sugestão a respeito dos rótulos que satisfaziam as necessidades sociais de controle dos comportamentos, mas, como regra, se reconhece ao pragmatismo americano⁴³, destacadamente a George Herbert Mead, o substrato teórico mais importante para a Teoria⁴⁴.

⁴² O conceito de “profecias que se autorrealizam” foi cunhado por Robert K. Merton e indica o tipo de predição que se realiza como verdade pelo simples fato de ter sido anunciada. Merton (1968:477) define assim o conceito: “A profecia que se autorrealiza é, no começo, a definição falsa de uma situação que provoca um comportamento que faz com que a definição original se torne verdadeira. Esta validade especial da profecia que se autorrealiza perpetua o reino do erro (pois) o profeta irá invocar o curso real dos eventos como prova de que ele estava certo desde o início”.

⁴³ Tradição filosófica que se inicia em 1870 nos EUA com a rejeição da noção de que o pensamento possuía a função de espelhar a realidade (representando-a ou descrevendo-a). Para o pragmatismo, o pensamento é um instrumento para a ação, o que envolve a predição e

Para as perspectivas interacionistas, as pessoas não respondem ao mundo tal como ele é, mas, antes, respondem as suas ideias sobre o que o mundo é (ROCK, 2003:70). Caberia, assim, à Sociologia desvendar os significados destas ideias, analisá-las e identificar suas interações e origens. A agenda sociológica teria, desta forma, um foco nos processos simbólicos de significação. A importância da linguagem parece óbvia e a construção de identidades pessoais passa a ser vista como um processo central na definição das possibilidades inauguradas para os sujeitos. A prática de nomear alguém por uma determinada característica pessoal – real ou imaginária – agregaria efeitos específicos pelos quais os demais passariam a se relacionar com o nomeado. Assim, por exemplo, se alguém é chamado de “bandido” é provável que este nome se transforme em uma identidade, o que dificultará sobremaneira qualquer tentativa de superação de eventual comprometimento criminal e, não raro, agenciará oportunidades de novos comprometimentos. O processo de “rotulação” implicaria em uma redução da pessoa à identidade criada pelo rótulo, viabilizando a emergência de uma lógica estigmatizadora tornada muito mais potente nas sociedades contemporâneas e alimentada cegamente pela demanda punitiva disseminada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, legislações conhecidas como *Megan's Law*⁴⁵ tornaram obrigatório em várias jurisdições revelar ao público informações sobre egressos do sistema penitenciário que tenham cumprido pena por crimes sexuais. O objetivo seria aumentar a segurança das comunidades de tal forma que, uma vez alertadas do risco, as próprias

a resolução de problemas. Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey e Richard Rorty estão entre seus expoentes.

⁴⁴ Mead sustentou que o “self” é socialmente construído e reconstruído pelas interações que os indivíduos mantêm em comunidade.

⁴⁵ Nome popular para as legislações nos EUA que determinam a divulgação de informações sobre pessoas condenadas por crimes sexuais. Tais leis, que variam de estado para estado, foram criadas em reação ao estupro e assassinato da menina Megan Kanka, 7 anos, em 29 de julho de 1994, por um vizinho, na cidade de Hamilton Township, Nova Jersey. É comum que se divulgue em sites na Internet nomes de egressos, fotos e natureza do crime. As mesmas informações podem constar em folders, em jornais ou em cartazes. No âmbito federal, a “Lei de Megan” é o *Sexual Offender Act* de 1994 que obriga os condenados por crimes sexuais contra crianças a comunicarem às autoridades locais eventual mudança de endereço ou emprego. Essas obrigações costumam ser válidas por 10 anos, mas podem ser impostas para sempre.

populações reduzam as oportunidades de reincidência específica. Os resultados apurados, entretanto, parecem confirmar efeitos contrários. Uma vez identificados como “criminosos sexuais”, os egressos perdem qualquer possibilidade de inserção comunitária, o que agencia alternativas desviantes secundárias (aquelas tomadas em reação ao rótulo) como a mudança não comunicada de endereço e a identidade falsa. Para lembrar um conceito de Becker (2008), os rotulados tendem a se transformar em ‘outsiders’ e são como que empurrados em direção ao convívio com grupos de ‘outsiders’, o que reforça as características do rótulo e da marginalização decorrente.

Os teóricos da Rotulação sabem que a grande maioria das pessoas comete um ou mais crimes ao longo de suas vidas, mas que apenas algumas são chamadas de “bandidos” ou “criminosos”. Não parece haver dúvidas de que um rótulo criminal, assim como um rótulo que identifique pessoas por conta de práticas tidas como vergonhosas – ainda que legais – tende a se sobrepôr a todas as demais características do rotulado (*master status*). Ser chamado de “vagabundo”, “maconheiro”, “veado”, “puta”, “bêbado” ou “louco”, entre tantas outras expressões depreciativas, tende a ser mais significativo na produção da identidade pessoal do que a circunstância do rotulado ser um bom pai, um escritor brilhante, um trabalhador, um vizinho solidário ou alguém especialmente digno. O que de fato começa a ocorrer com os rotulados é que os demais passam a interpretar suas ações a partir da matriz de significados oferecidos pelo rótulo. Então, se o sujeito cumpriu pena por furto e, agora, busca uma colocação no mercado de trabalho, o rótulo funcionará como uma barreira, já que “ladrões roubam e não trabalham”.

Para a Teoria da Rotulação, em síntese, comportamentos são desviantes apenas quando a sociedade os nomeia como desviantes. Um dos seus pressupostos é o de que determinadas pessoas possuem o poder de rotular, porque ocupam posições proeminentes na sociedade ou porque dispõem de meios mais eficazes para impor suas próprias definições.

1.8 Violência, temperamento e impulsividade

Levantamentos empíricos variados, realizados ao longo das últimas décadas, encontraram forte correlação entre um temperamento⁴⁶ irritadiço na infância (manifesto, entre outras circunstâncias, por dificuldade de adaptação e hábitos irregulares) com dificuldades futuras de adaptação ao final da adolescência e aos primeiros anos da vida adulta. Tal relação parece mesmo óbvia, mas lida, ainda, com categorias muito “abertas”, genéricas, o que dificulta submeter determinadas hipóteses a um controle mais rigoroso. Entre os estudos que procuraram uma maior precisão de análise e que empregaram conceitos mais definidos deve-se citar o experimento realizado na Nova Zelândia que acompanhou mil crianças desde os três anos até a idade de 21 anos, conhecido como Estudo Multidisciplinar sobre Saúde e Desenvolvimento de Dunedin (*Dunedin Multidisciplinary Health and Development Study*). Esta investigação longitudinal tomou como base todas as crianças nascidas de abril de 1972 a março de 1973 na cidade de Dunedin, a quarta maior da Nova Zelândia. Ao todo 1.037 indivíduos, 52% homens e 48% mulheres, formaram o grupo que passou a ser acompanhado até os três anos de idade e, depois, reencontrado aos 5, 7, 9, 11, 13, 15, 18 e 21 anos, para um dia completo de exames clínicos, testes psicológicos, entrevistas e aplicação de questionários para a coleta de dados. Os dados foram complementados mediante respostas a questionários enviados pelo correio para pais, professores e amigos indicados pelos participantes. Mais de 97% dos participantes foram acompanhados por todo o período até os 21 anos, o que é percentual elevadíssimo se levarmos em conta que, em muitos estudos longitudinais, perde-se algo entre 25 a 40% dos indivíduos da amostragem inicial (CASPI, 2000). Entre os resultados apurados, as evidências de coerência comportamental foram muito expressivas.

⁴⁶ A expressão “temperamento” (*temperament*) expressa o equivalente à “personalidade”. Contemporaneamente, uma das definições mais aceitas na Psicologia sobre este conceito é a de que ele identifica as diferenças individuais quanto à reatividade e autorregulação, nos campos do afeto, da atividade e da atenção (ROTHBART e DERRYBERRY (1981).

Aos três anos de idade, 10% das crianças foram consideradas do tipo “subcontroladas”. Elas foram descritas como irritáveis, impulsivas, instáveis emocionalmente e não persistentes em suas tarefas. Ao longo da infância, seus pais e professores avaliaram estas crianças como “difíceis de lidar” (*difficult to manage*). Aos 18 anos, os indivíduos deste grupo se caracterizaram pela “busca por emoções fortes, por altos níveis de impulsividade, de agressividade e alienação interpessoal”. Aos 21 anos, os “subcontrolados” relataram maiores dificuldades de emprego, maiores níveis de conflitos interpessoais em casa e nos seus relacionamentos amorosos. Eles tiveram também extensos atritos com a lei e os papéis que pretendiam desempenhar como adultos foram comprometidos pelo abuso do álcool. As pessoas que os conheciam bem corroboraram este perfil de ajustamento interpessoal conflituoso, descrevendo o grupo de indivíduos subcontrolados como “pouco confiáveis” e “inconfiáveis”.

As crianças que foram consideradas do tipo “Inibido” foram 8% da amostra. Elas foram descritas como muito tímidas, medrosas e nada sociáveis. Quando adolescentes, elas sofreram sentimentos de angústia. Aos 18 anos, foram caracterizadas como pessoas supercontroladas, cautelosas e tímidas, expressando pouco desejo de assumir posições de liderança ou de exercer influência sobre os demais. Aos 21 anos, os indivíduos do grupo dos inibidos relataram baixos níveis de apoio social e uma saúde mental comprometida pela depressão. Pessoas que os conheciam bem corroboraram este perfil, afirmando que os inibidos “não tinham um interesse vivo ou engajamento nos seus mundos” (*lacking lively interest and engagement in their worlds*).

Finalmente, as crianças que foram classificadas como “bem ajustadas” (40% da amostra) superaram suas apreensões ao início dos testes, tornando-se “amigáveis” ao longo de toda a infância. As pessoas deste grupo mostraram autocontrole e não ficaram incomodadas mesmo quando os testes eram difíceis. Elas continuavam com estas características na entrada da vida adulta. Comentando estes resultados, Caspi (2000) assinala:

A palavra-chave (aqui) é probabilidade. Estudos longitudinais a respeito da história natural de desenvolvimento da personalidade assinalam que a continuidade é mais provável que a mudança. O fato dos estudos apontarem

para a conexão do desenvolvimento comportamental ao longo da vida, entretanto, não exclui a possibilidade de intervenções planejadas, nem nega a possibilidade de ocorrência natural de mudança (...) outras mudanças surgem por conta da intersecção entre as disposições psicológicas e a estrutura social ou as características ecológicas que criam diferentes oportunidades para a expressão das diferenças individuais. Assim, por exemplo, meninos subcontrolados possuem muito menos chance de se envolver com o crime se permanecerem na escola (Ob cit. p. 170).

Muitos são os trabalhos que demonstram o quanto é possível delinear uma política pública precisa a partir de um diagnóstico bem feito, inclusive quando características psicológicas são adequadamente consideradas. Um estudo longitudinal realizado em Montreal (TREMBLAY, 1995, *apud* FARRINGTON, 2002: 685) nos oferece um bom exemplo. Este trabalho identificou 300 meninos disruptivos (agressividade/hiperatividade) com a idade de seis anos. As crianças foram, então, abordadas com um treinamento especial, enfatizando a meta de desenvolver o autocontrole. Também seus pais foram treinados de forma a reforçar o processo educacional em casa. O programa se revelou um sucesso e os meninos mudaram efetivamente suas condutas. Aos 12 anos, garotos que haviam participado do projeto, estiveram muito menos envolvidos em atos infracionais e em brigas e manifestaram menor probabilidade de ficarem alcoolizados ou de usarem drogas, quando comparados com o grupo de controle. Os mesmos meninos tiveram ótimo desempenho na escola.

Por isso, o fenômeno da continuidade só pode ser compreendido como uma tendência. Presente, aliás, não apenas quanto ao envolvimento ou não-envolvimento com o crime, mas em outros comportamentos não criminais, mas correlacionados à carência de autocontrole (HIRSCHI, 1990:91) como o hábito de fumar, o alcoolismo, a conduta sexual promíscua e o envolvimento em acidentes. Para Robins (1966 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995:125), o comportamento antissocial na infância prediz classe social de forma mais eficiente do que a classe social poderia prever comportamento antissocial.

Assim, pode-se dizer que as evidências sugerem que comportamentos disruptivos são relativamente estáveis ao longo da vida e que conduta antissocial na infância é um forte fator de risco para resultados problemáticos na vida adulta.

O conceito de “impulsividade” surge, desde então, como um tema central sempre que se debate sobre fatores de risco individuais para o crime e a violência. Segundo a revisão de Farrington (2002:666), o conceito inclui várias características como hiperatividade, ausência de consideração pelas consequências, dificuldade de planejamento, orientação por perspectivas de curto prazo (baixa capacidade de adiar gratificações), baixo autocontrole, busca por sensações fortes e gosto pelo risco. Nesta linha, muitos estudos modernos têm relacionado hiperatividade com infração. O mesmo autor cita o “Projeto Perinatal de Copenhague”, uma pesquisa onde a hiperatividade e a dificuldade de concentração entre os 11 e 13 anos foram consideradas preditoras para prisões por atos violentos até os 22 anos, especialmente para meninos que enfrentaram complicações ao nascimento. Para estes casos, mais da metade dos garotos foram presos por atos violentos na idade adulta contra 10% de taxa de prisão verificada entre os demais (BRENNAN *et al*, 1993 *apud* FARRINGTON, 2002:666). Da mesma forma, o estudo longitudinal de *Orebro*, na Suécia, relacionou hiperatividade aos 13 anos com registro criminal por ato violento até os 26 anos. A mais alta taxa de violência foi encontrada entre jovens do sexo masculino com hiperatividade motora e dificuldade de concentração (15%) contra 3% dos restantes (KLINTEBERG, 1993 *apud* FARRINGTON, 2002:667).

Ousadia, baixa concentração e hiperatividade são fatores de risco para condenações criminais e para infrações autorrelatadas, sendo “ousadia” o preditor mais independente. Casos de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, no período entre os oito e dez anos, aparecem como fortes fatores de risco para futuras condenações, independentemente de eventuais problemas de conduta (FARRINGTON *et al*, 1990). Seguindo a mesma linha de investigações empíricas, autores como Lynam (1996) argumentam que crianças com TDAH e problemas de conduta possuem alto risco de desenvolverem comportamento infracional crônico no futuro⁴⁷.

⁴⁷ No Brasil, é preciso alertar para aquilo que parece configurar a possível banalização dos diagnósticos de TDAH. Recente estudo da Anvisa encontrou que, entre 2009 e 2011, o consumo do metilfenidato, medicamento comercializado no Brasil com os nomes Ritalina e Concerta, aumentou 75% entre crianças e adolescentes na faixa dos 6 aos 16 anos.

As pesquisas na área da psicologia sobre o comportamento criminal têm, como regra, lidado com quatro tipos de personalidades: a) psicopata primário, b) psicopata secundário⁴⁸; c) controlado e d) inibido. Segundo as dimensões de sociabilidade e de psicopatia, os quatro tipos seriam distribuídos, segundo Chambers (2010:312) como na figura 1:

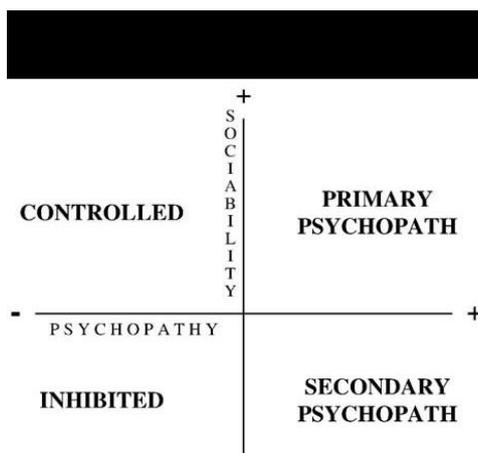


Figura 1: Tipos de personalidade

Fonte: CHAMBERS, Jemma C. An exploration of the mechanisms underlying the development of repeat and one-time violent offenders. *Aggression and Violent Behavior* 15, pp: 310–323, Elsevier. 2010

O desenvolvimento das psicopatias na infância pode ser fortemente influenciado pelos pais e familiares. Estudo de Pardini, *et al* (2003) com 169 jovens, 97 homens e 72 mulheres, sugere a existência de duas dimensões associadas à psicopatia entre jovens, o “fator insensibilidade” (a

⁴⁸ Psicopatas primários demonstram falta de empatia, são autocentrados, manipuladores e manifestam déficits afetivos e interpessoais. Psicopatas secundários manifestam desinteresse e impulsividade, tendem a não planejar seu cotidiano ou o seu futuro e a manifestar comportamento antissocial. O tipo psicopata primário vincula-se desproporcionalmente à expectativa de recompensas tangíveis e à dominação por comportamento agressivo, sem maior relação com a expectativa de que a agressividade deva ser punida. Este foco na recompensa mais do que na punição foi encontrado em uma amostra de crianças e adolescentes entre três e 13 anos (O'BRIEN e FRICK, 1996). O conceito de psicopatia, de qualquer forma, parece ainda insuficientemente determinado. Desafortunadamente também, o comportamento usado para expor a psicopatia normalmente é parte da definição de psicopatia. Assim, como o disse Barbara Wootton, “[A psicopatia] é, por excelência, sem qualquer vergonha ou qualificação, o modelo de processo circular pelo qual anormalidades mentais são deduzidas de comportamentos antissociais enquanto comportamentos antissociais são explicados por anormalidades mentais” (WOOTTON, 1959 *apud* HIRSCHI, 2002:17).

callous/unemotional factor) e o “fator impulsividade” (*impulsivity/conduct problems factor*), estando o fator insensibilidade associado com o aumento do foco nos aspectos positivos da agressão e com a diminuição do foco nos aspectos negativos dos atos hostis. Frick, *et al* (1994) encontraram uma correlação entre o “fator insensibilidade” e histórico de prisões dos pais. Sabe-se que um ambiente familiar violento está correlacionado à transmissão intergeracional de padrões de comportamentos violentos (FARRINGTON, 1989) e que o aumento da vitimização violenta na infância é fator preditivo para níveis mais elevados de crimes violentos cometidos pelos sobreviventes quando adultos (GELLER e FORD-SOMMA, 1984).

O estudo clássico de Megargee e Mendelsohn (1962), que mediu hostilidade e impulsividade entre autores de crimes com violência e sem violência, nos oferece outro exemplo na fronteira da psicologia com a sociologia. Para a surpresa geral, este estudo encontrou que os autores de crimes com maior violência tinham escores mais altos nas escalas que mediam inibição à agressividade. O trabalho concluiu que há dois tipos de personalidades mais aptas à prática de crimes violentos dolosos: os “supercontrolados” e os “subcontrolados”. O tipo “super” é caracterizado pela inibição em expressar sua agressividade, o que o conduz a acumular frustrações até o momento de explosão, via de regra uma manifestação inesperada de violência grave. O tipo “sub”, em contraste, não possui esta inibição e tende a reagir de forma agressiva sempre que for provocado. O estudo lidou com a hipótese de que a violência dos supercontrolados tende a alcançar um nível mais grave, se comparada ao tipo corriqueiro de resposta violenta do subcontrolado; exceção feita aos casos onde há uma provocação grave dos subcontrolados (que, então, tendem a reagir com muita violência). Os autores de atos delituosos do tipo “super” são mais velhos, alcançam maiores escores em testes de inteligência e possuem menos registros criminais que os seus pares “sub” (BLACKBURN, 1971). Para Caspi (2000), indivíduos supercontrolados possuem muito receio de serem capturados por conta de um comportamento delituoso e tendem a manifestar sua primeira reação violenta muito mais tarde do que os subcontrolados, que já externalizariam comportamentos violentos aos cinco anos de idade.

Abordagens e teorias psicológicas a respeito da delinquência podem conduzir a conclusões parciais e distorcidas, como todas as demais abordagens e teorias. Por óbvio, crime e violência dificilmente serão explicados como fenômenos produzidos por “perturbações internas”. O que é muito diverso de se desconsiderar tais perturbações e, especialmente, as circunstâncias mais comuns que as promovem, na etiologia do crime. Por outro lado, a presença de características psicológicas perturbadoras ou mesmo de doenças mentais não oferece, em si mesma, explicação suficiente para o crime e a violência. Os estudos de Sheldon e Eleanor Glueck encontraram, a propósito, um dado interessante. Na comparação que realizaram entre 500 jovens autores de atos delituosos e uma amostra pareada de jovens não envolvidos com o crime, apenas 1% do primeiro grupo foram considerados “psicóticos”; já entre os não envolvidos com o crime, este percentual foi, surpreendentemente, de 1,6% (SHOEMAKER, 2010:76). Termos como “psicopata”, “sociopata” e “personalidade antissocial” aparecem com frequência no debate público a respeito do crime e da violência, ainda que seus sentidos não sejam exatamente nítidos e que mesmo entre profissionais da área sigam sendo empregados com determinada licenciosidade ou descritério. Fenômeno que deveria ser considerado com gravidade, senão por outro motivo porque o uso daquelas expressões – entre tantas outras – pode equivaler a uma sentença perpétua e mesmo destruir a vida dos rotulados.

Retomando o tema da empatia, parece claro que uma pequena capacidade de se sensibilizar com os problemas vividos pelos outros estará naturalmente relacionada com a prática de crimes. Pessoas capazes de se vincular emocionalmente à dor sentida pelos demais, afinal, têm menos probabilidades de vitimizar alguém. Por conta desta conclusão, programas orientados pelo chamado “cognitivismo-comportamentalista”, que visam aumentar a empatia (entendida como a capacidade de se identificar com os demais), têm sido estimulados na Inglaterra e em outros países⁴⁹. Os resultados empíricos, entretanto, para se medir a empatia são, ainda, muito frágeis.

⁴⁹ A referência mais importante destes esforços é oferecida pelo trabalho de Ross e Ross (1995).

1.9 O Código das Ruas: Cultura e violência

Por outro lado, fatores relativos à interação social, mais destacadamente os valores culturais compartilhados por vertentes transgressoras e/ou marginais, têm também recebido atenção dos pesquisadores. A Criminologia identificou, há muito, que ter amigos violentos é uma circunstância também relacionada com uma atitude de valorização da violência que poderá mediar violência futura (BRENDGEN *et al*, 2002). Anderson (1999), por exemplo, trabalha com um conjunto especial de valores, o chamado “código das ruas”, expressão com a qual se procura designar determinadas regras e comportamentos que orientam a ação de alguns jovens das periferias e que estão presentes em suas interações cotidianas e em sua linguagem. O código das ruas transforma a violência em um tipo de prática valorizada pelo grupo, como uma espécie de potencialidade associada à coragem, à honra e à própria definição de “ser homem”. Não se trata, então, apenas de regras que tolerariam a ocorrência de práticas violentas, mas de normas que a prescrevem e que autorizam a expectativa da violência em toda e qualquer interação social, inclusive nas relações íntimas de amor sexual. Eventuais violações daquilo que se considera o espaço pessoal, ou a reputação, são mais do que suficientes para demandar uma resposta violenta sob pena da desmoralização pública daquele que pretensamente foi ofendido. Em casos desta natureza, a violência não é só apresentada como um meio para a resolução de conflitos, mas como o único meio legítimo. Seu emprego assegura um caminho evidente de afirmação de autoridade e respeito entre os pares, em um cenário onde os caminhos legais de ascensão social e de aquisição de autoridade estão normalmente bloqueados.

Entre os pesquisadores brasileiros, Zaluar (1994) enfatiza o tema dos valores nas práticas violentas, apontando o que ela denomina de “ética da virilidade”:

Sobre a formação social do pistoleiro, um ponto em comum sobressaiu por ser recorrente no decurso desta investigação; refiro-me à gradativa adesão dos atores sociais participantes, desde a infância e/ou adolescência, a valores,

sentimentos e representações ligados, conceitual e culturalmente, ao universo masculino. A construção dos protagonistas envolvidos no processo de formação social do matador de aluguel perpassa a incorporação e reprodução da visão masculina do mundo, e, portanto, da dependência desses atores sociais a uma espécie de “pedagogia da virilidade e da violência”. Desse modo, processualmente são embutidos em cada um desses agentes sociais implicados no processo de formação de pistoleiro códigos comportamentais comuns aos envolvidos, com padrões de conduta que revelam e indicam o pertencimento deles a um universo social masculino, constituído socialmente por um “*ethos* da virilidade”

Na mesma linha, Paula (2010) lembra o quanto determinados valores tradicionais da cultura, como aqueles que caracterizam as virtudes do vaqueiro, por exemplo, seriam transpostos para a realidade criminal, revestindo as práticas de pistolagem. Assim, na vaquejada há dois homens, cada um deles em seu cavalo, que encaram juntos o desafio de derrubar o boi. Entre os pistoleiros, também é comum o *modus operandi* de dois homens, um deles dirigindo uma motocicleta, o outro, no carona, com a tarefa de “derrubar” a vítima.

O modelo explicativo que situa a cultura como um conjunto de valores que orientam os modos de agir (paradigma dos valores) não parece satisfatório, entretanto, para muitos criminólogos. Kornhauser (1978) e Sampson e Bean (2006), por exemplo, sustentam uma posição crítica sobre as teorias culturais, afirmando que a própria valorização do ato violento ou do comportamento disruptivo é bastante questionável. Além disso, poucas evidências foram acumuladas em um nível individual de análise, correlacionando determinados valores com comportamentos violentos. Para estes autores, alguns recursos culturais seriam empregados para perpetrar violência e para tentar legitimá-la, mas isto não significaria o mesmo que uma relação causal. Autores como Swidler (1986, 2001), por exemplo, têm insistido em alguns pontos cruciais para uma nova perspectiva cultural que, segundo eles, deveria ser chamada de Teoria Relacional (*Relational Theory*) e que difere em muito do “paradigma dos valores”. No novo paradigma, a cultura é definida como um resultado da intersubjetividade. Ela deixa de ser concebida como um conjunto de valores e passa a ser vista como um resultado paradoxal e histórico da interação entre os sujeitos, a partir das suas reações. Para esta abordagem, as pessoas não agiriam com base em crenças morais, mas, pelo

contrário, estariam em um constante estado de “performance”, engajadas em ações que objetivam, sobretudo, manter suas imagens. Elas não viveriam, em síntese, segundo as prescrições de algum conjunto mais amplo de regras morais, lembradas no mais das vezes apenas quando se trata de justificar determinado comportamento. Os defensores desta visão sustentam, também, que a cultura não é um grupo consensual de valores tomado pelas pessoas como base para ações de integração ou solidariedade, mas, antes disto, um mecanismo pelo qual as pessoas definem quem está dentro do grupo ou fora dele e pelo qual sutis diferenças podem ser estabelecidas para se consolidar posições via acesso a redes e recursos. Na perspectiva relacional, a cultura é ativamente construída pela interação de agentes autônomos. Assim, o meio onde as pessoas residem não deve ser compreendido como um espaço definido e fixo, mas como um movimento criado ativamente por elas (MATTHEW, 2011).

A propósito, nem sempre se pode identificar em uma determinada tradição cultural um conjunto de valores homogêneos e coerentes. Muito comumente, eles são desiguais e contraditórios. No caso brasileiro, talvez de formas muito específicas como o propõe Soares L.E. (2006:276-77), por exemplo, ao chamar a atenção para a característica da dupla mensagem da cultura brasileira.

Nos *outdoors* e nos comerciais da televisão, todos são convidados para uma grande festa hedonista do consumo: carros potentes, mulheres exuberantes e homens maravilhosos – os adjetivos são permutáveis: carros exuberantes, mulheres maravilhosas e homens potentes. O que se vende, a homens e mulheres, é justamente a potência e o bilhete de entrada no jardim das delícias narcísicas. Automóveis são equivalentes das armas na economia libidinoso da cultura *yuppie*. Na realidade, poucos têm a senha que garante o ingresso; à maioria, o acesso é vetado. Na teoria, todos são cidadãos, iguais perante a lei, e compartilham direitos e deveres, Na prática, a desigualdade prospera, o preconceito racial impera e a ilimitada criatividade nacional vai manobrando e dando seu jeitinho para adaptar o país legal ao país real e vice-versa. A originalidade brasileira não está propriamente na desigualdade, mas na vocação para a manobra adaptativa que compatibiliza o incompatível e infunde sobrevida à ordem estamental e hierárquica, nas entrelinhas da sociedade individualista que o capitalismo forjou no país.

Um fenômeno que, assinala-se, legitima padrões muito diferentes de aplicação dos ordenamentos jurídicos entre incluídos e excluídos – destacadamente da lei penal - e que parece ser extremamente funcional à

disposicionalidade violenta. Por este caminho, agregamos na formação nacional uma herança hierárquica realizada invariavelmente como imposição autoritária e excludente - ao invés do respeito derivado da admiração e, ao mesmo tempo, a mais desembaraçada indiferença diante do Outro. O “prodígio de sinuosidade”, para empregar a expressão de Luiz Eduardo Soares, revela a ambivalência brasileira que produz mensagens duplas e contraditórias, sobretudo para os mais pobres em um movimento comum à chamada “*Double-bind Syndrome*”⁵⁰

1.10 O paradigma dos Fatores de Risco

Retomando as pesquisas criminológicas contemporâneas, a expressão “fatores de Risco”, tem sido empregada a partir do significado que lhe deu a saúde pública e, em particular, os estudos epidemiológicos (HAWKINS e CATALANO, 1992 *apud* FARRINGTON, 2002:660). Na saúde pública, como se sabe, a expressão indica toda e qualquer circunstância que aumente as chances de adoecimento. Às vezes, o risco advém de algo que fazemos. Fumar, por exemplo, é um fator de risco para câncer. Outras vezes, o fator de risco é externo à ação, como quando afirmamos que pessoas com mais de 50 anos têm mais riscos de desenvolver doenças cardíacas. Neste caso, idade é um fator de risco. Muitos outros estudos têm chamado a atenção para o fato de que as políticas públicas de prevenção na área da saúde mantêm uma larga interface com a prevenção na área de segurança pública. O que tem sido confirmado por inúmeros programas exitosos, na verdade, é a necessidade de integrar estes esforços de forma a evitar o desperdício de recursos e maximizar benefícios⁵¹. O próprio processo de descobertas e de desenvolvimento de ricas

⁵⁰ O conceito, proposto por Gregory Benson em 1956, é empregado na Psicologia e dá conta do “duplo vínculo” construído por mensagens opostas ou sentimentos contraditórios e simultâneos. Sintomas de esquizofrenia poderiam estar relacionados a este tipo de situação ou serem agravados por ela.

⁵¹ Poderíamos, na verdade, falar em políticas públicas de segurança baseadas em evidências (ou provas) da mesma forma como se lida modernamente com o conceito de “medicina baseada em evidências” - MBE (*evidence-based medicine*), expressão que designa uma evolução do pensamento científico e do raciocínio médico. Seus defensores tratam a MBE como um “novo paradigma” que teve início com a chamada “medicina científica” consagrada pelo famoso “Relatório Flexner” nos Estados Unidos que sugeriu mudanças nos currículos dos

hipóteses criminológicas descortinado por uma série de pesquisas tornou claro, primeiramente, que os fatores que condicionam a infração também são preditores para outros problemas sociais como doença mental, drogadição, alcoolismo, fracasso escolar ou desemprego. Na Criminologia, fatores de risco são aquelas circunstâncias que aumentam as chances do envolvimento com o crime e a violência, seja na condição de autor, seja na condição de vítima. Mrazek e Haggerty (1994) entendem que fatores de risco devem ser compreendidos como:

Aquelas características, variáveis ou perigos que, uma vez presentes na vida de um indivíduo, fazem com que seja mais provável que este indivíduo, mais do que alguém da população em geral, desenvolva desordem.”

Relatório do *U.S. Surgeon General* (2001), por sua vez, define fatores de risco como “tudo aquilo que aumente a probabilidade de uma pessoa sofrer dano”.

Ao lidarmos com o conceito de fatores de risco, partimos do pressuposto de que é possível inferir relações causais entre o crime e outras variáveis, o que está longe de sugerir qualquer determinismo. A presença de um ou mais fatores de risco não é a garantia de que os indivíduos expostos irão desenvolver comportamentos disruptivos. O raciocínio aqui é probabilístico e nos permite identificar tendências. Por outro lado, empregar o conceito de fatores de risco é também enfatizar que políticas públicas e intervenções bem concebidas podem ter sucesso em contrastar tais fatores.

Há muitos fatores de risco identificados pela moderna Criminologia, entre eles aqueles que operam no âmbito familiar. Quando as crianças são

cursos de medicina, e que favoreceu o pensamento cientificamente orientado e o crescimento do uso da alta tecnologia. A idéia central aqui é a de amparar raciocínios clínicos em estudos científicos e estratificar os diferentes tipos de estudos em níveis diversos de prova ou evidência. Assim, uma recomendação clínica (uma cirurgia, por exemplo) que se baseie em estudos de baixo nível de evidência deve ser preterida, por exemplo, caso exista outra recomendação baseada em estudos de maior nível. Um procedimento médico para o qual existam provas derivadas de estudos de caso vale menos que uma recomendação alternativa baseada em estudos de coorte, que valem menos que uma outra recomendação baseada em estudos randomizados duplo-cegos. Considera-se que o mais alto padrão de prova está na meta-análise de estudos multicêntricos randomizados (com amostra aleatória) e duplo-cegos (em que tanto pesquisador como pesquisado não têm conhecimento sobre o objeto estudado) de alta amostragem (estatisticamente significativos).

negligenciadas, ou quando são espancadas ou abusadas sexualmente, temos ocorrências especialmente graves que podem implicar em enormes diferenças quanto ao futuro. Entre todos os estudos sobre este tema, o trabalho de Widom (1989, 1994) é um dos mais conhecidos e respeitados (WIDOM, 1989 *apud* FARRINGTON, 2002). Esta autora realizou um levantamento sobre os registros da justiça criminal para identificar mais de 900 crianças abusadas ou negligenciadas antes da idade de onze anos. Depois disso, comparou as crianças com um grupo de controle formado a partir das mesmas características de idade, gênero, escola e local de residência. Vinte anos de acompanhamento permitiram demonstrar que as crianças abusadas ou negligenciadas tinham maiores chances de condenação que as demais. Abuso sexual, maus tratos e negligência também são fatores que concorrem para a prisão de adultos por crime sexual (WIDOM, 1994 *apud* FARRINGTON, 2002). McCord (1983 *apud* FARRINGTON, 2002:674-675) encontrou que cerca da metade dos meninos abusados ou negligenciados ou foram condenados por crimes sérios, ou se tornaram alcoólatras ou desenvolveram doença mental ou morreram antes dos 35 anos.

Desde a experiência de Elmira, nos EUA, quando um simples programa de visitação familiar realizado com enfermeiras – que ofereciam aconselhamento para gestante e, depois, para jovens mães solteiras – impactou fortemente as taxas de condenações criminais em 15 e 20 anos, sabe-se que os temas mencionados (negligência, maus tratos e abuso) são fortes fatores de risco para o crime e a violência na idade adulta OLDS, et al, 1986 *apud* FARRINGTON, 2002:683).

Por outro lado, estudos sobre “famílias desestruturadas” pela separação dos pais, pelo abandono de um deles ou pela morte, são muito comuns. Na maioria deles, encontrou-se que a ausência de uma estrutura familiar básica e de cuidados que envolvem monitoramento e disciplina parecem extremamente funcionais ao desenvolvimento de condutas delinquentes. Hakell e Yablonsky (1982 *apud* SHOEMAKER, 2010: 228)) revisaram oito estudos sobre as correlações entre famílias desestruturadas e delinquência realizados em épocas diferentes – de 1929 a 1971. Encontraram que os percentuais de jovens envolvidos com a delinquência oriundos de famílias desestruturadas

variam de 23,6% a 61,5%, enquanto os percentuais de jovens que não se envolveram com a delinquência e que tiveram esta mesma experiência variaram de 12,9% a 36,1%. O estudo de Sheldon e Eleanor Glueck, a propósito, encontrou mais de 60% dos jovens envolvidos com o crime oriundos de famílias desestruturadas. A maior parte de trabalhos desta natureza, entretanto, empregaram dados oficiais obtidos a partir de registros de ocorrência policial, o que introduz viés importante já que as correlações são muito pequenas quando a base de dados empregada é a de infrações autorrelatadas (WELLS e RANKING, 1991 *apud* SHOEMAKER, 2010:230).

Segundo o “Estudo de Cambridge” (*Cambridge Study in Delinquent Development*), pesquisa realizada com mais de 400 meninos em Londres, acompanhados dos oito até os 46 anos de idade - ter um pai, uma mãe, um irmão ou uma irmã condenados é um fator de risco para a condenação de um menino e cada um dos quatro parentes são, independentemente, fatores importantes de predição (FARRINGTON *et al*, 1996). 63% dos meninos cujos pais foram condenados criminalmente foram, eles próprios, condenados mais tarde, contra 30% de condenações para os garotos cujos pais não tiveram condenações. A relação com a condenação criminal do pai é mais forte como fator de risco para os garotos e a relação com a condenação da mãe mais importante para as meninas. A condenação de um irmão mais velho constitui fator de risco mais forte do que a condenação de um irmão mais jovem. A figura do pai é a mais importante no que se refere aos fatores de predição por prisão na família. Farrington *et al* (2001) fazem referência a um dos primeiros trabalhos sobre este tema, desenvolvido no Reino Unido em 1952 por Ferguson (1952). Trata-se de um estudo que envolveu 1.349 meninos de Glasgow, Escócia, que haviam deixado a escola aos quatorze anos. 12% deles foram condenados até os dezoito anos, normalmente por furtos e arrombamentos. O que ficou demonstrado é que o percentual de garotos condenados crescia de maneira impressionante com o número de parentes previamente condenados. Para o grupo de garotos sem qualquer membro da família condenado, o percentual de condenações foi de 9%. Para um condenado na família, o percentual subiu para 15%; para dois familiares condenados, o percentual foi de 30% e, para três ou mais familiares

condenados, o percentual chegou a 44%. Ferguson demonstrou que ter um parente condenado era um fator de risco para infração que operava de forma independente diante de outros fatores de risco como péssimas condições de moradia, superlotação das residências ou baixa frequência escolar. O fator “condenações na família”, segundo esta e muitas outras pesquisas realizadas posteriormente, demonstrou ser um forte preditor de infração, pelo menos tão forte quanto os mais conhecidos.

Besemer *et al* (2011) examinaram dados da Inglaterra, País de Gales e Holanda, de 1946 a 1981, encontrando uma correlação forte entre a experiência de prisão dos pais e comportamento delinquente dos filhos. O achado, entretanto, vale para a Inglaterra e País de Gales, mas não para a Holanda; se manifestou para filhos homens apenas e foi bem mais pronunciado quando as prisões dos pais ocorreram após o sétimo ano de vida dos garotos. Além disso, o trabalho tratou de saber se o comportamento delituoso dos filhos de pais presos era mais frequente do que o de filhos de pais condenados que não cumpriram pena de prisão, o que estabeleceu uma importante diferença com os estudos anteriores. Pode-se presumir que as circunstâncias que acompanham os dois grupos (pais presos vs. pais condenados que não foram presos) sejam bem mais próximas do que aquelas presentes entre os grupos de pais presos e pais não presos, simplesmente.

Estes autores encontraram que filhos de pais condenados têm mais condenações do que filhos de pais não condenados na Inglaterra e País de Gales (2.23 versus 0.35, $B = 1.83$, $p < 0.001$) e na Holanda (0.91 versus 0.28, $B = 1.17$, $p = 0.001$). Na Inglaterra, os filhos homens dos presos possuem significativamente mais condenações do que os filhos homens cujos pais foram condenados, mas não foram presos (3.17 versus 1.63, $B = 0.58$, $p = 0.049$). Como já assinalado, o fator de risco “prisão dos pais” só é significativo na Inglaterra e País de Gales quando a prisão ocorre após a idade de sete anos dos seus filhos do sexo masculino e será mais pronunciado quanto maior for o tempo da sentença.

Exceção feita aos casos onde a prisão afasta a criança do convívio com um pai violento e/ou abusador, parece evidente que esta experiência será sempre um evento traumático para os filhos. Não por acaso, além de fator de

risco para comportamentos delituosos, eventos do tipo aumentam a incidência de problemas de saúde mental (MURRAY e FARRINGTON, 2008). Há muitas razões possíveis para estes efeitos. Autores como Hagan e Dinovitzer (1999) sustentam que a separação do convívio com um dos pais é, em si mesma, privação afetiva de natureza estressante na vida de uma criança. A par disto, a piora da situação econômica para a família não deve ser menosprezada (BLOOM e STEINHART, 1993), assim como os déficits de monitoramento, de oferta de modelos de virtude e de apoio permanente no processo de socialização. Se as crianças de pais presos são menos vinculadas, isto poderia incliná-las a posturas de menor autocontrole; vale dizer: mais tendentes a comportamentos antissociais (HIRSCHI, 2001), o que é reforçado por outros estudos que apontam que as crianças tendem, nestas situações, a tomar mais facilmente seus pares como modelos de virtude (WARR, 2002).

Todos estes fenômenos podem atuar conjuntamente e, ainda, serem reforçados por características mais propriamente derivadas do modelo de sociedade. Neste particular, a estrutura legal de apoio às famílias dos presos, as possibilidades maiores ou menores de comunicação entre os detentos e seus familiares; a frequência e a qualidade da visitação nos presídios, além da presença do estigma sobre os próprios familiares são elementos importantes que devem ser incluídos na equação. Trabalho de Hagan e Dinovitzer (1999) encontrou que os filhos dos presos são especialmente atingidos por fenômenos como o *bullying*, enquanto Farrington (2002, 2011) chamou a atenção para o fato de que a polícia tende a enquadrar os familiares dos detentos a partir de uma perspectiva preconceituosa. Recente trabalho de Besemer *et al* (2013), confirmou este viés pelo qual familiares de detentos são mais policiados e, portanto, também mais detidos do que seus pares que não possuem familiar condenado, independentemente do número de delitos praticados pelos dois grupos.

As pesquisas também têm revelado, em diferentes realidades sociais e em vários países, que famílias grandes constituem um fator de risco para o crime. No Estudo de Cambridge, por exemplo, garotos de dez anos com quatro ou mais irmãos, revelaram um risco para condenações como infratores na adolescência igual ao dobro dos demais. Na Pesquisa Nacional sobre Saúde e

Desenvolvimento, Wadsworth (1979 *apud* FARRINGTON, 2002:672) encontrou que o percentual de garotos reconhecidos como infratores crescia de 9% para famílias com um filho para 24% para famílias com quatro ou mais crianças. Esta situação indica, possivelmente, duas formas de limitações no processo de desenvolvimento das crianças: primeiramente, crianças em famílias grandes tendem a receber menos cuidados ou a dispor de menos atenção individual por parte de seus pais; em segundo lugar, é possível deduzir que o número de situações conflituosas e mesmo agressivas seja significativamente maior em famílias com várias crianças, o que também exerceria um papel nefasto. De outra parte, é evidente, famílias com muitas crianças tendem a experimentar um conjunto de carecimentos materiais adicionais, mesmo quando comparadas a outras famílias do mesmo extrato sócio-econômico, mas com menor número de filhos.

Falta de cuidado, de qualquer maneira, é um dos mais fortes fatores preditores para atos infracionais quando tratamos de fatores de risco na família. Crianças demandam cuidados intensivos e monitoramento permanente. Detalhes do tipo podem fazer toda a diferença quando examinamos o desenvolvimento de condutas futuras de conflito com a lei. “Cuidado” e “monitoramento” são conceitos que envolvem a disposição dos pais de oferecer carinho, atenção, respeito e proteção aos seus filhos, por um lado, mas também a capacidade que eles devem ter de fixar regras de comportamento que esperam ser seguidas pelas crianças, de recompensar seus filhos pela atenção a estas regras e de lhes oferecer algum tipo de restrição ou admoestação quando elas são violadas (ROLIM, 2006).

Há fatores de risco importantes que operam nas escolas. Entre eles, merece destaque o *bullying*. A maior parte dos autores tem, contemporaneamente, tratado do *bullying* como um comportamento agressivo e perigoso, particularmente disseminado nas escolas entre crianças e adolescentes, onde alguém oferece, conscientemente e de forma repetida, algum tipo de dano ou desconforto a outra pessoa ou a um grupo de pessoas. Tornou-se comum, também, se compreender o fenômeno como o resultado de uma relação onde o poder está distribuído de forma desigual, sendo os agressores mais fortes ou influentes do que as vítimas (GREENE, 2006).

Whitney e Smith (1993 *apud* PHILLIPS, 2003:711) realizaram um dos maiores estudos sobre o tema no Reino Unido, com 6.758 alunos em Sheffield, onde se encontrou que mais de $\frac{1}{4}$ deles haviam sofrido algum tipo de *bullying* durante o trimestre em curso. Da mesma forma, pesquisa de Wolke *et al* (2001) com 2.377 estudantes de escolas primárias em Hertfordshire e ao norte de Londres mostrou uma taxa de vitimização de cerca de 30% para alunos que relataram quatro casos de *bullying* ou mais nos últimos seis meses. O estudo de Sheffield mostrou que a vitimização repetida (pelo menos uma vez por semana) atinge cerca de 10% dos alunos nas primeiras séries e cai para 5% nas escolas secundárias. Estudo de caso que realizei com amostra de 178 alunos em escola pública de Porto Alegre, encontrou 47,13% de vítimas de *bullying*. Neste universo, 87% das vítimas foram ameaçadas; 75,3%, agredidas fisicamente; 69,4%, ridicularizadas e 37,6%, importunadas sexualmente (ROLIM, 2010).

Normalmente, os meninos são mais frequentemente vítimas nos casos de agressão, enquanto as meninas são mais atingidas pelo isolamento e pela rejeição. Casos de suicídio das vítimas chamaram a atenção para a gravidade do problema. Os pioneiros em pesquisas e políticas públicas nesta área são os países escandinavos e a referência mundial mais importante segue sendo a experiência norueguesa que conseguiu assegurar uma abordagem preventiva em todas as escolas do país e reduzir os casos de *bullying* em 50%.

A criminologia moderna identifica a prática de *bullying* como fator de risco importante para comportamentos antissociais e delinquentes. Os agressores possuem uma maior tendência ao uso de drogas e ao abuso do álcool, à evasão e ao engajamento em comportamentos criminais (FARRINGTON, 1993; CRAIG *et al*, 2002). Muitos estudos já encontraram evidências de que os autores de *bullying* tendem a diversificar a forma agressiva como usam seu poder para as práticas de constrangimento e agressão sexual (CONNOLLY *et al*, 2000). Ao mesmo tempo, pesquisa nacional de vitimização nos EUA com adolescentes, em 2001, ofereceu fortes elementos para a conclusão de que a experiência de vitimização por *bullying* está estreitamente vinculada às possibilidades de vitimização mais amplas por práticas definidas como criminosas. Os resultados mostraram que os

estudantes que haviam relatado terem sido vítimas de *bullying* apareciam pelo menos duas vezes mais entre as vítimas de sérios atos de violência como estupro, agressão sexual e roubo, quando comparados com seus colegas que não haviam sido atingidos pelo *bullying* (DEVOE, J. F. e KAFFENBERGER, S., 2005). Estudo longitudinal de Smith *et al* (2003 *apud* MORA-MERCHÁN, 2006) com 5.288 adultos de diferentes profissões encontrou uma relação significativa entre as experiências de vitimização por *bullying* nas escolas e episódios recentes de vitimização no ambiente de trabalho. Na correlação observada, os adultos com maior risco de vitimização foram aqueles que desempenharam o papel de vítimas e autores de *bullying*, seguidos pelos que foram exclusivamente vitimados.

Para Gottfredson (1997), os programas de prevenção baseados na escola incluem intervenções destinadas a prevenir um conjunto de problemas de comportamento incluindo casos de furto, violência, agressões, uso de álcool e de outras drogas, comportamento antissocial, desafio à autoridade e desrespeito aos demais. Estas formas de comportamento estão correlacionadas e são produzidas por causas comuns. Fenômenos como a evasão escolar e a baixa frequência dos alunos favorecem o desenvolvimento desses comportamentos e devem, portanto, ser enfrentados com prioridade. Muitos dos pesquisadores e profissionais da área têm assumido claramente o vínculo existente entre a redução dos problemas de comportamento na escola e a redução dos indicadores futuros de criminalidade, o que tem sublinhado a importância da escola na prevenção. Infelizmente, as escolas que estão localizadas em regiões mais pobres e que são afetadas pelos mais sérios problemas de comportamento, evasão e baixa frequência são, em regra, aquelas que menos dispõem de recursos humanos e financeiros para desenvolver abordagens preventivas.

Casey (2011), a propósito, oferece uma síntese a respeito dos fatores de risco que está retratada no quadro 1.

Quadro 1: Principais Fatores de Risco

Nível	Fatores de Risco
Criança	Habilidades pouco desenvolvidas e baixa capacidade de resolução de problemas; valores que enaltecem agressão; baixa autoestima; falta de empatia; alienação; hiperatividade e comportamento disruptivo; impulsividade; baixo peso ao nascer; dano cerebral pré-natal; lesão ao nascer; temperamento irritadiço; doença crônica; vínculo frágil com os pais.
Família	Desordem psiquiátrica, especialmente depressão, abuso de drogas e/ou criminalidade dos pais; modelos antissociais; violência familiar e desarmonia; brigas conjugais; interação social frágil ou isolamento; monitoramento e supervisão deficientes ou inexistentes; disciplina inconsistente ou punitiva em excesso; pais que rejeitam suas crianças; abuso sexual; baixo envolvimento dos pais com as atividades dos filhos; negligência; mães adolescentes; famílias monoparentais; famílias grandes; ausência do pai; desemprego prolongado dos pais.
Escola	Fracasso escolar; notas baixas, evasão, crenças normativas sobre a agressão; grupo de amigos envolvidos com o crime; rejeição pelos pares; <i>bullying</i> , vínculos frágeis com a escola; gestão inadequada do comportamento.
Eventos marcantes na vida	Divórcio e desestruturação familiar; guerra ou desastre natural; morte de um membro da família.
Fatores sociais e comunitários	Desvantagem sócio-econômica; densidade populacional e condições de moradia; área urbana; vizinhança violenta; normas culturais que aceitam a violência como resposta à frustração; forma como a mídia retrata a violência; ausência de serviços comunitários de apoio.

Fonte: Casey (2011)

Este breve panorama a respeito das principais hipóteses etiológicas que integram a agenda da Criminologia contemporânea sugere algo a respeito da complexidade que deve acompanhar as investigações na área e justifica as razões pelas quais este trabalho irá lidar com variadas perspectivas e transitar, também em planos distintos, notadamente na micro e na mesossociologia⁵².

⁵² No curso deste estudo, considero microsociologia o espaço determinado para a inquirição a respeito da natureza das interações sociais humanas cotidianas e mesossociologia como o espaço onde se constroem sentidos, normas e experiências no âmbito das interações comunitárias ou regionais de grupos humanos diretamente observáveis.

2. DISPOSICIONALIDADE VIOLENTA, BRASILIDADE E CRIMINOLOGIA

A disposicionalidade violenta varia historicamente e alcança níveis distintos em cada sociedade - e, mesmo, em uma mesma sociedade se compararmos comunidades menores. Para compreendê-la concretamente, é preciso ter em conta a formação específica de cada realidade sociocultural. No caso brasileiro, contamos já com razoável margem de consenso pelo menos quanto a algumas das “marcas” mais significativas de nossa formação. Nos limites desse trabalho, importa destacar o que parece ser relevante no fenômeno da brasilidade para pensar a disposicionalidade violenta tal como a recebemos de herança.

2.1 A herança violenta

Diferentes interpretações do Brasil sublinharam, por exemplo, o fenômeno da distância entre Estado e Sociedade Civil que parece se prolongar até nossos dias. Segundo esta linha, a formação do Estado brasileiro antecede à afirmação de uma sociedade civil autônoma e se deu, de forma particularmente vertical e excludente, pela transposição das regras e das instituições portuguesas, mormente após a chegada da família Real em 1808. Esta “marca” se relaciona estreitamente com o fenômeno da radical exclusão política do povo brasileiro, o que situa a apatia e o desinteresse pela coisa pública em termos relacionais. A exclusão política, é claro, produz efeitos desmobilizadores e faz com que grande parte das mudanças políticas importantes em nossa história transcorram à margem de verdadeiro protagonismo plebeu. Há mais de 70 anos, aliás, Holanda (2006:176) já mencionava esta característica assinalando:

É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política

vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se 'fazem' ou 'desfazem' por decreto. A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços das academias, a realização da ideia republicana: 'Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim, O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava'.

As transformações “pelo alto”, negociadas entre as elites econômicas e políticas, foram sempre a regra entre nós. Daí a tendência muito particular em favor da conciliação entre os interesses dominantes, o que termina por construir uma tradição de mudanças sem rupturas, onde a continuidade se impõe como substância. Para Werneck Vianna (1999), por exemplo, será preciso recorrer a Max Weber para identificar na formação brasileira um tipo de capitalismo “politicamente orientado”, que representaria uma via patológica de acesso à modernidade, plena de conteúdos de um passado colonial recepcionado acriticamente. Não casualmente, é a análise weberiana magistral feita por Faoro (1975) a responsável pelo desnudamento dos mecanismos políticos que formaram o Estado nacional a partir da herança jurídica deixada por Portugal, com destaque para o papel cumprido pelo “patronato político” que não servia às elites rurais ou à incipiente burguesia nacional, mas a si mesmo. É este “estamento burocrático” que irá se desenvolver, consolidando o que conhecemos como “patrimonialismo”. Um modelo de gestão que, em síntese, não guardava qualquer semelhança com as formas de dominação racional-legal, descritas por Weber, e que caracterizam as nações européias já ao início do século XX.

Na tradição política brasileira, a conciliação tem, não obstante, um par conceitual revelado pelo princípio de “ordem”. Inegável herança do pensamento positivista e da larga influência exercida nas elites políticas e militares brasileiras pela obra de Augusto Comte, a “ordem” foi sempre invocada quando se tratou de sufocar qualquer possibilidade de resistência popular. Traduzida,

em termos práticos, pela necessidade de imposição do equilíbrio aceitável às elites dominantes, a noção de “ordem” – inscrita não casualmente em nossa bandeira – assinala, mais que um limite, uma ameaça perseverante. Assim, se a conciliação pode ser apontada como um traço geral de conduta entre as elites, sempre favoráveis à busca do “entendimento” entre pares, a noção de “ordem” oferece outra receita, esta só aplicável aos que constroem, desde baixo, os interesses comuns das próprias elites.

Zarur (2000) lembra o estudo de José Honório Rodrigues, que distingue os movimentos populares, reprimidos implacavelmente, daqueles sustentados pelas elites, onde a conciliação terminou se impondo. Este autor sustenta que os próprios movimentos de contestação à ordem recebiam denominações distintas a depender de sua origem de classe. Assim, movimentos que expressavam a insatisfação de frações das próprias elites eram chamados de “revolução”, como a Farroupilha, a Praieira, e a Liberal de Minas e São Paulo. “Rebelião” ou “revolta” eram os termos mais comuns para as contestações populares, enquanto “insurreição” era usado para os movimentos armados de negros e escravos. Os movimentos armados populares de grandes proporções, eram também chamados de “guerras”, como se fossem disputas contra um inimigo externo, como em Canudos e no Contestado, o que cumpria a função de legitimar a escravização ou o extermínio dos derrotados.

O estudo histórico das respostas oferecidas pelo Estado brasileiro aos revoltosos que não integravam os quadros das elites econômicas e culturais nos coloca diante de uma violência impiedosa e, no mais das vezes, absolutamente gratuita, característica sempre minimizada pelas construções ideológicas comprometidas com a idéia de uma “alma brasileira” pretensamente benigna e de uma indeclinável vocação pela paz e pelo perdão que marcaria nossa tradição política. Entre 1835 e 1840, uma revolta construída por indígenas e camponeses no Pará, conhecida como “Cabanagem” foi sufocada pelas tropas imperiais com a morte de 30 mil pessoas, o equivalente a 30% da população da província, à época. À carnificina, seguiu-se uma política de Estado que implicou no despovoamento de áreas imensas na região amazônica. Envolvidos por uma mensagem religiosa de natureza messiânica, milhares de brasileiros humildes,

trabalhadores rurais em sua maioria, se reuniram em Canudos, na Bahia (1874-1897), e no Contestado, fronteira do Paraná e Santa Catarina (1912), com o objetivo de construir um “mundo novo”, em comunidades solidárias que se propuseram regras de convivência cuja ênfase era o igualitarismo. Ambas as experiências terminaram com dois massacres, onde não foram feitos prisioneiros entre os homens adultos⁵³. Também nestes casos, o despovoamento das duas regiões se seguiu à repressão cruenta. Outro não foi o desfecho reservado, por exemplo, à comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, criada nos anos 30 no Crato, interior do Ceará. Esta comunidade, liderada pelo Beato José Lourenço, reuniu trabalhadores rurais em um sistema coletivista de produção que alcançou a auto-suficiência econômica e passou a constituir uma referência para muitos camponeses da região que passaram a abandonar a vida miserável que levavam como empregados nos latifúndios. Um exemplo que despertou o ódio das oligarquias rurais que passaram a difamar a experiência, apresentando-a como “coisa de fanáticos” que pretendiam construir uma nova Canudos. A experiência foi encerrada por um banho de sangue onde, pela primeira vez na história brasileira, a população foi atingida por bombardeios de granadas lançadas por aviões da Força Aérea Brasileira. Os exemplos são muitos. Na famosa “Revolta da Chibata”, de 1910, no Rio de Janeiro, marinheiros se rebelaram por não mais suportar os maus tratos, o arbítrio e os castigos físicos aplicados com a chibata. Vários marinheiros anistiados foram presos para, depois, serem fuzilados. Outra parte dos rebelados foi mandada para os seringais do Acre, enquanto quase todos os líderes eram assassinados nas masmorras da Ilha das Cobras, pela asfixia produzida pela cal virgem, ‘jogada com água dentro do subterrâneo’, segundo depoimento de João Cândido, o líder sobrevivente, ao historiador Edmar Morel.

⁵³ Sobre a prática de não fazer presos, Zilly (1998), tradutor de *Os sertões* para o alemão, ao discutir as fotos produzidas por Flávio de Barros sobre a campanha de Canudos, material feito sob encomenda do Exército e destinado a documentar o olhar do vencedor, chama a atenção para uma delas, que havia recebido o título de “400 jagunços presos”. A foto teve que ser re-intitulada mais tarde, até porque o número de pessoas que ela revela é muito menor. O que se observa, entretanto, é que quase todos os “presos” são mulheres, já que os homens haviam sido degolados.

O mesmo padrão de violência desmedida onde a fúria se mesclava à indiferença marcou o comportamento de nossas tropas na Guerra do Paraguai, um confronto onde não se fez prisioneiros, não se propôs acordos, nem se ofereceu a chance da rendição; neste caso particular, as elites nacionais só se prestaram ao “diálogo” quando se tratou de dividir a pilhagem.

Ao longo de toda nossa história, ações desencadeadas pelo Estado contra transgressores, foragidos ou, simplesmente, suspeitos, foram e seguem empregando os mesmos métodos de extermínio. Assim, a brutalidade oficial não é uma marca apenas identificável em situações de guerra ou de enfrentamento de revoltas. Em 1938, a polícia de Alagoas⁵⁴ soube do local onde se escondiam as lideranças do cangaço após ter torturado Pedro Cândido, o “coiteiro”⁵⁵ que indicou o local. Mas quando os policiais cercaram o lugar conhecido como “a gruta de Angicos”, onde se escondiam Lampião e seus companheiros, inclusive Maria Bonita, seria possível forçar a rendição dos perseguidos. A hipótese, entretanto, sequer foi cogitada. Era preciso matar os “fora da lei” e, mais do que isso, decepar-lhes as cabeças. As cabeças dos 11 cangaceiros mortos foram exibidas durante décadas, como prova da eficácia da polícia. Foram também utilizadas em pesquisas onde se tentou confirmar os pressupostos do médico italiano Cesare Lambroso que imaginava ser possível identificar um suposto “tipo criminoso” a partir da morfologia dos crânios. Até 1969 as cabeças permaneceram no Museu Nina Rodrigues, em Salvador (BA), em exibição macabra. Corisco (Cristino Gomes da Silva Cleto), o sucessor de Lampião (Virgulino Ferreira da Silva) foi morto em 23 de março de 1940, após levar um tiro nas costas. Dez dias após o seu sepultamento, seu cadáver foi exumado, deceparam-lhe a cabeça e o braço direito, partes que foram expostas, também, no Museu Nina Rodrigues. Quase 40 anos após a morte de Lampião, os guerrilheiros do Araguaia também tiveram suas cabeças decepadas e seus corpos nunca foram encontrados.

⁵⁴ Na época, o grupo responsável pela ação policial era denominado de “volante”, uma força especialmente violenta destinada a combater o cangaço e que procurava se infiltrar nos bandos.

⁵⁵ Nome pelo qual eram designados pela polícia todos os que auxiliavam o cangaço.

Estas práticas são um desdobramento de antigas noções punitivas que chegaram ao Brasil com a cultura dos colonizadores. Carvalho Filho (2004) destaca que as noções de punição criminal durante o Brasil Colônia estiveram sempre fundadas nas Ordenações do reino (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) e que estas eram extremamente severas, incluindo as mutilações físicas como disposições naturais e a pena de morte para grande número de delitos. Lembrando a anotação de Antônio Hespanha, o autor cita que Frederico o Grande, da Prússia, teria perguntado, ao tomar conhecimento da legislação penal em vigor no século XVII em Portugal, se “ainda existia gente viva por lá”. Imbuídos desta cultura e desejosos de afirmar seu poder, os primeiros governantes portugueses praticaram inúmeras atrocidades, sempre contra pessoas humildes. Tomé de Souza, por exemplo, já no ano de fundação de Salvador, mandou matar um índio acusado pela morte de um colono, amarrando-o à boca de um canhão, o que permitiu que seus pedaços fossem espalhados pelos ares. O ato, segundo o relato de Robert Southey “encheu de terror os Tupinambás e foi útil lição aos colonos”. Como relata Luiz Francisco Carvalho Filho:

As ‘guerras justas’, empreendidas contra nações indígenas, promoveram extermínio e escravidão: como retaliação, os caetés foram praticamente extintos após a morte do primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, no repasto antropofágico (1556). Evaldo Cabral de Mello narra o episódio, no contexto da Guerra dos Mascates (1710-1711), de libertação dos presos de Olinda, inclusive os que eram acusados de ‘judaizarem’. Só um preso, o escravo conhecido como ‘o Aferventa’, réu que ‘havia muito’ esperava o julgamento pelo Tribunal da Relação, ‘distante e lerdo’, não seria solto, mas ‘arcabuzado’, como protesto pela recusa da Coroa em dar à justiça local ‘competência para sentenciar à morte’. Desde os anos de 1670, a Câmara de Olinda pleiteava o poder de condenar, sem apelação, ‘escravos, índios ou peões, homens livres de condição subalterna’. Em 1721, Rodrigo César de Menezes, governador de São Paulo, escreveu ao vice-rei, seu irmão, afirmando que matar gente é ‘um vício muito antigo em os naturais desta cidade’ e que havia mandado levantar a forca ‘na mesma parte em que antigamente estava’, para que, à vista dela, ‘se pudessem abster de continuarem semelhantes delitos’, mas advertiu: ‘isto não bastará sem que vejam castigados aqui os delinquentes’. Ao longo do século XVIII esse quadro se modificou. O poder de condenar à morte pessoas despidas de qualidade superior, sem apelo, foi conferido a governadores e ouvidores de diversas capitanias, paulatinamente, com a criação de juntas de justiça. O objetivo era acabar com a impunidade. A carta régia que concedeu esta jurisdição às autoridades de Minas Gerais, em 1731, justificou a medida pelos ‘muitos e continuados delitos que se estão fazendo [...] por bastardos, carijós, mulatos e negros’ porque ‘não viam o exemplo de serem enforcados’. Henry Koster, que viajou pelo nordeste entre 1809 e 1815, ao se referir à ‘moral’ do sertanejo, dizia que ‘as ofensas muito

difícilmente são perdoadas e, em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos.

O mesmo autor cita, ainda, Johan Jakob Von Tschudi, que esteve no Brasil na década de 1860, tendo já observado o quanto a severidade das punições era, tão somente, aplicada sobre os mais humildes dizendo: “*quantas vezes aconteceu no Brasil que um homem rico e influente tivesse sentado no banco dos réus a fim de se justificar de seus crimes?*” Com efeito, a condenação à morte pela força, tanto quanto as providências ‘suplementares’ de mutilação sobre o cadáver nunca foram consideradas ‘dignas’ dos ‘homens de bem’.

Impressiona, também, que, a par da aplicação da pena de morte, da prática dos castigos corporais e de massacres, a opinião média entre as elites fosse a de que se vivia em uma situação de “impunidade” insuportável. Carvalho Filho (2004:190) cita a observação feita pelo redator do “Correio Oficial”, em 25 de maio de 1836, na notícia que dava conta do sepultamento de um negociante, morto por um negro com uma facada:

De nada aproveitou a esse malvado assassino a pena última aplicada nesse mesmo dia a outro de sua cor e costume: assim a impunidade, tornada habitual, anima os perversos a esses crimes, e expõem a vida dos cidadãos tranquilos à faca de um negro, que sempre é instrumento da vingança de outrem. Fugiu o assassino. Graças à doçura do nosso Código.

Agudamente, o autor assinala:

Raciocínio curioso: os atentados dos escravos contra a vida dos seus senhores e feitores eram decorrência da impunidade e não da própria escravidão... Há algo de semelhante entre exclusão e violência nos dias atuais (Ob cit. p. 191)

Com efeito, a opinião média entre os incluídos no Brasil, segue expressando, quase dois séculos depois, a mesma ideia básica em favor do aumento no rigor das penas como forma de se combater a “impunidade”, termo com o qual se designa, invariavelmente, a situação experimentada por aqueles que praticam os delitos típicos da marginalização social. Os apelos em favor da “ordem” se confundem com a necessidade de manter os “de baixo” em seu

“devido lugar”. Noção disciplinar por natureza, a idéia de “ordem”, com efeito, nunca apareceu associada em nossa história à concepção de democracia. Sim, porque aquilo que se pode denominar como “ordem democrática” será sempre a expressão de um equilíbrio firmado no dissenso, no contraste público de ideias e interesses. A ordem que sempre interessou às elites brasileiras, pelo contrário, é aquela onde o conflito foi superado, onde não há mais luta ou contradição social. Os que não se adaptam à ordem dominante, aqueles que constroem uma trajetória não como “estabelecidos”, mas como “outsiders” (ELIAS e SCOTSON, 2000), os que se organizam politicamente para a transformação das estruturas sociais injustas e os que transgridem a norma jurídica são, para todos os efeitos, partes de um mesmo problema: a insubordinação. Sobre eles, por isso mesmo, é que deve se fazer sentir a “força da espada”.

Tudo leva a crer que a experiência história vivida na América Latina, a par das especificidades regionais e nacionais, reafirma em boa parte as características mencionadas, notadamente se tivermos em mente o recurso comum à violência por parte do Estado e a carência de legitimidade das elites. Fandino Marino (2012b:72), a propósito, sustenta esta posição.

Da condição dual, funcional, simbólica e excludente, só podiam resultar formações sociais integrativa e normativamente espúrias. Entre as consequências dramáticas desta condição podemos destacar: 1) o desrespeito costumeiro e contestatório à lei e às normas sociais em geral, --desrespeito este frequentemente tolerado e às vezes até aplaudido--; 2) a falta de legitimidade na constituição e exercício da autoridade, face à ausência de uma dominação legítima majoritariamente sustentada pela população. Lembremos aqui que os grupos dominantes têm requerido sistematicamente o uso da violência, tanto para manter a unidade e integridade do *status quo*, quanto para disputar o poder com as várias facções que vão emergindo historicamente. (...); e 3) a presença de uma violência latente ou '*disposicional*', efetivada, como veremos posteriormente, de forma cíclica, fruto da dificuldade ou incapacidade de transposição da brecha deixada pela distribuição altamente desigual do capital simbólico e dos recursos em geral

No mais, a experiência política brasileira não foi capaz de consolidar um Estado Democrático de Direito e, tampouco, de disseminar uma cultura democrática. O que se percebe, também, pela carência de um pensamento e de uma tradição efetivamente liberais, no sentido propriamente político desta

expressão, como valorização dos direitos individuais, do debate público e da pluralidade, na linha das reflexões propostas por autores como Berlin (1969) ou Rawls (2000), para citar apenas dois notáveis exemplos. No Brasil, as expressões política mais conservadoras sempre foram assumidamente anti-humanistas e não lhes faltaram oportunidades para apoiar golpes de Estado e justificar a violação dos direitos fundamentais. Não se pode dizer, entretanto, que as posições políticas mais progressistas entre nós tenham firmado compromissos sólidos de outra natureza. Pelo contrário, o que a história parece evidenciar é que as principais posições à esquerda no espectro político-ideológico também estiveram sempre dispostas a sustentar estratégias violentas, justificando-as, dentro ou fora da vulgata marxista, como contingências políticas. Não por acaso, o Brasil também não produziu movimentos de desobediência civil, que firmassem estratégias de resistência orientadas por ideais pacifistas. Há, pelo contrário, de forma disseminada em muitos movimentos sociais e em manifestações públicas de protesto uma determinada glorificação da violência que não deve ser reduzida a um epifenômeno de ideologias que amparam a violência a depender de quem a pratica e de quem a sofre⁵⁶. Muito além das circunstâncias político-ideológicas, lidamos com manifestações de uma disposicionalidade violenta elevada. No caso brasileiro e em pelo menos alguns países latino-americanos, muito possivelmente, de forma mais pronunciada do que na maioria das democracias ocidentais. O gosto de amplas parcelas por esportes violentos e por “espetáculos” organizados em torno de lutas as mais diversas, as disputas violentas entre torcidas de futebol e os ritos de guerra construídos por torcidas organizadas oferecem apenas outros exemplos de distribuição da disposicionalidade violenta. Diógenes (2003:) revelou algumas dessas dinâmicas com precisão. Sobre os rituais das torcidas organizadas, vale reproduzir dois dos cânticos das torcidas rivais do Ceará e do Fortaleza citados por ela (Ob cit : 81-82):

⁵⁶ Neste particular, apesar de serem historicamente adversários, marxistas e anarquistas compartilham a mesma disposição de planejar e justificar estratégias violentas como parte de uma “necessidade histórica”.

*Castelão ela domina
 PV ela desmonta
 Interior ela arregaça
 Qualquer um que ela encontre
 Vou sem medo de morrer
 Dou porrada prá valer
 Eu amo essa torcida
 E o nome dela eu vou dizer
 É Cearamor, porra!
 Sou da Cearamor eu sou
 O bicho vai pegar
 E ninguém vai nos segurar
 É urubu (Torcida do Ceará).*

*Sou um guerreiro
 Que sozinho mato mil
 Sou o torcedor
 Mais fanático do Brasil
 Se é prá matar
 Se é prá morrer
 Sou sou tricolor, eu sou
 Vou dar porrada, eu vou
 E ninguém vai me segurar
 Leões da TUF! (Torcida do Fortaleza)*

Particularmente quanto ao envolvimento dos adolescentes e jovens com a violência no Brasil, muitos são os estudos que já constataram a gravidade do problema e que têm apontado para a circunstância de que a violência tem se traduzido crescentemente em práticas letais. Haveria, assim, não apenas uma concentração desproporcional das práticas violentas em meio aos jovens – que figuram em todos os levantamentos tanto como autores quanto como vítimas preferenciais – mas também uma maior incidência de crimes dolosos com resultado morte entre jovens (ADORNO *et al*, 1999). Em verdade, o Brasil experimenta uma impressionante onda de violência que se formou ao início dos anos 80 e que se manifesta particularmente entre os jovens na faixa etária dos 14 aos 25 anos. A tendência tem sido confirmada pelos estudos de Waiselfisz (2013), que reúne os principais dados nos “Mapas da Violência”. A última edição do Mapa da Violência mostra que, entre 1980 e 2011, as mortes violentas de jovens (homicídios, suicídios e acidentes) cresceram 207,9%. O crescimento da taxa de homicídios entre jovens, tomada isoladamente, foi de 326,1% no período.

Em 1980 as causas externas já eram responsáveis por pouco mais da metade - 52,9% - do total de mortes dos jovens do país. Já em 2011, dos 46.920 óbitos juvenis registrados pelo SIM⁵⁷ 34.336 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar drasticamente: em 2011 quase 3/4 de nossos jovens - 73,2% - morreram por causas externas (WAISELFISZ, 2013)

Para o conjunto da população, tivemos um crescimento constante da taxa de homicídios no período, de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 até o pico da taxa de 28,9, em 2003. Observou-se, então, uma tendência de queda das taxas – muito provavelmente pela redução do estoque de armas de fogo em circulação produzido pela campanha do desarmamento e pela vigência do Estatuto do Desarmamento⁵⁸, entre outros fatores. Esta tendência de redução se mantém até 2007 quando se verifica nova mudança na curva, sugerindo uma retomada na escalada de violência.

Outros trabalhos têm constatado o quanto as práticas violentas estão presentes dentro das escolas brasileiras, aparecendo nos relatos dos adolescentes como expressão de um cotidiano cada vez mais tensionado por agressões, ameaças com armas de fogo, presença de gangues e casos de abuso de autoridade praticados por policiais (CAMPOS *et al*, 2004; OLIVEIRA e CAMPOS, 2003). Da mesma sorte, trabalhos como o de Abramovay *et al* (2004) têm mostrado que o fenômeno da formação de gangues parece ter se disseminado pelos centros urbanos, constituindo espaço significativo de socialização comunitária, permeado pela disposicionalidade violenta.

Não por acaso, o ambiente da brasilidade compreende, desde há muito, a resistência cultural ao garantismo no direito penal⁵⁹, o que dificulta que o presuposto da universalidade, presente, por exemplo, nos direitos humanos,

⁵⁷ Serviço de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

⁵⁸ Vários são os trabalhos no Brasil que têm encontrado evidências fortes sobre o impacto positivo do desarmamento quanto à redução da letalidade como, por exemplo: Felix (2013).

⁵⁹ O garantismo penal está associado às posições do jurista e filósofo italiano Luigi Ferrajoli e consagra princípios básicos como o da legalidade, do direito penal como *ultima ratio*, da lesividade do ato, que além de típico deve ter produzido algum dano para que seja relevante para o direito penal, do *in dubio pro reu*, do princípio do encargo da prova, entre outras posições referentes à estrita observância do devido processo legal. Pode ser compreendido como “sistema epistemológico de identificação do desvio penal, orientado a assegurar (...) o máximo grau de racionalidade e confiabilidade do juízo e, portanto, de limitação do poder punitivo e da tutela da pessoa contra a arbitrariedade” (FERRAJOLI, 2002).

seja estimado como um valor. Pelo contrário, noções pré-modernas em favor da vingança; a demanda por respostas violentas do Estado, notadamente de seu aparato policial; o desprezo pelas condições da execução penal; o apoio significativo à ação de grupos de “justiceiros”, aos linchamentos e à tortura; a resistência política e cultural às ações afirmativas e demais iniciativas orientadas pela inclusão; o racismo persistente; a homofobia; as práticas abusivas com relação às crianças e a violência contra a mulher são algumas das demonstrações de uma disposicionalidade violenta expressiva que recebemos como herança e que tende a se desenvolver na ausência de políticas eficazes, especialmente na área da segurança pública.

A par da brasilidade, lembro que a disposicionalidade violenta não se distribui igualmente sobre uma população dada. Mesmo tendo em conta sua generalidade, como matriz sociocultural, o fato é que alguns grupos são particularmente suscetíveis a ela. Entre todos eles, adolescentes e jovens adultos do sexo masculino são, de longe, os mais afetados. Pode-se afirmá-lo tendo em conta as evidências colhidas por largo corpo de pesquisas criminológicas em todo o mundo a respeito do envolvimento dos jovens com o crime e a violência (HIRSCHI e GOTTFREDSON, 1983). O conhecimento acumulado indica que lidamos com fenômeno universal e que os atos delituosos – violentos ou não – se concentram desproporcionalmente, independentemente das diferenças culturais, entre pessoas em uma faixa etária que se prolonga da metade da adolescência até os primeiros anos após a segunda década de vida.

Essa é a razão pela qual estudamos a disposicionalidade violenta em grupos de adolescentes e jovens adultos. Ao fazê-lo, não foi possível tratar da desistência criminal, fenômeno que segue sendo um desafio para a Criminologia e cuja importância parece mais que evidente⁶⁰. O tema, de qualquer forma, exigiria um modelo de estudo longitudinal que extrapolaria em muito as possibilidades de uma tese de doutorado.

2.2 Os Glueks e os anjos de cara suja

⁶⁰ Uma boa referência para esta discussão é o artigo de Stevens (2012).

Em 1938, o filme *Angels With Dirty Faces* (Anjos de Cara Suja), dirigido por Michael Curtiz, contou a história de William 'Rocky' Sullivan (James Cagney), e de Jerome 'Jerry' Connely, (Pat O' Brien), dois rapazes que haviam crescido em um mesmo bairro pobre e violento. Rocky se transformou em um *gangster* e Jerry tornou-se um padre dedicado à gestão de um orfanato. O filme teve ainda as atuações de Humphrey Bogart, Ann Sheridan e George Bancroft, alcançando boas bilheterias e três indicações para o Oscar. Seu roteiro trazia um enigma de difícil solução: por que duas crianças que viveram em condições sociais tão semelhantes – no caso, submetidas aos mesmos carecimentos materiais e a um ambiente violento - construíram perfis tão distintos de vida adulta? Passados mais de 70 anos, as ciências sociais seguem lidando com este enigma⁶¹.

A Sociologia e a Criminologia contemporâneas avançaram, como vimos, hipóteses muito interessantes em torno do problema. Elas conformam inúmeros estudos etiológicos sobre o crime e a violência e são, no geral, pouco conhecidas no Brasil. As razões que agenciam ou estimulam o desenvolvimento de condutas criminosas, entretanto, especialmente aquele tipo de conduta que caracteriza as chamadas “carreiras criminais”, por um lado, e as condições e fatores que poderiam explicar o surgimento de um tipo muito particular de conduta criminal, aquela marcada pela violência gratuita e hiperbólica, desencontrada de uma moldura instrumental, e que se apresenta como uma das traduções da crueldade, permanecem objeto de investigação e debate.

Um dos estudos pioneiros sobre este tema é também um dos mais importantes até hoje realizados. Seus autores eram pesquisadores obstinados que produziram uma extraordinária base de dados em estudos longitudinais que se prolongaram por mais de 40 anos. Refiro-me ao trabalho de Sheldon e Eleanor Glueck, da faculdade de direito de Harvard (EUA), especialmente ao

⁶¹ A resposta sugerida pelo filme não deixa de ser interessante. Quando meninos, Rocky e Jerry estavam tentando praticar um furto quando a polícia chegou. Ambos correram, mas apenas Jerry conseguiu escapar, porque corria muito mais rápido. A prisão de Rocky o conduziu a um reformatório e a uma série de eventos que o vão empurrando cada vez mais para o crime e à violência. Ao final, no momento da execução de Rocky, condenado à pena capital por uma séria de homicídios, Jerry diz: -“*let's say a prayer for a boy who couldn't run as fast as I could*” (Vamos fazer uma oração para um garoto que não conseguiu correr tão rápido quanto eu).

estudo “*Unraveling Juvenile Delinquency*” - UJD (GLUECK e GLUECK, 1950 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995).

Este trabalho comparou um grupo de 500 meninos brancos em conflito com a lei com outros 500 meninos brancos sem envolvimento criminal, na cidade de Boston. O estudo seguiu um projeto de pareamento harmônico entre os jovens dos dois grupos (*matching design*) - equilibrando fatores como idade, características familiares, etnia, local de residência, QI, entre outros - e seu caráter longitudinal permitiu o acompanhamento dos pesquisados de 1949 até 1963, com medidas colhidas em dois pontos no tempo: aos 25 anos e aos 32 anos de idade. Ao final, foi possível colher os dados de 438 dos membros do grupo amostral (87,6%) e de 442 de membros do grupo de controle (88,4%).

Após os exaustivos esforços metodológicos necessários para a montagem dos dois grupos (“delinquentes” e “não delinquentes”), os Gluecks entraram em campo, na companhia de uma equipe de antropólogos, médicos, psiquiatras, assistentes sociais e estatísticos, entre outros especialistas, para tentar compreender porque crianças e adolescentes que guardavam entre si tantas semelhanças eram tão diferentes em seus comportamentos.

Foi possível, assim, aos pesquisadores abordar temas afetos à personalidade e ao comportamento dos jovens. Os dados colhidos se somaram àqueles obtidos a partir da investigação social sobre as condições em que os meninos viviam, sobre suas relações com a escola, com os colegas e amigos. Informações sobre o histórico de saúde dos jovens e sobre seus hábitos de lazer também integraram os arquivos, além de outras observações obtidas com testes variados, como o Rorschach, por exemplo. Também foram realizadas entrevistas com os pais e com os professores que haviam ministrado aulas aos meninos, o que resultou na formação progressiva de uma base de dados que surpreende por sua extensão, detalhamento e variedade. Além dos dados oficiais a respeito do envolvimento dos jovens com o crime, o estudo agregou dados não oficiais, colhidos em autorrelato e nas diferentes entrevistas. Para cada menino, há um arquivo com mais de 400 fatores com os dados correspondentes. Há, também, muitos dados de diferentes dimensões do desenvolvimento juvenil e adulto, com informações minuciosas sobre empregos, casamentos, separações, filhos, anos de estudo, participação em

cultos religiosos, preferências de lazer, serviço militar, migrações, projetos de futuro, entre muitos outros.

O conjunto dos estudos realizado pelos Gluecks poderia ter recebido amplo reconhecimento e ser abordado a partir de uma perspectiva crítica que fosse capaz de ultrapassar os limites dos pesquisadores e do seu tempo. Infelizmente, ocorreu algo bem distinto. Sampson e Laub (1995) mostraram de maneira persuasiva as razões pelas quais o trabalho destes pioneiros terminou sendo praticamente marginalizado e subestimado na tradição criminológica.

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito aos erros cometidos pelos Gluecks. A perspectiva de prever o envolvimento de crianças e adolescentes com atividades criminais – um desafio que encerraria, em qualquer hipótese, limites constitutivos – revelou-se um fracasso. Em UJD, eles desenvolveram uma escala de predição da delinquência centrada em fatores familiares: práticas disciplinares, supervisão pelos pais e vínculo entre pais e filhos. Para eles, famílias com disciplina frouxa, combinada com punições erráticas e ameaçadoras, pobre supervisão e frágeis laços afetivos estavam entre aquelas onde mais provavelmente se desenvolveriam comportamentos delinquentes entre os filhos.

As características identificadas pelos Gluecks cumpriam, por certo, um papel importante na constituição de condutas disruptivas, mas poderiam ser contrastadas por “fatores protetivos” não considerados pelo estudo. Os Gluecks também não dispunham dos modernos recursos de análise multivariada e a própria estatística não era exatamente uma disciplina desenvolvida. Outra crítica que o estudo recebeu deriva do fato de que os pesquisadores sabiam, previamente, quais dos jovens estavam envolvidos com o crime e quais não estavam, o que pode ter criado o chamado “*halo effect*”⁶² (KERLINGER, 1973:549).

⁶² O “efeito auréola” diz respeito à possibilidade de uma determinada informação interferir na avaliação a respeito de outros aspectos, contaminando o resultado de uma pesquisa. O termo teria sido usado pela primeira vez pelo psicólogo americano Edward T. Bastos que notou que os soldados com aparência física mais saudável tendiam a ser melhor avaliados por seus superiores em itens não relacionados com aparência ou saúde física. Em um trabalho que se tornou clássico, Dion *et al* (1972) demonstraram que pessoas consideradas “bonitas” e “atraentes” são percebidas como se tivessem também características positivas de caráter, resultado encontrado em vários outros estudos. Estudo de revisão e meta-análise de Eagly *et*

Os Gluecks estavam convencidos de que a influência familiar era um tema muito importante a ser estudado sempre que o assunto fosse a delinquência juvenil. Esta atenção às famílias, entretanto, não era uma abordagem prestigiada pela sociologia nos anos 50 e 60 (WILKINSON, 1974 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995:36). A pesquisa e os resultados a que eles chegaram originalmente foram também limitados por circunstâncias históricas. O interesse deles na biologia, por exemplo, despertou muita contrariedade entre os cientistas sociais de seu tempo. Por outro lado, Sampson e Laub (1995) assinalam que a crítica feita por Sutherland ao estudo dos Gluecks, especialmente à abordagem interdisciplinar por eles empregada, terminou sendo importante para o descredenciamento da pesquisa na Sociologia:

Sutherland estava, fundamentalmente, em oposição à abordagem multifatorial ao estudo do crime e, ao invés disso, tentou estabelecer a Criminologia como uma disciplina puramente sociológica com ênfase na teoria geral e não em um apanhado de fatos empíricos (...) Estas críticas coincidiram com o aparecimento da Sociologia no estudo do crime, assim como com a afirmação de Sutherland como o mais influente criminólogo do século XX (Sampson e Laub, 1995:41).⁶³

Os autores, entretanto, assumiram o desafio de oferecer um novo tratamento da base de dados do “*Unraveling Juvenile Delinquency*”. O resultado foi surpreendente.

Primeiro, o estudo tornou claro o fato de que a idade era um fator chave na etiologia do crime e, portanto, na política a ser delineada para previni-lo. O trabalho também demonstrou tanto a estabilidade quanto a mudança. Os Gluecks perceberam que o crime declinava fortemente com a idade. A tendência em favor da desistência, entretanto, não era uma garantia de não envolvimento criminal dos jovens do grupo de controle (que não possuíam envolvimento com o crime). Os dados recolhidos após o estudo longitudinal

al (1991) confirmou a existência de um forte efeito auréola a partir dos estereótipos de atratividade física.

⁶³ No original: “Sutherland was fundamentally opposed to the multiple factor approach to the study of crime and instead sought to establish criminology as a purely sociological discipline with an emphasis on general theory rather than ‘gathering empirical facts’. (...) These critiques coincided with the rise of sociology in the study of crime as well as the rise of Sutherland as the dominant criminologist of the twentieth century”.

demonstraram que 100 jovens do grupo de controle (20% da amostra) terminaram por se envolver com o crime na idade adulta.

O tema da mudança de comportamento, tanto o fenômeno da desistência quanto o do envolvimento posterior com o crime, é muito importante também por suas repercussões teóricas. Uma abordagem como a de Gottfredson e Hirschi (1990), por exemplo, construída a partir do argumento central de que as pessoas se afastam das possibilidades disruptivas na medida em que consolidam mecanismos de autocontrole já na infância, atribuirá, por consequência, uma grande importância ao tema das relações entre pais e filhos. A explicação, todavia, pressupõe a estabilidade como consequência lógica (quem desenvolve autocontrole se afasta do crime, os que não desenvolvem tendem a se envolver com ele). O argumento, por isso mesmo, não explica a mudança de comportamento, o que exige dados longitudinais, razão pela qual, aliás, Farrington (1986) e Blumstein *et al* (1988) são críticos de Hirschi e Gottfredson. Por isso, Sampson e Laub (1995) consideram que não é possível explicar os padrões criminais na vida adulta apenas a partir da formação dos adolescentes e que a ausência de dados desde uma perspectiva histórica, longitudinal, inviabiliza a definição de políticas criminais eficientes.

O estágio atual das pesquisas etiológicas sobre crime e violência não permite identificar com precisão as conexões entre as variáveis macro-estruturais (classe social, etnia, mobilidade) e micro-estruturais (interação entre pais e filhos, disciplina) com o controle social informal. Isto exigiria uma nova teoria criminológica que, para Sampson e Laub (1995), deveria incorporar os seguintes elementos:

- 1) Família e escola são instâncias de mediação através dos quais o contexto social modula comportamentos. Ambas as instituições são, por isso, fundamentais para se compreender a delinquência na infância e na adolescência;
- 2) Os comportamentos antissociais desenvolvidos precocemente na infância tendem a se manter na adolescência e na vida adulta em domínios variados;

- 3) Vínculos informais no mundo adulto, como o casamento, nascimento dos filhos e emprego estável, explicam mudanças de conduta e o fenômeno mais amplo da desistência do crime.

Com estes pontos, teríamos uma teoria criminal com a perspectiva do curso da vida (*life-course perspective*), capaz de dar conta não apenas da continuidade dos comportamentos disruptivos, mas também da mudança. As diferenças individuais quanto ao autocontrole e quanto ao vínculo criado desde muito cedo entre as crianças e seus pais seguem sendo importantes nesta perspectiva, mas há fatores supervenientes no mundo adulto que não são mais subestimados. A perspectiva ganha maior relevância se pensarmos que a Criminologia sempre investigou os motivos pelos quais as pessoas se iniciam no crime e/ou na violência, oferecendo pouca atenção ao fenômeno da desistência, tão importante quanto o primeiro se quisermos pensar em políticas públicas, especialmente na prevenção terciária⁶⁴ e no tratamento penal.

Quetelet⁶⁵ foi o responsável pelo primeiro estudo a respeito da desistência. Ele examinou as taxas criminais na Inglaterra e na França entre 1826 e 1829 e percebeu que havia uma “idade de pico” entre os jovens envolvidos com o crime e a violência (BEIRNE, 1987). Tal idade de “pico” para as práticas criminais parece ter se alterado muito pouco nos últimos dois séculos. Estudo de autorrelato realizado por Graham e Bowling (1995) encontrou a idade de 21 anos para homens e de 16 anos para as mulheres como os momentos de maior concentração de práticas criminais. Em algum momento após estas idades, a grande maioria dos jovens envolvidos com o crime – inclusive a maioria dos jovens envolvidos em práticas violentas - simplesmente desiste deste tipo de conduta (PIQUERO *et al*, 2007).

A desistência agrega dificuldades para a Criminologia vez que não se trata de um evento que possa ser observado – pelo menos não como uma

⁶⁴ Em Criminologia, entende-se por “prevenção primária” o tipo de política de prevenção de caráter universal. A prevenção secundária seria aquela necessária para a abordagem de grupos de pessoas em situação de risco, tanto para o envolvimento com o crime quanto para a vitimização. A prevenção terciária, por seu turno, seria aquela delineada para os sujeitos que já se envolveram com o crime como, por exemplo, os egressos do sistema penitenciário.

⁶⁵ Lambert Adolphe Jacques Quetelet (1796-1874) foi um astrônomo, matemático, estatístico e sociólogo belga, fundador do Observatório de Bruxelas.

ocorrência criminal pode ser observada. Trata-se, antes, da ausência de eventos, do processo pelo qual alguém se afasta de determinadas práticas e decide construir outros caminhos. Wolfgang *et al* (1972) designaram este processo como “remissão espontânea” (*spontaneous remission*). As visões mais tradicionais da Criminologia nunca lidaram bem com este fenômeno. Para além da subestimação, determinados trabalhos como os de Gove (1985) e Moffit (1993) sugeriram a tendência de agravamento dos comportamentos criminais ao longo da vida dos indivíduos.

Os Gluecks observaram o processo e ergueram a hipótese de que o maior envolvimento dos adolescentes com práticas delituosas - no contraste com o envolvimento de adultos – poderia ser compreendido pelo processo de “maturação”, o que envolveria não apenas o aprendizado e a recepção de valores morais, mas também o processo orgânico de maturação cerebral. Pela “Teoria da Reforma de Maturação”, a criminalidade tende a diminuir naturalmente após os 25 anos, sendo o envelhecimento o único fator significativo no processo reformador. Uma intuição que, assinala-se, tem encontrado amparo em muitas das evidências colhidas pelos estudos mais recentes sobre o funcionamento cerebral. Por estes trabalhos, sabe-se que o cérebro passa por processo de maturação, cujo estágio final se dá no lóbulo frontal, local que sofre mais mudanças durante a adolescência do que em qualquer outro período (SOWELL *et al*, 1999). Assim, fenômenos como a impulsividade e determinada dificuldade em perceber riscos ou mesmo as consequências possíveis de seus atos poderiam ter também uma base biológica. A curva criminal para delitos violentos e não violentos em relação à idade aparece na figura 2.

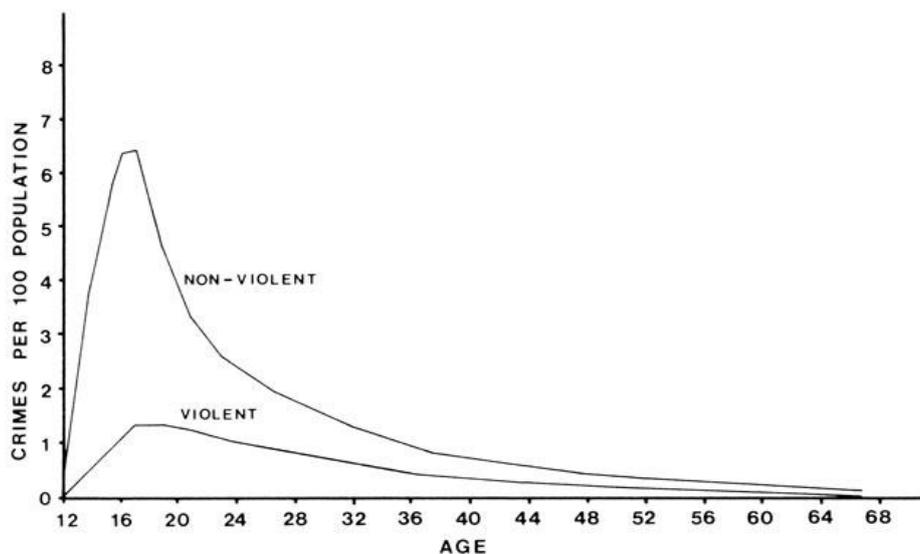


Figura 2: Crimes violentos e idade

Fonte: FARRINGTON, David P. Age and Crime. *In: Crime and Justice*, vol. 7, ed Michael Tonry and Norval Morris, pp.189-250. Chicago: University Press, 1986.

As pesquisas realizadas no campo da neurociência encontraram que as funções executivas mais desenvolvidas do cérebro como o planejamento, a memória verbal e o controle dos impulsos – estão localizadas nos lobos frontais, exatamente as áreas que são as últimas do processo de maturação cerebral e que só estarão “prontas” por volta da metade da terceira década de vida; ou seja: entre os 20 e os 30 anos (JOHNSON *et al*, 2009).

Para além da Teoria da Reforma de Maturação, temos a contribuição de Farrington (1992b) sobre o Controle Social Informal, ou “Teoria do Vínculo Social” (*Social Bond Theory*), que destaca a importância dos vínculos familiares, educacionais e de emprego entre os jovens adultos como variáveis que poderiam explicar melhor as mudanças de comportamento ao longo da vida, especialmente o fenômeno da desistência criminal. Jovens com estes vínculos fragilizados manifestam pouca aderência às normas legais também porque teriam menos a perder. Matza (1964) foi um dos primeiros autores a enfatizar estes temas e o conjunto de evidências atualmente disponível parece afastar qualquer dúvida sobre a importância deles. As correlações entre desistência criminal e emprego são muito fortes, assim como as correlações da desistência com escolaridade, casamento e paternidade.

Sobre a paternidade, alguns estudos sustentam que ela contribui para a desistência criminal porque permite um aumento do controle social informal (porque as expectativas de familiares e amigos se altera), porque altera as atividades de rotina e permite uma mudança de identidade e de papéis sociais. Ter uma criança também implica, normalmente, em redirecionar investimentos para a conformidade “porque algo mais está em jogo”. Os efeitos do nascimento de um filho, por certo, impactam homens e mulheres de formas diversas. Graham e Bowling (1995 *apud* MONSBAKKEN *et al*, 2013) encontraram em uma mostra britânica efeitos mais pronunciados de desistência nas mães quando comparados com os pais. Kreager *et al* (2010 *apud* MONSBAKKEN *et al*, 2013) encontraram em mães de um bairro pobre em Denver (EUA) que a maternidade, não o casamento, era o primeiro “ponto de virada” na trajetória delinquente das mulheres. Estudo recente de Monsbakken, *et al* (2013) na Noruega, com cruzamentos de dados sobre mais de 200 mil pessoas, homens e mulheres, que tiveram seu primeiro filho entre 1997 e 2001, sustenta que paternidade e maternidade podem ser “pontos de virada” (*turning points*) importantes para a desistência criminal, mas apenas para homens e mulheres solteiros⁶⁶.

Alguns trabalhos sugerem que vínculos como casamento, trabalho e escolaridade não explicam o processo de desistência criminal por si mesmos. Determinada qualidade das relações estabelecidas no emprego, na relação conjugal ou nos programas educacionais fariam toda diferença, o que torna o tema ainda mais complexo. No mais, persistem dúvidas a respeito de se as correlações encontradas não seriam espúrias, vez que pessoas decididas a

⁶⁶ Eles encontraram que, durante a gravidez, as ocorrências criminais com as mulheres caíam abruptamente em níveis próximos de zero, o que ocorreu igualmente nos três “recortes” de casais examinados: casados, coabitando e separados. A queda tão brusca implicava, naturalmente, em uma retomada da curva criminal após o nascimento, mas em níveis mais baixos do que antes da gravidez. Na média, então, uma parcela das mães retornava às atividades delituosas, enquanto outra desistia dela, mas a desistência só foi significativa para as mães solteiras. No que se refere aos pais, também se verificou a queda na curva criminal anterior ao nascimento, mas sem os movimentos bruscos de caída e retomada. A desistência criminal em um prazo mais longo também foi significativa para os pais solteiros. Com relação aos pais casados ou que coabitavam, os dados sugerem que a desistência está associada a uma decisão anterior à gestação das esposas/companheiras, possivelmente vinculada a um maior compromisso com elas.

cometer crimes não procuram empregos, nem oportunidades educacionais ou casamentos (GOTTFREDSON e HIRSCHI,1990).

Toch (1987) sustenta que evidências como as correlações mencionadas podem auxiliar a compreender fenômenos sociais importantes como o crime, mas não nos auxiliam a compreender os criminosos. Para isto, será sempre preciso lidar com retratos mais vivos que traduzam as perspectivas dos sujeitos, o que só é possível com a revisão de suas histórias pessoais.

A maior parte das evidências a favor da estabilidade comportamental (criminal ou de conformidade com as normas) vêm de estudos feitos por psicólogos e por outros que pesquisam o comportamento antissocial genericamente. Nestes trabalhos, os conceitos legais de crime podem ou não estar presentes. Assim, por exemplo, Huesmann *et al* (1984) encontraram que a agressividade precoce em crianças é fator preditivo para agressividade e conduta criminal na idade adulta. Eles concluem que “a agressão pode ser vista como um traço permanente que (...) possui uma substantiva constância intersituacional” (1984:1120)⁶⁷. Muitos outros estudos e revisões repetem o mesmo tipo de conclusão de modo que é possível se falar na formação de um determinado consenso em torno da ideia de que crianças que apresentam altas taxas de comportamento antissocial possuem mais chances de serem adultos com comportamento antissocial quando comparadas com as demais crianças (LOEBER, 1982).

Os Gluecks (1930) haviam já apontado o fenômeno da estabilidade, pois *Unraveling Juvenile delinquency* também se deparou com o fenômeno, sendo que a maioria dos jovens do grupo de controle (não envolvidos com práticas delituosas) permaneceu basicamente nos limites da legalidade, enquanto os demais seguiram envolvidos com o crime entre os 18 e os 25 anos. O que fez com que Robins (1978 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995) tenha sumarizado os resultados dos estudos com quatro grupos de jovens do sexo masculino afirmando que o “comportamento antissocial adulto virtualmente requer comportamento antissocial na infância”. Sampson e Laub (1995) chamam a atenção, entretanto, para o seguinte paradoxo: apesar dos estudos revelarem

⁶⁷ No original: “Aggression can be viewed as a persistent trait that possesses substantial cross-situational constancy”.

que comportamento antissocial na infância é o melhor preditor para comportamentos antissociais na vida adulta, as crianças com comportamentos antissociais não se tornam, em sua maioria, adultos antissociais.

Em verdade, olhar as carreiras criminais retrospectivamente faz com que se ressalte a estabilidade, mas se olhamos prospectivamente as condutas de crianças disruptivas, veremos um cenário onde a mudança é muito mais saliente; o que é válido também para adolescentes envolvidos com o crime. O que reforça a conclusão de Rutter *et al* (1990:137):

(A corrente da estabilidade) contou com múltiplas ligações, cada uma delas dependente da presença de um conjunto particular de características, há muitas oportunidades para que a corrente das adversidades seja quebrada.⁶⁸

Sampson e Laub (1995) sustentam que o baixo autocontrole é um dos elementos na configuração causal que pode conduzir alguém à prática do delito e que uma teoria criminal deve trabalhar tanto com a estabilidade quanto com a mudança das condutas. A teoria que eles sustentam enfatiza a importância dos vínculos sociais informais com a sociedade em todas as idades ao longo do curso da vida. Os efeitos do controle informal na infância, na adolescência e no mundo adulto são o centro do modelo teórico que eles apresentam.

Nós diferenciamos o curso de vida dos indivíduos na base da idade e argumentamos que as importantes instituições de controle formal e informal variam muito ao longo da vida das pessoas. Por exemplo: na infância e na adolescência, as instituições mais importantes de controle social são claramente a família, a escola, o grupo de amigos (*peer group*) e as instâncias da justiça juvenil. Na fase de jovens adultos, as instituições de educação superior ou de treinamento vocacional, o trabalho e o casamento começam a ser salientes. O sistema de justiça juvenil é substituído pelo sistema de justiça para adultos. Finalmente, na metade da vida adulta, as instituições dominantes de controle social são o trabalho, o casamento, a paternidade, os investimentos na comunidade e o sistema de justiça criminal (Ob cit. p.17-8).

Os autores, assumidamente, partem da teoria do controle social de Durkheim: o crime e as práticas desviantes surgem quando os vínculos dos indivíduos com a sociedade são quebrados ou fragilizados. Mudanças que fortaleçam os vínculos do indivíduo com a sociedade diminuem o crime e a

⁶⁸ No original: (*The chain of stability*) “relied on multiple links, each one dependent on the presence of some particular set of features, there were many opportunities for the chain of adversity to be broken”

violência; pelo contrário, mudanças que enfraqueçam estes vínculos estimulam o crime. Os laços oferecidos pelos empregos e pela família são os inibidores chave para o crime e o desvio entre adultos.

2.3 Campos etiológicos fundamentais

Ao tentar explicar as origens da delinquência, os criminólogos têm lidado ou com os fatores estruturais (pobreza, famílias desconstituídas), ou com variáveis processuais (como vínculos aos pais ou aos professores). Para Sampson e Laub (1995), esta separação é um erro. Eles sustentam que o controle social informal derivado da família ou da escola media os efeitos das variáveis tanto estruturais quanto individuais. Assim, por exemplo, desvantagens no plano econômico-social impactam a vida das famílias, produzindo efeitos debilitadores sobre o cuidado com os filhos; o mesmo se pode dizer no sentido inverso: determinadas decisões tomadas pelos pais – separação, mudança de cidade etc – podem abalar o processo de formação das crianças, gerando efeitos desagregadores.

Para eles, o interesse primário para os estudos etiológicos deveria se localizar em torno dos seguintes temas:

- a) socialização familiar (disciplina; supervisão e vínculo com os pais);
- b) o vínculo com a escola;
- c) a influência de amigos ou irmãos envolvidos com o crime.

Nossa pesquisa incorporou tais sugestões, como se verá adiante, acrescentando como um campo à parte, de natureza distinta, o tema da brutalização, nos termos oferecidos pela Teoria da Violentização de Athens (1992, 1997).

Para Sampson e Laub (1995), a estrutura social influencia as dimensões do controle social informal exercido pelas famílias, o que, por seu turno, explica as variações na delinquência. Com foco no papel das famílias, eles sustentam que quatro fatores aumentam as possibilidades de delinquência entre os jovens:

- a) Disciplina errática, ameaçadora e fortemente punitiva por pais e mães;
- b) Supervisão fraca;
- c) Rejeição das crianças pelos pais;
- d) Vínculos emotivos frágeis entre pais e filhos.

Os Gluecks sustentaram que a futura delinquência de um adolescente do sexo masculino poderia ser prevista a partir de informações a respeito de cinco fatores familiares básicos, a saber:

- a) disciplina imposta pelo pai (concepções disciplinares excessivamente restritivas, erráticas ou negligentes estariam associadas positivamente aos comportamentos delinquentes);
- b) supervisão inadequada efetuada pela mãe;
- c) afeto do pai pelo filho (atitudes hostis ou indiferentes sendo positivamente associadas à delinquência);
- d) afeto da mãe pelo filho;
- e) coesão familiar (inversamente correlacionada à delinquência).

Por este caminho, o tema não poderia ser reduzido ao fato das famílias serem ou não desestruturadas, mas à qualidade das dinâmicas existentes nas relações familiares envolvendo monitoramento, disciplina e sentimentos, em torno do que se encontrariam muitas evidências após o trabalho dos Gluecks, inclusive por Hirschi (1990).

A segunda parte da teoria sustentada pelos autores examina as características estruturais que afetam o processo familiar e, por decorrência, a delinquência. A estrutura social, assim, não terá efeitos pronunciados sobre a delinquência diretamente, mas indiretamente, através do seu impacto nas famílias. Pais que cometem crimes ou que bebem têm mais chances de empregar disciplina punitiva e inconsistente, ou serem negligentes com a disciplina. A característica central dos estilos de vida desviantes ou criminais é a rejeição às restrições e aos deveres, especialmente aqueles que envolvem

planejamento, paciência e investimento no futuro (GOTTFREDSON e HIRSCHI, 1990:101),⁶⁹ o que explica porque não haveria razões para se introduzir uma variável genética aqui.

Pobreza, famílias grandes (diferentemente de casas superlotadas que aparecem no estudo com efeitos negativos para delinquência – possivelmente porque facilitam a guarda e a supervisão) e mudanças de domicílio são alguns dos fatores sociais que aumentam as dificuldades de supervisão e monitoramento sobre os filhos. Desta forma mediada, determinadas características sociais terminam por ter implicações na delinquência.

Os autores confirmaram que práticas erráticas e duras de disciplina (tanto pelos pais quanto pelas mães) aumentam a propensão à delinquência. Quanto maior for a supervisão sobre os filhos e quanto maior forem os vínculos entre eles e seus pais, menores serão os indicadores de delinquência – oficiais e não oficiais. Pais alcoólatras e com condenações criminais prévias possuem o dobro das chances de empregar métodos essencialmente punitivos e inconsistentes de disciplina. Eles também são menos capazes de supervisionar seus filhos.

Sampson e Laub (1995) examinam o papel da escola, dos pares e dos irmãos. Assinalam que o trabalho dos Gluecks não deu muita importância para outras variáveis além do processo familiar. Com relação à escola, por exemplo, destacaram o fenômeno de “matar aulas” apenas para concluir, sem maiores explicações, que o vínculo com a escola não poderia ser um fator causal importante para a delinquência. Eles também não aprofundaram o estudo sobre seus dados no que diz respeito às relações com os pares, mesmo quando os números mostraram que virtualmente todos os jovens envolvidos com o crime tinham amigos delinquentes, contra apenas 7% dos não envolvidos. O fenômeno foi interpretado por eles nos termos de uma escolha natural. Pessoas predispostas à violência ou à prática de crimes se situam entre outras pessoas com as mesmas disposições ou, como dizem os ingleses: *birds of a feather flock together* (algo como: “pássaros de mesma plumagem voam juntos”).

⁶⁹ No original: “A central characteristic of deviant and criminal life styles is the rejection of restrictions and duties – especially those that involves planning, patience, and investment in the future”.

Para a perspectiva do controle social, a escola, assim como a família, é uma importante instituição de socialização na prevenção do comportamento delincente. A escola estaria, de alguma forma, melhor “equipada” para exercer o controle social, porque pode monitorar mais intensivamente o comportamento das crianças e adolescentes. Ao contrário dos pais, os professores não teriam dificuldades em reconhecer maus comportamentos e, por fim, porque a escola possui um óbvio interesse na disciplina – o que nem sempre é o caso dos pais. A escola possui, também, a autoridade para impor sanções. Há um conjunto muito amplo de evidências para a ideia de que quanto maior for o vínculo com a escola, menor será o envolvimento dos jovens com a delinquência. O fracasso escolar está diretamente correlacionado à delinquência. Famílias grandes, pais alcoólatras ou com condenações criminais, mudanças de domicílio, são alguns dos fatores que tendem a diminuir o vínculo das crianças com a escola e que dificultam, por exemplo, o monitoramento sobre os deveres de casa (temas) e o próprio acompanhamento dos filhos na escola.

Quanto aos efeitos dos irmãos e dos pares, o debate prossegue. Robin (1966 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995:117) é um dos que contestam a Teoria da Associação Diferencial a partir de evidências que sugerem não existir qualquer relação mais favorável à delinquência para jovens que possuem irmãos envolvidos com o crime. Ora, se um irmão envolvido não influencia, porque os pares iriam fazê-lo? O “fenômeno das más companhias” seria, assim, um produto da escolha entre jovens predispostos à delinquência ou já envolvidos com ela, não uma causa da delinquência. Os autores reprocessam os dados e confirmam esta posição, reforçando as posições de Hirschi para quem “os delinquentes são pouco vinculados aos seus amigos delinquentes” (o que fragiliza os pressupostos da Teoria da Associação Diferencial). Outros estudos apontam para a mesma direção, entre eles uma pesquisa qualitativa com jovens de Recife e do Rio de Janeiro (ASSIS, 1999) que identificou importantes diferenças de valores e perfis entre adolescentes envolvidos com o crime quando comparados com seus irmãos e primos não infratores.

Os dados do estudo dos Gluecks mostram que os jovens envolvidos com a delinquência (oficial e não oficial) possuem uma tendência muito maior a

não concluir seus estudos do que os jovens não-envolvidos; o mesmo é válido para as crianças de temperamento irritadiço e agressivo. Jovens envolvidos com delinquência possuem pelo menos três chances mais de terem um histórico de instabilidade nos empregos; da mesma forma, comportamentos antissociais na infância estão relacionados à dependência econômica no mundo adulto. Jovens envolvidos com delinquência, por fim, possuem entre três e cinco vezes mais chances de se separarem ou de se divorciarem das suas parceiras.

O que não se pode esquecer é que as conexões entre comportamento antissocial conhecido na infância e resultados problemáticos na vida adulta podem ser explicadas, pelo menos em parte, pelas desvantagens estruturais e pela redução de oportunidades experimentadas por jovens institucionalizados e estigmatizados. O estigma de uma condenação pode, inclusive, se estender para além de uma geração, explicando os efeitos da prisão dos pais sobre o comportamento delituoso dos filhos independentemente das características familiares e de eventual precoce propensão ao crime (HAGAN e PALLONI, 1990 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995). Por isso, para alguns autores, a continuidade observada pelos estudos pode ser, em parte, “ilusória” (FARRINGTON, 1986b:373). De outra parte, a estabilidade no emprego é bem mais difícil de ser alcançada por aqueles que vivenciaram a experiência juvenil ou adulta de encarceramento, o que reforça a importância do estigma como fator criminogênico.

Assinale-se que posições de Sampson e Laub (1995), sintetizadas neste capítulo, reforçam e ampliam a referência teórica oferecida por Hirschi, cuja Teoria do Autocontrole incorpora boa parte das principais vertentes da criminologia moderna. Em uma tradição que remonta a Dürkheim⁷⁰ e que dá sequência a estudos como o dos Gluecks, Hirschi sintetiza os elementos centrais em termos de evidências etiológicas para o crime, razão pela qual o tomamos como primeiro ponto de apoio.

⁷⁰ A Teoria do Controle Social surgiu na década de 50 com os trabalhos pioneiros de Albert J. Reiss, Jakson Toby e F. Ivan Nye e caracterizou as abordagens de outros autores como Walter Reckless e Jack P. Gibbs.

Os estudos em criminologia já demonstraram, suficientemente, que as práticas delituosas conformam fenômenos muito mais generalizados do que o senso comum está disposto a reconhecer. Já os atos especialmente violentos dizem respeito a um fenômeno restrito ainda pouco conhecido. Na moderna criminologia, devemos a Lonnie Athens o principal esforço para o exame deste tema. Independentemente dos pontos em aberto em sua teoria, parece claro que as condutas de violência extrema foram concebidas por Athens como um objeto de estudo autônomo, o que diferencia seu trabalho. Athens se interessou pelas pessoas especialmente perigosas - assim consideradas porque capazes de praticar atos de violência extrema inclusive na ausência de provocação - e sua contribuição ofereceu uma etiologia do comportamento hediondo. Tratamos sua contribuição, assim, como nosso segundo ponto de apoio, avaliando o processo por ele denominado de “brutalização”, segundo instrumento específico delineado por Rhodes *et al* (2003).

2.4 Teoria da Violentização

A teoria desenvolvida por Athens – Teoria da Violentização (*Violentization Theory*) – tem suas raízes nas entrevistas que realizou com 58 presos condenados por crimes violentos (metade deles sentenciados por homicídio) e que cumpriam suas penas em cinco presídios, em dois estados americanos, ao início dos anos 70.

Em seu trabalho, Athens chama de “crimes hediondos” aqueles que se definem pela gravidade dos atos violentos e pelo fato de terem sido praticados mediante relativa ausência de motivos como, por exemplo, uma verdadeira provocação por parte da vítima. Para ele, as provocações podem ser de natureza “máxima” – quando a vida do agressor estava em risco; de natureza “moderada” – quando o agressor foi antes atormentado pela vítima – e “mínima” – quando a provocação poderia ser simplesmente desconsiderada pelo agressor. Para que um crime seja considerado hediondo, deve ter ocorrido uma provocação mínima ou mesmo sequer isso. Para Athens, então, a definição de

hediondez pressupõe a desproporção da agressão frente à provocação realizada pela vítima ou frente à ausência de qualquer provocação⁷¹.

Para ele, aqueles que cometem crimes hediondos – no sentido especial com o qual ele trata este conceito - são os mais perigosos criminosos de nossa sociedade, com a possível exceção – acrescenta – daqueles criminosos de colarinho branco cujas ações prejudicam a saúde e a segurança de grande número de pessoas.

Nem todos os criminosos violentos são igualmente violentos. Alguns são muito mais do que outros. A questão para Athens (1992:05), então, é: *“Como um ser humano em nossa suposta altamente civilizada sociedade se transforma no tipo de pessoa que irá cometer estes crimes violentos sem, aparentemente, qualquer escrúpulo ou reserva?”*⁷²

Para enfrentar o desafio ele sustenta que é preciso contar com uma teoria criminológica de sentido integrador, capaz de recepcionar as evidências desde a biologia até a cultura. Com este objetivo, Athens (1992) encontra no conceito de “experiência social” o centro de sua teoria, vez que ele permite sintetizar a interação entre um organismo e seu ambiente, tal como John Dewey havia assinalado.

O essencial para se ter em mente é que viver, como um assunto empírico, não é algo que acontece debaixo da pele de um organismo: é sempre um caso inclusivo envolvendo conexão, interação daquilo que está dentro do organismo e daquilo que está fora dele no espaço e no tempo e com os organismos superiores.⁷³

⁷¹ Em Criminologia se considera que a hediondez diz respeito às condutas que materializam a antítese dos padrões éticos fundamentais exigidos pela vida em sociedade e que, por isso mesmo, costumam merecer a maior reprovação social e, por consequência, as penas mais graves. A análise das diferentes legislações penais nas sociedades contemporâneas verá, entretanto, que nem todos os crimes considerados “hediondos” situam-se neste grau extremo de antítese ética. No caso brasileiro, chama a atenção, por exemplo, que o tráfico de drogas – de qualquer droga e em qualquer quantidade – tenha sido equiparado aos crimes “hediondos” e que várias condutas que não implicam na venda, mas que envolvem a relação com as drogas, tenham sido consideradas como se “tráfico” fossem. Assim, por exemplo, um jovem que cultive em sua casa um pé de maconha para consumo próprio comete, para todos os efeitos legais, um crime que nossa legislação considera “hediondo”.

⁷² No original: *“How does a human being in our supposedly highly civilized society become the type of person who would commit these violent crimes without any apparent moral qualms or reservations?”*

⁷³ No original: *“The thing essential to bear in mind is that living, as an empirical affair, is not something which goes on below the skin-surface of the organism: it is always an inclusive affair*

Durante a experiência social, o organismo humano e o ambiente social estão unidos em um todo indivisível. Por isso, “*a chave para a descoberta da formação dos indivíduos especialmente violentos está no desenvolvimento de teorias a partir do cuidadoso estudo de suas experiências sociais*” (ATHENS, 1992:17).⁷⁴

Se a experiência social passa a ocupar um papel estruturador para Athens, então será preciso reconhecer que nem toda a experiência social será relevante. Com efeito, as interações cotidianas, marcadas pela reprodução de contatos pouco significativos e em contextos triviais, não seriam capazes de produzir fenômenos tão radicais. Não fosse assim, todos aqueles submetidos às experiências comuns poderiam ter comportamentos especialmente violentos e estaríamos de volta à aleatoriedade das condutas e ao mistério. Athens intui que fenômenos extremos devem estar vinculados a experiências sociais extremas. Mais do que isso, muito provavelmente tais experiências extremas não estarão concentradas em um ou em alguns poucos eventos, mas em processos mais ou menos longos na vida das pessoas que se tornaram especialmente violentas. Athens passa a considerar, então, a possibilidade de estágios diferentes nestes processos. Sua hipótese é que tais experiências sociais extremas devem ser, de algum modo, comuns entre os criminosos violentos, mas não comuns entre estes e as pessoas que não se tornaram violentas.

Seu estudo incluiu dois grupos de criminosos violentos: veteranos e novatos. Foram considerados “veteranos” aqueles que estavam cumprindo sentença de prisão por crime violento e que já haviam sido condenados previamente por pelo menos dois crimes violentos. O grupo de “novatos” foi formado por jovens, de ambos os sexos, com idades que variavam do início ao fim da adolescência e que estavam cumprindo sentença em instituições correccionais por um crime sério e violento. Em adição, todos eles admitiram já

involving connection, interaction of what is within the organic body and what lies outside in space and time and with higher organisms far outside” (DEWEY, 1929 *apud* Athens, 1992:15).

⁷⁴ No original: “*The key to the discovery of the creation of dangerous violent criminals lies in developing theories from the careful study of their social experience*”.

terem cometido crimes violentos anteriormente pelos quais não foram presos ou processados.

Athens imaginou que os condenados “imatuross” poderiam oferecer melhores informações sobre os estágios iniciais da formação de pessoas violentas e que os veteranos poderiam trazer melhores informações sobre os estágios mais desenvolvidos do processo e, talvez, do processo como um todo. Para sua surpresa, estas expectativas se revelaram equivocadas, pois parte dos novatos havia completado o processo de forma que podia oferecer melhores informações sobre os primeiros e os últimos estágios.

Com base nas pesquisas que realizou, entrevistando em profundidade pessoas especialmente violentas, Athens (1992) identificou alguns padrões nos relatos de seus entrevistados, o que o levou a considerar que as experiências sociais significativas entre criminosos violentos se desenvolvem em quatro estágios: a) brutalização; b) beligerância; c) performance violenta e d) virulência.

Cada um destes estágios é marcado por um conjunto de características e processos. Assim, o primeiro estágio, de “brutalização”, envolve três elementos: 1) subjugação violenta, 2) horrorificação pessoal e 3) treinamento violento.

Na “subjugação violenta”, a pessoa experimenta, além da dor física, a experiência do medo e da humilhação. A partir deste ponto, Athens identifica o início de uma dinâmica própria onde a vítima começa a desejar vingança. Athens chama a atenção para a diferença entre o que chama de “subjugação coercitiva” e “subjugação retaliatória”. Pela segunda, a violência prossegue mesmo após a vítima já ter se submetido completamente. Normalmente a violência só cessa quando a vítima desfalece ou quando o agressor está exausto. Trata-se, portanto, de situação mais grave. A subjugação coercitiva busca efeitos de curta duração como a obediência a um comando; já a subjugação retaliatória busca uma subjugação de longo prazo.

No segundo momento, - horrorificação pessoal - alguém é testemunha de cenas de subjugação violenta. Trata-se dos casos que muitos estudos contemporâneos têm apontado como de “vitimização indireta” ou de “vítimas ocultas” (SOARES, G. *et al*, 2006). Tal experiência é, naturalmente, mais

significativa quando a testemunha pertence ao mesmo grupo primário da vítima. A testemunha também passa a desejar vingança e tem fantasias que envolvem a tortura e a morte do agressor, além de se sentir envergonhada por não ter intercedido. Pessoas que passaram por esta experiência tendem a se subjugar à autoridade violenta mesmo sem terem sido agredidas por ela. A combinação destas duas experiências – ser vítima de subjugação violenta e testemunhar cenas de subjugação violenta – possuem repercussões muito maiores do que cada uma delas isoladamente.

O terceiro momento, o do treinamento violento, ocorre quando alguém, por conta de sua posição na hierarquia familiar, ou por ter mais idade, ou mais experiência, sente-se no direito – ou mesmo no dever – de instruir outra pessoa sobre como ela deve se portar em situações conflituosas. Neste tipo de treinamento, as pessoas são estimuladas a reagir com violência diante de qualquer provocação. Uma das técnicas empregadas é a “vanglorização” de atos violentos que conduzem os novatos à ideia de que poderão ser muito respeitados caso pratiquem atos violentos. A segunda técnica é a ridicularização. O treinador deprecia o novato quando percebe sua resistência em atacar outras pessoas. A terceira técnica é a coerção exercida pelas ameaças de punição física. Neste caso, o treinador apela para o medo. A quarta técnica é a exortação à violência; a quinta é o assédio que consiste em depreciar sistematicamente o novato caso ele não demonstre inclinação maior por práticas violentas. Athens assinala que o processo de brutalização estará completo ao final destes três estágios.

A “beligerância” seria o processo subsequente na formação do jovem violento. Após ter sido destruído pela experiência da brutalização, a vítima começa a fazer um doloroso balanço do que lhe ocorreu, chegando à conclusão de que os ideais de respeito e consideração são muito abstratos e que pouco têm a ver com a vida real. Seus pensamentos contraditórios e confusos tendem a concluir – consciente ou inconscientemente – que as demais pessoas poderão também tentar subjugar-la. A vítima passa a se sentir inferior e é acoçada por um sentimento de culpa. Mais adiante ela tomará uma resolução mitigada de emprego da violência com forma de se proteger no mundo.

No novo estágio, o da “performance violenta”, os sujeitos começam a ansiar pelo momento em que deverão infligir sério dano a outra pessoa. Precisam saber se serão mesmo capazes de machucar seriamente alguém. A circunstância que prepara esta violência será aquela oferecida pela provocação máxima ou, pelo menos, por provocação moderada. Athens define “provocação máxima” como aquela em que o sujeito percebe perigo iminente para ele ou para terceiro com lhe importe; “provocação moderada” seria aquela em que o sujeito é atormentado propositalmente por outro. Nestes casos, Athens (1992) identifica um tipo especial de violência: a revolta pessoal violenta (*violent personal revolt*). Aqui, o sujeito percebe que, se perder, a subjugação tende a ser muito pior. Uma derrota, de qualquer maneira, pode estimular o sujeito a ser mais agressivo da próxima vez. Athens sustenta que “nada expande mais a determinação pessoal de ser violento do que as repetidas performances exitosas de ações violentas”.⁷⁵

Por fim, o último processo, o da “virulência”, se inicia após o primeiro ato realmente violento, com o qual o sujeito foi capaz de machucar seriamente alguém e quando sua identidade social começa a se alterar. Ele será visto pelo grupo primário – e mesmo pelos grupos secundários – como um sujeito “louco”, que “vai além dos limites” etc. As pessoas, agora, quando se aproximarem dele, tomarão todo o cuidado para não provocá-lo. Ele percebe isto como uma “trepidação social” (*social trepidation*). Ele chegou a um ponto crítico de seu processo ao alcançar a notoriedade violenta. Por óbvio, nada assegura que ele irá se identificar com esta notoriedade. Em alguns casos, haverá tempo para um repensar e, talvez, para uma recusa consciente ao papel social que ele está prestes a assumir. O fato é que muitos dos que são submetidos a este processo não recusarão essa nova identidade; mesmo porque ela pode lhe trazer, ao menos imediatamente, algumas vantagens importantes. Neste ponto, inicia-se um processo de segregação social mais amplo. O agressor começará a ser evitado por membros de seu grupo primário e passará a ser cada vez mais valorizado por grupos violentos. É nesta etapa, assinala Athens, que o sujeito toma suas decisões mais violentas, pois está determinado a ferir ou

⁷⁵ No original: “*Nothing expands a person’s determination to be violent more than the repeated successful performance of violent action*”. Ob cit, p. 71.

mesmo a matar sem que exista qualquer justificativa para isto. Esta mudança resulta de sua experiência social prévia e faz com que o sujeito não seja, agora, apenas violento, mas especialmente perigoso.

Athens sustenta que o simples ingresso em uma destas quatro fases não assegura que a pessoa irá completar a fase, nem que percorrerá todo o processo. Para que a pessoa complete o estágio da “brutalização” ela deverá passar pela experiência de ser completamente subjugada, de se horrorizar pessoalmente e de ser treinada para a violência. Para completar o estágio da “beligerância”, deve passar pela prolongada experiência de reflexão a respeito de sua brutalização anterior, o que a conduz à conquista de um *insight* especial: recorrer à violência letal é, às vezes, necessário neste mundo. Para completar o estágio da “performance violenta” a pessoa deve passar pela experiência de ter pelo menos uma façanha violenta após ter sofrido ou mesmo ter sido derrotada em disputas com seus agressores. Finalmente, para completar o estágio da “virulência”, será preciso experimentar, sucessivamente, a notoriedade violenta, a trepidação social e a experiência de malevolência.

Para Athens, pessoas que não passaram por uma experiência violenta prévia não irão cometer subitamente crimes hediondos. Ele chama a atenção para o fato de que determinadas características da personalidade (identificadas e discutidas na psicologia) constituem as fases deste processo, mas podem ser – e frequentemente o são – completamente alteradas ao longo dele. Assim, por exemplo, a baixa autoestima está presente no início do processo, mas não no seu final. No estágio da virulência, o que encontramos é uma autoestima elevada em um patamar irrealístico, ao ponto da arrogância.

O modelo proposto por Athens pretende oferecer uma explicação não apenas de como se formam as personalidades violentas, mas também a respeito de como elas se reproduzem. O processo envolve sempre uma ou mais pessoas, de mais idade, nos grupos primários, que irão subjugar os novatos, horrorificá-los e, depois, treiná-los para a violência. Quando este novato for mais velho, agirá da mesma forma com relação aos mais jovens. Athens esclarece que o estágio da “brutalização” não deve ser compreendido como o mesmo que a experiência de maus-tratos às crianças. As três fases deste estágio (subjugação violenta, horrorificação pessoal e treinamento

violento) não são equiparáveis à tríade abuso físico, abuso emocional e negligência. Para Athens, a diferença básica é que a brutalização ocorre sempre em grupos primários, enquanto os maus-tratos ocorrem apenas em um destes grupos: a família. Mas a diferença mais importante tem a ver com o fato de que a noção de maus-tratos está definida em uma moldura teórica que vê as fontes da conduta humana como divididas em corpo orgânico, a mente e o ambiente social, enquanto que a noção de “brutalização” parte do pressuposto que as fontes da conduta humana não podem ser separadas nestes reinos.

Athens sustenta que sua teoria se diferencia das formas anteriores pelas quais se procurou compreender as condutas violentas, mas também de todas as teorias criminais. Com relação à Teoria da Rotulação (*Labelling Theory*), ele considera que sua superestrutura conceitual avança para além daquilo que seus fundamentos empíricos poderiam suportar. De acordo com a Teoria da Rotulação, as pessoas podem ser “primariamente violentas” ou “secundariamente violentas”. Os primeiros são aqueles que cometem, eventualmente, um crime violento de menor gravidade – possibilidade que envolve a todos em uma sociedade. Já os criminosos definidos como “secundariamente violentos” seriam aqueles que cometem vários crimes graves. Quando o rótulo de “periculosidade” é aplicado a criminosos primariamente violentos, eles se tornam rapidamente criminosos secundariamente violentos. Esta teoria, para Athens, não consegue explicar porque as pessoas se transformam em “criminosos violentos primários”, o que faz com que o processo fundamental permaneça obscuro. Na verdade, as pessoas podem se tornar – e de fato se tornam – especialmente violentas muito antes de serem etiquetadas como tal. A rotulação na teoria de Athens passa a ser importante apenas no último estágio – virulência .

Athens chama a atenção para a prioridade que deve ser dada à necessidade de fazer cessar o processo de brutalização. Para ele, se a pessoa já atingiu o estágio de beligerância será necessário um competente trabalho de aconselhamento psicológico para se produzir um efeito positivo; mas se já atingiu o estágio da performance violenta, será preciso mais do que aconselhamento. Aqui, ele sugere a introdução do sujeito em um novo grupo primário não violento e a ruptura com seu grupo anterior ou, pelo menos, com

as figuras mais importantes dele. Para ele, um dos problemas do nosso sistema de justiça é que adolescentes violentos só chamam a atenção quando já estão em um estágio de beligerância ou mesmo de performances violentas. Uma alternativa seria capacitar os professores para que percebessem mais cedo as características de formação de uma pessoa violenta. O problema, assinala, é que, quando confrontados com adolescentes beligerantes, os professores tendem a responder mal, punindo os alunos ou mesmo desligando-os das escolas, atitudes que terminam reforçando a lógica do processo como um todo.

O interacionismo simbólico é o marco teórico que conduz a abordagem de Athens. Isto significa conceber a ação do sujeito como uma resposta às situações que o desafiam e a partir de definições que ele elabora sobre estas situações. O estudo do comportamento violento deve, assim, assumir o objetivo de compreender as definições construídas pelo sujeito diante de uma situação concreta sobre a qual ele oferece a resposta violenta. Nas palavras de Blumer (1969:73-4):

Uma vez que a ação é forjada pelo ator a partir do que ele percebe, interpreta e julga, deve-se ver a situação operacional da forma como o ator a vê, perceber objetos como o ator os percebe, determinar o seu significado em termos do significado que eles têm para o ator, e seguir a linha de conduta do ator como ele a organiza - em síntese: se teria que assumir o papel do ator e ver o seu mundo a partir de seu ponto de vista.⁷⁶

O processo de formação de pessoas violentas e perigosas apresentado pela Teoria de Athens pode ser sintetizado pelo esquema disposto no quadro 2.

⁷⁶ No original: "Since action is forged by the actor out of what he perceives, interprets and judges, one would have to see the operating situation as the actor sees it, perceive objects as the actor perceives them, ascertain their meaning in terms of the meaning they have for the actor, and follow the actor's line of conduct as the actor organizes it – in short, one would have to take the role of the actor and see his world from his standpoint".

Quadro 2- Elementos da Teoria da Violentização

Estágios	Fases
1. Brutalização	a) subjugação violenta b) horrorificação pessoal c) treinamento violento
2. Beligerância	a) balanço doloroso b) sentimento de culpa c) resolução de empregar a violência
3. Performance violenta	a) provocação máxima ou moderada b) revolta pessoal violenta
4. Virulência	a) notoriedade violenta b) trepidação social c) malevolência

A partir desta elaboração, Athens (1998) tenta situar a realidade da criminalidade violenta nas chamadas “comunidades menores”. Sua intenção é explicar as razões pelas quais determinadas comunidades são especialmente violentas, enquanto outras são menos violentas ou mesmo não-violentas. Para ele, haveria três tipos de comunidades menores: comunidades “malignas”, “turbulentas” e “civis”.

Através das comunidades menores que compõem o coração das nossas comunidades corporais maiores, o problema da criminalidade violenta se expressa de maneiras caracteristicamente diferentes. Todo crime violento é um subproduto da luta pela dominação que ocorre em uma ou outra forma entre todos os tipos de pessoas em todo o tipo de pequenas comunidades. Entretanto, o tipo predominante de indivíduo que habita uma comunidade menor varia junto com a norma vigente desta comunidade para a resolução de conflitos de dominação e de acordo com a gravidade do seu problema de crime violento. Em comunidades menores "malignas", as pessoas ultraviolentas e violentas são os tipos individuais predominantes, a norma vigente para a resolução de conflitos de dominação é o proverbial "dentes e garras" e o crime violento é galopante. Em comunidades menores "civis", os tipos predominantes são as pessoas pacifistas e as que são marginalmente violentas, a norma vigente para resolver os conflitos de dominação envolve uma variedade de

táticas não violentas e crimes violentos são uma raridade. Em comunidades menores "turbulentas", não há um tipo de indivíduo predominante nem uma norma vigente para resolver conflitos de dominação, por isso o crime violento é um problema menor do que em comunidades menores malignas, mas ainda bem maior do que nas pequenas comunidades "civis".⁷⁷

Inspirado na célebre construção de Mead a respeito do "outro generalizado" (*generalized other*), Athens passa a lidar com o conceito de "comunidade fantasma" (*phantom community*). Ambos os conceitos dizem respeito ao "outro internalizado", às referências que consultamos rotineiramente quando firmamos nossas próprias concepções ou quando interpretamos situações que nos confrontam. Athens destaca, entretanto, uma importante diferença: com o conceito de outro generalizado, Mead (1934) tinha em mente o tipo de solilóquio realizado com a perspectiva comum que deriva da comunidade mais amplamente. O conceito diz respeito, assim, às impressões internalizadas pelo indivíduo sobre as normas sociais⁷⁸. Já a comunidade fantasma se refere aos valores formados pelas mais significativas experiências sociais passadas que são, por definição, distintas entre membros de uma mesma comunidade corporal. Na medida em que se resolvem as

⁷⁷ No original: "Across the minor communities that comprise the heart of our larger corporal communities, the problem of violent crime expresses itself in characteristically different ways. All violent crime is a by-product of the struggle for domination that occurs in one form or another among all types of people in every type of minor community. However, the predominant individual type that inhabits a minor community varies along with a minor community's prevailing norm for settling dominance disputes and, in turn, the severity of its violent crime problem. In "malignant" minor communities, the ultraviolent and violent people are the predominant individual types, the prevailing norm for settling disputes over dominance is the proverbial "tooth and claw" and violent crime is rampant. In "civil" minor communities, the predominant individual types are the marginally violent person and pacifist; the prevailing norm for settling dominance disputes involves a variety of nonviolent tactics; and violent crimes are a rarity. In "turbulent" minor communities, there is neither a predominant individual type nor a prevailing norm for resolving dominance disputes, so violent crime is a smaller problem than in malignant minor communities, but still a much bigger one than in civil ones".

⁷⁸ O que permite pensar em equivalências conceituais em áreas distintas como na psicanálise com a ideia freudiana de "superego", ou com a visão de Lacan a respeito do "Nome do Pai". A concepção de Mead situa a forma como o indivíduo se adapta à norma e às expectativas do grupo, como se percebe na seguinte passagem: "I have pointed out, then, that there are two general stages in the full development of the self. At the first of these stages, the individual's self is constituted simply by an organization of the particular attitudes of other individuals toward himself and toward one another in the specific social acts in which he participates with them. But at the second stage in the full development of the individual's self that self is constituted not only by an organization of these particular individual attitudes, but also by an organization of the social attitudes of the generalized other or the social group as a whole to which he belongs".

disputas inerentes pelo poder e por posições mais vantajosas na hierarquia local, cada comunidade menor vai formatando um tipo predominante de indivíduo e suas normas efetivas passam por processos de mudança. Nas comunidades malignas, os indivíduos mais violentos estão no comando; enquanto nas comunidades civis, o tipo predominante é pacifista (condição manifesta pela recusa à violência) ou marginalmente violento (condição identificada pela possibilidade do emprego da violência apenas em situações limite de autodefesa ou de defesa de terceiros). Athens chama de comunidades turbulentas aquelas que se encontram em um estágio intermediário entre as anteriores e onde ainda não se definiu qual o tipo de indivíduo preponderante ou a norma vigente.

A “Teoria do Processo de Violentização” de Athens também produziu reparos e críticas. O’Donnel (2003) por exemplo, sustenta que, além do processo apontado por Athens, há outros caminhos que levam às práticas violentas mais sérias, entre elas o fanatismo religioso, o sadomasoquismo e os pressupostos burocráticos que amparam os genocídios. Embora valorize muito a contribuição de Athens, o autor assinala que ela deveria ser compreendida como uma derivação da Teoria do Aprendizado Social (*Social Learning Theory*) de Bandura (1973,1977 *apud* O’DONNEL, 2003), que mostra como determinados padrões de comportamento emergem através da punição ou do reforço.

Por outro lado, os fenômenos mais cruciais de violência na modernidade, aqueles realizados na experiência totalitária, parecem ter demonstrado suficientemente que crimes especialmente violentos não necessitam de autores especialmente violentos. Pelo contrário, o que Arendt (1983) já havia observado quando nos falou da “banalidade do mal” e o que Milgram (1974) e Zimbardo *et al* (1973) comprovaram com seus trabalhos de campo é que crimes violentos e mesmo “monstruosos” podem ser praticados - e muitas vezes o são - por pessoas absolutamente “normais”. O que, a propósito, levou Bauman (1998) a concluir que a realidade do holocausto só foi possível porque a violência estava autorizada pelas autoridades e pelos oficiais nazistas, porque as ações violentas passaram a compor uma rotina burocrática e porque as vítimas foram desumanizadas, desalojadas de sua condição

humana para viabilizar seu extermínio. O genocídio é mais efetivo quando desapaixonado. Para Bauman, assassinatos em massa são mais prováveis quando os sentimentos mais fortes são eliminados. Para O'Donnel, Athens subestima o poder da conformidade e a natureza dos crimes de obediência. O fato das taxas de violência permanecerem inalteradas após a desmobilização dos soldados – ou seja: com o retorno à vida social de dezenas de milhares de pessoas treinadas para matar – demonstra que as atitudes violentas podem ser largamente dependentes do contexto social. Outro exemplo de O'Donnel é a conhecida correlação inversa entre o número de linchamentos e o preço do algodão no século XIX e no início do século XX nos EUA (BRUNDAGE, 1993). O número de homicídios nos EUA é muito maior que na Irlanda possivelmente pela imensa disponibilidade de armas de fogo e não pela maior presença de pessoas brutalizadas. Tais argumentos críticos são consideráveis e assinalam a existência de outras dinâmicas de violência extrema que, é claro, não devem ser esquecidas ou menosprezadas. Eles, entretanto, não invalidam a Teoria da Violentização, mesmo porque Athens não pretendeu oferecer uma Teoria que abarcasse todas as manifestações de violência extrema.

2.5 Teoria do Autocontrole

O trabalho de Travis Hirschi se desenvolve em um plano distinto, com foco nas razões para o envolvimento com o crime. Em sua obra “Causas da Delinquência” (*Causes of Delinquency*), de 1969, utilizando os dados de um amplo estudo empírico, conhecido como *The Richmond Youth Project*⁷⁹, Hirschi apresentou a primeira versão de sua Teoria, originada de uma perspectiva tributária das concepções a respeito da desorganização social. Para ele, o ponto central consistia em perceber que laços sociais frágeis faziam com que as pessoas se definissem mais facilmente em direção ao crime. Mais adiante, em 1990, surgiu a “Teoria Geral do Crime” (*A General Theory of Crime*), obra

⁷⁹ O estudo utilizado por Hirschi contou com dados de 17.500 alunos até o 11º ano no inverno de 1964. Esta população foi estratificada por raça, sexo, escola, série etc o que permitiu a formação de 130 sub-grupos. A amostra foi formada com 5.545 alunos, dos quais foram obtidas informações completas de 4.077.

escrita com Michael Gottfredson.⁸⁰ Nesta obra, Hirschi apresenta uma versão mais específica e sofisticada de sua Teoria do Controle onde oferece destaque ao autocontrole, ao invés do controle social, como um tema central para as definições em favor da conformidade ou do crime. O eixo de suas concepções se desloca para o papel dos pais na educação, vez que, embora outras agências possam ter importância no processo de formação dos indivíduos (tais como escola e igreja), a educação parental é tomada como o caminho mais importante pelo qual é possível se ensinar autocontrole às crianças. Se uma criança tiver um processo educacional marcado pela conduta abusiva ou negligente de seus pais, ela tenderá a ser impulsiva, insensível, menos intelectualizada, menos discursiva, com gosto por comportamentos de risco e com visão imediatista, o que fará com que as chances dela desenvolver comportamentos delituosos seja muito maior.

Hirschi lembra que, para a maioria dos criminólogos, o crime é algo motivado, que os delinquentes perseguem carreiras criminais e que as variações culturais são, virtualmente, ilimitadas. Para ele, nas suas formulações usuais, todas estas afirmações são inconsistentes com a Teoria do Controle Social. A conduta desviante começaria, na verdade, quando os laços do indivíduo com a sociedade são frágeis ou foram rompidos.

Para ele, as teorias alternativas mais importantes compreendiam os delinquentes ou como pessoas forçadas ao crime por não terem podido alcançar os objetivos que definem as aspirações sociais médias (Teorias da Tensão - *Strain Model*), ou como inocentes “estrangeiros” que obedecem regras de uma sociedade que não se encontra em condições de fazer a lei ou definir condutas como boas ou más (crítica a Sutherland).

Para a perspectiva mais ampla das Teorias do Controle, as pessoas devem ser acompanhadas e controladas, de alguma forma, para que seja possível enfrentar as tendências naturais às práticas delituosas. Considerando o tipo de situações experimentadas particularmente na adolescência e tendo em conta as pressões a que os jovens são submetidos, se presume que o crime e a violência irão ocorrer e que esta é uma tendência universal. Por isso,

⁸⁰ Neste trabalho, usaremos a edição de 2002 de *Causes of Delinquency* e a edição de 1990 de *General Theory of Crime*.

a pergunta mais relevante não seria “Por que ele fez isto?” e, sim, “Por que ele não fez isso?” Nesta perspectiva, se assume que o crime e a violência são, basicamente, resultados de falhas importantes no processo de socialização, de ausência de mecanismos de controle que, por alguma razão, não operaram como deveriam.

As Teorias do Controle se dividem em duas grandes perspectivas: pessoal e social. A primeira delas tem sido desenvolvida pela psicologia – talvez mais amplamente pela psicanálise - e lida com variáveis como autoestima e autoconceito. As variáveis sociais mais importantes, por seu turno, envolvem os vínculos das crianças e adolescentes com a família, com a escola e com as práticas religiosas.

Na primeira versão de sua teoria, Hirschi (2002) sustenta que os laços sociais (*social bonds*) são formados por quatro partes: a) vínculo, b) compromisso, c) envolvimento e d) crença⁸¹.

O vínculo é o tipo de conexão psicológica e emocional que permite que as pessoas se aproximem e desenvolvam sentimentos especiais de afeição e respeito. Pessoas com quem mantemos vínculos são importantes para nós e a opinião delas a respeito do que fazemos nos diz algo normalmente muito importante. Os vínculos primários são aqueles que mantemos com nossos pais. Além deles, crianças e adolescentes constroem vínculos com seus pares, com seus professores e com membros da comunidade. Quanto mais amplos e profundos estes vínculos, menores as chances de envolvimento com o crime. Para Hirschi, o vínculo seria, nas dinâmicas sociais, o correlato do conceito freudiano de “Superego”.

Com a expressão “compromisso”, Hirschi quer se referir à relação de custo-benefício pressuposta pelo ato delituoso. Quando maior for o investimento já realizado em conformidade com as regras sociais (por exemplo: tempo de estudo, *status* alcançado, dinheiro empregado etc) menores serão as chances do sujeito colocá-lo em risco. O compromisso seria, assim, o aspecto racional do laço social, o equivalente social do “Ego”. Este elemento do laço social remete ao medo diante das possíveis consequências do ato delituoso.

⁸¹ As expressões empregadas por Hirschi são: “*Attachment*”, “*commitment*”, “*involvement*” e “*belief*”.

Pessoas comprometidas com uma linha de ação convencional sabem que uma atitude que não esteja em conformidade com as regras pode ter um custo muito alto. Este custo atingirá não apenas o autor do ato delituoso, mas outras pessoas com as quais ele se vinculou ao longo de anos (familiares, colegas de trabalho, amigos, etc.). Hirschi acrescenta que as pessoas estão comprometidas não apenas porque alcançaram posições, mas também por conta daquilo que almejam ainda conquistar. Neste sentido, ambição e aspiração têm importante papel na produção da conformidade.

Já com a expressão “envolvimento”, Hirschi refere-se à participação do sujeito em atividades regulares e legais, como frequência às aulas e participação em atividades extracurriculares, clubes, competições esportivas, entre outras. A expressão dá conta do preenchimento do tempo dos jovens com atividades legítimas o que seria, por si só, um fator protetivo. A ideia de fundo é a mesma do conhecido ditado *idle hands are the devil's workshop*, conhecido em língua portuguesa como “a ociosidade é a oficina do diabo”.

Por fim, por “crença” o autor considera a aceitação das normas mais gerais da sociedade. Quanto maior for esta aceitação – não apenas das leis, mas dos valores socialmente legitimados – maior será a tendência a comportamentos de conformidade. Para a Teoria do Controle, os desviantes acreditam nas regras, inclusive quando as violam. Para as Teorias da Tensão, é fácil compreender porque uma pessoa que sabe que é errado roubar, rouba. O complicado para esta teoria é explicar porque pessoas sob as mesmas tensões respondem em sentidos opostos (em respeito à lei e violando a lei). Para as Teorias do Controle há duas abordagens tradicionais para este problema: pela primeira, se entende que as crenças (ou os valores) professados por alguém são apenas palavras. Haveria aqui uma “semântica demente”, uma dissociação entre as faculdades racionais e o controle emocional que, é dito, aparece como característica da psicopatia. Pela segunda abordagem, se assume que o autor racionaliza de tal forma seu ato para que outros valores justifiquem a quebra daquela norma. É o que vimos com a “neutralização” proposta por Sykes e Matza. Hirschi procura se situar no meio do caminho entre estas duas abordagens. Nas suas palavras:

Nós não assumimos, em outras palavras, que as pessoas construam sistemas de racionalização para justificar a prática de atos que elas querem praticar. Nós defendemos, pelo contrário, que as crenças que liberam uma pessoa para o ato desviante são imotivadas, no sentido de que ela não constrói ou adota tais crenças para facilitar seus fins ilícitos. Em segundo lugar, nós não assumimos, com o faz Matza, que ‘os delinquentes concordam com as definições convencionais a respeito do que seja delinquência’. Nós defendemos, em contraste, que existe uma variação a respeito do quanto as pessoas acreditam que devem obedecer a lei e, além disso, quanto menos as pessoas acreditarem que devem obedecer a lei, mais provavelmente irão violá-las⁸² (HIRSCHI, 2012:25-26).

O ponto chave desta posição, diz Hirschi, é o pressuposto de que existe uma variação quanto às crenças da validade moral das regras sociais.

Nós não sugerimos que a delinquência é baseada em valores opostos à moralidade convencional; nós não sugerimos que os delinquentes não acreditem que seus atos são errados. Eles podem muito bem acreditar que estes atos são errados, mas o sentido e a eficácia desta crença são contingentes sobre outras crenças e, de fato, sobre a força de outros vínculos com a ordem convencional⁸³ (HIRSCHI, 2002:26).

A partir dos dados do *Richmond Youth Project*, Hirschi (2002:131) comparou os vínculos demonstrados pelos jovens com seus pais com os vínculos mantidos por eles com a escola e os professores, encontrando que “(...) *estudantes com laços afetivos frágeis com seus pais também tendem a ter pouca preocupação com a opinião de seus professores e tendem a não gostar da escola*”⁸⁴. Aqueles alunos que manifestavam atitudes favoráveis aos

⁸² No original: “We do not assume, in other words, that the person constructs a system of rationalizations in order to justify commission of acts he wants to commit. We assume, in contrast, that the beliefs that free a man to commit deviant acts are unmotivated in the sense that he does not construct or adopt them in order to facilitate the attainment of illicit ends. In the second place, we do not assume, as does Matza, that delinquents concur in the conventional assessment of delinquency. We assume, in contrast, that there is variation in the extent to which people believe they should obey the rules of society, and, furthermore, that the less a person believes he should obey the rules, the more likely he is to violate them”.

⁸³ No original: “We have not suggested that delinquency is based on beliefs counter to conventional morality; we have not suggested that delinquents do not believe delinquents acts are wrong. They may well believe these acts are wrong, but the meaning and efficacy of such beliefs are contingent upon other beliefs and, indeed, on the strength of others ties to the conventional order”.

⁸⁴ No original: “(...) students with weak affectional ties to parents also tends to have little concern for the opinion of teachers and tend not like school”.

professores e à escola se envolveram menos com o crime, independentemente de suas atitudes em relação aos pais, o que sugere um importante efeito inibidor dos vínculos com a escola para o crime e a violência. Os efeitos deletérios promovidos por vínculos frágeis com os pais poderiam, assim – até certo ponto, pelo menos – ser compensados por vínculos fortes com a escola que operariam, neste caso, como fatores protetivos. Outros estudos como o de Empey e Lubeck (1971 *apud* SHOEMAKER, 2010:239). com 482 jovens envolvidos com o crime e 185 jovens sem envolvimento, em Utah e Los Angeles, encontrou que famílias desestruturadas, ausência de relações harmônicas entre os pais, relações com os pais e fatores escolares – com destaque para notas baixas – estavam associados aos comportamentos delinquentes. Quando os autores compararam a relevância de cada um destes temas, entretanto, a ausência de vínculos com a escola apareceu como mais fortemente associado à delinquência. Neste e em outros estudos, a evasão escolar parece ser um momento central que sela o destino de muitos jovens. Entre aqueles que abandonam precocemente a escola, uma parcela significativa irá desenvolver uma trajetória criminal (KRUTTSCHNITT *et al*, 1986 *apud* SHOEMAKER, 2010:239). As evidências disponíveis sugerem que os vínculos das crianças e adolescentes com a escola reforçam a resiliência diante das desvantagens sociais pré-existentes (SHOEMAKER, 2010:242).

A nova síntese introduzida com “*A General Theory of Crime*”, vinculará sua teoria, conforme assinalado, ao conceito de “baixo autocontrole” (*low self-control*). Segundo esta formulação, o baixo autocontrole não exige o crime, mas as pessoas que possuem elevados níveis de autocontrole estarão muito mais afastadas das possibilidades delituosas.

Atos criminosos proporcionam satisfação imediata do desejo. Uma das característica mais importantes das pessoas com baixo autocontrole é, portanto, a tendência de responder a estímulos tangíveis no ambiente imediato, com uma orientação concreta, do tipo 'aqui e agora'. Pessoas com elevado autocontrole, por outro lado, tendem a adiar a gratificação.

Atos criminosos fornecem gratificação fácil ou simples dos desejos. Eles oferecem dinheiro sem trabalho, sexo sem cortejo, vingança sem atrasos judiciais. Pessoas carentes de autocontrole também tendem à falta de diligência, de tenacidade ou de persistência no curso de uma ação.

Atos criminosos são excitantes, arriscados ou emocionantes. Eles envolvem discrição, perigo, velocidade, agilidade, engano ou poder. Pessoas carentes de autocontrole, portanto, tendem a ser aventureiras, ativas e 'físicas'. Aqueles com altos níveis de autocontrole tendem a ser cautelosos, cognitivos e 'verbais'. (GOTTFREDSON e HIRSCHI, 1990:89).⁸⁵

Assim, os autores chegam ao papel central do autocontrole examinando as características presentes, em regra, no próprio fenômeno criminal. Os crimes oferecem poucos benefícios de longo prazo. Neste sentido, não se comparam a um emprego ou a uma carreira profissional. Pelo contrário, afirmam Gottfredson e Hirschi (1990), o crime interfere com as possibilidades de compromissos de longo prazo, tanto com empregos como com o casamento ou outras relações pessoais. Por isso, pessoas com baixo autocontrole tendem a ter relações instáveis em todos os sentidos. Pessoas com baixo autocontrole não tendem apenas a cometer crimes, mas a preferir hábitos de risco como fumar, beber, usar drogas, apostar, ter filhos fora do casamento etc. Elas também possuem escassa tolerância à frustração e não sabem contornar situações de conflito com a habilidade necessária para superá-los mediante acordos ou pactos. Pelo contrário, o mais comum é que suas intervenções nestes momentos agravem o conflito pelo emprego da violência.

Os autores lembram que a maior parte dos crimes não requer habilidades complexas ou planejamento minucioso. As capacidades cognitivas demandadas aos que se envolvem com o crime, por isso mesmo, são mínimas. Pessoas responsáveis por atos delituosos sabem que não necessitam de graduações acadêmicas ou de esforços de longo curso para a atividade criminal. Por outro lado Gottfredson e Hirschi (1990) destacam, também, que

⁸⁵ No original: *Criminal acts provide immediate gratification of desire. A major characteristic of people with low self-control is therefore a tendency to respond to tangible stimuli in the immediate environment, to have a concrete 'here and now' orientation. People with high self-control, in contrast, tend to defer gratification. Criminal acts provide easy or simple gratification of desires. They provide money without work, sex without courtship, revenge without court delays. People lacking self-control also tend to lack diligence, tenacity, or persistence in a course of action. Criminal acts are exciting, risky, or thrilling. They involve stealth, danger, speed, agility, deception, or power. People lacking self-control therefore tend to be adventuresome, active, and physical. Those with high levels of self-control tend to be cautious, cognitive and verbal.*

crime frequentemente resulta em dor e em danos para as vítimas. O que quase sempre não é um problema para os que violam a lei:

Pessoas com baixo autocontrole tendem a ser autocentradas, indiferentes ou insensíveis diante do sofrimento dos outros (...) o que não significa necessariamente que elas sejam antissociais. Pelo contrário, elas podem descobrir a imediata e fácil recompensa do charme e da generosidade (ob cit. pp: 89-90).

O conceito de baixo autocontrole se aproxima da característica psicológica conhecida como impulsividade⁸⁶, mas Gottfredson e Hirschi (1990: 94-95) sustentam a origem social do problema afirmando que ninguém pode ser ensinado ou treinado para ter baixo autocontrole, mas que o fenômeno ocorre exatamente quando se verifica falta de socialização, treinamento e disciplina. A causa principal do baixo autocontrole seria, assim, um processo de criação inefetivo:

Para ensinar a uma criança o autocontrole, alguém deve: (1) monitorar o comportamento da criança, (2) reconhecer o comportamento desviante quando isto ocorrer e (3) punir tal comportamento. Isso parece simples e óbvio o suficiente. Tudo o que é necessário para ativar o sistema é o afeto ou o investimento na criança. A pessoa que cuida da criança irá observar seu comportamento, irá vê-la fazendo coisas que ela não deveria fazer e corrigi-la. O resultado pode ser uma criança mais capaz de adiar a gratificação, mais sensível aos interesses e desejos dos outros, mais independente, mais disposta a aceitar limites em suas atividades e com menores chances de usar a força ou a violência para atingir seus fins⁸⁷ (Idem, p.97)

A teoria é consistente com o fenômeno da transmissão geracional da violência e da propensão para o crime vez que o processo que envolve os cuidados com as crianças e sua educação exige investimentos significativos –

⁸⁶ Para Shoemaker (2010:248), a centralidade dos autores no tema do autocontrole sugere semelhanças importantes também com a teoria psicanalítica.

⁸⁷ No original: “In order to teach the child self-control someone must: monitor the child’s behavior; (2) recognize deviant behavior when it occurs and (3) punish such behavior. This seems simple and obvious enough. All that is required to activate the system is affection for or investment in the child. The person who cares for the child will watch his behavior, see him doing things he should not to do, and correct him. The result may be a child more capable of delaying gratification, more sensitive to the interests and desires of others, more independent, more willing to accept restraints on his activity and more unlikely to use force or violence to attain his ends”.

tempo, afeto, atenção etc – cujo sentido se projeta em longo prazo, enquanto a conduta das pessoas envolvidas com o crime (com baixo autocontrole, portanto) são orientadas para o curtíssimo prazo. É menos provável, então, que pais com baixo autocontrole ensinem autocontrole aos seus filhos (Ibidem, p.101). Alguns estudos, como o de Lilly *et al* (2011) têm encontrado evidências importantes que amparam as posições de Gottfredson e Hirschi. Nosso estudo aproveitou parte importante do instrumento empregado pelo *Richmond Youth Project*, segundo os utilíssimos apêndices constantes em *Causes of Delinquency*.

3. DIANTE DA VIOLÊNCIA EXTREMA: OUVINDO OS JOVENS “SERENOS” E FORMULANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

*You gave me nothing. Now, It's all I got.*⁸⁸

Bono

3.1 Breve nota metodológica

Antes de apresentar a primeira parte dessa pesquisa, uma breve nota a respeito da experiência metodológica que tivemos se impõe. Inicialmente, o estudo foi comparativo e sua natureza poderia ser descrita como um *multiple case study*, realizado através de dados qualitativos, sobre as circunstâncias que poderiam estar na configuração etiológica de ações particularmente violentas e repetidas de jovens. Tornou-se comum identificar os modelos experimentais e quase-experimentais com as pesquisas quantitativas. Embora tais modelos sejam mais aplicados em estudos do tipo, não há vedação para delineamentos de pesquisa que empreguem estes modelos a partir de dados qualitativos. Aliás, parte expressiva dos modernos estudos sociológicos – tanto quanto das pesquisas criminológicas – se desenvolveu a partir deste pressuposto. No tema que nos interessa, esse é tipicamente o caso dos trabalhos de Athens. No mais, sabemos que, a depender do objeto de estudo, a utilização de técnicas e de dados quantitativos e qualitativos pode ser mesmo uma exigência. Nas palavras de Günther (2006):

Enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam a sua questão de pesquisa.

⁸⁸ Verso da canção “One”, do U2. “*Você me deu nada. Agora, é tudo o que tenho*”.

Os jovens internos na FASE foram selecionados por seu envolvimento em atos infracionais violentos, com foco nos jovens autores de homicídios⁸⁹. Os resultados da pesquisa com os internos - apurados mediante entrevistas do tipo histórias de vida (*life story approach*), com consultas aos prontuários e com a aplicação de dois questionários específicos - foram comparados com os resultados encontrados para o grupo pareado de adolescentes de idade aproximada, mesmo sexo e mesma origem social que não receberam medida socioeducativa por qualquer tipo de ato infracional e que, reconhecidamente, não possuem histórico de práticas violentas. Para a formação do grupo pareado, entrevistamos jovens indicados pelos próprios internos na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), entre amigos, colegas e parentes com quem tenham convivido nos mesmos ambientes sociais na infância.

A escolha pelos adolescentes e/ou jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade viabilizou a seleção do perfil violento o que explica os motivos por realizar a primeira parte da coleta de dados na Fase.

Por óbvio, há muitos jovens tão ou mais violentos do que aqueles que foram entrevistados para este trabalho. Em boa medida, os adolescentes e jovens adultos que estão cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade foram já “selecionados” pelo sistema de persecução vigente que, sabemos, se estrutura a partir de demandas particulares. Determinados atos infracionais e crimes são, como regra, reportados às polícias (enquanto outros não) e determinados suspeitos são, como regra, investigados, sentenciados e privados de liberdade (enquanto outros não). O ponto que interessa ao delineamento da pesquisa, por isso mesmo, não parte do pressuposto ingênuo de que adolescentes e jovens adultos privados da liberdade sejam “representativos” do conjunto dos seus pares envolvidos em atos infracionais. O que nos interessava, inicialmente, era a comparação entre aqueles que, comprovadamente, estiveram envolvidos em práticas violentas graves e

⁸⁹ A Criminologia considera “homicídio” todo o crime doloso com resultado morte, o que é observado pelas estatísticas internacionais. No Brasil, as estatísticas oficiais seguem oferecendo números diversos para tais atos delituosos de acordo com os tipos penais que, em nossa legislação, abarcam três tipificações: a) homicídio, b) latrocínio e c) lesões corporais seguidas de morte.

aqueles que – apesar de compartilharem as mesmas origens sociais, serem do mesmo sexo e terem idades semelhantes – não foram autores de atos desta natureza.

Há inúmeras questões metodológicas a respeito das abordagens com história de vida. Elas tematizam as formas de registro, a condução das entrevistas, a ordem das perguntas a serem feitas (e mesmo se deve haver perguntas), se a abordagem deve procurar que o entrevistado mantenha um foco narrativo em torno de questões tidas como essenciais, se as entrevistas devem ser transcritas inteiramente, ou aproveitadas no trabalho científico apenas em extratos considerados significativos, se é imprescindível registrar e relatar os gestos do entrevistado, marcar suas pausas e outros sinais semânticos etc. No mais, há dúvidas pertinentes a respeito de como tratar as informações recebidas; afinal, cada relato pode dar conta apenas de um sonho, de uma projeção doentia, de uma apreensão absolutamente parcial e inexata de fatos que só seriam verdadeiros para aquele que conta sua própria história ou sequer para ele (POIRIER *et al*, 1999). Em que medida, então, seriam válidos? Deve-se checar as informações obtidas nas entrevistas em profundidade?

Não iremos tratar desses temas. Registro, apenas, que observar com atenção o que é relatado nos coloca diante de identidades pessoais. Para Giddens (1991), é a capacidade de manter uma narrativa particular que, para além do comportamento do sujeito e da reação dos demais, permite descobrir as formas pelas quais as pessoas compreendem o mundo e seus esquemas de pensamento e ação, formatados e mediados pela interação social. Em suas palavras: “Cada um de nós não apenas tem, mas vive uma biografia” (GIDDENS, 1991:14). Na mesma linha, Maruna (1999) destaca a importância da abordagem proposta pelos estudos com histórias de vida, enfatizando que:

Histórias de vida representam perspectivas sociais e teorias sobre a realidade, não necessariamente uma realidade objetiva. Por exemplo, se uma pessoa (...) sente que sua dignidade foi desafiada por algum insulto, ele poderá cometer determinados atos de violência que seriam considerados sem sentido pelas pessoas. No entanto, esses atos podem ser perfeitamente ‘racionais’ em termos da autocompreensão daquela pessoa. Afinal de contas, de acordo com

a teoria da narrativa, como o interacionismo simbólico, elas são reais em suas consequências⁹⁰.

A perspectiva adotada na parte qualitativa da pesquisa foi, assim, mais etnobiográfica, porque queríamos tomar as identidades dos entrevistados tal como elas foram construídas para vislumbrar aí os sintomas mais expressivos da disposicionalidade violenta. Para além de cada história pessoal – vivida e imaginada – importava perceber a presença dos Outros Significativos (MEAD, 1934); vale dizer, daqueles que foram decisivos no processo da individuação – mormente na infância - e que expressam atitudes e expectativas sociais.

O contraste obtido, por si só, ofereceu sugestões interessantíssimas. Entretanto, tornou evidente uma limitação surpreendente: quase todos os internos tiveram bastante dificuldade de se lembrar de um exemplo – no caso, um colega ou amigo de infância que, com toda a certeza, jamais havia se envolvido com o crime. Para vários dos entrevistados na Fase, essa foi, aliás, a pergunta “mais difícil”. O que sugeria que o grupo pareado, em síntese, não expressava a posição típica dos jovens pobres não envolvidos com o crime. Estávamos, na verdade, diante de grupos antípodas, o que impedia que o pareamento fosse tomado como controle eficaz. Tratava-se, então, de ampliar a amostra, de forma a preencher os espaços intermediários com dados em um presumível *continuum* para o fenômeno. Em se tratando de uma análise focada nos fenômenos da violência extrema, haveríamos de estender o estudo em áreas de exclusão. Nos presídios, poderíamos aumentar a variabilidade do perfil delituoso, inclusive para crimes não violentos. Já em uma escola pública, acessaríamos uma mostra possivelmente mais representativa dos jovens de periferia não envolvidos com as dinâmicas criminais, ou pelo menos não determinados por elas.

Assim, a parte qualitativa da pesquisa evidenciou a necessidade de avançar no exame da complexidade do fenômeno com o emprego de técnicas

⁹⁰ No original: *Self-stories represent personal outlooks and theories of reality, not necessarily an objective reality. For instance, if a person (...) feels that his dignity has been challenged by some insult, he may commit certain acts of violence that would be deemed 'senseless' by the public. Yet, these acts might be perfectly 'rational' in terms of that person's self-understanding. After all, according to narrative theory, like symbolic interactionism, 'If (persons) define situations as real, they are real in their consequences'.*

quantitativas, o que permitiu, finalmente, o retorno à interpretação. A síntese a que chegamos se revelou, independente das limitações do estudo, muito mais rica, vez que contou com analítica mais robusta. Registro esse percurso em reforço ao assinalado por Cano (2012:107) para quem, “é preciso dizer que o Método Quantitativo e o Método Qualitativo, a rigor, não existem, por mais que os termos sejam usados à exaustão”. No caso brasileiro, Cano argumenta de forma persuasiva que a polarização sem sentido entre as duas abordagens já implicou em prejuízos de monta às ciências sociais. Os ataques aos “métodos quantitativos”, no mais, revelam, não raro, determinada distância da que se convencionou entender como ciência. Nas suas palavras:

O “Judas positivista” malhado pelos inimigos do quantitativismo foi criado como um espantalho, para que os alunos não tenham sequer a opção de conhecer aquilo que devem *a priori* desprezar. Por sua vez, as técnicas de pesquisa qualitativa são ensinadas muitas vezes de forma impressionista. Usa-se comumente o termo “arte” para se definir as pesquisas qualitativas. A ideia da arte poderia ser interpretada apenas como uma metáfora que destaca a criatividade. Porém, é comum identificar arte como um empreendimento submetido a critérios subjetivos para o qual não existe validação objetiva possível. Ou seja, como uma esfera oposta à da ciência (Ob cit. p. 117)

Em verdade, as técnicas quantitativas operam mediante termos e procedimentos padronizados, o que facilita o controle dos resultados e mesmo sua contestação. Além disso, elas são simplesmente indispensáveis sempre que tratamos de causalidade agregada. Entretanto, nenhuma mensuração, por mais sofisticada que seja, poderá dispensar as interpretações de sentido que são tipicamente reivindicadas pelas análises qualitativas.

Neste ponto, delineamos mais claramente nosso problema de pesquisa que pode ser exposto em uma pergunta central: Quais os principais fatores etiológicos da disposicionalidade violenta dos jovens no contexto de comunidades urbanas pobres?

3.2 Arquitetura do medo e linguagem

Estive dezenas de vezes em unidades da antiga Fundação de Bem Estar do Menor (Febem) e de sua sucessora, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase), do Rio Grande do Sul, em atividades de inspeção ou

em situações de crises agudas como motins. Em 2000, no projeto das Caravanas Nacionais de Direitos Humanos, que coordenei na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pude, também, conhecer um pouco da realidade das instituições congêneres em vários outros estados brasileiros (COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000). A experiência me permitiu conversar com internos, com monitores e técnicos e com os dirigentes responsáveis, na tentativa de procurar compreender o que, de fato, ocorria por trás daqueles muros e de auxiliar na elaboração de políticas públicas. Nunca antes, entretanto, havia estado em uma destas instituições na condição de pesquisador.

O que aprendi nas instituições totais (GOFFMAN, 1991), como ativista dos direitos humanos, seria, de qualquer forma, útil. Quando cheguei à primeira unidade da Fase visitada na pesquisa, carregava uma lista com os nomes de internos que respondiam por atos infracionais especialmente graves e violentos. Fui, então, encaminhado a uma sala reservada ao atendimento técnico e aos defensores e solicitei a um dos monitores daquele setor que trouxesse o primeiro interno. O procedimento padrão na Instituição é o de conduzir os jovens algemados. O que já me parece desnecessário, torna-se abusivo se o jovem for obrigado a receber o atendimento com as mãos algemadas às costas, decisão que o obrigaria a permanecer, quando sentado, um tanto inclinado à frente, de forma não só incômoda, mas dolorosa. Mesmo se as algemas são “passadas para a frente”, a situação toda é constrangedora e já formata a relação com o técnico em uma distância que dificilmente será superada. Ao perceber que meu primeiro possível entrevistado seria deixado na sala algemado, solicitei que o monitor retirasse as algemas. Diante do pedido, a contestação: - “São normas de segurança da Casa”. Ao que eu respondo: - “Sim, mas ele estará sob minha responsabilidade nesta sala e as algemas não são necessárias”. Em desacordo, mas empenhado possivelmente em não produzir o impasse que se poderia intuir, o funcionário retira as algemas, o que será, então, repetido em todas as outras oportunidades, sem necessidade de novas solicitações.

Enquanto o monitor providencia na liberação das mãos do rapaz, percebo que a disposição dos móveis na sala de atendimento reserva duas

cadeiras, nos lados opostos de uma mesa central. Já havia sido informado por uma técnica da instituição que os internos eram alojados na posição oposta à porta de entrada, ficando o técnico mais perto da porta, de costas para ela. O arranjo é estranho e inverte as posições comuns em qualquer gabinete de atendimento fora da Instituição. O motivo, óbvio, é o de facilitar a fuga do técnico em caso de necessidade. As algemas e a disposição dos móveis, assim, conformam aquele espaço em uma “arquitetura do medo” que procuro, logo, desconfigurar. Situo-me atrás da mesa, onde se presume deveriam ficar técnicos e defensores em qualquer espaço profissional. O interno, então, recebe meu aperto de mão e o convite para se acomodar na melhor cadeira. Tudo é muito rápido e simples, mas os sentidos pressupostos são claros. Ele é bem vindo naquele espaço e o entrevistador não o teme. Nossa conversa irá começar e o jovem percebe que talvez ela seja diferente daquelas que ele já manteve ali. De todos os adolescentes e jovens adultos internos a quem pude propor a entrevista sobre suas histórias de vida e explicar os objetivos da pesquisa, apenas um se recusou a participar. –“*Não precisa não, seu, tô sereno*”. Os demais parecem ter percebido no trabalho uma oportunidade para contar suas trajetórias, não se opondo a que, mantido o anonimato, as entrevistas fossem gravadas.

No caso, assinale-se, o compromisso do anonimato pressupõe mais do que a troca de nomes dos entrevistados. O desafio que enfrentamos no relato dos depoimentos é o de impedir que a informação prestada permita a identificação do respondente. Este cuidado – que envolveu, em algumas circunstâncias, a troca de eventos reais por equivalentes ficcionais, diz respeito à situação jurídica dos entrevistados e, sobretudo, à segurança de cada um deles. O procedimento segue a regra de aproximação proposta por Barnes (1979 *apud* GRINYER, 2002) para quem os dados deverão ser apresentados de tal maneira que os respondentes sejam capazes de reconhecer-se neles e os leitores não tenham a menor chance de identificá-los⁹¹.

⁹¹ A posição adotada neste trabalho quanto à confidencialidade está amparada pelos procedimentos éticos em pesquisa com seres humanos, retratados em inúmeros documentos como no **Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia** onde se lê: “A confidencialidade, a segurança, o anonimato e a privacidade de participantes em pesquisas deverão ser rigorosamente respeitadas tanto em pesquisas qualitativas quanto quantitativas” (<http://www.sbsociologia.com.br/portal/images/docs/codigoetica.pdf>) e no **Statement of Ethical**

Os jovens internos da Fase habitam um mundo bem diverso do que conhecemos. A primeira notícia desta distância aparece na linguagem. É preciso uma atenção especial às construções discursivas próprias que configuram aquilo que Diógenes (1998:65) chamou de “terreno ambíguo” e “deslizante”. No mundo dos adolescentes de periferia há, também, expressões que só são ditas ali, às vezes com palavras que possuem sentidos diversos daquelas para os demais falantes em português.

“Conterrâneo” é uma dessas palavras. Ela aparece não para designar aquele que é nascido na mesma cidade, mas para identificar um amigo próximo e merecedor de verdadeira confiança. Conterrâneo é também aquele que respeita e que é merecedor de respeito. O tema do respeito, aliás, parece crucial na relação com adolescentes e entre eles. Muitas vezes, o simples “encarar” alguém nas comunidades periféricas pode ser interpretado como “falta de respeito”. A intrincada conexão simbólica que determinadas regras e valores vão agenciando nas interações dos jovens em áreas de exclusão modula as condutas de maneiras nem sempre percebidos. Sennet (2004:51), a propósito, assinala:

Nas comunidades pobres, o adolescente que tem capacidade está sob pressão. Sobrevive-se em uma comunidade pobre não por ser o melhor – ou o mais durão – mas mantendo a cabeça baixa. Literalmente: é melhor evitar ter contato visual na rua, o que pode ser considerado um desafio; na escola, quando se é talentoso, tenta-se parecer invisível para não apanhar por ter notas melhores que a dos outros. Similarmente, os adolescentes do gueto são muito sensíveis a ser ‘desfeitos’, isto é desrespeitados. Em lugares onde há poucos recursos e a aprovação do mundo exterior está em falta, a honra social é frágil; ela precisa ser assegurada a cada dia.

O adjetivo “sereno”, por seu turno, é usado todo o tempo em um sentido “alargado”. Sereno, para os internos da Fase, não quer dizer “calmo” ou “tranquilo”, apenas. Esta é a palavra para descrever as coisas como boas, as emoções como adequadas e o cotidiano como algo protegido. Estar “sereno” é

Practice For the British Sociological Association, onde se lê: “*Appropriate measures should be taken to store research data in a secure manner. (...) Where appropriate and practicable, methods for preserving anonymity should be used, including the removal of identifiers, the use of pseudonyms and other technical means for breaking the link between data and indentifiable individuals*” (<http://www.britisoc.co.uk/media/27107/StatementofEthicalPractice.pdf>).

também estar “de boa”, sem motivação para a briga ou a discórdia. A palavra contém, assim, uma carga valorativa ou, se quisermos, utópica, que parece ser empregada pelos jovens como uma referência à paz que todos eles perderam ou mesmo nunca tiveram. Os jovens que fizeram suas breves histórias no crime e que, no interior das lógicas que habitam, praticaram crimes especialmente violentos, buscam, de alguma forma, um lugar onde não estejam mais “na correria”, onde seja possível viver sem “andar espiado” (desconfiado, temeroso). Este mundo sonhado ou intuído seria um mundo “sereno”.

Há muitas outras expressões que não são comumente empregadas no Brasil e que aparecem muito nas falas dos jovens internos. Em seus relatos, a expressão “quando vê” é uma locução adverbial. Ela dá conta do inesperado, do que ocorre de uma hora para a outra, sem causa aparente, ou sem explicação possível. Sua função sintática é, assim, a de situar o tempo ou o modo de ocorrência das coisas. O problema é que todas as histórias vão sendo “amarradas” por este locução e o que emerge como novo é descrito após a expressão “quando vê...” Esse uso chamou minha atenção desde a primeira entrevista e sua repetição na fala dos jovens parece indicar também uma determinada experiência onde tudo acontece não porque há sujeitos responsáveis ou porque há circunstâncias condicionantes, mas porque as coisas simplesmente acontecem, com a mesma lógica pela qual os líquidos derramam. O indivíduo, diante destas coisas que ocorrem simplesmente, não alcança então a condição de sujeito. Ele está, desde sempre, sujeitado, mas não pode definir-se como sujeito. Seu protagonismo é sempre tão limitado e seu cotidiano tão formatado pelos projetos dos demais que ele se reconhece, naturalmente, na condição de um observador que pode, quando muito, registrar: “quando vê...” e, a partir desta expressão, seguir seu relato como se não houvesse caminhos alternativos, como se as atitudes e as interações entre as pessoas fossem sempre resultantes de uma dinâmica misteriosa, inclusive e especialmente as próprias atitudes do observador. Naturalmente, a própria violência é excluída deste espaço discursivo. Comentando sobre este vazio, percebido no estudo de gangues em Fortaleza (CE), Diógenes (1998:200) observa que:

Não se fala sobre violência, não se comenta sobre violência, no sentido de um ato que produz dor, que possa parecer injusto, destrutivo. Fala-se sobre mortes, roubos, *enxames*, *paradas*, *cana*, *apatolamento*. Fala-se sobre acontecimentos.

A propósito, Marty (2010) situa esse silêncio como uma “expulsão do conjunto do teatro da vida psíquica no exterior”. Na moldura psicanalítica, ele propõe uma analogia com a estratégia da aranha que, não podendo digerir seus alimentos internamente, cava um buraco no chão onde deposita suas presas. Ali, então, ela derrama sucos corrosivos que pré-digerem o alimento até o ponto em que resta apenas aquilo que será consumido sem qualquer rejeição. Os adolescentes e jovens especialmente violentos não teriam o “espaço interno” para digerir suas tensões e angústias:

A constituição de uma interioridade refletida, de um si, ou de um Eu (Moi), não se coloca como possibilidade interna. O sentimento de vida psíquica é alcançado ao preço dessa expulsão do conflito psíquico; o conflito atua na relação com os objetos externos.

A passagem permite lembrar que a ausência de capacidade reflexiva compôs o núcleo da perturbadora compreensão de Arendt (1983) sobre o mal extremo a partir do que havia percebido em Eichmann. Sua hipótese é que a atividade do pensamento (da reflexão) – compreendida como o “hábito de examinar o que quer aconteça ou chame a atenção independente de resultados e conteúdo específico” – está entre as condições que levam os humanos a não praticarem o mal. O que fez com que Hannah Arendt percebesse o fenômeno da banalidade do mal, constatação de que crimes monstruosos não demandam monstros, mas pessoas inabilitadas ao pensamento e acostumadas a obedecer⁹².

⁹² Estudos posteriores, aliás, ofereceram apoio empírico às posições de Hannah Arendt. Assim, por exemplo, Browning (1992 *apud* McDOOM, 2011) concluiu que os 502 membros de um batalhão da polícia alemã que havia sido responsável pela morte de 83 mil pessoas eram homens absolutamente comuns, formatados por circunstâncias particulares; entre elas uma tradição antissemita, a mentalidade de cerco de guerra, respeito pela autoridade e uma tremenda pressão dos pares.

O problema com Eichmann é que havia muitos iguais a ele e que, a maioria não era nem perversa nem sádica, eram e ainda são terrível e atterradoramente normais. Do ponto de vista das nossas instituições legais e dos nossos princípios morais de julgamento, essa normalidade era muito mais atterrador do que todas as atrocidades juntas, pois implicava que – conforme fora dito repetidas vezes em Nuremberg, pelas defesas e conselheiros – que este novo tipo de criminoso, que na realidade é *hostis generis humani*, comete seus crimes sob circunstâncias tais, que se torna quase impossível, para ele, saber ou sentir que está agindo mal (Ob.cit, p. 285).

Na escuta dos internos, percebi a dificuldade da reflexão, o que parece manifesto na ausência de juízos sintéticos ou na redução dos juízos a sentimentos genéricos de afeição ou desafeição, em termos praticamente infantis.

Há muitas outras palavras frequentes e diferentes. A palavra “ladaia” é uma delas. No RS, pelo menos, não se trata de uma expressão corriqueira. O sentido dicionarizado é o de *treta, briga, intriga, complicação, problema, situação ruim*. No linguajar dos jovens serenos, a palavra aparece, também, para descrever situações de “gritaria, escândalo, reclamação insistente” etc. Já o verbo “treinar” é gíria comum para “vacilar, enganar o patrão, usar droga ou dinheiro do patrão” etc. Trata-se de infração gravíssima na hierarquia de valores do crime e, por isso, comumente punida com a morte. “Embolamento” é a expressão mais usada para se referir ao grupo do tráfico, para o coletivo ou a organização que se forma em torno das atividades criminais. Estar “embolado” é integrar uma associação que oferece perspectivas inéditas de autoria, reconhecimento dos pares e usufruto de bens e serviços antes apenas sonhados. É, também, ter muitas facilidades de aproximação e enlace sexual com as meninas. Outra expressão muito presente é “os contra”. Ela indica os adversários diretos no tráfico (embora possa ser empregada para qualquer adversário no mundo do crime), aqueles com quem se está permanentemente em guerra. Todos os jovens do grupo estudado que estiveram associados ao tráfico de drogas viveram, em diferentes dimensões, a experiência da guerra com os seus “contras”.

3.3 Iniciação criminal

A maioria dos jovens internos na Fase por delitos com grave violência vinculou suas trajetórias ao tráfico de drogas desde o início da adolescência. Seus relatos dão conta de vidas que passaram a ser vividas com independência das famílias aos 11, 12 e 13 anos. Às vezes, porque o que havia de família era tão confuso ou violento que era preciso mesmo inventar um rumo; outras, porque era preciso se afastar para proteger seus familiares. Essa circunstância aparece claramente na fala de Airton, por exemplo:

Na verdade, tenho pouco contato com minha família até para não criar problemas para eles. Na vida do crime é muita correria, polícia toda hora invadindo casa, tu tá foragido, essas coisas, então não dá para ter contato, no máximo um telefonema rápido. Eu tive foragido um tempo, então não dava para contatar com minha família, até para não criar constrangimento prá eles.

Anderson relata o seu começo no crime aos 12 anos e a rápida ascensão no tráfico até ser patrão de três “bocas” aos 15 anos:

Comecei de avião. Tipo assim, só levar. Leva lá pro cara. Eu tinha uns 12 anos. Aí o tempo foi passando e eu ganhando pouco...Uns 40 real por dia. Mas daí os cara foram se envolvendo em outras paradas e eu comecei a ganhar mais. E aí os cara viram que eu era firmeza e me largavam pifado, tipo – “o que tu quer, um carro, uma moto”? Mas isso depois de um tempão, que eu fui ganhar conceito. Na real eu quero sair e ficar sereno, mas eu já tive três boca minha, sabe? Meu único compromisso era só pegar droga com eles. Eu segui tocando, não botava a cara em nada, não vendia uma peteca. Cada boca tinha um gerente, um gerente do dia e um gerente da noite. Os gerente largava os pacote para os vendedor, tinha campana, tinha tudo. E eu não botava a cara em nada, nem pra cobrar ninguém, nem pra fazer nada. Só na ligação e esperto para ver se não tava rolando nenhuma droga, a não ser a minha, naquele lugar. Isto eu já tava com 15 anos.

Os relatos sobre o início precoce no crime se repetem. Dinho também progrediu rápido passando por dois “embolamentos”:

Com 13 anos eu entrei pro crime. Comecei como laranjinha, entregando droga. Ganhava 100, 50 real por dia só pra entregar a droga. Daí eu comecei a ser vapor, eu mesmo comecei a botar a cara e ficava na esquina sempre armado, com os loco do meu lado, sentado no campinho, vendendo a droga. Só pedra eu vendia. Eu era o único que mexia com a pedra no campinho, tinha outros

que vendiam só maconha ou pó. Daí eu saí daquele embolamento lá e fui pro do alemão Ancelmo, que me chamaram. Lá só eu que sabia do pó. Quem quisesse tinha que vir falar comigo primeiro. Quando eu fosse dar uma banda, eu deixava a cocaína com os meu conterrâneo, que eu chamo eles como chefe, lá na Curva do Laço. Daí eles vendiam por mim e eu tava de gerente. Tinha 14 anos.

Com Aírton, as coisas se passaram da mesma forma. A saída de casa foi uma consequência natural do envolvimento com o tráfico, o que ele recorda nos termos de uma experiência de solidão:

Eu sou da Vila Bresser e moro sozinho desde os 13 anos. Nesta idade já alugava minha casa. Eu morava com minha mãe, mas meu pai nunca aceitou que eu fosse do crime. Por isso, optei por sair de casa para não viver neste confronto. Abandonei tudo, comecei a traficar para poder me manter. Arrumei mulher para fazer as coisas prá mim, porque eu não sabia fazer as coisas. Amigo assim eu não tive, porque a gente não tem amigo no mundo do crime. Tinha o pessoal envolvido comigo na boca, eu era gerente de uma boca no Jardim Avelino.

Há processos radicais na base deste início que importa desvelar. Para a maioria dos jovens, a iniciação no crime – no tráfico ou fora dele – reflete uma opção simples, cuja racionalidade parece estar sintetizada no depoimento de Hugo:

Bah, aí o cara começa a crescer, não é mais criança e vê tudo aquilo que os outros têm e que tu não tem. Aí quer comprar roupa de marca e é tudo caro. E tua família não tem condições de te dar. Aí tu vai e rouba. Vai prá Porto Alegre e pega os filho de doutor e rouba eles. Daí começa a roubar carro, essas coisas. E aí já era.

Para além desta base, as histórias de vida que vão se materializando no relato dos jovens “serenos” parecem se constituir em três dimensões básicas: o desalento, a violência e o fracasso. Sobre elas, há a memória do crime como façanha e autoria. Uma experiência que quase todos eles avaliam como “enganosa” ou como a resultante de opções “erradas”, o que não necessariamente significa disposição para romper com as ilusões ou a determinação em favor de uma refundação das próprias trajetórias a partir de opções “certas”. No mundo dos jovens serenos, aliás, as noções a respeito do

“certo” e do “errado” misturam suas cartas com frequência e em velocidade muito maior do que em nosso mundo.

Os processos vividos, claro, não são uniformes. Cada uma das histórias individuais possui suas próprias “dobras” e seria possível destacá-las sobre o fundo comum – como o tecido que se costura ou o papel que vai adquirindo uma forma diversa a cada torção. Ocorre que é precisamente este fundo comum o material que precisa ser conhecido para que, então, se saiba algo mais concreto sobre os processos que levaram estes jovens, e não outros, às dinâmicas da violência grave.

3.4 A família como dor

Os internos entrevistados enfrentaram, quase todos, problemas bastante sérios com suas famílias. Os relatos mais problemáticos apontam para a ausência paterna ou para a experiência de incompreensão, hostilidade e mesmo violência sistemática oferecida pelos pais biológicos ou padrastos. Com duas exceções nos 17 casos do estudo, não há qualquer relação afetuosa digna de menção pelos jovens ou de admiração por seus pais. Os relatos afetuosos são mais frequentes com relação às mães, normalmente mencionadas com grande respeito. Em vários relatos, os internos também mencionam a honestidade de suas mães, definidas como trabalhadoras, como pessoas “pelo certo”. Com frequência, também destacam a postura delas de não aceitar qualquer benefício oriundo das atividades ilegais que eles desenvolviam, mesmo quando a necessidade era grande.

Minha mãe é minha rainha, respeito ela acima de tudo. Não vou trocar ela por nenhuma mulher nesse mundo. Jamais. **(Dinho)**

Eu ajudava minha mãe, comprava comida, essas coisas, e dizia que estava trabalhando. Mentia, né? Porque ela não iria aceitar aquilo na casa dela.

(André)

Meu irmão tinha um sapato pregado, assim. Que se molhava já ficava aberto assim, daí eu comecei a observar. Só que minha mãe não tinha condição de dá um sapato novo prá ele. Aí ele disse que a única solução era roubar. Bah, era o primeiro filho, sabe? Meus pais não deram muita importância para mim, mas o primeiro filho eles ficavam em cima assim, sabe? Aí quando vê ele roubava de canto sabe? Roubava várias coisa, assim, e deixava guardado noutra lugar. E vinha de tênis velho prá casa, e comprava bagulho prá comer, galinha, e largava no armário um dinheiro prá coroa. Daí ela encontrava e perguntava: da onde esse dinheiro, aqui? Daí a gente dizia: alguém esqueceu aí, tinha sido

ele, eu sabia, mas não dava prá falar nada (...) Para minha mãe, eu falava que as roupa que eu usava eram emprestado; as comida que eu comprava eu dizia que era as minha irmã que compravam. Eu não aparecia com dinheiro em casa, para minha mãe não notar. **(Atílio)**

Em alguns casos, os jovens preferem não falar muito sobre seus pais, registrando apenas o desalento. No caso de Dinho, o afeto demonstrado pela mãe parece situar uma experiência diametralmente oposta daquela que ele viveu com o pai ausente:

Eu me lembro do meu pai que da minha mãe eu não tenho nada o que reclamar. Quando eu era criança eu via todas as criança no parque jogando futebol com os pais e eu era o único que não jogava assim. Meu pai mora em Caxias e bebe uma cachaça. Daí falavam prá mim, bah tu tem pai, mas ele não vem te ver, não brinca contigo. Daí eu me sentia meio triste, assim né? E aquilo ali foi me revoltando. Daí eu falava que eu não tinha pai, meu pai é morto.

Também para Nestor, a lembrança do pai revela um tipo de relação formal, sem qualquer investimento afetivo, talvez mais fria do que aquela que ele poderia ter mantido com um vizinho:

Eu falava com ele na rua, mas não era aquele afeto tipo pai para filho, sabe? Era oi, pá, eu apertava a mão dele e ele ia fazer as coisas dele e eu as minhas. Ele não me dava nada, eu não dava nada para ele e era isso aí.

Para outros jovens, entretanto, a lembrança do pai não se confunde com a ausência ou com a indiferença, mas com a presença insuportável. O caso relatado por Atílio chama a atenção para dinâmicas violentas na infância que parecem ser comuns:

Mas eu não lembro direito quanto eu era pequeno, minha mãe que falava que eu fazia um angú, jogava as coisas na parede, mordida as criança, desde pequeno ela falou que eu já era assim, já. Era revoltado e meu coroa era, bah, treinamento, e bebia e batia nela comigo dentro da barriga, esses bagulho aí. Meu pai nunca tava presente. Aparecia de vez em quando só prá dá em nós ali. Ele ia aí prá dá em nós. Ele batia sem motivo. Uma vez meu irmão tava jogando bola no campo, sabe? Tava chovendo a fú, aí quando vê minha mãe falou assim: vai lá chamar teu irmão. E eu fui, sabe? Mas eu me dava a fú com meu irmão aí fui chamar ele e disse aí meu, o coroa tá chamando lá. Ele disse, bah meu, fica aí um pouco vendo eu jogar. E eu fiquei, sabe como é criança, né? Alegre com futebol, me empolguei, aí fiquei ali, me perdi, sabe? Aí fiquei

todo o jogo ali, ele jogando e eu rindo, batendo palma. Aí quando terminou o jogo, fiquei jogando um pouco com ele, aí quando vê descemo, sabe? E o coroa? Bah, fica comigo, disse o meu irmão. Quando vê, já vi o coroa no pátio sentado com uma correia assim. Não tinha porque bater na gente, a gente tava se divertindo, né? Aí, nós entremo na baia abaixo de laço, ele espancou meu irmão, até quebrou o dedo, esse dedo aqui é torto, sabe? Porque ele foi dá um soco no meu irmão e meu irmão se esquivou e ele deu na parede; ficava uns calombão assim na gente. A gente mal ali, e ele ali dizendo “Não chora pau no cu, não chora que vocês vão apanhar mais”. Daí meu irmão dizia “fica frio senão ele vai bater mais em ti; já era, fica sereno”. Daí era assim, toda hora ele vinha e queria dar no cara direto. Qualquer bagulhinho ele já dava um monte de soco no cara. Paulada. Era surra, desde pequeno. Não tinha essa daí de dar um tapinha na orelha, umas palmada. Tudo que tiver na frente ele já tocava em cima. As vez ele queria dá na minha mãe também. Quando vê meu irmão dizia: o meu, tá viajando, qual é, não é assim. E ele já se botava no meu irmão: cala a boca pau no cu, sou teu pai. E a gente só se defendia, assim.

Falando sobre sua infância, a memória da violência surge no relato de Paulo César também como tristeza. Ele fica um tempo em silêncio e diz:

Eu brincava, mas meu pai me batia, sabe? Nesse tempo eu tenho mágoa dele, por causa disso. Eu morava na Aloísio Ribeiro, com meu pai e minha mãe, mais cinco irmãos (três gurus e duas gurias). Meu pai trabalhava de vigia e minha mãe trabalhava de recicladora. Ele batia em nós para educar, ele batia de corda, de pau, com esses bagulhos. Ele bebia e quanto isso acontecia era pior. Ele batia na mãe também.

Se os casos de violência na infância dizem respeito, quase sempre, à conduta do pai biológico, do padrasto ou namorado da mãe, o relato de Nestor dá conta de registro oposto, de violência oferecida pela mãe, contrastada, no caso, pela postura de orientação desempenhada pelo pai que é visto pelo jovem com grande respeito.

Meu pai é tudo, caso que eu puxo mais pro lado dele, sabe? Meu pai não desiste, sabe? Ele tá sempre ali e não quer que eu faça (as coisas erradas). Minha mãe já diz assim se fizer vai ter que arcar com as consequências. Mas meu pai até hoje não acredita que eu matei alguém, que não foi prá isso que ele me criou. Eu converso com ele nas visita e ele sempre me deu tudo, nunca deu em mim; já a minha mãe me criou a baixo de pau, qualquer coisinha que eu aprontasse eu já... meu pai já não, sabe? Só me botava de castigo, conversava, não vai jogar vídeo game, com meu pai sempre tive uma vida boa, com minha mãe foi mais sofrida assim. Surra e condições também, caso que eu queria as coisa e ela não tinha condições de me dá.

Em suas múltiplas formas, a violência é, assim, uma experiência anterior ao crime para quase todos os internos. De alguma forma, os jovens vivenciaram dinâmicas de agressão física, desrespeito e injustiça entre seus familiares em ambientes de hostilidade e tensionamento prolongados. Não apenas no núcleo familiar, mas nas relações mais amplas com outros parentes, frequentemente conectadas com o abuso do álcool. O relato de Milton ilustra o problema:

Eu lembro da escola, dos meus irmãos, dos meus primos; que a gente morava todo mundo perto. Eram umas seis casa na mesma vila. Aí quando tinha churrasco no domingo, juntava todo mundo. Sempre dava briga. O pessoal bebia, né, e aí dava muita confusão e sobrava para alguém. O almoço terminava sempre na delegacia. Aí as pessoas ficavam um, dois anos, sem se falar. Tinha sempre festa de aniversário, era sagrado. Ainda mais festa de um ano e de quinze anos. Lembro de uma destas festas, de aniversário de 15 anos da filha do meu padrasto. Aí teve um tio que esfaqueou meu padrasto. Não se falam até hoje. Mas muito por causa da bebida.

O tema da morte violenta de parentes, pais e irmãos mais velhos está associado ao início de uma carreira no crime em alguns relatos. É o que aparece com força nas histórias a seguir.

Bem dizer eu não tive infância, sabe? Quando eu tinha 9 anos, meu irmão mais velho trabalhava bastante, era só nós. Aí ele tinha uns amigos lá e trabalhava com eles de mecânico. Um dia ele chegou do trabalho, e discutiu com eles. Foi aí que começou tudo. Os caras bateram na cabeça dele com uma ferramenta. Daí ele caiu no chão, daí minha mãe viu lá de dentro e veio se meter prá parar a briga e eles continuaram batendo e ela se meteu na frente, daí eles começaram a bater nela. Eu vi tudo, sem poder fazer nada. Os vizinho apartaram. Daí veio a ambulância e levaram meu irmão pro hospital. Ele ficou baixado um tempo, daí voltou prá casa vegetativo, sabe? Não se lembrava muito de nós, um dia ele me viu e não conseguia falar, só chorava. Aquilo foi subindo mais o sangue. Mais um tempo e ele foi para a UTI e minha mãe foi a última a ver ele. Eu era criança e fiquei desesperado. Aí, os cara que mataram meu irmão não foram preso. Daí, no enterro dele - eu não acreditava que ele tinha morrido, sabe? - eu peguei na mão dele e tava fria e tinha um pano no rosto. Daí foi que eu vi que ele tava morto. Daí eu peguei na mão dele e prometi prá ele que eu não ia deixar assim, sabe? Daí eu prometi prá ele que ia matar os cara. **(Volmir)**

Eu tinha um irmão por parte de pai que eu era muito apegado nele. Na época eu não entendia o que era crime e não fazia nada, não é que eu me inspirava nele, entende, mas eu gostava dele, ele me tratava tri bem, quando vê me dava mais atenção até que meu pai. E aí, quando vê, mataram ele, né? Porque ele tava envolvido com o tráfico. Nisso meu pai e minha mãe se separaram e não voltaram mais. Eu fiquei mordido com a morte do meu irmão; me ligava um

monte na morte dele. Aí eu fui atrás disto aí. Meu objetivo era me vingar da morte dele. **(Anderson)**

Meu irmão mais velho morreu em 2006, ele tinha uns 2 ano mais que eu. Ele morreu num assalto a um mercado. No caso eu não sei explicar pro senhor muito bem o que aconteceu, caso que ele era assaltante, sabe? Só que ele roubava com uns cara que eram violento a fú, assim. Os cara cagava as vítima a pau e não precisava disso. Meu irmão não concordava e, por isso, começou a assaltar sozinho. Daí uma vez ele foi sair prá pegar um dinheiro, sabe? Prá mulher dele, pro filho dele, aí ele foi roubar um mercadinho. Diz que ele tava armado, mas não sei se tava. Porque ele não usava arma e já tinha assaltado sozinho com arma de brinquedo. Tinha só duas pessoas no mercado, aí parece que tinha uma mixaria no caixa, quando ele se virou para sair o dono atirou nele, pelas costas. Daí os cara lá queriam pegar e matar o velho, mas aí parece que o cara disse que tava com problema psicológico, esse bagulho aí prá rico, que mata e vai prá clínica. E aí nunca mais. E a versão que eles deram é que o dono matou ele porque se abaixou e deu um tiro de frente, mas ele morreu pelas costa. Daí fiquei pensando, o cara ta mentindo na cara dura. Tá certo que meu irmão tava do lado errado, mas nunca matou ou judiou de alguém. Tenho saudade dele. Quando ele morreu, perdi meu chão, fiquei solto. Eu tava estudando normal e entrei no crime foi por causa disso. Aí foi aos poquinho, fiquei ali na vila, comecei a jogar bola com uns cara grande. E os caras embolando e eu ali olhando. E os caras dizendo, bah tu tem a cara do teu irmão (...). **(Atílio)**

3.5 A escola como distância

Os dados disponíveis sobre a escolarização dos adolescentes e jovens adultos privados de liberdade na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) do RS impressionam. Primeiro, observa-se para o conjunto dos internos no RS uma média de anos de estudo significativamente mais baixa que as médias nacional e estadual. Relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) evidencia o problema como se vê na tabela 2:

Tabela 2 - Número Médio de Anos de Estudo

Média de Anos de Estudo	FASE	RS	Brasil
	6,59	8,75	8,30

Fonte: TCE-RS, a partir de dados da PNAD e de entrevistas realizadas pela Equipe de Auditoria

O mesmo trabalho, chama a atenção para a taxa de defasagem escolar. Com este dado, lidamos com informação relevante sobre o percurso dos internos em sua escolarização. O indicador é apurado pela “taxa de frequência escolar líquida” que expressa o percentual de alunos matriculados de uma faixa etária que frequenta a escola na idade esperada, conforme adequação série-idade, em relação ao total das pessoas da mesma faixa etária. Os auditores encontraram que todos os internos da Fase possuem defasagem escolar, com um déficit que ultrapassa em muito mesmo as realidades vividas pelas famílias mais pobres do RS e do Brasil. Na Fase, a diferença entre a série adequada e a série efetiva é de, aproximadamente, cinco anos.

Tabela 3 – Percentuais de defasagem escolar

% Defasagem Escolar		
Fase	Região Sul	Brasil
100%	58%	63%

Fonte: TCE-RS

No relato dos jovens internos que entrevistamos, a exclusão da escola é uma constante. Dos 17 casos da amostra, apenas um não foi alcançado pela exclusão e, mesmo assim, não constitui uma experiência bem sucedida na escola. Em algumas oportunidades, as dificuldades vividas pelos jovens dizem respeito a temas banais como, por exemplo, os constrangimentos sociais derivados da pobreza extrema. Assim começou, por exemplo, a história de afastamento da escola vivida por Ronaldo e por Sérgio Lopes:

Eu gostava de ir para a aula, fui bem, tinha amigo, era bom. Nunca tive problema de disciplina. Aí foi passando o tempo e eu não tinha os negócio para ir, não tinha tênis, tinha que ir de chinelo. Aí eu comecei a faltar as aulas, porque eu tinha vergonha. Comecei a inventar motivo prá mãe e acabei rodando por falta. Eu morava na vila e o colégio que eu estudava tinha vários gurizinho de dinheiro. Ninguém mexia comigo, porque senão apanhava.
(Ronaldo)

Bah, as vezes tinha que usar umas roupas tri chatas para a escola, não tinha roupa legal, entende? Usava tênis velho, aí o pessoal ficava tirando onda de mim, ficavam se arriando, apelidavam. Eu tinha que ir com a mesma roupa, porque não tinha outra. Aí os caras diziam que eu não tomava banho e me chamavam de sujeira. Aí eu brigava toda hora e a escola chamava minha mãe dizendo eu não me comportava. **(Sérgio Lopes)**

No relato de Hugo, o que se destaca são as dificuldades típicas da escola na abordagem de alunos fragilizados socialmente e as sucessivas reprovações, o que agenciou a desistência da própria família e a opção pelo aproveitamento do adolescente no trabalho.

Daí eu fui prá escola e um dia eu levei a arma de meu pai pro colégio, eu tinha de 13 prá 14 anos. Eu levei a arma prá mostrar pros outros. Daí chamaram a polícia. Eu tive no jardim e depois fui para a primeira série, no Teotônia. Na real eu incomodava muito e não consegui passar do terceiro ano. Daí minha mãe me tirou da escola e me arrumou um trabalho de empacotador. Eu tinha uns 15 anos. Para mim era difícil as contas, não explicavam direito.

Já para Lucas, a experiência na escola remete à dificuldade de relacionamento com os colegas e com as professoras:

Eu não gostava muito de ir para a aula. Eu matava aula muito seguido. Nem gosto de falar. Porque os colegas eram muito chatos. E as professoras também, elas acham que mandam no cara. Por isso eu fui até a 3ª série e não voltei para a escola. Eu jogava bola, mas agora nem gosto mais de jogar. Na escola eu lembro de jogar ping-pong, vôlei. As professoras xingavam os alunos e aquilo me deixava mordido. Não me lembro das notas que eu tirava. Mas aprendi vários bagulhos. Contas, por exemplo.

Nos casos de Paulo Isidoro e Fernando, aparece mais claramente a naturalização do fracasso escolar como sendo uma ausência de vocação para o estudo. Assim, a incapacidade institucional de lidar com o perfil de crianças e adolescentes como ele - já envolvidos no consumo de drogas - é traduzida pelo jovem como um problema exclusivamente seu.

Bah, estudei até a 5ª série, rodava toda hora. Não me lembro com quantos anos eu parei. Rodei na primeira, acho que na terceira e na quarta também. Eu gostava de ir porque sempre tinha um que levava uma maconha. A gente ia prá trás do colégio prá fumar maconha. Às vez o cara ia armado, no tempo que eu era mais crescido. E quando eu tinha 7 anos, eu só fazia ladaia na escola. Não

estudava, as professora sempre falando com minha mãe que eu não fazia nada. Daí já dá prá ver que o cara não é prá esses negócio aí. **(Paulo Isidoro)**.

Eu gostava mais ou menos da escola. Eu tinha que acordar às 6h da manhã e não gostava disso. Nas aula, eu incomodava os colega, brigava, não fazia nada. Sei ler e escrever, fazer conta, essas coisa. Eu rodei na primeira série, depois eu passei e fui até a quarta, quando rodei de novo. Daí eu troquei de colégio e fui até a sexta série. Depois daí eu só rodei, não consegui sair da sexta série. Os professores ajudavam, mas não adiantava. **(Fernando)**

Em outros relatos, atos de violência praticados pelos adolescentes vão se somando para preparar a expulsão formal. Este é o caso de Juarez:

Na escola foi sereno, mas eu incomodava demais. Estudei até a quarta série. Teve muito bolo, joguei uma cadeira num professor, deu conselho tutelar, essas coisas. Nem me lembro direito, era muito novo. Aí a gente se mudou e eu fui prá outra escola. Aí quando vê eu fui expulso mesmo. Um guri lá me subestimava (me tirava prá menos, nem sabia quem eu era), eu estudava, mas já tava no crime. Eu não levava arma prá escola, porque era tranquilo, mas daí eu queimei o farol do guri (bateu no olho). Aí veio o pai do cara lá e deu um estouro, bah bateu no meu filho. Aí veio meu primo que é tri alto. Daí eu pensei: vou furar o cadarço deste cara! Daí ele viu meu primo e ficou mais tranquilo. Aí me expulsaram, eu tinha 14 prá 15 anos. Me arrependo até hoje, porque quero terminar meus estudos. Até porque pra conseguir trabalhar tem que ter escolaridade, senão não vai.

E também os casos de Airton e de Renato, ambos com uma sucessão de expulsões por disputas violentas e uso de arma de fogo:

Eu fui até a 5ª série. Eu fui expulso 3 vezes até os 14 anos por causa de confusão, briga. Uma vez eu fui armado pro colégio porque tinha uns contra na escola. Pechei com um contra meu na frente do colégio, daí eu dei uns tiros nele na frente do colégio. Eles ficaram aterrorizados e disseram que não podia ter gente assim estudando lá. Na sala de aula eu incomodava bastante também, como que eu posso falar, eu acho que eu era hiperativo, era muito agitado. Eu ficava um período e duas, três semanas suspenso. Eu era expulso e não conseguia passar de ano. Eles chamavam minha mãe, mas não tinha o que fazer. Eu fui parar no Deca muitas vezes, tomei advertência, essas coisas. Gostar ninguém gosta de estudar. Mas antes de entrar no colégio eu já sabia escrever emendado, depois, na segunda série eu já fazia coisas da terceira e da quarta série, eu tava adiantado. Mas isso foi uma fase na minha vida. Hoje eu não faria a metade das coisas que eu fiz quando tinha 13 anos. **(Airton)**

Estudei em quatro escolas e fui expulso de três. Eu gostava dos colegas, me dava bem com eles. Só teve uma briga com um professor lá. Ele me jogou com as costa na parede, assim, prá fora da aula, eu era mais pequeno, tinha uns 13 anos, e bati o meu ombro aqui numa janela assim. Daí eu dei um soco na cara dele. Daí um guri me chamou de bagaceiro. Daí eu dei um tapão nele e ele despencou da escada e se quebrou todo. **(Renato)**

3.6 O tráfico como pertencimento

A experiência do tráfico é pensada de forma paradoxal pelos internos. A maioria deles identifica na trajetória do “embolamento” um percurso cuja saída é, quase sempre, a morte ou a prisão. A associação evidente, fornecida pelos destinos deles mesmos e de dezenas de amigos e conhecidos, estimula os jovens da Fase a pensar sobre como seria a vida fora do crime. Ainda assim, os sentidos atribuídos à experiência no tráfico sugerem que, para eles, as dinâmicas criminais foram também fonte de reconhecimento e identidade. Em várias falas, percebe-se a ideia de que suas trajetórias se tornaram possíveis por conta de determinadas virtudes identificadas pelos pares e pelos padrões. “Atitude”, “responsabilidade”, “lealdade” e “humildade” são algumas delas.

Tem que mostrar atitude, não pode usar drogas, tem que saber lidar com o crime. Tem que saber que o que é teu é teu e o que é do patrão é do patrão. Não pode “treinar” na boca, se treinar deu prá ti. Treinar é quanto tu mexe no que não é teu, ou usa drogas. É um bagulho meio estranho de falar pro senhor, mas é uma coisa que vem com o tempo, quando tu vai conquistando confiança. Então o patrão foi preso e não tinha ninguém para assumir, só eu. Assim não deixava ele mal na cadeia, nem deixava a boca cair. Daí ele falou que não era para eu ficar exposto, assim vendendo droga. E me largou na segurança da boca, aí eu só andava armado. Se tivesse algum problema, matar essas coisas, era tudo comigo. Daí eu pegava o dinheiro que eu ganhava e alugava casa fora do Jardim Avelino. Ia ali só prá trabalhar mesmo. Aí, um ano depois, o patrão pegou 17 anos de cadeia e ele falou prá mim que era para eu assumir como gerente e apoiar a mulher e o filho dele na rua, me passou os contato dele tudo. **(Aíرتون)**

Sim, na rua, os cara me deram um oitão, assim, aí o gurizão tava passando, e nós assaltamo ele. Nunca tinha pegado na mão um tênis tão bonito como aquele, jamais ia ter dinheiro para comprar. Aí fomo prá baia do gurizão lá dividir as coisa. Aí disse assim, pega aí o que tu quer. Eu disse: não, não quero nada. Daí eles viram que eu era humilde e que ia dar um bom soldado, sabe? Porque não cresceram os óio em nós. Aí fiquei tri feliz com o tênis, era ouro prá mim, naquela época. Daí levei prá casa e disse que era emprestado. Não falei que era roubado. Tinha o maior cuidado prá não estragar. Cuidava como se fosse minha vida, sabe? **(Atílio)**

O tema do uso de droga – lícitas e ilícitas - faz parte do “balanço” dos internos. Dos 17 entrevistados, apenas quatro não faziam uso do álcool ou de drogas ilegais. Todos os demais foram ou são usuários, dependentes químicos

ou não. Nas entrevistas, foi evidente a recusa à “pedra” (*crack*) que é vendida por ser muito lucrativa, mas que não deve ser consumida por eles. Os traficantes não toleram a pedra, porque percebem, pela relação que mantêm com os consumidores, que o tipo de dependência criada na relação com esta droga impede a confiança. Se alguém do “embolamento” estiver usando *crack* isto será percebido como evidência de que haverá “treinamento”. Algumas das falas sobre o crack abordam claramente o problema:

Crack não, graças a Deus, né? Vou dizer uma coisa pro senhor aqui ó, eu tive vários amigos, sabe, que morreram. Eu tive um amigo, comecei tudo com ele, um pouco mais velho que eu – eu tinha uns 11 anos e ele uns 13 - ninguém gostava dele, porque ele era “doente”, assim ele quebrava as coisas, os vidros dos vizinho, quebrava luz, fumava maconha, ficava até tarde na rua e a mãe dele não fazia nada. A mãe era dependente de *crack* e não tava nem aí para ele, sabe? Aí, quando eu fugi de casa eu fui morar com ele lá. Aí comecei a fazer de tudo. Tudo que eu queria e pensava que era sereno, legal. Não tinha mente prá nada. **(Anderson)**

Eu só usei maconha na minha vida, mas vendia só *crack*. A clientela é muito louca. As vez, tem que dar uns tapa de canto nos cliente, porque eles vêm e querem comprar mesmo se a polícia está perto. Tem muita gente que vende o carro pela pedra, tem mulher que se prostitui para comprar a pedra. Por isso, quem vende não pode se envolver. **(Fernando)**

Eu vendia maconha, coca, ecstasy e *crack*. O que mais dá dinheiro no tráfico é o *crack*. É a febre do século. Uma peteca de cocaína é 20 real, uma peteca de *crack* é 5 pila, mas deixa o usuário mais fissurado. E o senhor não tem noção do que eles fazem para fumar o *crack*. É um formigueiro, dia e noite, eles não param nunca, o usuário de cocaína e maconha isso daí é mais quem tem dinheiro, tu não vai ver pobre cheirando coca ou fumando maconha, só burguês, mas *crack* não tem classe. Bah, tem advogado, médico na vila comprando *crack*. Tem engravatado empenhando o carro para comprar o *crack*. É o que mais dá dinheiro. Eu nunca usei, mas os caras ficam doente pelo bagulho e 5 minutos depois que o cara fumou já não tem efeito aí o cara vai atrás de novo, entendeu? **(Airton)**

Não, não preciso de droga e nunca usei *crack*. Já vendi *crack*, mas nunca usei, caso que lá eles não botavam prá trabalhar quem usava pedra. Porque daí tu mexe ali na droga e eles acabam matando. Tinha uns que usavam, assim, mas escondido dos patrão. Quando eu caí eu tava ganhando 500 por semana e tinha uma moto para entregar a droga e recolher o dinheiro. Eu morava numa casa que eles pagavam o aluguel, e eu guardava todas as drogas. Mas eu ganhava mais vendendo na boca, porque lá tu ganha o teu, né? Na boca a gente dividia meio a meio com o patrão. Se vendia 300, 150 era meu. Mas vendia 3 mil por noite. O que mais dá dinheiro é o crack, por causa da fissura. Hoje tem usuário de *crack* que é rico, Bah. Tem gente que o cara vê vendendo casa, tudo, carro, moto. Antes eu não dava muita bola, assim, mas depois que eu caí, agora, por último, eu ficava pensando: bah, o cara, bem dizer, tá matando as pessoas, vendendo, aos poucos. Mas o cara quer dinheiro, não adianta, né, aí é azar das pessoas. **(Nestor)**

Os cara não permitem que se roube na vila, porque chama polícia. Por isso, quem usa pedra é mal visto, porque eles roubam botijão de gás, roupa no

varal, essas coisas. Os patrão não aceitam chinelagem. Tem morador que sai às 5 da manhã para pegar o ônibus no fim da linha. As vez acontece de um ser assaltado, daí eles vão lá na boca e reclamam para os traficante. Como todo mundo conhece todo mundo, ah foi o fulano, pode deixá que a gente resolve. E aí o cara já aparece morto, ou com um tiro na mão, no pé. **(Hugo)**

Vem a ordem de cima. Na hora de fazer as conta do dinheiro que está faltando, alguém tem que pagar. Eu usei cocaína e maconha, mas não *crack*. Quem usa *crack* perde a confiança dos caras. **(Sérgio Lopes)**

Já o uso regular da maconha é visto de maneira tão natural quanto o tabaco. Mesmo o uso do “pó” (cocaína) é encarado com normalidade, desde que nos limites de evitar a “fissura”, conforme se percebe em falas como as seguintes:

Antes eu me dava com todo mundo da vila, queria vender droga para comprar minhas coisas, roupa, só que eu gostava de fumar minha maconha e cheirar minha cocaína. No começo eu saía prá rua escondido, daí fumei uma maconha, depois cherei uma cocaína também. Daí consegui umas armas, também. Aí os guri me diziam: Bah, o meu, quando tu crescer pode fechar com nós. Bah, ta na mão. Eu achava que era tudo maravilha, era só ir ali, andar armado, fumar maconha e ficar loco, assim né? **(Paulo Isidoro)**

Eu fumava maconha e cheirava cocaína. Eu fumava maconha toda hora e, às vezes, cheirava coca, mas isso aí não dá nada. Fumava cigarro também. Nunca usei pedra. Também não tenho fissura. Eu comecei a usar maconha e cigarro com 12 anos. **(Lucas)**

A maconha é, às vezes, percebida como uma droga que não deixa o cara “esperto” e que, portanto, pode implicar em riscos. Já a coca, é vista como uma droga que “liga” e que pode estimular a violência.

Agora não tem como usar aqui na Fase, no intervalo que saí prá rua, não usei droga também. Fiquei 4 mês e pouco e só fumei cigarro. Eu usava coca e maconha. Que maconha não dá prá usar, porque eu não posso ficar chapado assim, vou dá mole pros cara. Quando eu saí prá rua agora não matei ninguém, só roubei e trafiquei, mas não matei, então eu acho que a droga ajuda a matar. Eu fazia as coisas mais de consciente, eu pensava não, agora to de maior, tenho que cuidar. E antes eu ficava cheirado e dava vontade de matar alguém, sabe? Ficava bem louco. Parece que dá mais coragem, sei lá. **(Nestor)**

A experiência no tráfico estrutura as rotinas de “trabalho” a partir das relações de confiança. O faturamento é alto e o lucro permite, quanto mais se progride na estrutura do negócio, o acesso aos bens mais cobiçados pelos jovens como, por exemplo, roupas “de marca” (para “andar arrumado”), carros, motos e diversão. Em que pese este tipo de inserção no mercado de consumo, os entrevistados percebem que o dinheiro que entra fácil também vai embora fácil.

Começava a vender mesmo pelas 5 da tarde, até meia noite, mais ou menos. Tava bombando. A maconha era prá nós fumar, a pedra era prá vender. Comprava um quilo de pedra por 12 mil, mais ou menos. Pode pegar no crédito, mas aí só quando tem confiança. Cada um no seu quadrado. Nós não vendia peteca, vendia as lasca, tipo fornecedor, entende, só largava as droga prá eles. Um quilo dá 18 mil na revenda, mais ou menos, da semana. Nós era em três, dava uns dois conto por semana para cada um de nós. Aí o cara não para com dinheiro no bolso, sempre correndo atrás. Compra roupa, prá andar bem arrumado, compra maconha, tem que ajudar alguém que tá na cadeia, essas coisas. Se não correr atrás o cara não tem nada mesmo. **(Juarez)**

Na real, a gente não fica com nada. É muita loucurada. Minha esposa é muito caseira e ela não aceitava o dinheiro do crime. Eu joguei muito dinheiro prá cima, fazendo festa, muito dinheiro com mulher, cada saída é 600, 700 reais só com mulher. Aí tu quer comer bem, beber bem, quando vê foi dois mil pro alto numa noite. Que é um dinheiro que vai fazer falta depois. **(Aírton)**

Então eu comprei várias coisas, moto, casa, tive muita mulher, mas acho que eu não aproveitei. Foi uma experiência, entende? Mas eu acho que não vale a pena. Eu acho, né? **(André)**

O dinheiro, quando vem rápido, vai rápido, porque o cara toca prá cima. **(Nestor)**

Ganhava a fu, uns 500 reais por dia. Comprei carro, moto, essas coisas, mas não tenho nada. **(Paulo Cesar)**

Como dinâmica social específica, o tráfico compartilha noções, valores e técnicas. Há, por certo, um aprendizado no crime em torno de diferentes temas.

Meu pai ia com a mulher dele no Cosme e Damião, sabe, e só voltava no outro dia, as vez nem voltava. Aí eu ía lá com os cara que já tavam usando droga; eu tinha 14 anos, por aí. Aí eles me botaram um ferro na mão eu não sabia nem como usar aquilo, tri pesado. Aí eles me ensinaram. **(Atílio)**

Aí eu comecei a conviver num meio onde eu conheci muita gente, seu, eu via de tudo ali. Prostituição, assalto, roubo, de tudo um pouco. E aí eu fui aprendendo muita coisa que nem deveria ter aprendido que era ganhar o dinheiro fácil, não usava nada de droga naquele tempo; daí eu tinha uns amigo lá; vários dizem que a influência dos amigos é o que faz ocorrer tudo isso, mas

a pessoa vai se quer. Vai depender de cada um. Nem todo mundo tem a mesma mentalidade. Tem uns que tem a mente mais fraca e fala que não vai dar nada. E naquele momento eu me sentia, hoje eu admito, eu pensava não vai dar nada com o cara. Eu tava num momento de fraqueza, no caso.
(Anderson)

3.7 A polícia como sócia

Muito já se escreveu a respeito do envolvimento de policiais com o crime organizado, notadamente com o tráfico de drogas. Os relatos dos jovens da Fase a respeito de suas relações com os policiais sugerem que o número de policiais civis e militares envolvidos diretamente com o crime e que estão na “folha de pagamento” do tráfico de drogas é muito expressivo. Dos 17 jovens que integram a amostra válida deste estudo, não houve um só relato que não mencionasse situações de extorsão e de corrupção praticadas por policiais militares e civis em diferentes cidades do Rio Grande do Sul. As situações descritas confirmam os piores diagnósticos a respeito do comprometimento crescente dos policiais gaúchos com o negócio do tráfico, mas as dimensões do problema são, aparentemente, muito maiores do que se supunha.

Os homi pegam toda hora, pegam o dinheiro, tomam tuas armas. Os caras cobram propina, eles pegam por semana, por mês. Mas o meu patrão não gostava de pagar, porque quanto mais tu paga, mais os cara querem. As duas polícia pegam dinheiro. Eu caí várias vezes assim na delegacia, quando vê eu tava na rua porque o patrão foi lá e mandou o advogado para acertar. O cara que faz acerto com eles é um advogado embolado com eles, sabe? Então era só pagar dois, três mil e o cara saía. Aí não dava nada. Eles abafavam.
(Nestor)

A gente pagava o advogado e tinha coisa prá polícia lá na vila, traficante. Já ouviu falar de advogado de porta de cadeia? Que é amigo de delegado e tudo? Isso aí funcionou não só com nós, mas com um monte de gente. **(Lucas)**

Tinha um cara lá que era embolado comigo, entendeu, meu braço direito. Vamos supor aí eu pegava uma caminhada por 10 mil, daí eu fazia 50 mil. No caso, sobrava 30, 15 meu, 15 dele. Só que nisso nós já tinha que dá no meio do dinheiro dos funcionário, dá no meio do dinheiro do gerente prá pagar eles (os policiais) e tirar o restante. Daí, no caso, nós tomava prejuízo toda hora. Pelas alcaguetagem, os homi pedalavam as baia onde tinha droga e arma. Daí nós botava mais prá fora e recuperava o prejuízo, daí, não demorava muito, os cara davam um bote maior. No caso, a gente ganhava, ganhava, mas também perdia. E quando vê, e quase sempre os mesmo civil. Aí eles começaram a querer dinheiro toda hora. Eles nem tavam prendendo mais os cara que trabalhavam prá mim. Eles já sabiam meu nome, já chegavam e diziam: - Liga pro cara que eu tenho tanto aqui, senão a gente vai pedalar tal baia dele, já tem uma viatura lá na esquina”. Bem aí tinha que pagar. Eles matavam o cara

ali, porque eles sabiam que tinha dinheiro a fu. Pega uma arma no caso de uma abordagem aí. Tipo, eu tô armado ali na rua, aí eles tomam minha arma, mas nem me levam preso. Esses polícia tem muita arma assim. Aí quanto for para matar alguém vai ser com essas armas, entende? Para eles não se complicar. Aí quando vê eles já vendem aquelas armas. Ou tipo assim: eles sabem que tu é patrão e tem dinheiro. Daí eles te dão um ataque, ou pedalam tua baia. Se tu não der o dinheiro para eles, eles vão te largar aquela arma ali, com vários homicídios. Vai prá balística, sabe, daí a arma já tem vários homicídios, daí eles falam que pegaram a arma em flagrante, e em tudo isso aí rola dinheiro. Se tu tiver o dinheiro, tu não tá preso. Mesmo que a arma for tua, no caso. Já vi muita gente nessa e já me tomaram muito dinheiro assim. **(Ronaldo)**

Tem boca que até vende para policial. A minha boca não. Eu nunca gostei de polícia e eles nunca me deram um tapa. Se tu dá mil para a polícia eles vão querer dois mil. Se tu dá dois mil, eles vão querer três. Tu paga na hora para quem tá te prendendo. Quase sempre para brigadiano, mas o que acontece é que eles podem te prender tu pagando ou não. **(Fernando)**

Todas as vezes que eu fui preso eu não apanhei da polícia. Foi tranquilo. Eu pagava eles. No caso eu tinha várias arma quando eu tava na rua, daí eu ficava lá numa boca de tráfico, meu padrinho já tava solto, daí os polícia me prendiam, às vez, eu nem botava mão em droga, mas tinha as arma. Já tavam pagando propina há um tempão pros cara não botá a mão em nós. Os polícia me prendiam, eu tava armado, que eu guardava as armas em casa, daí nós oferecia dinheiro prá eles prá nos soltar. Paga prá PM, prá Civil. Os que prender, tu paga. Se eles te pegar com droga, ou arma. Paga direto, polícia com os bandido, os bandido com a polícia. No caso, por exemplo, eu tava no bar aqui na vila. Quando vê vem a polícia assim, um camburão. Quando vê, tinha só um brigadiano que era novo, que não sabia, ia com os corrupto, mas não sabia - até sabia, porque se anda com os caras tem que saber, né? Se faz que não sabe. Quando vê, ele me prendeu. Aí ele me revistou e achou a arma. Aí o mandachuva deles lá me algemou e me botou no camburão. Aí nisso tamo indo e tal e o meu patrão ligou prá eles de dentro da cadeia. "Agora já era meu, vamo dar uma calhada na guerra da vila", eles diziam. Eu fiquei quieto. Aí meu patrão ligou e disse: "- traz o guri de volta. É prá trazer de volta. Nós pagamo vocês prá isso". Aí eles deram a volta na viatura e me trouxeram. Me tiraram da viatura, me desalgemaram. Aí eles ficaram lá trocando uma ideia. Aí os guri disseram: - "Nós pagamo vocês e não tem que tá prendendo nossos guri aí." Aí eles devolveram a arma e foram embora. Esses eram PM, mas a Civil uma vez eles pegaram nós com uma moto furtada e eles nos liberaram, por dois conto na hora e mais seis mil depois. Tivemo que pagá, porque eles foram atrás de nós na vila. Tivemo que pagá eles. Isso é em tudo que é boca, cara. A polícia tá envolvida 24h com os vagabundo, com os traficante. Em tudo que é vila tem o dedo da polícia. **(André)**

No dia que eu fui preso, eles queriam acerto. Mas no dia nós não tinha. Falei que só depois, eles disseram que depois não dava e aí nos levaram preso. Depende muito do que tu fez, do quanto de dinheiro eles acham que tu tem. Tem traficante aí que tem que pagar 10, 20 mil para ser liberado. Às vez, eles nem te pedem dinheiro. Pegam tu com tantos quilos de pedra e com tantas armas, aí eles apresentam um pouco de pedra e uma ou duas armas e o resto eles pegam prá eles, eles vendem. Tem polícia que pega droga numa boca e vende prá outra. **(Hugo)**

Nós ainda não compramo arma da polícia, mas tem vagabundo que compra. Tem uns cara aí da polícia que vende arma, mas não dá prá confiar, né? Esquema com a polícia tem, mas é mais na boca do outro lado da vila, com os contra. Nós não se damo muito com polícia. Às vezes tem uns que passam e

deixam passar batido, mas nossos contra tão embolado com polícia faz tempo.
(Paulo Isidoro)

A polícia pega dinheiro, tem quem pega e quem não pega, como em todo o lugar. Isso varia, não é todos que são corruptos. De cada 100 policial, um é honesto. Por isso, eles não tem interesse em acabar com o tráfico. Eu fui preso mesmo uma vez, das outras vez que eu fui pego, com droga e com arma, eles me largaram. Eles batiam em mim e me liberavam, ficando com o dinheiro, com as armas e com as drogas, mas teve um dia que eles não puderam fazer isso porque a patrulha que me pegou era só de soldado novo. Mas os macaco velho da Brigada nunca me prenderam. Tem uns que vendem as droga para outras bocas. **(Aírton)**

3.8 A guerra como circunstância

Nos relatos dos internos, os crimes praticados e que envolveram violência não surgem como acontecimentos especiais. Como regra, as mortes integram os relatos como fatos cotidianos, imagens ou recordações que envolveram tensão, aventura, risco e estratégia, mas que emergem de um cenário de guerra, circunstância que parece estruturar o envolvimento com o tráfico tal como ele se desenvolve comumente no Brasil e no mundo, mas também, em menor escala, na participação em outras esferas criminais onde grupos rivais estejam em disputa por controle territorial ou não.

Para todos os efeitos, imagine um jovem que tenha passado alguns anos em um país distante, participando de uma guerra contra um exército inimigo. Em seu retorno, você consegue entrevistá-lo e, a partir de certo momento, ele começa a contar as situações vividas na guerra, descrevendo os diferentes momentos em que matou seus inimigos. As histórias dão conta de pessoas fuziladas no campo de batalha e das arriscadas manobras que ele fez para permanecer vivo. Tudo o que ele contar poderá lhe parecer muito grave e até mesmo assustador, mas a sensação mais forte será a de que assim são as guerras. Ninguém cogitará que o veterano soldado seja alguém especialmente “mau”, nem se partirá do pressuposto que a maioria dos seus companheiros sobreviventes sofra de algum grave transtorno psíquico. Pelo contrário, em se tratando da experiência da guerra, estaremos prontos a reconhecer que esta situação – que designa uma experiência social extrema – é, em si mesma, desagregadora e produtora de infinitos sofrimentos de forma que os indivíduos engolfados por ela dificilmente poderiam se comportar de outra forma.

Na verdade eu pensava que tinha que pegar os cara, a gente fica espiado, ou seja tem medo. Quando tu mata, tu fica pensando que se não matasse o cara iria te matar. Na hora, o cara sente medo, mas tu pensa que é como na guerra, ou é tu ou é ele. **(Anderson)**

A guerra, no caso, o senhor tem uma boca, a sua ta dando mais dinheiro que a minha. Então a gente vai entrar em guerra por causa disso, por causa da concorrência. E prá tomar a boca é ir lá e matar os caras. Os caras não se acertam. Eles não se entendem, né seu? Até eu não entendia. Era só matar, essa era a saída. **(Dinho)**

Bem eu tenho amigos, mas agora, quando eu tava preso, morreu uma meia dúzia. Não por causa de roubo, por causa de guerra mesmo. As pessoa acha que a guerra é só do tráfico, mas não precisa ser tráfico para ter guerra. É que as vez não se dá por negócio, pode ser até por causa de uma guria, um monte de coisa. Daí se desentende e aí é isso, ou por que um fez uma coisa com o irmão do outro, ou com um parente, um amigo... daí o outro vai lá e “compra”, aí já tem uma guerra. Depois que morre um já era, daí fica ruim. **(Hugo)**

Depende assim, por exemplo, tem um cara ali que não gosta de mim só que ele tem uma boca perto da minha. Aí, conforme for, ele pega um cara que trabalha prá mim e arruma um motivo - uma morte, por exemplo - para começar uma guerra. Se isso acontecer e ele virar meu contra, os caras que vão se embolar com ele vão virar meus contra ao natural e assim vai indo, isso é comum e grande parte das mortes está aí. É difícil se entender, às vezes tu tá em uma guerra e nem sabe por que, só porque tu tá embolado com uns caras e vai com eles. Muitas vezes se dá muita mídia para o “grupo do fulano” ou do “sicrano”. Mas isso nem sempre é assim organizado, é mais ao natural, os cara que são contra uns e que se juntam com quem também é contra, as pessoas vão se ajeitando, conhecem alguém e vão indo, mas sem ladaia com as facções dos presídios, por exemplo. **(Volmir)**

O recurso à imagem da guerra – que aparece fortemente na fala dos jovens internos - não é suficiente para legitimar a comparação entre as disputas entre grupos criminais e as guerras mesmo. Tratamos, é claro, de fenômenos muito distintos da guerra quando examinamos os conflitos entre grupos rivais que disputam o monopólio do tráfico de drogas ou a exclusividade no fornecimento de mercadorias roubadas. O fato que importa, entretanto, é que as dinâmicas violentas vividas por estes jovens desde antes da adolescência produzem mortes sucessivas, um processo pelo qual se descobre que a vida, em si mesmo, pode não valer nada. Sobreviver, num lugar onde todos parecem destinados a morrer jovens, é o único desafio com sentido. Neste particular, no exílio do sujeito em uma espécie de presente eterno, a experiência social dos jovens “serenos” se assemelha àquela vivida em uma guerra de verdade.

3.9 A violência extrema como marca

Todos integrantes da amostra de internos da Fase entrevistados para este trabalho praticaram atos de violência mais ou menos graves. Alguns, entretanto, relataram eventos especialmente violentos, com resultado morte, em circunstâncias onde não se pode identificar ameaça iminente ou mesmo provocação da vítima que justificasse uma resposta do tipo. A desproporção da resposta diante de uma contrariedade ou de uma situação conflitiva, mas corriqueira, destacam estes crimes dos demais. É o que se pode ver nos relatos a seguir.

Daí eu tava de gerente, mas tava querendo parar com o crime, que eu tava cheio de conta, assim. Daí comecei a ver um trabalho com um parente de outra cidade. Daí, tava tudo direitinho, daí quanto vê, infelizmente, teve uma tentação, né senhor? O cara me deu um tapa na cara. Tudo porque um parceiro do cara inventou uma ladaia contra mim, dizendo que eu tinha chamado o cara de corno. Mas eu não chamei ele de nada, mal conhecia o cara. Daí ele perguntou quem eu era. Eu disse que eu era o Dinho. –“E eu, tu sabe quem eu sou?” –“Tu é o Marmota”. Daí ele me deu um tapão na cara. E eu dei um chute nele, na perna dele. Daí ele se coçou e eu saí correndo. Daí ele me deu um tiro e foi pegar a moto dele. Daí eu encontrei o Paulinho– que tá na Fase também – “Daí, meu, tu tá com o ferro aí?” – “Bah, não, tá com o Alemão” (já falecido). Daí eu contei que o cara queria me matar. Daí eu entrei na baía do Virga e combinei, quando o Marmota vier aqui eu te chamo. Daí ele veio e foi um monte de tiro pro meu lado, eu me abaixei e fugi direto pro mato - Bah, isso não vai ficar assim. Daí o falecido Juca – que mataram nessa guerra toda - disse: - “Tu acha que o cara vai deixar tu passar batido aí, só porque tu quer trabalhar? Na real tu tem que ver a mão dele”. Daí eu tava atrás do ferro. Daí o Zica – que era irmão do chefe - me colocou dois oitão na mão, um cromado e um preto, um de agulha e um de martelete. – Tá na mão. Vou derrubar esse cara. Quando ele chegar vou dar tiro na cara dele. Daí o Zica me disse: -“ não, chama ele e conversa e daí senta o dedo nele”. Daí eu ouvi o conselho do Zica. Daí peguei e chamei esse Marmota, fui lá nos trem dele. – “Ei vamo jogar bola?” – “Não dá, tenho que fazer uma mão. Depois eu venho jogar com vocês”. Daí eu chamei “O Marmota!”, mas ele não saiu. Daí eu chamei de novo e ele saiu. Ele pensou que fosse freguês, por que ele vendia droga. – “Qual é que é meu? - Vim aí trocar uma ideia sobre a ladaia de ontem”. – “Entra aí, vamo tomar um café”. – Daí eu disse: “- não, na real tu fica aí e eu fico aqui”. E eu botei a mão na cintura. – “O meu, tu tá armado?” - “Não to armado”. Só que eu fui ligeiro, que ele era experiente. Daí eu dei uns passos prá trás. Daí o Marmota subiu o sangue e ele disse: - “Tu já era meu”. Foi aonde eu matei ele. **(Dinho)**

No meu caso, assim, o primeiro que eu matei eu fiquei assim só pensativo, sabe? Lembrando do momento assim, mas, depois, no outro dia, já era. Daí fui indo, quando vê matei outro – to respondendo por 5 homicídios, sabe? – quando vê, não dava mais nada, só na hora assim dava uma adrenalina, mas

depois nada. Antes de matar eu pensava que o cara ia ficar pensando e coisa, como em filme assim que o cara olha, mas não é. Depende cada um, né? Eu já vi vários aí que matam e agora ficam preso e tentam se matar, ficam com remorso, mas eu não. Antes disso, envolvido com o tráfico e coisa, mas já roubava, sabe? Daí eu ficava pensando, bah, to louco prá matar um – ficava pensando, sabe? Daí aconteceu, tive a oportunidade e aconteceu. Daí peguei e matei o cara por nada que ele deu tiro notro guri, daí eu vinguei a morte, mas não deu nada, só fiquei pensando assim, no primeiro dia fiquei pensativo assim. **(Nestor)**

Daí passou um tempo e os cara começaram a falar que tinha guri lá na vila que tava alcaguetando o pessoal. E aí, tem que derrubar ele, quem vai fazer? Daí eu disse que fazia, prá eles não pensar que eu tinha medo, sabe? Daí prá ter um nome ali na facção eu disse “eu faço isso aí prá vocês”. Daí os cara falaram viu só o guri aí com 14 anos se dispondo e vocês aí tudo nego véio se escondendo. Toma aí, vai. E me deram na mão a pistola. É difícil atirar numa pessoa, ainda mais quando é a primeira vez, difícil a fú, tu fica com pena, não sei. O desespero do guri gritando. Aí to subindo assim, ele ficava lá em cima, jogando bola e brincando com os outros guri, só que entregava nós pros homi. Aí quando vê, eu já to tremendo, sabe? Tava assustado também, tremia tudo. Eu chegando perto no campinho e o guri lá, chutando a bola na goleira, se divertindo. Aí cheguei na cara, assim e disse: - “isso é prá ti não ter língua comprida” e Pá! E pegou aqui assim, e aí dei outro tiro pá! E pegou no peito dele aqui. Aí descemo correndo, mas ele tava vivo. Aí voltemo, e ele se debatendo no chão. A gurizada tudo tinha corrido de medo. Aí peguei ele pelos cabelo assim e atirei na nuca dele. Pá! Ele parou de gritar e caiu assim de lado. Aí tô descendo e abriu uma janela e eu já dei um tiro na janela, e o cara fechou. Aí ganhei uma bolota de cocaína, nunca tinha visto - não cheirava, sabe? – aí a gente tava de choque, ainda, o que eu fiz e tal? Bah, não pensei na hora, tava apavoradão. Aí passamo toda noite cheirando e fui prá casa de manhã. Aí não tinha notado, mas minha jaqueta tava com muito sangue. Deixei a jaqueta na pia, aí a mãe viu o sangue e perguntou: - “o que é isso? Esse sangue todo?” Aí eu disse que eu tava de arreganho com os guri e bati o nariz e sangrou muito. Ela acreditou. Ninguém descobriu essa história. Aí eu segui com os cara, roubando. Depois dessa mão, teve uma outra fita. O gurizão me chamou prá outra, sabe? Tinha que pegar um cara lá que se aproveitava das criança, sabe? Fazendo coisa errada, aí o gurizão perguntou: - “quer ir comigo?” - “Vamo”. Daí fomo de noite na casa do cara, ele tava bêbado. Só vi o estouro, aquele clarão, Pá! Aí entrei e o cara não tava morto, aí já dei um monte de tiro nele Pá!Pá! Pá! Pá!. Depois dessa morte, teve o Carlão que nós derrubemo, porque que tinha matado dois nos nosso, né? Aí tinha que matá ele, sabe? Um dos guri que ele matou era tri gente fina, trabalhador, estudante. E o cara matou para roubar. - “Bah, vamo pegar esse cara, meu. Eu to aí, né?”. Aí fomo, eu e o Silvinho. Aí subimo o morro, ali, aí fiquei pensando, bah, vou fazer mais um bagulho aí, mas vou fazer pelo lado certo, né? Não vamos matar nenhum inocente, né? Aí, já era quase meio-dia quando o gurizão pedalou o portão e eu entrei na baia atrás. O cara era loucão, sabe? Ali naquela rua tinha uns contra, sabe? Aí, do nada, escutei um estouro. Pá! Eu entrei e o cara se escondeu atrás de um armário, daí eu dei um tiro na porta, acho que ele meio que tonteou, assim, meio que afrouxou, sabe? Na falha dele, só dei um puxão na porta e dei outro Pá! Ele tava com uma camisa branca e eu vi que pegou caso que o sangue correu assim, daí já dei vários tiro na cara dele Pá! Pá! Pá! E ele ficou ali picando. Aí o meu amigo Carrapinha entrou correndo lá em casa e disse: - “atiraram em mim lá de baixo, acho que foi o Cebola. Daí quando vê procuramo o Cebola, mas não achemo. - “Cadê o Cebola? Ah ele saiu prá roubar”. Daí encontremo ele, mas ele disse que tinha ido ver uma mão, mas que não tinha dado certo. - “Foi ele, não sou louco”, disse o Carrapinha. - “Mas porque ele ia dar tiro em ti?” - “Não sei, vai vê ta trabalhando com outros cara”. - “Então vamo matá ele”. Aí o cara saiu, vamo vamo. Peguemo um atalho. Era

pra ir só eu e o Carrapinha. O Carrapinha ia matar e eu ia acompanhar ele. Daí quando vê, o Cebola sobe com a namorada, uma tal de Clarinha. Daí eu disse: -“o que vocês tão fazendo por aqui? Vocês roubaram uma casa ali?” -“Não, não roubamo”. Falei isso porque se eu digo que eles iam morrer eles iam correr, não iam vir. Usei a esperteza. - “Então é o seguinte, nós vamo só conversar porque tem uma mulher ali que disse que vocês roubaram a casa dela. Vamo ali”. -“Tá, vamo ali, não foi nós”. Aí entremo no terreno baldio e eu já enquadrei eles. Se matar um vai ter que matar os dois. Se matar um e deixar a gurria viva, ela vai contar para a polícia. Daí eu já dei o primeiro tiro, Pá! E o Cebola já caiu pro lado e eu já dei o resto na cabeça dele, nisso a gurria já tava no chão lá na faixa e o outro já deu na cabeça também, Pá! Pá! Daí tava eu, o Mano e o Carrapinha. Nisso, passou um parente das vítima, quando vê ele passou assim por nós. Foi no bar. Eu disse, -“Carrapinha, esse cara tá estranho”. -“Que nada, o cara tá sereno”. Quando vê o cara me encarou e disse: - “tu matou meu primo”. Eu tava sentado no meio fio. Quando vê ele já atirou em mim e eu saí engatinhando e ele vá bala e não acertou nenhuma. Os guri saíram pulando e eu corri e quando vi, tava vivo. Esse pau no cu, tentou me matar. Quando vê já peguei dois ferro e fomo na frente da baia dele, e comecemos a dar tiro na porta dele e ele já saiu dando tiro também. Aí peguemo ele. Ele foi meio que tombando. Aí eu saí correndo de trás do outro muro, e ele meio que já no chão assim, eu cheguei em cima dele e Pá! Pá! Pá!. Aí quando vê, matemo ele. Depois, teve o Dorival que nós matemo com uns 40 tiro. Ele puxou uma arma lá para um gurizão, sabe? E falou que não tinha medo e não sei o que. Daí o gurizão falou, bah, o Dorival já era. Vamo vê isso aí. Então tá. -“Quem é que tu vai levar?” -“Vou levar minha equipe, né?” Aí falei com o Mano e o Carrapinha e fomo, sabe? E se não matasse ele era para matar o cunhado dele que era embolado com os contra. Aí esperemo um tempo e o Dorival saiu da baia, fumando um cigarro. Aí nós saímos correndo e já aguentemo ele. Já era, vem com nós que nós queremos falar contigo. E já engatilhado assim caso ele tentasse uma reação eu ia explodir o coco dele. Caso que nós ia matar ele no campo, não ali no meio da vila. Daí quando vê, entremos assim e o cara tirando a maior onda. Aí ele puxou assim, e eu já dei Pá! E os guri já deram também Pá! Pá! E abrimos os tambor e botamo mais bala e Pá! Pá! **(Atílio)**

Pode-se observar a naturalidade com que os fatos são relatados, como se para os autores tudo o que se passou fosse o resultado de uma espécie de “jogo” onde alguns perdem a vida. Uma dinâmica semelhante, que também envolve frieza emocional e desconsideração absoluta pelo destino do outro parece se impor com força na conduta dos “vingadores”. O objetivo de matar os responsáveis por uma perda muito sentida vai, entretanto, permitir que qualquer vida seja menosprezada, tomada como contingente. A dinâmica de violência extrema na trajetória dos vingadores, por isso mesmo, tende a ultrapassar os objetivos da vingança. O caso a seguir ilustra bem o problema.

Eu comecei a roubar, roubar e, depois, comecei a traficar. Aí arrumei umas guerra, assim, esse bagulho, os inimigos, que os cara começavam a fumar pedra, assim, a roubar onde eu moro ali, sabe? Daí eu matei um, matei dois, e

daí passou um tempo eu matei mais uns, aí quando vê eu tava ali, aí um dos cara que tinha matado o meu irmão ele tinha ido preso por um latrocínio e por mais um estupro, eu acho, daí ele saiu da cadeia. Daí já tinha se passado muitos anos e ele saiu da cadeia e achou que eu não me lembrava que ele tinha matado meu irmão. Daí ele veio falar comigo e eu não falei nada, fiquei quieto. Aí eu convidei ele prá fazer um assalto e ele falou que ia. Daí eu ia matar ele ali mesmo. Daí os guri disseram não, arrasta este cara aí e mata pro outro lado. Quando vê eu botei uma sacola, assim, na cabeça dele e matei ele com a cordinha, asfixiado, sabe? E depois eu cortei os dedo dele, né? Tentei cortar os braço, mas não consegui, eu tava com uma faca tipo serrote, assim pequena. Tentei cortar as mãos, as perna, não consegui. Chegava num pedaço e não ia mais. Aí eu enterrei ele. A primeira morte falaram assim que depois o cara não consegue dormir e tal, mas para mim, eu tava tão com o objetivo assim, foi algo natural. A primeira morte que eu fiz foi de um cara que tava roubando ali as casas onde eu moro e daí um amigo meu tinha comprado uma casa e tinha montado com a família dele. Daí esse cara foi lá e roubou as madeira, os bagulho tudo e vendeu. Daí eu peguei ele e guentei ele com uma arma e arrastei ele pelo pescoço assim pro mato. Daí amarrei uma corda e saí puxando mato a dentro aí cheguei lá no mato e dependurei ele e toquei fogo. Daí foi assim tranquilo, nem pesou. Daí no outro dia eu fui lá ver, como é que tava. Daí tava todo queimado, né? Aí levaram. Daí, eu vi que era normal assim. Os outros casos foram por causa de conta, assim de guerra, de boca. Por exemplo, teve outro que eu matei que era embolado com os caras que queriam me matar, daí eu peguei ele e dei 27 tiro nele. Eu não gosto de falar sobre isto, mas os quatro homicídios que eu tenho foram logo na arrancada assim, mas têm mais. Teve o outro também que tava junto quando mataram uns amigo meu, sabe? Meus amigo jogavam futebol, tinham 16 anos assim, daí foram atravessar a vila e eles pegaram e mataram os guri por nada. Daí ele foi ali onde eu moro comprar uma maconha e eu tô sentado na ponta do bar, assim. Daí ele veio e falou prá mim e eu joguei assim, uma psicológica nele assim, perguntei se ele não conhecia os cara. Falei que me dava bem com os cara. Daí ele falou que sim, que conhecia os cara, que estava embolado com eles. Daí eu mandei buscar um oitão e arrastei ele e dei na cabeça. **(Volmir)**

Há também uma dimensão evidente da violência extrema que se revela nas concepções que alguns dos entrevistados manifestam sobre as mulheres, particularmente quando abordam temas como a exigência de exclusividade sobre o corpo de suas namoradas e como tratariam a eventual transgressão à norma de fidelidade unilateral – só presente para as mulheres que consideram sua propriedade. O problema aparece claramente, por exemplo, no depoimento de Paulo Isidoro:

Por enquanto não tenho namorada, mas já tive quando tava na praia. No caso, nós só se separemo, porque eu dei nela. Disse prá ela: se tu não ficar comigo, não vai ficar com mais ninguém. Isso daí é certo. Ela pode ter ficado com alguém agora que eu to aqui, mas na hora que eu sair prá rua e for lá, quem tiver com ela vai ter que morrer não tô nem aí. É isso que eu falei prá ela. Ela tem agora já deve tar com 18 eu acho. Eu gosto dela, por isso eu não deixo ela

ficar com ninguém. No caso eu só bati nela, porque nós tinha marcado de ficar a tarde inteira e ela foi prá outra praia com umas amiga e me fez de burro. Daí eu disse que não sou um guri, ou tu marca um bagulho sério ou tu fala que tu vai dar tua banda. Daí ela tinha marcado e me deixou esperando. Daí eu fiquei na minha, né, fui lá falar com a amiga dela e tentei ficar com a amiga dela. No caso até fiquei com ela de novo, mas não ficamo mais, ela pensou que eu ia matar o irmão dela, deu a maior ladaia. No caso, então não tem essa de ficar com outro. Ela sabe que eu era muito louco. E tem uns conterrâneo meu lá que falam, que vem ela e falam “o cara tá na rua, se te pegar com outro vai arranjar ladaia” e ela sabe que se eu pegar ela eu quebro as perna dela e ele vai prá bala. Só não mato ela – não sei na hora da raiva o cara derruba – mas só não mato ela, porque ela é irmão do meu conterrâneo e o cara é tri dos meu mesmo, tri meu irmão mesmo.

Ronaldo reproduz os mesmos valores. Segundo seu prontuário, há o registro de agressão a sua namorada, comprovada por exame de lesões. Ao final da entrevista, falou de uma ex-companheira, usando a expressão “piranha”. Perguntei por que motivos ele a considerava uma piranha, se era pelo fato dela transar com outros caras. Ele respondeu que não, que ninguém era louco de chegar perto de “uma mulher dele” (sic). Referido-se, então, a sua atual namorada, que mora em uma cidade do interior, registrei o seguinte diálogo:

Ronaldo - Tenho vários lá que cuidam para mim que, bah, Deus que me livre, é só dá uma ligação e falar. O meu, pega esse maluco, tá e deu. Tem gente que cuida pra mim, sempre vai ter um amigo que vai ligar. Tenho muito conhecido, seu.

Entrevistador - Tá, mas se tem alguém aqui na tua cidade que não te conhece, ou não sabe que ela é tua namorada. Se ele chegar nela numa festa, por exemplo, o que tu vais fazer?

Ronaldo - Vou cobrar ela – alguém vai cobrar por mim, ou eu cobro depois que sair daqui. O senhor também não ficava louco?

Entrevistador - Mas o que tu vais fazer, bater nela?

Ronaldo – Capaz! Pegar Maria da Penha? Matar e enterrar, com uma bala por trás.

3.10 A desistência como utopia

Nem todos os jovens entrevistados estão dispostos a mudar. Para alguns, o crime aparece como um horizonte insuperável, seja porque imaginam que não saberiam fazer outra coisa, seja porque não seriam capazes de se afastar sem serem mortos. Neste caso, a chance de ficar vivo surge como uma consequência do “embolamento, da proteção dos “conterrâneos” e da

confiança em si mesmo, no manuseio da arma e na esperteza de evitar as armadilhas do inimigo. Para além das dinâmicas criminais e violentas em que se envolveram, entretanto, uma parte dos internos deseja sinceramente uma nova vida. O objetivo de um recomeço parece se impor muito mais fortemente a partir das possibilidades tornadas reais por um vínculo amoroso do que como decorrência lógica de um “balanço racional”. Como regra, são as namoradas ou companheiras que sensibilizam os que planejam desistir. No centro do projeto, os objetivos de “constituir família” e ter uma vida como a de todas as pessoas “normais”.

Foi quando eu conheci minha mulher. Eu tava no crime, mas ela não. Ela é da Igreja. E aí nós nos conhecemos, aí eu comecei a me afastar um pouco e ficar mais com a família dela que era tudo gente de bem. Daí ela engravidou. Mas eu tava foragido e minha vida tava de cabeça prá baixo, uma coisa de louco. Daí ela pediu para que eu escolhesse entre ela e nosso filho ou o crime e a cadeia. Daí eu falei que escolhia ela e falei pro meu patrão o que tava acontecendo – “Ó, to saindo, não te devo nada, tu não me deve nada, tamo zerado.” Aí eu saí do crime. Fui trabalhar com um amigo meu de padeiro. Até que a polícia me capturou dentro da padaria; aí eu to aqui. **(Aírton)**

Bah, na real eu tive muito desgosto que eu não queria ter passado. Sofri bastante, não adquiri nada. A coisa mais valiosa é a liberdade e, quando eu sair daqui, vou apreciar a liberdade. Não digo que eu vou conseguir um serviço de cara, eu vou me matricular e vou arrumar algum serviço. Eu sei que posso ganhar dinheiro com venda, sem roubar de ninguém. Posso guardar algum dinheiro, minha mãe quer ajudar, me dar uma moto, para trabalhar de moto. Se tiver no meu pensamento essa vontade de mudança, vou conseguir. Eu fui ganhar conhecimento mesmo preso. Eu não dava valor prá nada, 20 mil prá mim não era dinheiro, porque eu sabia que eu ia ganhar de novo. Já matei, já roubei e aquele mundo para mim era tudo igual. Menos um, mais um não ia fazer diferença. Quando eu caí preso eu passei a dar valor para minha família, porque meus amigos lá fora não teve um para se preocupar comigo, só a família da gente. Então, isso é um sentimento que eu aprendi. No caso, mesmo um matador tem sentimento. Na real eu só dei desgosto para minha família. Eu já tirei vida de outras pessoas e agora eu fico pensando se alguém tirasse a vida da minha mãe. Nem em Deus eu acreditava, porque uma vez eu fui na Igreja e pensei que se Deus existisse eu queria uma revelação, porque eu tive um cara que era dos meu que foi para a Igreja e mudou de vida. Daí não aconteceu nada e eu não acreditava. Foi na Febem que eu comecei a prestar atenção na religião, e comecei a ler a Bíblia. No começo eu não entendia nada, mas aí tinha um obreiro da Igreja que me explicava a palavra de Deus. Foi quando eu comecei a ficar sereno. Por isso eu quero assumir meu filho quando sair daqui. **(Hugo)**

Como sair do tráfico? Bah, essa é uma pergunta boa. Bah, os cara teriam que voltar para o colégio, esse é o caminho. Tem uns que são esperto e até estudam, tá ligado? Estudam e são do tráfico também. Mas tem outros que são burro. Na real, em qualquer lugar vai ter isso, tu tem que preencher teu espaço, teu tempo livre. Vai ter que arrumar um colégio, um serviço, uma mulher, uma família que seja, vai ganhar muito menos do que numa boca, mas vai ser o teu dinheiro que tu suou por ele, entendeu? **(Anderson)**

Sim, eu tenho uma namorada que vem me ver e ela conversa muito comigo e quer que eu mude. Ela fez 19 anos recém e falou que não quer ter filho comigo e tudo se for para seguir me visitando em cadeia. Que ela me visita aqui e teve que se humilhar prá isso, porque o pai dela não queria que ela me visse, mas a gurria gosta de mim e veio igual e a intenção dela é que eu mude. Minha mãe também. Tem serviço no interior prá mim, no comércio e entrega de pizza, todo o ano. Agora vai da minha vontade, mas aqui eu não posso ficar. Não posso voltar lá prá vila caso que aí eles me matam. Só em outra cidade pra eu recomeçar. **(Nestor)**

3.11 Principais contrastes no grupo de amigos

A realidade colhida a partir das entrevistas com os amigos e colegas de infância dos jovens da Fase (indicados por estes) que nunca se envolveram com o crime ou a violência agrega situações muito contrastantes. Todos os jovens indicados pelos internos, menos um, seguem vivendo em situações de privação econômica e residem em áreas típicas de exclusão. A exceção à condição de pobreza foi a de Paulo Roberto que conseguiu alguma projeção no futebol e possui um contrato como uma “promessa” no esporte profissional. Independente das dificuldades vividas por todos, entretanto, a constante nos relatos é o esforço pela formação escolar e a determinação no trabalho. Os contrastes mais expressivos começam nas descrições oferecidas pelos jovens a respeito de suas famílias. Por sobre eventuais diferenças, chama a atenção que nenhum dos jovens do grupo de amigos possui histórias de violência familiar.

Minha infância foi boa. Foi tranquila. Nasci e me criei ali onde o senhor viu. Morei com meu pai e minha mãe e com meu irmão. Meu pai e minha mãe sempre foram rígidos comigo. Não era de ficar na rua, sempre vinha direto prá casa. Eles controlavam, entende? Tudo o que eu queria fazer tinha que avisar. Eu nunca apanhei surras, às vezes eu apanhava quando aprontava alguma coisa, mas não era nada demais. Um tapa, uma chinelada. Uma relação boa. Sempre tive uma relação boa com eles. De trocar ideias, de confiança. **(Ademir)**

Tive uma infância boa. Eu sempre morei com o pai e a mãe, tenho uma irmã mais nova também. Nunca tive problema assim de briga, era bem apegado com meus pais, foi tranquilo. **(Paulo Roberto)**

A relação com meus pais foi sempre tranquila, graças a Deus. Não tive essa coisa de violência em casa. Tenho dois irmãos e três irmãs e estão todos aqui,

menos o meu irmão mais velho que já saiu de casa. A educação que eu tive foi fundamental. Eu não ia gostar de ver minha mãe atrás de mim, na grade, chorando. Porque a maioria desse pessoal que pega este caminho tem dois resultados: ou vai para a prisão ou morre. Minha mãe é a pessoa mais importante para mim, então isso pesou. **(Amarildo)**

Sim, lembro bastante porque quando ele morreu eu tinha 11 anos. Ele era separado da mãe, mas eu sempre via ele. Uma vez por mês, pelo menos. E nas férias eu passava com ele. Meu pai era uma pessoa que nunca foi de prender, assim como a mãe. Não adianta prender e não falar nada para os filhos. Mais importante é falar, orientar. Meu pai nunca me bateu, nunca me encostou a mão. Quando eu fazia algo errado, ele me chamava para conversar e me explicava as coisas, como se eu fosse um adulto, entende? Meu pai e minha mãe foram carinhosos comigo. Uma vez só, a mãe me deu uma cintada. Mas foi até bom, porque eu tinha pegado um telefone celular do meu cunhado, daqueles antigos, grandão, sabe? Porque todo mundo no colégio tinha telefone e eu não. Daí eu pensei em me exhibir no colégio e botei o celular na mochila. Daí ele se deu conta e acharam que tava na mochila. Mas eu vi que tava fazendo uma coisa errada, mas não era maldade. **(Edson)**

Meu pai me ensinou muitas coisas e sempre me dizia que se alguém viesse me oferecer alguma coisa ou me convidar para fazer alguma coisa, eu deveria pensar se aquilo seria realmente bom para mim, para meu futuro. No caso, a amizade às vezes, prejudica muito, né? Meu pai e minha mãe sempre me ajudaram e eu fui para o caminho do certo. Meu pai morreu quando eu tinha 15 anos e a primeira coisa que eu pensei foi: -“Tenho que trabalhar para ajudar minha mãe e meus irmãos”. Meu pai era bem aberto, assim, e carinhoso. Ele bebia, mas nunca trazia este problema para casa. Às vezes, meu pai e minha mãe discutiam. Aí ele pegava e saía de casa para não brigar. Voltava quando a bebida tinha passado. Nunca teve violência em casa. Minha mãe era mais neutra, ficava mais na dela, sempre foi dona de casa. Mas ela me dava conselhos, também, os mesmos do meu pai. O pai levava nós para a mecânica que era o trabalho dele e nós fomos aprendendo desde pequeno. **(Serginho)**

Minha infância foi muito legal, bah, muito tri mesmo. Vivia com meus amigos, jogando bola. Foi muito tri mesmo. Cresci aqui na Cai Cai – Loteamento Cavahada. Quando eu era bem pequeno, morei na Cohab. Na época de criança vivi com toda minha família: com minha mãe e meu pai; depois de um certo tempo eles separaram. Não lembro muito, mas acho que eu tinha uns 14 anos quando eles separaram. Hoje tenho 19 anos. Contando comigo, são 4 filhos. A relação com meu pai é muito boa, a gente se fala sempre e minha relação com minha mãe é melhor ainda, bah, demais mesmo. **(Nilton)**

As experiências de educação são, também, marcadamente diferentes entre os dois grupos. De todos os jovens amigos ou colegas de infância que não se envolveram com o crime, há apenas um caso – o do jogador de futebol Paulo Roberto – em que as lembranças sobre a escola não são boas. Mesmo assim, sua história revela um caso importante de superação e de conclusão do ensino médio.

Eu estudava no colégio Mané Garrincha. Minha experiência não foi muito boa não. Às vezes eu não tinha passagem para ir, tinha preguiça, passava debaixo

da roleta, fiz muita besteira na escola, mas não de fazer coisa errada assim. Fui até a sétima série. Daí comecei a ter treino de manhã e de tarde, aí não tinha como estudar lá. Daí o clube estimulou a gente a estudar de noite, até as 11 h. Aí eu fiz a oitava série e todo o ensino médio.

Um outro caso que difere dos demais é o de Éder que teve sérios problemas em sua formação, mas não pela experiência de fracasso escolar. Ele não foi à escola na idade obrigatória por conta da situação que o obrigou a sustentar a casa desde a infância.

Infância bem dizer eu não tive, né? Porque eu comecei a trabalhar com 9 anos. Eu vendia picolé e marcela nos mercados ou ia para a churrascaria cuidar os carros. Então foi muito duro. O pai com problema de álcool, a mãe nunca pôde trabalhar, porque tinha que cuidar do pai. Eu sustentei a casa dos 9 anos até, mais ou menos, os 15, 16 anos. Quando dava um tempinho, eu brincava, mas brincava entre aspas, porque, se eu chegava em casa e não tinha o pão para comer, então eu tinha que rapar o pé para resolver. Eu comecei a fazer capoeira aos 12 anos e isto me ajudou muito, porque me tirou da rua. A única diversão que eu tinha quando guri era sair para o campo com os guri, para caçar. Fora disso aí era só trabalho. Por isso, a capoeira foi minha escola, porque eu não tive estudo. Eu comecei a estudar com 15 anos, terminei o primeiro grau, fui para o segundo e não completei por causa das crianças. Aí era trabalhar ou estudar e eu tive que trabalhar e deixar o colégio porque tinha que comer. **(Éder)**

Nos demais casos, a experiência escolar foi, aparentemente, normal. Em alguns momentos, com casos de repetência ou interrupções, mas valorada positivamente pelos jovens como parte de um processo necessário e importante para o futuro de cada um.

Eu to estudando ainda. Tô na primeira série do ensino médio; já era para ter terminado. Eu estudava aqui mesmo e foi muito bom; o colégio era tri bacana; eu me dava bem com todo mundo e tirava notas bem boas. Agora eu estou no Cônego – não é ruim, eu gosto – mas na escola municipal era muito mais legal, porque as escolas municipais são melhores que as estaduais. Os professores te ajudam mais, te incentivam a fú. Aqui no Cônego é legal, conheço todo mundo, mas não são meus amigos de infância. **(Nilton)**

Eu estudei em um colégio só, municipal. Eu era bem arteiro no colégio, incomodava muito, não parava quieto. A gente bagunçava e aconteceu de chamarem pai e mãe para irem até a escola, mas eu tirava nota boa quando eu queria e fui até a 8ª série. Saí de casa com 17 anos e fui trabalhar. **(Ademir)**

Lembro. Bah, eu era tihoso, meio arteiro. Na primeira série eu fui bem, mas na segunda eu já comecei a não copiar a matéria, e acabei repetindo o ano. Mas depois foi tudo normal. Teve umas brigas, mas era normal porque tudo era briga. Naquela época não tinha arma, era briga de soco, de pau. Mas foi tranquilo. **(Edson)**

Eu fui para a escola com oito anos. Eu era quietão, na minha. Folgava, né? Daí eu comecei a ser eu mesmo, dentro e fora do colégio. Eu curtia a escola, de vez em quando tinha algum problema de disciplina comigo, eu saía da casinha, mas nada de mais. Uma única vez eu briguei na escola, porque um cara me tirou do sério. Terminei agora o ensino médio, fiz o terceiro ano. Tô com 20 anos e pretendo fazer um curso técnico. Tô procurando. Fui até na semana passada na Uniritter, mas só tinha curso pago. **(Amarildo)**

Na escola foi normal também, fiz um monte de amigos lá. Alguns dos meus amigos viraram traficantes ou drogados, mas eu não me aproximava deles daí. Eu parei de estudar há pouco, porque vou morar em Novo Hamburgo e aí começo os estudos no ano que vem. Eu tô na sétima série, porque eu repeti dois anos. **(Carlos Alberto)**

A escola eu lembro bem, foi sempre tranquilo, sempre fiquei assim mais de canto. Tinha dois, três amigos. Eu ficava mais quieto na escola, mas adorava o colégio. Sempre gostei. **(Edu)**

Eu tive em três escola. No começo sofri um pouco, foi difícil assim de aprender, porque eu tinha medo de ir para a aula. No começo até tive uma experiência, porque estudei no colégio de surdo e mudo na entrada da Mathias, porque era a única escola que pegava criança com 6 anos naquela época. Mas foi legal, as lembranças que eu tenho são só de coisas boas. **(Paulo Roberto)**

Eu estudei em dois colégio e fui até o segundo ano. Só parei depois que o pai morreu, porque comecei a trabalhar de dia e estudar de noite e aí não deu certo que eu ficava muito cansado e dormia nas aula. Mas eu gostava de ir pro colégio e tirava nota boa sempre. Agora tô pensando em fazer um desses curso para terminar meus estudo. **(Serginho)**

O contraste entre os dois grupos pode ser percebido mais facilmente quando comparamos os fatores de risco que puderam ser identificados quando das entrevistas, conforme disposto no quadro 3:

4. DISPOSICIONALIDADE VIOLENTA: FORMULAÇÃO DE UM MODELO CAUSAL E METODOLOGIA

O modelo causal conceitual disposto na figura 3 (estimado posteriormente com os dados coletados e analisados segundo a proposta teórico-metodológica da tese) envolve quatro campos etiológicos (como variáveis independentes) que contribuem hipoteticamente na explicação da variável dependente 'disposicionalidade violenta'. A metodologia de estimação e análise do modelo em pauta é o objetivo do presente capítulo. Ele inclui: a) a articulação da escala de disposicionalidade violenta a partir da seleção de 79 questões do questionário do *Richmond Youth Study*, adaptado - RYS (A) e com as 59 questões da Escala de Socialização Violenta – ESV (*Violent Socialization Scale*, Rhodes *et al*, 2003); b) seleção de questões de ambos questionários (questões do campo “Brutalização” retiradas da ESV e as questões dos demais campos retiradas do RYS (A)); e c) análise fatorial com as perguntas selecionadas.

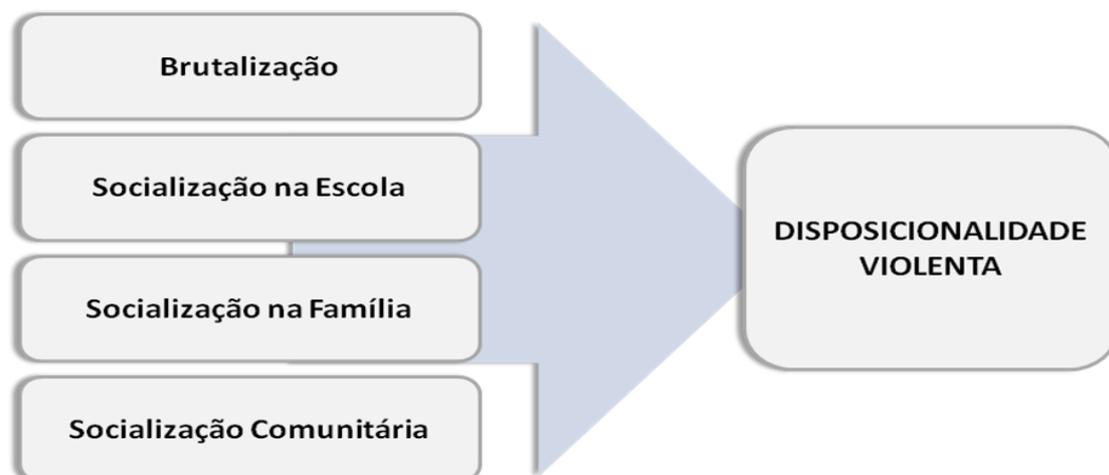


Figura 3: Modelo causal exploratório com os campos etiológicos selecionados em relação à disposicionalidade violenta.

As hipóteses da pesquisa são as de que o fenômeno da disposicionalidade violenta é significativamente afetado pelas variáveis dos campos etiológicos do modelo, nos seguintes termos:

- a) A Brutalização, compreendida como experiências sucessivas de subjugação violenta, horrorificação pessoal e treinamento violento, está correlacionada diretamente com os níveis mais altos de disposicionalidade violenta, agenciando condutas de violência extrema;
- b) A Socialização Familiar está correlacionada inversamente com a disposicionalidade violenta, prevenindo-a na medida em que o monitoramento sobre os filhos é intenso e as regras dos cuidadores (pai e mãe) são claras.
- c) A Socialização na Escola está correlacionada inversamente com a disposicionalidade violenta na medida em que se verificam desempenhos acadêmicos satisfatórios e são evitadas experiências como a vitimização dos alunos nas escolas e a interrupção precoce dos estudos.
- d) A Socialização Comunitária está correlacionada diretamente à disposicionalidade violenta na medida em que os pares exercem maior influência sobre os jovens e também na medida em que seus amigos são presos.

O estudo permitiu uma interação com o trabalho de Athens (1992, 1997), que entrevistou presos condenados por crimes especialmente violentos e que constituiu um grupo de controle com jovens estudantes. Viabilizou também a composição das variáveis (independentes e dependente) a partir das contribuições da Criminologia moderna, destacadamente Athens (1992,1997) e Gottfredson and Hirschi (1990).

Replicamos o Questionário para aferição da Teoria de Athens – com emprego da Escala de Socialização Violenta (*Violent Socialization Scale*) desenvolvida por Rhodes *et al* (2003), apresentado no anexo I, oferecendo-lhe

um novo tratamento. Como é comum em estudos de autorrelato (*self-report studies*), o outro questionário, também aplicado a toda a amostra (aos cinco grupos, portanto), envolveu distintas questões referentes às experiências de infância no âmbito da família, da escola e do grupo de amigos, temas, como vimos, centrais para a Teoria do Autocontrole, estando o instrumento - *High School Questionnaire, Richmond Youth Study* - (HIRSCHI, 2001), adaptado - disposto no anexo II.

No primeiro instrumento, aplicamos a Escala de Socialização Violenta tal como ela foi concebida, apenas traduzindo as perguntas. Já o questionário *Richmond Youth Study adaptado* expressa consideráveis mudanças. Elas se tornaram necessárias, primeiramente para que as perguntas pudessem ser adaptadas à realidade brasileira. Muitas foram também as questões não aproveitadas, seja porque referentes a temas não relacionados à nossa pesquisa, seja porque inaplicáveis no universo delineado. Algumas novas questões foram introduzidas, sendo que três delas passaram a integrar a variável dependente (a disposicionalidade violenta), a saber: as questões 44, 60 e 63 que estão dispostas adiante no item 4.4.

4.1 Caráter quase-experimental do trabalho

O estudo construiu uma 'variabilidade proposital' ou predeterminada, que não se enquadra, porém, dentro da noção de 'estudo experimental' pela ausência dos requisitos básicos tais como precedência temporal das causas, utilização e alocação aleatória de grupos experimental e de controle etc. Trata-se, pois, de estudo quase-experimental, posto que escolhemos propositalmente grupos de pesquisa cujas variações podem ser comparadas e analisadas em função de fatores etiológicos hipotéticos, mas sem validade externa específica previsível. Não estamos, em síntese, realizando inferências a partir de uma amostra ou amostras, com relação a um universo específico alvo. Estudos do tipo, representativos estatisticamente, diferem desse trabalho, entretanto, apenas em seu grau, não em sua lógica subjacente (FANDINO MARINO, 2012a). O estudo que realizamos é de caráter exploratório e, em sua análise

estatística não contempla ‘interatividades’ (sentido estatístico), nem efeitos processuais (do tipo trabalhado nas análises de trajetória), que poderão ser apurados posteriormente via modelos de equações estruturais.

4.2 População alvo

O alvo da pesquisa não é determinado por área geográfica ou população específica, no sentido de pretender estimar parâmetros etiológicos de regiões ou grupos sociais. A base empírica do estudo inclui cinco grupos de três sub-amostras de recortes institucionais distintos, a saber: uma instituição de execução de medidas socioeducativas em meio fechado, um presídio e uma escola pública, conforme se vê na figura 4.

A expectativa metodológica é a de que as sub-amostras mencionadas apresentem uma ampla variabilidade de disposicionalidade violenta, de modo que o fenômeno possa ser explicado em boa parte de sua extensão. As sub-amostras foram formadas com adolescentes e jovens adultos pobres, oriundos de comunidades periféricas urbanas, em uma faixa etária relativamente homogênea. O estudo, entretanto, não tem a pretensão de representar estatisticamente esses segmentos. O objetivo é o de estabelecer conexões causais como “dispositivos analíticos” e não como realidades sintéticas. A pesquisa analisa ampla variabilidade de níveis de violência, incluindo o que chamamos de violência extrema, para estabelecer, de acordo com as metodologias causais consagradas, o peso relativo dos fatores etiológicos contemplados. Assim, então, fica definido nosso problema de pesquisa do ponto de vista empírico, lembrando que o objeto em pauta é a disposicionalidade violenta e não a criminalidade ou perfis delitivos específicos.

Levantamos as informações em pauta nos seguintes subgrupos amostrais, que não constituem amostras probabilísticas:

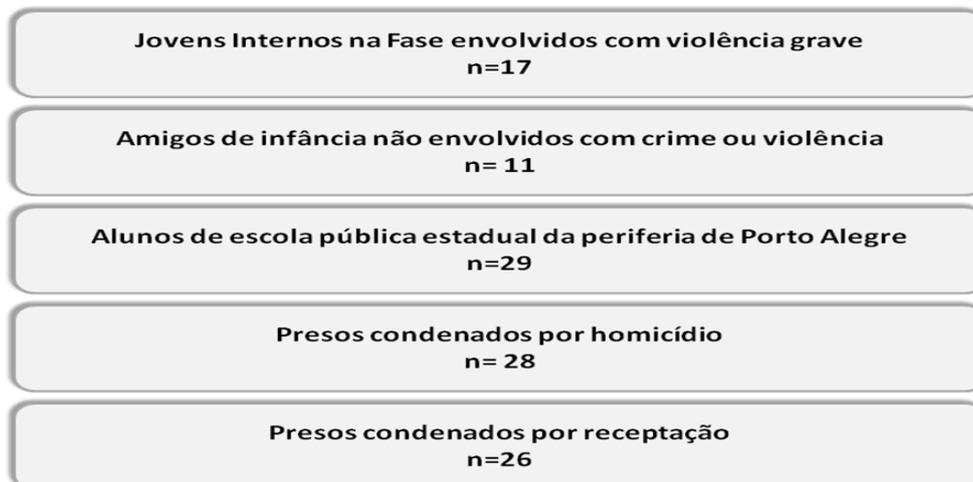


Figura 4: *Grupos pesquisados (perfis)*

4.3 Definições conceituais e operacionais das variáveis do modelo

4.3.1 Disposicionalidade Violenta

Concebemos o conceito de disposicionalidade violenta como a condição objetiva e mensurável que suporta e condiciona o caráter violento de comportamentos pressupostos pelos sujeitos diante de contrariedades tidas como significativas. Trata-se de “fato disposicional” no sentido empregado por Gerald Allan Cohen e por Wright *et al* (1993:262), conforme mencionado na introdução desse trabalho. Operacionalmente, entretanto, para os efeitos desse trabalho cujo foco é a violência extrema, lidamos com o conceito de forma mais restrita, no sentido de uma propensão variável de legitimar ações ilegais de punição física – entre as quais o resultado morte - e de agredir fisicamente independente de provocação.

O indicador desta variável foi construído a partir de cinco questões do instrumento *High School Questionnaire, Richmond Youth Study* (HIRSCHI, 2001) e de 13 questões da Escala de Socialização Violenta (*Violent Socialization Scale, RHODES et al, 2003*). A variável foi construída a partir da soma das respostas, em uma escala na qual o maior valor representa uma

maior disposicionalidade violenta. Os valores das questões da Escala de Socialização Violenta de Rhodes variavam de 0 a 1. Já os valores das questões do questionário *Richmond Youth Study*, de Hirschi, variavam originalmente de 0 a 2 (questão 44) e de 0 a 3 (questões 59, 60, 63, 64). Para adequar as duas escalas utilizadas dividiu-se os valores da questão 44 por 2 e as questões 59, 60, 63, 64 por 3, de modo a ter o valor mínimo de 0 e o valor máximo de 1.

Para facilitar a identificação nas tabelas, usaremos a sigla “ESV” para referir a Escala de Socialização Violenta de Rhodes e a sigla RYS (A) para referir ao questionário *Richmond Youth Study*, adaptado. As questões da Escala de Socialização Violenta (ESV) que passaram a integrar a variável dependente dizem respeito às duas últimas etapas da “Violentização”, segundo Athens. As questões 47 a 50 da ESV procuram medir a “Performance Violenta” e as demais, de 51 a 59, tratam de identificar o que Athens chamou de “Virulência”. As questões utilizadas para compor a variável dependente estão dispostas no quadro 4.

Quadro 4 – Questões selecionadas da ESV e do RYS (A) para construção da variável dependente (disposicionalidade violenta)

RYS (A) 44 - Se você descobrisse que seu melhor amigo é gay:	
a)	Isto não mudaria nada minha amizade com ele.
b)	Não deixaria de ser amigo dele, mas ele provavelmente não seria mais o meu melhor amigo.
c)	Deixaria de ser amigo dele.
RYS (A) 59 - “O importante é viver o presente. Não há porque se preocupar com o amanhã”.	
a)	Concordo inteiramente
b)	Concordo em parte
c)	Discordo em parte
d)	Discordo inteiramente
e)	Não sei
RYS (A) 60 - “Para vencer na vida, devo me preocupar apenas comigo, não com os outros”.	
a)	Concordo inteiramente
b)	Concordo em parte
c)	Discordo em parte
d)	Discordo inteiramente
e)	Não sei

RYS (A) 63 - “Há certas pessoas que deveriam ser punidas de forma mais grave. Às vezes, para fazer justiça ou impor respeito é preciso dar uma surra em alguém ou matar quem merece ser morto”.	
a)	Concordo inteiramente
b)	Concordo em parte
c)	Discordo em parte
d)	Discordo inteiramente
e)	Não sei
RYS (A) 64 - “Muitas vezes eu perco a paciência e tenho dificuldade de controlar minhas reações.”	
a)	Concordo inteiramente
b)	Concordo em parte
c)	Discordo em parte
d)	Discordo inteiramente
e)	Não sei
ESV (47 a 50) - Quais destas afirmações melhor descrevem o que você sente agora...	
47	Quando as pessoas tentam me provocar, eu faço elas pararem.
48	Quando as pessoas provocam as pessoas que me importam eu faço elas pararem.
49	Eu vou me proteger, mesmo que eu me machuque.
50	Eu me orgulho da minha capacidade de me proteger.
ESV (51 a 54) - As pessoas que me conhecem como eu sou agora...	
51	Quando as pessoas tentam me provocar, eu faço elas pararem.
52	Fazer o que eu mando, sem perguntar o motivo
53	Dizer que eu sou perigoso
54	Mostrar que têm medo de mim
ESV (55 a 59) - Quais das afirmações abaixo se aplicam a você?	
55	Eu sou perigoso
56	Eu gosto de entrar numa briga
57	Eu brigo se as pessoas não fazem o que eu digo para ser feito
58	Eu ataco alguém se me der vontade de fazer isto
59	Eu sinto que estou cheio de ódio

4.3.2 Brutalização na infância.

O conceito foi tomado da Teoria da Violentização de Athens por conta da importância que o processo por ele designado pode representar na produção de comportamentos de violência extrema. A brutalização conforma a primeira parte do processo de violentização e se desdobra, como vimos no segundo capítulo, em três etapas: a) subjugação violenta, b) horrorificação e c) treinamento violento. As experiências são de vitimização física e/ou psicológica

severa, que acontecem, parte delas nos contextos familiares (subjugação violenta e horrorificação) e parte, via de regra, em contextos comunitários ou ‘comunidades menores’ (*minor communities*), caso específico da fase denominada “treinamento violento” (*violent coaching*).

Estes componentes são operacionalizados separadamente como variáveis independentes das demais variáveis de socialização por motivos, portanto, teóricos. Na estimação do modelo, entretanto, a estratégia não tem consequências analíticas. O conceito de brutalização origina assim três variáveis independentes, uma para cada etapa mencionada, de acordo com o proposto pela Teoria de Athens. O conteúdo dessas variáveis resulta do somatório de 40 questões dicotômicas do questionário de Rodhes *et al* (2003) com a Escala de Socialização Violenta (ESV) dispostas a seguir:

Tema 1- Subjugação violenta

Quadro 5 - Questões sobre subjugação violenta

ESV- 1 a 6 - Quando eu ainda era criança, uma pessoa muito importante em minha vida ...	
1	Ameaçou me machucar fisicamente
2	Bateu em mim, me surrou.
3	Me puniu por não ter sido respeitoso
4	Perdeu completamente o controle quando me surrava
5	Disse coisas ou fez coisas para me assustar
6	Me forçou a fazer coisas que ele ou ela queria
ESV- 7 a 9 - Quando eu ainda era criança...	
7	Eu apanhei sem saber a razão
8	Me disseram que eu não mostrava respeito para as pessoas certas
9	Me disseram que eu fiz coisas pelas quais merecia ser surrado
ESV- 10 a 13 - Quando eu estava sendo surrado...	
10	Eu tinha que manifestar respeito antes da surra acabar
11	Eu tinha que pedir desculpas antes da surra acabar
12	Mesmo se eu pedisse desculpas, a surra não parava
13	Eu tinha que chorar muito e gritar para que a surra parasse
ESV- 14 a 19 - Depois que a surra acabava...	
14	Eu ficava com raiva
15	Eu me sentia envergonhado
16	Eu me sentia confuso
17	Eu sentia medo
18	Eu ficava furioso
19	Eu queria “dar o troco” e bater na pessoa que me surrou

Tema 2- Horrorificação

Quadro 6 - questões sobre horrorificação

ESV- 20 - Quando eu era criança, eu vi alguém importante em minha vida sendo surrado.	
ESV- 21 a 30 - Quando esta pessoa estava sendo surrada...	
21	Eu ficava com raiva
22	Eu ficava envergonhado por não fazer nada
23	Eu sentia medo de fazer algo para ajudar a vítima
24	Eu ficava furioso
25	Eu sentia como se eu também estivesse apanhando
26	Eu pensava sobre como tentar fazer a surra parar
27	Eu tentava fazer algo para a surra parar
28	Eu me sentia culpado por aquela pessoa estar sendo surrada
29	Eu me senti impotente para acabar com a surra
30	Eu queria “dar o troco” e bater no agressor

Tema 3- Treinamento violento

Quadro 7 - Questões sobre treinamento violento

ESV- 31 a 39 - Quando eu ainda era criança, uma pessoa importante em minha vida...	
31	Ameaçava machucar as pessoas que a tratavam com desrespeito
32	Me disse que a melhor coisa a fazer era atacar fisicamente alguém que havia me ameaçado
33	Me disse que as pessoas iriam me pegar se eu não pegasse elas antes
34	Me contou histórias sobre bater em pessoas, machucá-las ou matá-las
35	Me disse que eu nunca seria tão forte quanto ela
36	Me disse que eu deveria fazer qualquer coisa para ganhar minhas lutas
37	Me disse que era muito importante ser o vencedor
38	Me elogiou quando eu ganhei uma luta
39	Me fez sentir orgulhoso por não ter tido medo de brigar

4.3.3 Socialização familiar.

Em seus termos mais amplos, a Socialização Familiar é tomada nesse trabalho de acordo com a tradição sociológica, como aquisição de hábitos, habilidades, valores e motivos que permitam às crianças um desenvolvimento pleno, orientado pela conquista da autonomia e pelo exercício da cidadania. O conceito, entretanto, não está referido particularmente às contribuições clássicas, que, por razões históricas, não trataram da socialização familiar a

partir de perspectivas de desenvolvimento, ofereceram escassa atenção ao papel desempenhado pelo afeto, desprezaram as influências biológicas e genéticas e reduziram a socialização familiar, segundo as noções hierárquicas de gênero de caráter patriarcal, a uma “função materna”. Por isso, operacionalizamos o conceito muito mais proximamente às contribuições recentes da Psicologia Social, particularmente as oferecidas por Parke and Buriel (2008), que concebem a socialização familiar como um sistema social integrado por dinâmicas distintas entre os pais, entre eles e os filhos e entre os irmãos, considerando as múltiplas configurações das famílias contemporâneas.

Para esta variável, agrupamos as questões, todas do *Richmond Youth Study* adaptado - RYS (A), em três temas amplos:

Tema 4 - Vínculo afetivo com os pais

Quadro 8 - Questões sobre vínculo afetivo com os pais

RYS (A) - 65 - Pensando na relação com seu pai, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ele, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?	
a)	Sim, isto sempre foi possível em nossa relação.
b)	Algumas vezes isto foi possível, mas nunca foi fácil.
c)	Nunca senti que isso fosse possível.
d)	Não tive pai presente.
RYS (A) - 66 - Você entende que seu pai lhe ensinou:	
a)	Muita coisa importante para minha vida
b)	Pouca coisa importante para minha vida.
c)	Nada realmente importante para minha vida.
d)	Não tive pai presente para me ensinar.
RYS (A) - 68 - Você entende que seu pai é:	
a)	Um exemplo a ser seguido.
b)	Um exemplo para não ser seguido.
c)	Um bom exemplo em algumas coisas, um mau exemplo em outras.
d)	Alguém que é indiferente para mim.
RYS (A) - 69 - Pensando na relação com sua mãe, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ela, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?	
a)	Sim, isto sempre foi possível em nossa relação.
b)	Algumas vezes isto foi possível, mas nunca foi fácil.
c)	Nunca senti que isso fosse possível.
d)	Não tive mãe presente.
RYS (A) - 70 - Você entende que sua mãe lhe ensinou:	

a)	Muita coisa importante para minha vida
b)	Pouca coisa importante para minha vida.
c)	Nada realmente importante para minha vida.
d)	Não tive mãe presente para me ensinar.
RYS (A) - 72 - Você entende que sua mãe é:	
a)	Um exemplo a ser seguido.
b)	Um exemplo para não ser seguido.
c)	Um bom exemplo em algumas coisas, um mau exemplo em outras.
d)	Alguém que é indiferente para mim.
RYS (A) - 73 - De uma maneira geral, você entende que seu pai e sua mãe:	
a)	Foram normalmente carinhosos e compreensivos.
b)	Foram normalmente pouco carinhosos e compreensivos.
c)	Não foram carinhosos nem compreensivos.
d)	Não sei.

Tema 5 - Vitimização pelos pais

Quadro 9 - Questões sobre vitimização pelos pais

RYS (A) - 67 - Você entende que seu pai foi:	
a)	Muitas vezes violento comigo.
b)	Algumas vezes violento comigo.
c)	Nunca foi violento comigo.
d)	Não tive pai presente.
RYS (A) - 71 - Você entende que sua mãe foi:	
a)	Muitas vezes violenta comigo.
b)	Algumas vezes violenta comigo.
c)	Nunca foi violenta comigo.
d)	Não tive mãe presente.
RYS (A) - 77 – Em sua infância, foi comum seus pais gritarem ou dizerem coisas desagradáveis para você (tipo: “seu burro”, “seu imbecil”, “você é muito feio”, coisas assim).	
a)	Não, eles nunca me trataram desta forma.
b)	Sim, isto aconteceu muitas vezes
c)	Sim, isto aconteceu poucas vezes.
d)	Não sei.
RYS (A) - 78 – Em sua infância, você sentiu medo do seu pai?	
a)	Sim, muitas vezes senti medo dele.
b)	Sim, algumas poucas vezes senti.
c)	Não, nunca tive esta experiência.
d)	Não tive pai presente.
RYS (A) - 79 – Em sua infância, você sentiu medo de sua mãe?	
a)	Sim, muitas vezes senti medo dela.
b)	Sim, algumas poucas vezes senti.

c)	Não, nunca tive esta experiência.
d)	Não tive mãe presente.

Tema 6 - Monitoramento pelos pais

Quadro 10 - Questões sobre monitoramento pelos pais

RYS (A) - 74 - Pensando nas regras que seus pais mantinham quanto a sua educação, você entende que:	
a)	As regras deles eram, no geral, justas.
b)	As regras deles eram, no geral, injustas.
c)	Em geral, eles não tinham regras claras para mim
RYS (A) - 75 - Normalmente, quando você estava fora de casa, seus pais sempre souberam onde você estava e com quem estava?	
a)	Sim, normalmente eles sempre sabiam onde eu estava e com quem eu estava
b)	Às vezes eles sabiam, mas na maioria das vezes não tinham ideia onde eu estava, nem com quem eu estava
c)	Eles normalmente não sabiam onde eu estava ou com quem eu estava
RYS (A) - 76 - Em geral, seus pais acompanhavam e se interessavam por seus estudos?	
a)	Sim, eles sempre acompanharam com interesse meu desempenho na escola.
b)	Mais ou menos, às vezes se interessavam, às vezes não.
c)	Nunca se interessaram verdadeiramente por isso.
d)	Não sei.

Após o agrupamento por temas, e objetivando a redução e simplificação do modelo, os indicadores selecionados referentes a cada tema, foram fatorializados pelo procedimento de *análise de componentes principais*. As tabelas 4, 5 e 6 apresentam os resultados destas análises.

Na tabela 4, aparecem os três fatores principais explicativos da variação no tema 4 (vínculo afetivo com os pais). Nesta análise, como nas subsequentes, o critério de inclusão de fatores para análise foi o *eigenvalues* de aproximadamente 1. No caso do tema 1, a variação explicada pelos três fatores foi de 66,54%. Também na tabela 4 aparecem as conceituações dos três fatores mencionados, a saber: fator 4: relação com a mãe, focada fundamentalmente nos ensinamentos e comunicação com ela (variação explicada = 35,82%); fator 5: relação com o pai, focado fundamentalmente nos ensinamentos e comunicação com ele (variação explicada: 17,5%); fator 6: pais

como modelo de conduta, focado fundamentalmente nos pais como “modelos sociais” (*role models*) (variação explicada: 13,24%).

Tabela 4: Análise fatorial do tema 4 - Vínculo Afetivo com os pais

Questões	Fatores		
	FATOR 4: Relação com a mãe: ensinamentos e comunicação	FATOR 5: Relação com o pai: comunicação e ensinamentos	FATOR 6: Pais como modelo de conduta
Q70. Você entende que sua mãe lhe ensinou...	,893*	,052	,053
Q69. Pensando na relação com sua mãe, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ela, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?	,820*	,231	,160
Q65. Pensando na relação com seu pai, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ele, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?	,014	,809*	,150
Q73. De uma maneira geral, você entende que seu pai e sua mãe:	,224	,688*	,000
Q66. Você entende que seu pai lhe ensinou:	,131	,546*	,484
Q72. Você entende que sua mãe é:	,266	-,085	,806*
Q68. Você entende que seu pai é:	-,069	,325	,719*
<i>Eigenvalues</i>	2,508	1,224	0,927
<i>Variação explicada acumulada</i>	35,822	53,307	66,545
<i>Número de iterações: 5</i>			
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>			
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>			
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>			

Na tabela 5, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 5 (vitimização pelos pais). A variação explicada pelos dois fatores foi de 64,83%. Também na tabela 5 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 7: violência paterna, focada fundamentalmente em experiências de violência e medo em relação pai (variação explicada: 41,93%); e fator 8: violência materna, focada fundamentalmente em experiências de violência e medo em relação à mãe (variação explicada: 22,9%).

Tabela 5: Análise fatorial do tema 5 – Vitimização pelos pais

Questões	Fatores	
	FATOR 7: Violência paterna	FATOR 8: Violência materna
Q67. Você entende que seu pai foi:	,884*	,134
Q78. Em sua infância, você sentiu medo do seu pai?	,879*	,050
Q77. Em sua infância, foi comum seus pais gritarem ou dizerem coisas desagradáveis para você (tipo: “seu burro”, “seu imbecil”, “você é muito feio”, coisas assim).	,397*	,376
Q79. Em sua infância, você sentiu medo de sua mãe?	,064	,828*
Q71. Você entende que sua mãe foi:	,121	,816*
<i>Eigenvalues</i>	2,097	1,145
<i>Variância explicada acumulada</i>	41,932	64,832
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

Na tabela 6, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 6 (monitoramento pelos pais). A variação explicada pelos dois fatores foi de 83,61%. Também na tabela 6 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 9: regras e acompanhamento dos estudos, focado fundamentalmente no interesse e nas regras dos pais no que tange à educação (variação explicada: 52,89%); e fator 10: monitoramento de atividades fora de casa, focado no monitoramento que os pais exerceram sobre as atividades e companhias do entrevistado quando este se encontrava fora de casa (variação explicada: 30,72%).

Tabela 6: Análise fatorial do tema 6 – Monitoramento pelos pais

Questões	Fatores	
	FATOR 9: Regras e acompanhamento dos estudos	FATOR 10: Monitorament o de atividades fora de casa
Q76. Em geral, seus pais acompanhavam e se interessavam por seus estudos?	,870*	,047
Q74. Pensando nas regras que seus pais mantinham quanto a sua educação, você entende que:	,860*	,107
Q75. Normalmente, quando você estava fora de casa, seus pais sempre souberam onde você estava e com quem estava?	,088	,996*
<i>Eigenvalues</i>	1,587	0,922
<i>Variância explicada acumulada</i>	52,895	83,612
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

4.3.4 Socialização escolar

Tomada segundo a conceituação tradicional da teoria sociológica (DÜRKHEIM, 1977, BOURDIEU, 1998) num sentido amplo, ou seja, incluindo não só as experiências acadêmicas e formais institucionais, mas todas aquelas derivadas direta ou indiretamente do contexto escolar.

Para esta variável, agrupamos as questões do RYS (A) em três temas amplos:

Tema 7 - Desempenho acadêmico e gosto pela escola

Quadro 11 - Questões sobre desempenho acadêmico e gosto pela escola

RYS (A) - 01 - De maneira geral, pensando na sua escola, você...	
a)	Gosta/gostava dela
b)	Não gosta/gostava dela
c)	Não gosta/gostava nem deixa de gostar
RYS (A) - 02 - Como você acha que é/foi seu desempenho na escola:	
a)	Você está/estive entre os melhores alunos
b)	Você está/estive acima da média entre os alunos
c)	Você está/estive na média dos alunos
d)	Você está/estive abaixo da média
e)	Você está/estive entre os piores alunos
f)	Não sei
RYS (A) - 03 - Na sua opinião, tirar boas notas na escola é/foi:	
a)	Muito importante
b)	Importante de alguma maneira
c)	Pouco importante
d)	Nada importante
RYS (A) - 04 - Você acha que as notas tiradas por um aluno são importantes para que ele consiga um emprego melhor?	
a)	Sim, acho que são muito importantes para isto
b)	Sim, acho que são importantes de alguma maneira
c)	Não, acho que não tem nada a ver
d)	Eu não planejo conseguir um emprego quando sair da escola
e)	Não sei se é importante ou não
RYS (A) - 05 - Você acha que tem alguma dificuldade de concentração para estudar?	
a)	Sim, frequentemente
b)	Algumas vezes
c)	Quase nunca
RYS (A) - 06 - Você sempre faz/fazia seus temas de casa?	
a)	Sempre faço/fiz
b)	Normalmente sim
c)	Algumas vezes sim
d)	Nunca faço/fiz
e)	Nunca recebo/recebi temas de casa
RYS (A) - 08 - Em média, quanto tempo você passa/passava fazendo seus temas de casa ou estudando?	
a)	Três ou mais horas por dia
b)	Cerca de duas horas por dia
c)	Mais ou menos uma hora por dia
d)	Menos de uma hora por dia
e)	Nunca perdi tempo com isto
RYS (A) - 09 - Você tem/teve dificuldades em encontrar um local tranquilo para fazer seus temas de casa ou para estudar?	

- | | |
|----|----------------------------------|
| a) | Sim, é sempre difícil para mim |
| b) | Algumas vezes tive este problema |
| c) | Nunca tive este tipo de problema |
| d) | Eu não faço/fazia temas de casa |

Tema 8 - Relação com os professores.

Quadro 12 - Questões sobre relação com os professores

RYS (A) - 07 - Seus professores conferem/ conferiam se você faz/fazia seus temas?	
a)	Sempre
b)	Normalmente sim
c)	Algumas vezes
d)	Nunca
e)	Eles não passam/passavam temas de casa
RYS (A) - 10 - Quantos dos seus professores realmente se importavam como você esta/estava indo na escola?	
a)	Quase todos eles
b)	Muitos deles
c)	Poucos
d)	Nenhum
RYS (A) - 11 - Você se importa/importava com o que os professores pensam/pensavam sobre você?	
a)	Eu me importo/importava bastante
b)	Eu me importo/importava um pouco
c)	Nunca me importei com isto
RYS (A) - 12 - Em sua experiência na escola, você entende que os professores que você tem/teve são/eram:	
a)	Eles são/eram em sua maioria bons e se esforçam/esforçavam para ensinar
b)	Eles são/eram em sua maioria maus professores e nem se esforçam/esforçavam para ensinar
c)	Não sei avaliar
RYS (A) - 13 - Quanto às coisas que são/eram ensinadas você acha que:	
a)	A maioria das coisas que são ensinadas na escola são muito importantes para o futuro dos alunos
b)	A maioria das coisas que são ensinadas na escola não são importantes para o futuro dos alunos
c)	Não sei avaliar

Tema 9 - Vitimização na escola, com as seguintes questões:

Quadro 13 - Questões sobre vitimização na escola

RYS (A) - 14 - Na escola – ou na entrada ou saída da escola - você foi alguma vez agredido fisicamente por um ou mais colegas (pontapés, socos, etc)?	
a)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
b)	Sim, isto aconteceu muitas vezes comigo
c)	Não, isto nunca ocorreu comigo
RYS (A) - 16 - Na escola - ou na entrada ou saída da escola – você foi alguma vez humilhado, ridicularizado, por um ou mais colegas?	
a)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
b)	Sim, isto aconteceu muitas vezes comigo
c)	Não, isto nunca ocorreu comigo
RYS (A) - 27 - Alguma vez você deixou de ir à escola com medo de ser agredido?	
a)	Sim, isto aconteceu algumas vezes comigo
b)	Sim, isto aconteceu pelo menos uma vez comigo
c)	Não, isto nunca aconteceu comigo

Após o agrupamento por temas, e objetivando a redução e simplificação do modelo, os indicadores selecionados referentes a cada tema, foram fatorializados pelo procedimento de *análise de componentes principais*. As tabelas 7,8 e 9 apresentam os resultados destas análises.

Na tabela 7, aparecem os quatro fatores principais explicativos da variação no tema 7 (desempenho acadêmico e gosto pela escola). A variação explicada pelos quatro fatores foi de 72,38%. Também na tabela 7 aparecem as conceituações dos quatro fatores mencionados, a saber: fator 11: esforço pessoal e importância dada às notas (variação explicada = 28,62%); fator 12: resultados e gosto pela escola (variação explicada: 15,9%); fator 13: dificuldades pessoais de concentração (variação explicada: 15%); e fator 14: dificuldades objetivas para estudo (variação explicada: 12,86%).

Tabela 7: Análise fatorial do tema 7 – Desempenho acadêmico e gosto pela escola

Questões	Fatores			
	FATOR 11: Esforço pessoal e importância dada às notas	FATOR 12: Resultados e gosto pela escola	FATOR 13: Dificuldades pessoais de concentração	FATOR 14: Dificuldades objetivas para estudo
Q06. Você sempre faz/fazia seus temas de casa?	,826*	,163	,056	,170
Q04. Você acha que as notas tiradas por um aluno são importantes para que ele consiga um emprego melhor?	,749*	-,139	-,174	,015
Q08. Em média, quanto tempo você passa/passava fazendo seus temas de casa ou estudando?	,713*	,148	,241	-,293
Q03. Na sua opinião, tirar boas notas na escola é/foi:	,503*	,498*	-,039	-,153
Q02. Como você acha que é/foi seu desempenho na escola:	-,066	,812*	,369	-,041
Q01. De maneira geral, pensando na sua escola, você...	,140	,694*	-,449	,062
Q05. Você acha que tem alguma dificuldade de concentração para estudar?	,048	,042	,878*	,089
Q09. Você tem/teve dificuldades em encontrar um local tranquilo para fazer seus temas de casa ou para estudar?	-,016	-,029	,084	,969*
<i>Eigenvalues</i>	2,290	1,272	1,200	1,029
<i>Variância explicada acumulada</i>	28,623	44,523	59,521	72,380
<i>Número de iterações: 6</i>				
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>				
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>				
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>				

Na tabela 8, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 8 (relação com os professores). A variação explicada pelos dois fatores foi de 58,60%. Também na tabela 8 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 15: valorização dos professores (variação explicada = 28,62%); fator 16: controle exercido pelos professores e relevância do ensino (variação explicada: 19,97%).

Tabela 8 – Análise fatorial do tema 8 – Relação com os professores

Questões	Fatores	
	FATOR 15 Valorização dos professores	FATOR 16: Controle exercido pelos professores e relevância do ensino
Q10. Quantos dos seus professores realmente se importavam como você esta/estava indo na escola?	,798*	,184
Q11. Você se importa/importava com o que os professores pensam/pensavam sobre você?	,783*	-,003
Q12. Em sua experiência na escola, você entende que os professores que você tem/teve são/eram:	,497*	,184
Q7. Seus professores conferem/ conferiam se você faz/fazia seus temas?	,097	,828*
Q13. Quanto às coisas que são/eram ensinadas você acha que:	,178	,800*
<i>Eigenvalues</i>	1,930	1,000
<i>Variância explicada acumulada</i>	38,630	58,601
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

Na tabela 9, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 9 (vitimização na escola). A variação explicada pelos dois fatores foi de 86,82%. Também na tabela 9 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 17: experiências de agressão física e humilhação (variação explicada = 59,23%); fator 18: experiência de medo (variação explicada: 27,59%).

Tabela 9– Análise fatorial do tema 9 – Vitimização na escola

Questões	Fatores	
	FATOR 17: Experiências de agressão física e humilhação	FATOR 18: Experiência de medo
Q16. Na escola - ou na entrada ou saída da escola – você foi alguma vez humilhado, ridicularizado, por um ou mais colegas?	,897*	,086
Q14. Na escola – ou na entrada ou saída da escola - você foi alguma vez agredido fisicamente por um ou mais colegas (pontapés, socos, etc)?	,873*	,181

Q27. Alguma vez você deixou de ir à escola com medo de ser agredido?	,146	,988*
<i>Eigenvalues</i>	1,777	0,828
<i>Varição explicada acumulada</i>	59,236	86,820
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

4.3.5 Socialização comunitária

Entendida como as experiências vividas, assim como modelos sociais (*role models*) oferecidos às crianças e aos jovens em suas comunidades, no sentido sustentado por Sutherland (1949:85-99) e indicado por Sampson and Laub (1995).

Para esta variável, agrupamos as questões do RYS (A) em três temas amplos:

Tema 10- Indisciplina e atitudes antissociais.

Quadro 14 - Questões sobre indisciplina e atitudes antissociais

RYS (A) - 21 - Você já “matou aula”, sem que seus pais soubessem, para fazer alguma coisa mais interessante com seus amigos?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu comigo.
RYS (A) - 22 - Nas provas na escola, você já “colou”?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu comigo.
RYS (A) - 23 - Você já foi mandado para fora da aula por algum professor, por motivo disciplinar?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu comigo.
RYS (A) - 25 - Você já teve que trocar de escola por motivo disciplinar?	
a)	Sim, isto já aconteceu comigo

b)	Não, isto nunca aconteceu comigo
RYS (A) - 26 - Seus pais já foram chamados à escola por causa de algum comportamento que você teve e que desagradou a direção ou o professor?	
a)	Sim, isto aconteceu algumas vezes comigo
b)	Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
c)	Não, isto nunca aconteceu comigo
RYS (A) - 28 - Você já se envolveu em brigas com colegas na escola?	
a)	Sim, muitas vezes
b)	Sim, uma ou duas vezes
c)	Nunca me envolvi em brigas na escola
RYS (A) - 34 - Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você já tomou cerveja, cachaça ou outra bebida alcoólica?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu algumas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu
RYS (A) - 36 - Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você fumou maconha ou usou outras drogas ilegais?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu algumas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu
RYS (A) - 37 - Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você grafitou paredes ou fez pichações?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu algumas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu
RYS (A) - 38 - Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você furtou/roubou alguma coisa?	
a)	Sim, isto aconteceu várias vezes
b)	Sim, isto aconteceu algumas vezes
c)	Não, isto nunca aconteceu

Tema 11 - Amizades e importância atribuída aos pares.

Quadro 15 - Questões sobre amizades e importância atribuída aos pares

RYS (A) - 20 - Na escola você sempre teve:	
a)	Muitos amigos de verdade
b)	Alguns poucos amigos de verdade
c)	Apenas um ou dois amigos de verdade
d)	Nenhum amigo de verdade
RYS (A) - 31 - Pensando no grupo de seus amigos, na escola ou fora dela, você acha que:	

a)	O grupo era bem visto pelos adultos de sua comunidade
b)	O grupo era mal visto pelos adultos de sua comunidade
c)	Não sei avaliar como os adultos viam o grupo
RYS (A) - 33 - Para você a opinião do seu grupo de amigos é:	
a)	Mais importante do que a opinião de seus pais
b)	Tão importante quanto a opinião de seus pais
c)	Menos importante que a opinião de seus pais
RYS (A) - 47 - Quantos amigos seus já foram presos pela polícia?	
a)	Mais de cinco amigos
b)	Três ou quatro amigos
c)	Um ou dois amigos
d)	Nenhum que eu me lembre
RYS (A) - 58 - “Eu não tenho amigos de verdade, mas apenas conhecidos que se dizem amigos”.	
a)	Concordo inteiramente
b)	Concordo em parte
c)	Discordo em parte
d)	Discordo inteiramente
e)	Não sei

Tema 12 - Sexualidade e comportamento de risco.

Quadro 16 - Questões sobre sexualidade e comportamento de risco

RYS (A) - 39 - Você já manteve algum relacionamento sexual?	
a)	Sim
b)	Não
RYS (A) - 40 - Em caso positivo, que idade você tinha na primeira experiência?	
RYS (A) - 41 - Em caso positivo, com quantas meninas você já manteve relação sexual?	
a)	Só com minha namorada
b)	Com duas parceiras
c)	Com três parceiras
d)	Com quatro parceiras
e)	Com cinco até dez parceiras
f)	Com mais de dez parceiras
RYS (A) - 43 - Nas suas experiências sexuais, você usa camisinha?	
a)	Quase sempre
b)	Raramente uso
c)	Nunca uso
d)	Não tive experiências sexuais

Após o agrupamento por temas, e objetivando a redução e simplificação do modelo, os indicadores selecionados referentes a cada tema, foram fatorializados pelo procedimento de *análise de componentes principais*. As tabelas 10.11 e 12 apresentam os resultados destas análises.

Na tabela 10, aparecem os quatro fatores principais explicativos da variação no tema 10 (indisciplina e atitudes antissociais). A variação explicada pelos quatro fatores foi de 68,28%. Também na tabela 10 aparecem as conceituações dos quatro fatores mencionados, a saber: fator 19: indisciplina, focando fundamentalmente brigas, punição disciplinar na escola e “cola” (variação explicada = 38,53%); fator 20: experiências com drogas ilegais ligadas a pequenos delitos (variação explicada: 11,55%); fator 21: expulsão da escola (variação explicada: 9,5%); e fator 22: absenteísmo, focado na falta à aulas sem o conhecimento dos pais (variação explicada: 8,7%).

Tabela 10 – Análise fatorial do tema 10 – Indisciplina e atitudes antissociais

Questões	Fatores			
	FATOR 19: Indisciplina	FATOR 20: Experiência com drogas ilegais e pequenos delitos	FATOR 21: Expulsão da escola	FATOR 22: Absenteísmo
Q28. Você já se envolveu em brigas com colegas na escola?	,727*	,409	-,043	,020
Q23. Você já foi mandado para fora da aula por algum professor, por motivo disciplinar?	,711*	,066	,409	-,057
Q22. Nas provas na escola, você já “colou”?	,664*	-,185	,217	,478
Q26. Seus pais já foram chamados à escola por causa de algum comportamento que você teve e que desagradou a direção ou o professor?	,545*	,524	,141	,060
Q34. Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você já tomou cerveja, cachaça ou outra bebida alcoólica?	,498*	,471*	,227	,108

Q38. Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você furtou/roubou alguma coisa?	,036	,814*	,240	,070
Q36. Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você fumou maconha ou usou outras drogas ilegais?	,177	,781*	,114	,126
Q25. Você já teve que trocar de escola por motivo disciplinar?	,120	,150	,849*	,012
Q37. Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você grafitou paredes ou fez pichações?	,209	,243	,617*	,188
Q21. Você já “matou aula”, sem que seus pais soubessem, para fazer alguma coisa mais interessante com seus amigos?	,040	,217	,084	,919*
<i>Eigenvalues</i>	3,854	1,155	0,950	0,869
<i>Variância explicada acumulada</i>	38,538	50,088	59,585	68,280
<i>Número de iterações: 8</i>				
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>				
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>				
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>				

Na tabela 11, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 11 (amizades e importância atribuída aos pares). A variação explicada pelos dois fatores foi de 53,10%. Também na tabela 11 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 23: amizades verdadeiras e amigos presos (variação explicada = 33,02%); fator 24: importância conferida aos amigos (variação explicada: 20,08%).

Tabela 11 – Análise fatorial do tema 11 – Amizades e importância atribuída aos pares

Questões	Fatores	
	FATOR 23: Amizades verdadeiras e amigos presos	FATOR 24: Importância conferida aos amigos
Q58. “Eu não tenho amigos de verdade, mas apenas conhecidos que se dizem amigos”.	,724*	,202
Q47. Quantos amigos seus já foram presos pela polícia?	,676*	-,184
Q20. Na escola você sempre teve:	,604*	-,139
Q33. Para você a opinião do seu grupo de amigos é:	,053	,874*

Q31. Pensando no grupo de seus amigos, na escola ou fora dela, você acha que:	,445	-,501*
<i>Eigenvalues</i>	1,651	1,004
<i>Varição explicada acumulada</i>	33,026	53,107
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

Na tabela 12, aparecem os dois fatores principais explicativos da variação no tema 12 (sexualidade e comportamento de risco). A variação explicada pelos dois fatores foi de 73,46%. Também na tabela 12 aparecem as conceituações dos dois fatores mencionados, a saber: fator 25: iniciação sexual e variedade de parceiras (variação explicada = 54,39%); fator 26: comportamento de risco (variação explicada: 19,07%).

Tabela 12 – Análise fatorial do tema 12 – Sexualidade e comportamento de risco

Questões	Fatores	
	FATOR 25: Iniciação sexual e variedade de parceiras	FATOR 26: Comportamento de risco
Q41. Se já manteve relacionamento sexual, com quantas mulheres você já manteve relação sexual?	,897*	,015
Q39. Você já manteve algum relacionamento sexual?	,716*	,328
Q40. Se já manteve relacionamento sexual, que <u>idade</u> você tinha na primeira experiência? ⁹³	,600*	,488
Q43. Nas suas experiências sexuais, você usa camisinha?	,135	,947*
<i>Eigenvalues</i>	2,176	0,763
<i>Varição explicada acumulada</i>	54,398	73,462
<i>Número de iterações: 3</i>		
<i>Método de Extração: Análise de componentes principais.</i>		
<i>Método de Rotação: Varimax with Kaiser Normalization.</i>		
<i>* Variáveis selecionadas para interpretação/conceituação</i>		

⁹³ A codificação para idade de iniciação sexual foi determinada da seguinte maneira: para iniciação com 9 e 10 anos = 4, com 11 e 12 anos = 3, com 13 e 14 anos = 2; com 15-16 anos = 1. Para iniciação aos 17, 18 ou 19 anos e ausência de experiência sexual = zero.

4.4 Construção das variáveis independentes

As três variáveis “recortadas” da Escala de Socialização Violenta” e que formam o campo etiológico da brutalização não foram submetidas à análise fatorial, pelo caráter cumulativo da escala. Cada uma das três etapas da brutalização, assim, foi operacionalizada como variável independente. A elas, se somaram os 23 fatores obtidos com as questões agrupadas do questionário adaptado *Richmond Youth Study* - RYS (A). No total, são 26 variáveis autônomas, como se pode visualizar no quadro 17.

Quadro 17 - Operacionalização das variáveis independentes e fatorialização

CAMPOS ETIOLÓGICOS	Agrupamento das questões e conceituação dos temas	Questões agrupadas	Três temas da brutalização e os 23 fatores = 26 variáveis independentes
BRUTALIZAÇÃO	1. Subjugação Violenta	Questões 1 a 19 – ESV	1. Subjugação Violenta
	2. Horrorificação Pessoal	Questões 20 a 30 – ESV	2. Horrorificação Pessoal
	3. Treinamento Violento	Questões 31 a 39 – ESV	3. Treinamento Violento
SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR	4: Vínculo Afetivo com os pais	Questões 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73 - RYS (A)	4. Relação com mãe 5. Relação com Pai 6. Pais como modelos de conduta (Tabela 4)
	5: Vitimização pelos pais	Questões 67, 71, 77, 78, 79 - RYS (A)	7. Violência paterna 8. Violência materna (Tabela 5)
	6: Monitoramento pelos pais	Questões 74, 75, 76 – RYS (A)	9. Regras e acompanhamento dos estudos 10. Monitoramento de atividades fora de casa (Tabela 6)
SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR	7: Desempenho acadêmico e gosto pela escola	Questões 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9 - RYS (A)	11. Esforço pessoal e importância às notas. 12. Resultados e gosto pela escola 13. Dificuldades pessoais de concentração. 14. Dificuldades objetivas para estudo (Tabela 7)
	8: Relação com os professores	Questões 7, 10, 11, 12, 13 - RYS (A)	15. Valorização dos professores. 16. Controle exercido pelos professores e relevância do ensino (Tabela 8)
	9: Vitimização na escola	Questões 14, 16, 27 – RYS (A)	17. Experiências de agressão física e humilhação. 18. Experiência de medo (Tabela 9)
SOCIALIZAÇÃO COMUNITÁRIA	10: Indisciplina e atitudes antisociais	Questões 21, 22, 23, 25, 26, 28, 34, 36, 37, 38 - RYS (A)	19. Indisciplina 20. Experiência com drogas ilegais e pequenos delitos. 21. Expulsão da escola. 22. Abstenção. (Tabela 10)
	11: Amizades e importância atribuída aos pares	Questões 20, 31, 33, 47, 58 - RYS (A)	23. Amizades verdadeiras e amigos presos 24. Importância conferida aos amigos (Tabela 11)
	12: Sexualidade e comportamento de risco	Questões 39, 40, 41, 43 – RYS (A)	25. Iniciação sexual e variedade de parceiros. 26. Comportamento de risco

5. ANALISANDO A DISPOSICIONALIDADE VIOLENTA

5.1 Bateria inicial das variáveis independentes

Como se visualizou no quadro 17, constatamos a existência de uma ampla bateria de variáveis do modelo, cuja participação relativa na etiologia da disposicionalidade violenta não pode ser hipotetizada teoricamente de maneira sustentável. Chegamos até este ponto por decorrência das escolhas teóricas. Faz-se necessário, então, utilizar um procedimento estatístico que selecione em termos puramente empíricos (significância estatística) a influência relativa em questão. Este procedimento, no caso, foi a regressão tipo *stepwise*.

É importante sublinhar que não partimos de critérios prévios sobre a importância relativa dos campos etiológicos indicados, nem haveria como fazê-lo. Não foi possível, de qualquer forma, atribuir a cada campo o mesmo número de perguntas, porque lidamos com instrumentos já delineados.

Resumidamente, o que fizemos foi selecionar perguntas dos instrumentos consagrados, trata-las metodologicamente na construção de escalas e fatores, alocando-as nos campos etiológicos definidos. Nessa base, determinamos a significância estatística das variáveis, sua influência causal e a proporção de variância explicada pelas variáveis significativas.

O sentido dos procedimentos adotados destaca o perfil analítico da tese que busca identificar fatores etiológicos relevantes da disposicionalidade violenta sob condições totalmente controladas.

5.2 Formulação e cálculo da regressão *stepwise*

Cabe lembrar que a regressão *stepwise*:

- a) Seleciona, inicialmente, a variável independente que, sozinha, se associa mais fortemente com a variável dependente.

- b) Satisfeito o critério de significância estatística ($p < 0.05$), a variável é retida no modelo para proceder subsequentemente com a seleção de uma segunda variável, com os mesmos critérios.
- c) Este procedimento de seleção e retenção de variáveis independentes é continuado até o surgimento da primeira variável não significativa.
- d) Dado que os coeficientes de significância estatística e de influência causal (β) se alteram na medida em que novas variáveis independentes são introduzidas no modelo, é frequente que alguma variável independente deixe de satisfazer o critério de significância estatística e termine sendo expelida do modelo. Assim mesmo, os coeficientes β podem ganhar ou perder força e até mudar de sinal ao longo do processo. No último modelo estimado, encontramos as variáveis independentes que oferecem as melhores contribuições (de influência causal e explicação de variância), nas condições específicas do semi-experimento. O R^2 final corresponde ao melhor modelo revelado.

5.3 Coeficientes de correlação bivariada

Para avaliar possíveis redundâncias estatísticas entre as variáveis independentes, calculamos a matriz de correlação de Pearson (ρ de Pearson). Nesse tipo de análise correlacional, os valores variam sempre entre +1 e - 1. Pelos padrões internacionais, 0.70 é sinal de forte correlação; 0.30 a 0.70 indica correlação moderada e 0 a 0.30, fraca correlação. Como se pode ver na tabela 13, a matriz aponta uma correlação moderada (0.60) entre Treinamento Violento e Subjugação Violenta (o que seria de se esperar) e correlações fracas para os demais pares.

Tabela 13 – Correlações bivariadas entre as variáveis significativas do modelo

		VI 3 – Treinament o Violento	VI 21 – Expulsão da escola	VI 1 – Subjugaçã o Violenta	VI 20 – Experiência com drogas e pequenos delitos
VI 3 - Treinamento Violento	<i>Pearson correlation</i>	1	,281**	,601**	,204*
	<i>Sig. (2-tailed)</i>		,003	,000	,032
	<i>N</i>	111	111	111	111
VI 21 – Expulsão da escola	<i>Pearson correlation</i>	,281**	1	,204*	,000
	<i>Sig. (2-tailed)</i>	,003		,032	1,000
	<i>N</i>	111	111	111	111
VI 1 – Subjugação Violenta	<i>Pearson correlation</i>	,601**	,204*	1	,192*
	<i>Sig. (2-tailed)</i>	,000	,032		,044
	<i>N</i>	111	111	111	111
VI 20 – Experiência com drogas e pequenos delitos	<i>Pearson correlation</i>	,204*	,000	,192*	1
	<i>Sig. (2-tailed)</i>	,032	1,000	,044	
	<i>N</i>	111	111	111	111

** Correlation is significant at the 0,01 level (2-tailed)

* Correlation is significant at the 0,05 level (2-tailed)

5.4 Cálculo de regressão

A regressão estatística que realizamos permitiu identificar quatro variáveis significativas estatisticamente e que explicam, somadas, 38,5% da disposicionalidade violenta; um resultado muito expressivo para um conjunto de apenas quatro variáveis. Segundo os padrões estatísticos, o resultado é altamente significativo para as três primeiras variáveis e significativo para a quarta variável, conforme se observa na tabela 14:

Tabela 14: Model Summary^e

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	,532 ^a	,283	,276	2,08640	,283	42,919	1	109	,000
2	,570 ^b	,325	,313	2,03273	,043	6,832	1	108	,010
3	,601 ^c	,361	,343	1,98758	,036	5,962	1	107	,016
4	,620 ^d	,385	,361	1,95954	,024	4,084	1	106	,046

a. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - **treinamento violento**

b. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - treinamento violento, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (**experiência com drogas ilegais e pequenos delitos**)

c. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - treinamento violento, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (experiência com drogas ilegais e pequenos delitos), v_10_fator 3 - indisciplina e atitudes antissociais (**expulsão da escola**)

d. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - treinamento violento, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (experiência com drogas ilegais e pequenos delitos), v_10_fator 3 - indisciplina e atitudes antissociais (expulsão da escola), v_1_escore variável independente 1 - **subjugação violenta**

Sobre o cálculo de regressão, o primeiro fato a ser destacado é a entrada de apenas quatro variáveis no modelo final, a saber: treinamento violento, experiência precoce com drogas ilegais e pequenos delitos, expulsão da escola e subjugação violenta. Critérios de inclusão menos estritos mostrariam outras variáveis. Entretanto, o objetivo da pesquisa foi o de identificar os fatores de maior influência causal e não o de estimar a influência de um número maior de variáveis. O campo etiológico da brutalização foi representado por duas variáveis, treinamento violento e subjugação violenta, sendo o treinamento violento a variável mais fortemente associada com a disposicionalidade violenta. A subjugação violenta tem um sinal negativo, o que será discutido logo adiante. Os campos etiológicos da Socialização Comunitária e Escolar foram representados, cada um deles, com uma variável, respectivamente experiência precoce com drogas ilegais e pequenos delitos e expulsão da escola.

É preciso lembrar que o campo etiológico formado pela “brutalização” tem uma natureza distinta dos demais. Em verdade, suas variáveis poderiam ser distribuídas entre os campos da socialização familiar e da socialização comunitária. As experiências de subjugação violenta e de horrorificação, como vimos, costumam ocorrer no espaço de socialização familiar, enquanto o

treinamento violento é mais frequente nas relações nas chamadas comunidades menores, integrando a socialização comunitária. Assim, é pertinente ressaltar que a variável que aparece em primeiro lugar – treinamento violento – diz respeito mais propriamente ao campo etiológico da socialização comunitária, assim como a segunda variável – experiência precoce com drogas e pequenos delitos. Este fato representa, possivelmente, o resultado mais importante do estudo, como será discutido.

O tema da socialização escolar – especialmente no que diz respeito ao fracasso de lidar com atitudes de indisciplina reiteradas – mostrou sua relevância quanto à variação da disposicionalidade violenta, o que permite pensar em desdobramentos importantes quanto às políticas públicas na área.

O fato é que tais variáveis surgiram como as mais importantes no estudo ao serem cotejadas com todas as demais, o que, em determinada medida parece contraintuitivo, vez que a relevância indicada difere das noções mais amplamente compartilhadas sobre a raiz dos problemas. De fato, a socialização comunitária representa um campo novo para estudos cujas dinâmicas talvez sejam menosprezadas especialmente se tivermos presentes as preocupações bem mais robustas com as dinâmicas familiares e a com a educação formal.

Saliente-se que os β das variáveis 2, 3 e 4 (Model 4) são muito parecidos e concorrem em igualdade de condição também quanto à margem de variância explicada, como se observa nos coeficientes da tabela 15.

Tabela 15 -Coeficientes^a

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	3,646	,252		14,472	,000
1 V_3_Escore Variável Independente 3 - Treinamento Violento	,499	,076	,532	6,551	,000
(Constant)	3,728	,247		15,067	,000
V_3_Escore Variável Independente 3 - Treinamento Violento	,459	,076	,489	6,051	,000
2 V_10_Fator 2 - Indisciplina e Atitudes Antissociais (Experiência com drogas ilegais e pequenos delitos)	,517	,198	,211	2,614	,010
(Constant)	3,839	,246		15,595	,000
V_3_Escore Variável Independente 3 - Treinamento Violento	,404	,077	,431	5,226	,000
V_10_Fator 2 - Indisciplina e Atitudes Antissociais (Experiência com drogas ilegais e pequenos delitos)	,546	,194	,223	2,817	,006
V_10_Fator 3 - Indisciplina e Atitudes Antissociais (Expulsão da escola)	,483	,198	,197	2,442	,016
(Constant)	4,188	,298		14,067	,000
V_3_Escore Variável Independente 3 - Treinamento Violento	,509	,092	,542	5,523	,000
V_10_Fator 2 - Indisciplina e Atitudes Antissociais (Experiência com drogas ilegais e pequenos delitos)	,582	,192	,237	3,031	,003
V_10_Fator 3 - indisciplina e atitudes antissociais (Expulsão da escola)	,503	,195	,205	2,577	,011
V_1_Escore Variável Independente 1 - Subjugação Violenta	-,113	,056	-,194	-2,021	,046

a. Dependent Variable: Escore variável dependente

Na tabela 16, se observa a aplicação da ANOVA (*Análise of Variance*) que compara as médias oriundas de variáveis. Neste tipo de cálculo, se procura

saber se a diferença entre as médias amostrais pode ser apenas uma variação aleatória ou se elas refletem dados oriundos de amostras onde as médias são significativamente diferentes. A variabilidade total das variáveis foi altamente significativa.

Tabela 16- ANOVA^e

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1 Regression	186,831	1	186,831	42,919	,000 ^a
1 Residual	474,486	109	4,353		
1 Total	661,317	110			
2 Regression	215,062	2	107,531	26,024	,000 ^b
2 Residual	446,254	108	4,132		
2 Total	661,317	110			
3 Regression	238,616	3	79,539	20,134	,000 ^c
3 Residual	422,701	107	3,950		
3 Total	661,317	110			
4 Regression	254,299	4	63,575	16,557	,000 ^d
4 Residual	407,018	106	3,840		
4 Total	661,317	110			

a. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - **treinamento violento**

b. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - **treinamento violento**, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (**experiência com drogas ilegais e pequenos delitos**)

c. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - **treinamento violento**, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (**experiência com drogas ilegais e pequenos delitos**), v_10_fator 3 - indisciplina e atitudes antissociais (**expulsão da escola**).

d. predictors: (constant), v_3_escore variável independente 3 - **treinamento violento**, v_10_fator 2 - indisciplina e atitudes antissociais (**experiência com drogas ilegais e pequenos delitos**), v_10_fator 3 - indisciplina e atitudes antissociais (**expulsão da escola**), v_1_escore variável independente 1 - **subjugação violenta**

e. dependent variable: escore variável dependente

5.5 Distribuição dos escores da Escala de Socialização Violenta

O estudo apresentou evidências de que a Escala de Socialização Violenta (ESV) de Rhodes *et al* (2003) pode ser um instrumento acurado para identificar, *per se*, indivíduos mais predispostos às práticas de grave violência. A confirmação dos pressupostos básicos da Teoria da Violentização de Athens

exigiria outro tipo de estudo, com grupos de controle eficazes. Ainda, assim, mesmo trabalhando com um modelo causal que trata de fenômeno distinto, foi possível perceber a consistência interna da Escala. Uma análise simples dos escores resultantes da aplicação do questionário com a ESV em todos os perfis que integraram esse estudo, reforça essa conclusão, como é possível constatar na tabela 13:

Tabela 17: Escores da Escala de Socialização Violenta (ESV) de Rhodes *et al* (2003).

Escore ESV

Média	13,9910
Desvio Padrão	10,04127
Mínimo	1,00
Máximo	47,00

Escore ESV – por perfil

Perfil	Média	N	Desvio padrão
Interno da Fase	24,3529	17	11,13520
Amigo de interno da Fase	14,5455	11	9,26675
Presos homicídio	12,3929	28	8,48240
Presos receptação	13,4231	26	9,56733
Estudante	9,7586	29	7,53400
Total	13,9910	111	10,04127

As diferenças nos escores da ESV são muito pronunciadas se compararmos a média alcançada pelos internos da Fase que entrevistamos e os demais grupos. Alguém poderia imaginar que não há, nesse resultado, qualquer surpresa, já que o grupo de internos foi formado com base no critério de envolvimento em atos infracionais especialmente graves. Natural, então, que este grupo apareça como aquele com maior escore na ESV. Mesmo no caso dos presos condenados por homicídio, a variação dos perfis violentos deveria mesmo ser maior que no grupo de internos da Fase, o que tenderia a produzir uma média inferior na Escala. O fato, entretanto, é que a elevada média alcançada pelo grupo de internos (que sabemos ser formado por jovens

especialmente violentos) reforça os pressupostos da Teoria da Violentização. O que os escores alcançados sugerem é que, de fato, no perfil mais violento do estudo, há nitidamente um processo de vitimização anterior. A natureza específica deste fenômeno, entretanto, só será percebida mais adiante, ao analisarmos os resultados obtidos com a análise de regressão.

No quadro 18, temos a distribuição dos escores da ESV, em ordem decrescente, para todos os indivíduos do estudo, identificados pelo pertencimento aos seus grupos (perfis). O escore mais alto, curiosamente, foi alcançado por um preso condenado por receptação, de quem nada sabemos. O grupo formado pelos internos da Fase que entrevistamos, entretanto, aparece desproporcionalmente representado entre os escores mais altos. Embora o “n” deste grupo seja de apenas 17 indivíduos, 10 deles estão entre os 20 escores mais altos do total da amostra (n= 111).

Quadro 18 - Distribuição dos escores da ESV pelos indivíduos da amostra.

n	Perfil	Número do questionário	Escore_ESV
1.	Preso Receptação	66	47
2.	Interno da Fase	9	41
3.	Interno da Fase	11	38
4.	Preso Homicídio	53	39
5.	Interno da Fase	4	37
6.	Preso Homicídio	35	37
7.	Interno da Fase	15	36
8.	Estudante	108	34
9.	Amigo de int. Fase	20	33
10.	Interno da Fase	1	32
11.	Interno da Fase	10	30
12.	Interno da Fase	7	30
13.	Interno da Fase	8	29
14.	Interno da Fase	16	27
15.	Preso Receptação	68	27
16.	Estudante	85	27
17.	Interno da Fase	6	26
18.	Preso Receptação	81	25
19.	Preso Receptação	67	25
20.	Amigo de int. Fase	22	24

21. Amigo de int. Fase	28	24
22. Presos Homicídio	34	22
23. Estudante	111	21
24. Preso Homicídio	42	19
25. Preso Receptação	76	18
26. Preso Receptação	71	18
27. Interno da Fase	14	17
28. Preso Homicídio	40	17
29. Preso Receptação	70	17
30. Interno da Fase	3	17
31. Presos Receptação	80	17
32. Amigo de int. Fase	18	16
33. Preso Homicídio	54	16
34. Presos Homicídio	38	15
35. Estudante	88	15
36. Interno da Fase	2	15
37. Estudante	93	15
38. Estudante	100	15
39. Estudante	101	14
40. Preso Receptação	60	14
41. Interno da Fase	13	13
42. Amigo de int. Fase	21	13
43. Amigo de int. Fase	23	13
44. Estudante	83	13
45. Amigo de int. Fase	27	12
46. Preso Homicídio	33	12
47. Preso Homicídio	47	12
48. Preso Homicídio	49	12
49. Preso Homicídio	56	12
50. Preso Receptação	61	12
51. Preso Receptação	77	12
52. Estudante	84	12
53. Interno da Fase	5	11
54. Amigo de int. Fase	24	11
55. Preso Homicídio	30	11
56. Preso Homicídio	36	11
57. Preso Homicídio	55	11
58. Preso Homicídio	51	11
59. Preso Receptação	58	11
60. Preso Receptação	59	11
61. Preso Receptação	63	11
62. Preso Receptação	65	11
63. Preso Receptação	73	11

64. Preso Receptação	74	11
65. Estudante	107	11
66. Estudantes	91	11
67. Estudante	109	10
68. Preso Homicídio	52	10
69. Preso Receptação	57	10
70. Preso Receptação	79	9
71. Preso Homicídio	31	9
72. Presos Homicídio	29	9
73. Preso Homicídio	48	9
74. Estudante	99	9
75. Interno da Fase	12	8
76. Presos Homicídio	32	8
77. Preso Homicídio	43	8
78. Estudante	97	8
79. Interno da Fase	17	7
80. Amigo de int. Fase	25	7
81. Preso Receptação	82	7
82. Presos Homicídio	44	7
83. Estudante	96	7
84. Estudantes	106	6
85. Amigo de int. Fase	26	6
86. Preso Homicídio	41	6
87. Preso Receptação	69	6
88. Estudante	86	6
89. Estudante	90	6
90. Estudante	92	6
91. Estudante	94	6
92. Estudante	103	6
93. Estudante	106	6
94. Estudante	89	5
95. Presos Homicídio	37	5
96. Preso Receptação	75	5
97. Preso Receptação	78	5
98. Preso Homicídio	45	4
99. Preso Homicídio	46	4
100. Preso Homicídio	50	4
101. Preso Receptação	64	4
102. Preso Receptação	72	4
103. Estudante	87	4
104. Estudante	95	4
105. Estudante	110	3
106. Estudante	105	3

107.	Estudante	102	3
108.	Amigo de int. Fase	19	1
109.	Preso Receptação	62	1
110.	Estudante	98	2
111.	Estudante	104	1

No grupo dos internos da Fase, o escore mais alto na ESV (41 pontos) é de Atílio. Como relatado no terceiro capítulo, ele teve experiências de vitimização quando criança pelas surras do pai, teve o irmão que gostava morto e se vinculou precocemente ao tráfico. Relatou 7 homicídios na entrevista. Todos os demais entre os escores mais altos no grupo, com a possível exceção de Ronaldo (Paulo César, Nestor, Dinho, Lucas, Sérgio Lopes, Anderson e André) tiveram experiências muito semelhantes de vitimização e todos, sem exceção, se associaram ao crime no início da adolescência e praticaram atos de violência extrema.

5.6 Distribuição dos escores de disposicionalidade violenta

Já a distribuição do escore da disposicionalidade violenta (DV) entre os perfis do estudo está disposta na tabela 18.

Tabela 18 - Distribuição da Disposição Violenta nos perfis

Escore variável dependente (DV)	
Média	4,6661
Mínimo	0,00
Maximo	14,00

Escore variável dependente – por perfil

Perfil	Média	N	Desvio padrão
Interno da Fase	7,0490	17	3,17092
Amigo de interno da Fase	3,8463	11	2,48104
Presos homicídio	4,4627	28	1,77245
Presos receptação	4,4779	26	2,32005
Estudante	3,9453	29	1,87490
Total	4,6661	111	2,45193

6. CONCLUSÕES INICIAIS A PARTIR DO MODELO

*Now I been out in the desert, just doin' my time
Searchin' through the dust, lookin' for a sign
If there's a light up ahead, well brother I don't know.
But I got this fever burnin' in my soul⁹⁴.*

Joe Medwick

No contexto europeu, Archer (2011) tem chamado a atenção para o fato da “incongruidade” contextual para os jovens. O fenômeno dá conta de que a cultura paterna e materna deixaram de oferecer um *corpus* de capital cultural negociável no mercado de trabalho. A cultura segue sendo o principal do legado dos pais, mas é cada vez mais tida como um “bem interno”, como a “prataria da casa”, diz Archer, ao contrário de um bem externo valorizado pelo mercado. Isto seria real tanto para as famílias burguesas quanto para as famílias de trabalhadores. Neste último caso, a realidade de um mundo informatizado descolaria ainda mais a experiência dos filhos do *habitus* de seus pais. O resultado deste processo é que a própria socialização “não se faz mais como antigamente”. O resultado aparece para Archer como um déficit no processo de socialização primária:

(...) a unidade familiar de socialização cada vez mais fracassa *normativamente* como um transmissor de valores que sustenta as preocupações adotadas e esposadas pelos filhos. Hoje, um número cada vez maior de famílias transmitem mensagens ambíguas, incongruentes entre si, e portanto fazem com que seus filhos tenham que se confrontar com um problema adicional, a saber, encarar normativamente essa *mélange* para poder avaliá-la e arbitrará-la antes de cristalizar suas preocupações pessoais (...).

⁹⁴ Trecho da canção “Further up on the Road”, gravada, entre outros, por Eric Clapton e Johnny Cash. - *Agora eu estive no deserto, cumprindo minha pena./ Pesquisando em meio à poeira, à procura de um sinal / Se há uma luz lá na frente... bem, irmão, eu não sei. / Mas eu tenho essa febre queimando em minha alma.*

O fenômeno apontado parece dar conta de uma dinâmica real que, possivelmente, seja também uma resultante do processo histórico de mudança no perfil tradicional dos núcleos familiares. Ainda assim, não explicaria por si a extensão da disposicionalidade violenta, nem as dinâmicas ou motivos pelos quais alguns jovens estão mais expostos a ela. Há outros fenômenos sociais que se somam às dificuldades enfrentadas pelas famílias no processo de socialização de seus filhos e que devem atuar com força especial de modo a produzir efeitos tão impactantes em pequenos grupos, destacadamente as práticas de violência extrema.

O que nosso estudo encontrou é que o tema do “treinamento violento” (*violent coaching*) expressa, isoladamente, uma potência causal impressionante sobre a disposicionalidade violenta. Ele explica 28% da variância do fenômeno e quando analisamos o β , que mede a influência causal, observamos que o treinamento violento responde por 54,2% da disposicionalidade violenta. O que significa que, sem essa experiência, a disposicionalidade violenta seria reduzida a menos da metade no universo pesquisado.

As demais variáveis selecionadas por sua significância agregam alguns pontos a mais na explicação do fenômeno. Assim, por exemplo, o envolvimento precoce com drogas ilegais somado à experiência com pequenos delitos responde por mais 4 pontos percentuais na variação da disposicionalidade violenta. Ter sido expulso de uma escola – o que sugere uma sequência de atos de indisciplina – explica outros quatro pontos percentuais do fenômeno, enquanto a experiência de subjugação violenta responde por aproximadamente dois pontos percentuais da variação, mas com um β negativo de -.19. Não estamos lidando aqui, bem entendido, com causalidades no sentido estrito, mas de uma variação da disposicionalidade violenta em quase 40% pelo efeito de quatro variáveis.

Não sabemos se resultados semelhantes seriam encontrados em estudos mais amplos que trabalhem com amostras aleatórias e representativas. O fato é que estamos diante de sugestão forte sobre os fatores causais mais potentes para o desenvolvimento da disposicionalidade violenta entre os jovens e, por consequência, para uma maior chance de

práticas violentas. “Potência causal”, assinale-se, não é o mesmo que “frequência causal” (WRIGHT *et al*,1993:233),. Como se sabe, uma causa pode ser mais potente que outra e menos frequente. Especialmente no que diz respeito à violência extrema, o treinamento violento talvez seja efetivamente o fator causal mais potente; mesmo que, em amostras mais amplas, seja experiência menos frequente.

Os resultados podem ser interpretados como coerentes com os pressupostos da Teoria da Violentização (Athens) e também com os pressupostos da Teoria da Associação Diferencial (Sutherland) – ainda que se traduzam, em nossa realidade, de maneira muito particular.

No caso da Teoria de Athens, o processo de “subjugação violenta” aparece em nossa pesquisa correlacionado negativamente à disposicionalidade violenta, o que, a princípio, poderia parecer estranho. A Teoria da Violentização, entretanto, não sustenta que pessoas subjugadas violentamente na infância desenvolverão, necessariamente, comportamentos de violência extrema mais adiante. Ela afirma que o percurso de violentização é que produz esse resultado. Em outras palavras, os “criminosos perigosos e violentos” (*dangerous violent criminals*) seriam, em regra, aqueles que completaram as quatro fases do processo de violentização. No caso de nosso estudo, é provável que estejamos diante de um resultado quanto à experiência específica da subjugação violenta de efeitos contraditórios que se anulam estatisticamente. Nessa hipótese, uma parte dos jovens violentamente agredidos quando crianças por seus pais teriam se encaminhado para as demais etapas do processo de violentização; enquanto outro grupo, um pouco maior, teria se afastado daquela dinâmica precisamente pela repressão e pela insegurança decorrentes da subjugação. As evidências disponíveis, aliás, sugerem que a violência sobre as crianças pode alterar o desenvolvimento neuronal, se traduzir em sintomas comuns ao Transtorno de Estresse Pós-traumático e à depressão, estando na base da ideação suicida de adolescentes (UNITED NATIONS, 2006). Os efeitos da experiência de vitimização na infância, assim, são variados e não unidirecionais.

De outra parte, em se tratando de socialização comunitária, o treinamento violento é obra dos pares, o que atualiza as posições de

Sutherland quanto à importância da tutela criminal, embora não confirme teoricamente que a dinâmica se dê quando há “excesso de definições em favor do crime”. Aliás, a parte qualitativa de nossa pesquisa sugere que os jovens envolvidos com o tráfico e com a violência foram, em regra, criados em famílias onde, independentemente dos problemas típicos da exclusão e das próprias dinâmicas violentas, se valorizava o trabalho e a honestidade. Em vários dos relatos, os entrevistados mencionaram os artifícios que empregavam para que seus pais e mães não soubessem que eles estavam envolvidos com o ilícito. O tema, assim, parece não se referir à imersão em uma “cultura delincente”, mas ao treinamento violento, o que dá conta de processo específico.

Tratamos de uma dinâmica pela qual meninos pobres são introduzidos em lógicas extremamente violentas a partir da influência exercida por outros indivíduos mais velhos e detentores de habilidades e valores particulares. Esse processo de socialização primária é exercido nas comunidades menores por traficantes e talvez se constitua no problema mais urgente e mais sério a ser enfrentado se tivermos em conta as dinâmicas sociais que agenciam sistemicamente a violência. O problema, bem entendido, deve ser situado, basicamente, como um fenômeno de “violência intergrupala”⁹⁵, tal como definido por McDoom (2011:04), a saber, como um fenômeno de violência coletiva, que envolve civis e não profissionais (como soldados e policiais) e que requer um tipo de identidade grupal para autores e vítimas.

Há muito, a Antropologia lida com o fato de que as sociedades mais violentas costumam ser aquelas em que os homens possuem casas separadas das mulheres, onde dormem e realizam suas refeições, como ocorre com os soldados aquartelados. Nesses arranjos antigos, os meninos são separados muito cedo de suas mães, passando a receber treinamento e doutrinação para serem guerreiros (DOZIER, 2004:241)⁹⁶. Em situações como aquelas vividas

⁹⁵ O conceito pode ser aplicado a outras manifestações de violência como as que costumam ocorrer em rebeliões, linchamentos, crimes étnicos, disputas políticas ou entre religiões, pogroms e genocídios, por exemplo.

⁹⁶ O autor lembra, a propósito, que a experiência dos madraçais, escolas fundamentalistas islâmicas, está assentada no isolamento dos meninos de suas famílias por um período de pelo menos oito anos, o que parece ter sido funcional para o treinamento violento da liderança Taleban e de muitos dos membros da rede Al-Qaeda.

em áreas das periferias mais pobres, é comum que uma parte dos jovens do sexo masculino conviva, desde tenra idade, com “instrutores” violentos, um tipo de associação que, sem dúvida, é favorecida pela ausência paterna, pela negligência e pela falta de estruturas de cuidado, lazer e formação como escolas infantis e clubes juvenis.

O treinamento violento oferece uma base, também, para a compreensão de que o Brasil vive, desde os anos 80, uma experiência de “transição criminológica”, tal como sustenta Fandino Marino (2012b). Por esta hipótese, o ponto de “virada” na escalada de violência no Brasil ocorre com a estruturação de oportunidades ilegítimas mobilizadas pelo tráfico de drogas e nas circunstâncias típicas de “guerra” pelo domínio territorial em regiões periféricas.

A violência criminal e, particularmente, a violência extrema não seria, assim, explicada pelo uso de drogas ilegais, por famílias desestruturadas, pela impunidade ou pela miséria, mas por um processo especial de socialização viabilizado pela presença de grupos armados que se dedicam a explorar o negócio da venda de drogas ilícitas e que oferecem aos meninos pobres “modelos sociais” (*role models*).

O tema, como se sabe, não se reduz às oportunidades de ganho fácil ou de acúmulo de bens materiais. O tráfico oferece aos jovens pobres mais do que a promessa do consumo ou da inclusão no mundo glamoroso dos carros de luxo e das mulheres encantadoras. O tráfico dá aos meninos a possibilidade da autoria, do respeito e do poder; tudo aquilo que o Estado sequer cogita como elementos de políticas públicas eficientes. Uma política pública efetiva e focada na prevenção à violência deveria considerar a necessidade de reverter esse processo, como bem o observou Soares L.E. (2006:515):

Quando a microdinâmica local é o recrutamento de jovens socialmente vulneráveis pelo tráfico de armas e drogas, por exemplo, a abordagem mais eficiente é aquela que busca disputar menino a menino com o tráfico e o crime, atraindo os jovens para a participação nas redes saudáveis e construtivas da sociabilidade, valorizando-os e os acolhendo, revigorando sua autoestima. Para competir com as fontes do crime em condições adequadas é preciso credenciar-se a oferecer aos jovens pelo menos os mesmos benefícios (materiais, psicológicos e simbólicos) por elas oferecidos, com sinal ético invertido.

O tema, no mais, remete diretamente à política criminal em curso e ao necessário balanço da opção em favor do proibicionismo⁹⁷ (CARVALHO, 1997 e BATISTA, 2003). Nas condições brasileiras e, claramente, em qualquer nação marcada por fraturas sociais tão amplas como as que conhecemos e que estruturam a marginalização de milhões de jovens, o agenciamento das oportunidades ilegais do tráfico viabilizada pelas políticas de corte proibicionista, permite a mobilização de pequenos exércitos de garotos nas periferias dos centros urbanos para que vivam experiências de guerra entre grupos que exercem não o “poder paralelo”, diante do Estado, mas, na expressão cunhada por Dowdney (2004:55), o “poder simultâneo”.

Parte deste processo, mas apenas parte dele, atingirá indivíduos fora do “gueto”. Sempre que o “cordão sanitário” for rompido e vítimas fatais entre as classes médias e privilegiadas nos forem apresentadas pelos jornais, estaremos diante da renovação dos apelos pela pronta e necessária resposta do Estado; no caso, a identificação e a punição “exemplar” dos autores. A sequência é conhecida, o medo do crime será ampliado, haverá maior procura por armas de fogo, haverá a sugestão de que novos tipos penais sejam criados, que as penas sejam mais rigorosas, que mais policiais sejam contratados e que novos presídios sejam construídos. A sensibilidade média será atingida pela repercussão dos casos mais impressionantes de violência a partir dos noticiários e da forma como a maior parte da imprensa os transformará em espetáculo e os espaços para a aceitação da violência “em resposta aos bandidos” serão alargados. Ações de desrespeito, práticas abusivas, torturas e execuções sumárias praticadas por policiais despreparados e, não raro, associados ao crime, serão legitimadas pelo senso comum. As diferenças entre “suspeito”, “indiciado”, “denunciado”, “condenado” e “egresso” serão dissolvidas e as pessoas, com muito mais facilidade e disposição, tomarão iniciativas para punir os suspeitos que preencherem os

⁹⁷ A expressão sintetiza a natureza das políticas públicas centradas no pressuposto de que há determinadas drogas que devem ser proibidas por conta dos seus efeitos danosos à saúde, o que exige a montagem de estruturas de repressão capazes de identificar e punir produtores, vendedores e consumidores. No âmbito internacional, o proibicionismo foi impulsionado pela política de “guerra às drogas” inaugurada pelos EUA no governo Nixon, na década de 70.

estereótipos da delinquência e apoiarão a ação de “vingadores” e de atos de linchamento.

Cada uma dessas mudanças, entretanto, apenas realimentará os termos do problema, produzindo efeitos opostos aos pretendidos. Seguiremos atormentados pelas possibilidades da violência e o fenômeno real persistirá incompreensível. A violência extrema, salvo em momentos excepcionais, seguirá concentrada em áreas típicas de exclusão, não casualmente aquelas onde as opções oferecidas aos jovens são escassas ou mesmo inexistentes (DOWDNEY, 2004). Quanto a este tipo de carência, não há apelos, nem pânico moral, nem indignação. Possivelmente pela razão assinalada por Bauman (1997:07): para quem “quando casada com o individualismo autocelebrativo e livre de escrúpulos, a tolerância só pode se expressar como indiferença”.

Se há uma “socialização maléfica” operando nas comunidades pobres é preciso pensar políticas públicas tendo em conta o fenômeno. Neste particular, caberia à escola um papel decisivo. Observe-se, primeiramente, que o treinamento violento é um processo pedagógico singular. Ele se torna possível também porque a alternativa de formação, a educação formal em escolas públicas, onde seria possível construir outros vínculos horizontais com os pares, fracassa. Refiro-me a um fracasso sistêmico, que diz respeito aos efeitos gerais de nosso modelo e que tem sido evidenciados, por exemplo, pelos dados do Programa Internacional de Avaliação de Aluno (Pisa)⁹⁸.

O momento em que os meninos da periferia se afastam da escola costuma assinalar uma mudança estruturante. Se desconsiderarmos os casos daqueles adolescentes que abandonam a escola para trabalhar, muitas vezes em auxílio às funções desempenhadas por membros da sua família, os demais casos já concentram o início das novas trajetórias nos “embolamentos”. A associação formal ao tráfico de drogas é, então, processo substitutivo. O que o jovem abandona é a promessa, talvez excessivamente abstrata, de uma vida

⁹⁸ Sigla derivada de *Programme for International Student Assessment* de avaliação comparada, aplicado a estudantes da 7ª série em diante, na faixa dos 15 anos, em que, como regra, se pressupõe o fim do período de escolarização fundamental e obrigatória na maioria dos países. O Pisa é promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e coordenado, no Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

melhor construída pelo estudo e pelo trabalho. Em troca, assume um conjunto de experiências concretas vividas em uma dimensão que só pode ser pensada em um presente contínuo.

Aceita esta premissa, parece inacreditável que não tenhamos políticas delineadas para este público, que a educação no Brasil desconheça o problema e que grande parte dos conteúdos ministrados nas escolas não diga respeito ao desafio do aprender a viver conjuntamente, à formação cidadã, aos direitos humanos, à valorização da palavra e dos pactos como forma de superação de conflitos, à cultura de paz, ao respeito à diferença, à democracia etc. Uma educação que assegurasse as competências fundamentais no mundo contemporâneo – a começar pela alfabetização e pela capacidade efetiva de interpretar textos – poderia ser concebida como um processo de formação para as virtudes públicas e o raciocínio moral⁹⁹; opção que parece caracterizar parte importante das mais bem sucedidas experiências internacionais.

Ouvindo os jovens internos na Fase, pareceu claro que os esquemas cognitivos que organizam suas falas são restritos e heterônomos. Tendo presente a contribuição de Piaget (1994), se identifica ali uma estrutura moral, marcada por regras exteriores que se impõe naturalmente ao sujeito, sem contestação. Piaget chamou esta fase da psicogênese de “moral da obediência”. Nela, as consequências da ação têm mais importância que as intenções e a noção de “justiça” se confunde com o objetivo da expiação, por isso as punições são dolorosas e, a depender da gravidade da falta, cruéis. O comportamento moral dos jovens “serenos” é, ao que tudo indica, orientado binariamente pelo grupo de referência básico, em cooperação com os demais jovens da sua facção no tráfico e em oposição aos “contra”. As regras morais não são as suas, mas as do negócio. O “patrão”, no caso, zela pelo cumprimento das regras sendo, para todos os efeitos, a lei efetiva.

Na sequência das investigações de Piaget, foi Kohlberg (1981 *apud* FEDOZZI, 2008:66) quem desenvolveu a noção da existência de três níveis e

⁹⁹ As concepções tradicionais de educação moral orientadas para a formação do caráter se diferenciam do tipo de educação focada no raciocínio e no julgamento moral e orientada pela justiça e pela equidade. O desafio, parece ser, cada vez mais uma abordagem integrada destas perspectivas (NARVAEZ, 2006).

seis estágios de consciência moral. No caso dos “jovens serenos”, as concepções dominantes se situam entre os níveis pré-convencional e convencional - do estágio 2, onde as concepções morais são basicamente hedonistas, ao estágio 3, marcado pela conformidade aos estereótipos e às regras do grupo. Nesta ambiência, os jovens envolvidos com o tráfico situam-se em um estágio de moralidade pré-cidadania. Algo se rompeu no processo de formação da maioria deles, produzindo uma espécie de retardo moral. Longe da escola, o Estado se materializa no cotidiano das “bocas”, basicamente através de uma instituição: a polícia. A partir dessa experiência, o Poder Público não encarna a promessa civilizatória, traduzindo-se, pelo contrário, em uma ameaça. O aparato estranho e armado que aborda os jovens nas periferias é compreendido como um corpo inimigo, com a diferença diante dos “contra” de que muitos dos seus integrantes podem “aliviar” mediante propina.

Os indicadores de disposicionalidade violenta que apuramos são, como demonstrado, muito maiores entre os jovens da Fase que entrevistamos. Nossa pesquisa, entretanto, sugere que a adesão a determinadas noções legitimadoras de respostas violentas constitui um fenômeno mais amplo que aproximou, surpreendentemente, a médias das concepções dos adolescentes e jovens adultos de todos os grupos. Talvez estejamos, em síntese, diante de um processo de “retardo moral” mais complexo. Nesta chave, se a disposicionalidade violenta for pensada como uma atmosfera poluída presente nas interações sociais, as dinâmicas do treinamento violento estariam produzindo sua parte mais densa e tóxica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M., WAISELFISZ, J. J., ANDRADE, C. C., e RUA, M. G. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ADORNO, S., BORDINI, E. B. T., e LIMA, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, 13(4), 62-74.

AKERS, Ronald L. **Deviant Behavior: A Social Learning Approach**. CA: Wadsworth Publishing Company, Inc., 1973.

ANDERSON, E. **Code of the street: Decency, violence, and the moral life of the inner city**. New York, NY: W. W. Norton, 1999.

ARCHER, Margaret S. **Being Human: The Problem of Agency**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

_____. **Habitus, reflexividade e realismo**. Dados, vol.54, nº 1, Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100005&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 2 mar. 2014.

ARENDDT, Hannah. **Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Diagrama & Texto; 1983.

ARIELY, Dan. **Predictably Irrational Revised and Expanded edition: The Hidden Forces That Shape Our Decision**. New York. Harper Collins Publisher, 2010.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/xjx2y/pdf/assis-9788575412800.pdf> Acesso em: 30 jul. 2013.

ATHENS, Lonnie H. **The Creation of Dangerous Violent Criminals**. University of Illinois Press.1992.

_____. Dominance, Ghettos and Violent Crime. **The Sociological Quarterly**, vol. 39, number 4, p. 673-691,1998.

BANDURA, A. **Social Learning Theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1977.

BARON-COHEN, Simon. **Diferença essencial: a verdade sobre cérebros de homens e mulheres.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003

BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-moderna.** São Paulo, Paulus, 1997.

_____. **Modernidade e Holocausto.** Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BEIRNE, Piers. Adolphe Quetelet and the Origins of Positivist Criminology. *In: American Journal of Sociology* 92(5): pp. 1140–1169, 1987.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1969.

BESEMER, Sytske *et al.* The Relationship Between Parental Imprisonment And Offspring Offending In England And The Netherlands. **British Journal of Criminology**, 51, 413–437, 2011. Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/51/2/413.full.pdf?keytype=ref&ijkey=aloSVII dSY7zXpl> Acesso em: 10 set. 2013.

BESEMER, Sytske, FARRINGTON, David P., BIJLEVELD, Catrien C.J.H. Official Bias In Intergenerational Transmission Of Criminal Behaviour. **British Journal of Criminology**; 53, pp: 438–455, 2013. Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/53/3/438.full.pdf+html> Acesso em: 16.jun.2013

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

BLACKBURN, R. **Personality types among abnormal homicides.** British Journal of Criminology, 11, 14–31, 1971.

BLACKBURN, Simon. Jesse Prinz Book review in: **New Statesman**, 2012. Disponível em: <http://www.newstatesman.com/books/2012/01/prinz-learning-capacities> Acesso em: 2 mar. 2014.

BLOOM, B., STEINHART, D. **Why Punish the Children? A Reappraisal of the Children of Incarcerated Mothers in America.** San Francisco: National Council on Crime and Delinquency. 1993. Disponível em: http://www.nccdglobal.org/sites/default/files/publication_pdf/why-punish-the-children.pdf Acesso em: 23 jul. 2013.

BLUMENSTEIN, Alfred; COHEN, Jacqueline, FARRINGTON, David P. **Criminal Career Research: its value for Criminology.** Criminology 26:1-35, 1988.

BOHM, R. **A primer on crime and delinquency theory**. Belmont, CA: Wadsworth, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Renato Ortiz (Org). São Paulo: Ática, 1983a.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. **Escritos de Educação**. M. Nogueira e A. Catani (orgs.). Rio de Janeiro, Vozes, 1998

_____. **Pascalian Meditations**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.

BRAFMAN, Ori e BRAFMAN, Rom. **A Força do Absurdo**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

BRENDGEN, M., VITARO, F., TREMBLAY, R. E., WANNER, B. Parent and peer effects on delinquency related violence and dating violence: A test of two meditational models. **Social Development**, 11, 225–244. 2002.

BRUNDAGE, W.F. **Lynching in the New South: Georgia and Virginia 1880-1930**. Urbana: University of Illinois Press, 1993.

CAMPOS, P. H. F., TORRES, A. R. R., e GUIMARÃES, S. P. Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. **Educação e Cultura Contemporânea**, 1(2), 109-132, 2004.

CANO, Ignácio. Nas Trincheiras do Método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *In*: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, pp: 94-119.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. Impunidade no Brasil-Colônia e Império, **Estudos Avançados**, nº 18, (51), 2004.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a11v1851.pdf> Acesso em: 2 mai. 2013.

CARVALHO, Salo de. **A Política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização**. Rio de Janeiro: Luam, 1999.

CASEY, Sharon. Understanding Young Offenders: Developmental Criminology. **The Open Criminology Journal**, 2011, 4, (Supl 1-M1) 13-22.

Disponível em:

<http://www.benthamscience.com/open/tocrij/articles/V004/SI0010TOCRIJ/13TOCRIJ.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013.

CASPI, A. The child is father of the man: Personality continuities from childhood to adult. **Journal of Personality and Social Psychology**, 78, 158–172, 2000.

Disponível em:

http://www.psy.miami.edu/faculty/dmessenger/c_c/rsrscs/rdgs/temperament/caspi_jpsp2000.father2theman.pdf Acesso em: 8 fev. 2013.

CHAMBERS, Jemma C. An exploration of the mechanisms underlying the development of repeat and one-time violent offenders. **Aggression and Violent Behavior**, 15, pp: 310–323, Elsevier. 2010. Disponível em:

<http://www.deepdyve.com/p/elsevier/an-exploration-of-the-mechanisms-underlying-the-development-of-repeat-0woNx0ek2C> Acesso em: 15 fev. 2013.

CLARK, Ronald V., CORNISH, Derek B. Modeling Offenders Decisions: a framework for research and policy. Pp 147-185 in: Michael Tonry and Norval Morris (eds) **Crime and Justice**. Vol. 6. Chicago: University of Chicago Press, 1983. Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1147498?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102102665507> Acesso em: 1o mar. 2013

COHEN, Lawrence. Throwing Down the Gauntlet: a challenge to the relevance of Sociology for the etiology of criminal behavior. **Contemporary Sociology**, 16: 202-205, 1987.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório IV Caravana Nacional de Direitos Humanos: Uma amostra da situação dos adolescentes privados de liberdade nas Febems e congêneres**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2000.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/caravanas/br/ivcaravana.html>
Acesso em: 02 jan. 2013

CONNOLLY, J. PEPLER, Debra; CRAIG, Wendy and TARADASH, Ali. A Dating experiences of bullies in early adolescence. **Child Maltreatment**, n. 5, p. 299 – 310, 2000. Disponível em: <http://www.maccura.ca/download%20docs/Papers%20for%20Site/Bullying/Connolly,%20Pepler,%20Craig,%20&%20Tardash.2000.pdf> Acesso em: 25 Out. 2013

CRAIG, Wendy M., PEPLER, Debra J., ATLAS, Rona. Observations of Bullying in the Playground and in the Classroom. **School Psychology International**; 21; 22, 2000.

Disponível em: <http://spi.sagepub.com/cgi/content/abstract/21/1/22> Acesso em: 04 ago. 2012.

DEVOE, J. F.; KAFFENBERGER, S. **Student Reports of bullying: Results From the 2001 School Crime Supplement to the National Crime Victimization Survey (NCES 2005–310)**. U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2005.

Disponível em: <http://nces.ed.gov/pubs2005/2005310.pdf> Acesso em: 16 jul. 2012

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop**. São Paulo, Annablume, 1998.

_____. **Itinerários de Corpos Juvenis: o baile, o jogo e o tatame**. São Paulo, Annablume, 2003

DION, K; BERSCHIED, E., WALSTER, E. What is beautiful is good. **Journal of Personality & Social Psychology**, 24, 285-290, 1972.

DODGE, Kenneth. Social cognition and children's aggressive behaviour. **Child Development**, 51, p. 162-170, 1980.

DODGE, K., FRAME, C. Social cognitive biases and deficits in aggressive boys. **Child Development**, 53, p.620-635, 1982.

_____. MURPHY, R., BUCHSBAUM, K. The assessment of intention-cue detection skills in children: implications for development psychology. **Child Development**, 55, p. 163-173, 1984.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico** – um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DOZIER, Rush W. **Por Que Odiamos**. São Paulo, M. Books do Brasil Editorial Ltda, 2004.

DUNCAN, G.J., BROOKS-GUNN, J. **Consequences of growing up poor**. New York: Russel Sage Foundation, 1997.

DÜRKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

_____. **Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Editora: Martin Claret. 2003

DUSHECK, Jennie. The Interpretation of Genes. **Natural History**, 2002.
Disponível em: <http://fire.biol.wvu.edu/trent/trent/interpretationofgenes.pdf>
Acesso em 12 set. 2013.

EAGLEMAN, David. **Incógnito: as vidas secretas do cérebro**. Rio de Janeiro, Rocco Editora, 2011.

EAGLY, A. H. *et al.* What is beautiful is good, but...: a meta-analytic review of the physical attractiveness stereotype. **Psychological Bulletin**, 110, 109-128, 1991.

Disponível em: <http://psycnet.apa.org/journals/bul/110/1/109.pdf> Acesso em: 03 ago. 2013.

ELDER, Glen H.; JOHNSON, Monica Kirkpatrick, CROSNOE, Robert. The Emergence and Development of Life Course Theory. *In*: Jeylan T. Mortimer and Michael J. Shanahan (ed.). **Handbook of the Life Course**. Springer, 2003

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

ELLIOTT, D. S. Serious Violent Offenders: Onset, Developmental Course, and Termination. **The American Society of Criminology**, 1993 Presidential Address, *Criminology*, 32, 1:1-21, 1994.

ELLIOTT, D.S., TOLAN, P.H. Youth violence prevention, intervention and social policy: an overview. *In*: D.J. Flannery & C.R. Huff (Edit.), **Youth Violence: Prevention, Intervention and Social Policy** (pp. 03-46). Washington, DC. American Psychiatric Press, 1999.

ENGLER, E. **Personality Theories** (6th ed.). Boston: Houghton Mifflin Company, 2008.

FANDINO MARINO, Juan Mario. Fundamentos do 'Paradigma Metodológico Causal' nas Ciências Sociais. *In*: **Sociologias**, ano 14, nº 31, Porto Alegre, PPG Sociologia - UFRGS, 2012.

_____. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes**: o novo caráter da agressividade social na América Latina. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2012b (mimeo).

_____. Ciclos históricos da violência na América Latina. *In*: **São Paulo Perspectiva**, vol.18, nº.1, São Paulo, 2004. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100005 Acesso em: 20 fev. 2014.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro (2ª ed. revista e aumentada). Porto Alegre / São Paulo, Editora Globo / Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

FARRINGTON, David P. Families and Crime. *In*: J. Q. Wilson and J. Petersilia, eds, **Crime and Public Policy**, 130–57. New York: Oxford University Press, 2011.

_____. Developmental Criminology and Risk-Focused Prevention. *In*: Mike Maguire, Rod Morgan and Robert Reiner (eds). **The Oxford Handbook of Criminology**, pp: 657-701, Oxford, Oxford University Press, 2002.

_____. JOLLIFFE, D., LOEBER, R. The concentration of offenders in families, and family criminality in the prediction of boy's delinquency. **Journal of Adolescence**, 24, 579–596, 2001. Disponível em:

http://www.wpic.pitt.edu/research/famhist/PDF_Articles/Elsevier/FF%2016.pdf
Acesso em: 23 ago. 2013.

FARRINGTON, DAVID. P.; BARNES, G., LAMBERT, S. The Concentration of Offending in Families. **Legal and Criminological Psychology**, 1: 47-63, 1996.

_____. Understanding and preventing bullying. *In*: TONNY, M; MORRIS, N. (eds.) **Crime and Justice**. Chicago: University of Chicago Press, v. 17, p. 381–458, 1993.

_____. Juvenile Delinquency. *In*: J.C. Coleman (ed.) **The School Years**. 123-63, London: Routledge, 1992.

_____. Explaining the Beginning, Progress, and Ending of Antisocial Behaviour from Birth to Adulthood. *In*: J. McCord (ed.), **Facts, Frameworks, and Forecasts: Advances in Criminological Theory**, Vol. 3. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1992b.

_____. LOEBER, R., VAN KAMMEN, W.B. Long term Criminal Outcomes of Hyperactivity-impulsivity-attention Deficit and Conduct Problems in Childhood. *In*: L.N. Robins and M. Rutter (eds), **Straight and Devious Pathways from Childhood to Adulthood**, 62-81, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Early predictors of adolescent aggression and adult violence. **Violence and Victims**, 4, 79–100, 1989.

_____. Age and Crime. *In*: **Crime and Justice**, vol. 7, ed Michael Tonry and Norval Morris, pp.189-250. Chicago: University Press, 1986.

FEDOZZI, Luciano. **O Eu e os outros: participação e transformação da consciência moral e cidadania**. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2008.

FELIX, Sueli Andruccioli. Armas versus vidas: análise de regressão sobre o impacto da apreensão de armas nos homicídios. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**, ano 11, maio de 2013.

Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/3016/2298>

Acesso em 02 mar. 2014.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FISHBEIN, Diana H. Biological Perspectives in Criminology. *In*: **The Criminology Theory Reader**. Stuart Henry and Werner Einstadter (Eds), New York and London. New York University Press, 1998.

FLORES, Renato Z. Biologia e Violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, 7 (1): 197-202, 2002.

FRICK, P. J. *et al.* Psychopathy and conduct problems in children. **Journal of Abnormal Psychology**, 103, 700–707, 1994.

GARLAND, David. Of Crime and Criminals – The development of criminology in Britain, *in*: Mike Maguire, Rod Morgan and Robert Reiner (eds). **The Oxford Handbook of Criminology**, pp: 07-50, Oxford, Oxford University Press, 2002.

GELLER, M., FORD-SOMMA, L. **Violent homes, violent children**: a study of violence in the families of juvenile offenders. Washington, DC.: New Jersey State Department of Corrections, Trenton, Division of Juvenile Services, 1984.
Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/Digitization/93690NCJRS.pdf>
Acesso em: 24 out. 2013.

GEORGE, Alexander L., BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity**: Self and Society in the Late Modern Age. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

GILMORE, D.D. **Manhood in the Making**, Yale University Press, New Haven & London, 1990.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GOTTFREDSON, Denise C. School-Based Crime Prevention. *In*: **Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising**. Washington, DC:U.S. Department of Justice, 1997. Disponível em: <http://www.ncjrs.org/works/wholedoc.htm> Acesso em 12 jul. 2012.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. **A General Theory of Crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

GREENE, Michael B. *Bullying in Schools: A Plea for Measure of Human Rights*. **Journal of Social Issues**. v. 62, n. 1, p. 63-79, 2006.
Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com/doi/pdf/10.1111/j.1540-4560.2006.00439.x> Acesso em 05 mai. 2012.

GRINYER, Anne. **The Anonymity of Research Participants**: Assumptions, Ethics and Practicalities. Department of Sociology, University of Surrey, Guildford, England, 2002. Disponível em: <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU36.html> Acesso em: 16 nov. 2013.

GROSS, Neil. A Pragmatist Theory of Social Mechanisms. **American Sociological Review**, 74:358-379, 2009.

GRAHAM, J., BOWLING, B. **Young People and Crime**. London: Home Office, 1995. Disponível em: <http://dera.ioe.ac.uk/17550/1/a3814uab.pdf> Acesso em 26 out. 2012.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? *In: Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Brasília, DF. UNB.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf> Acesso em: 21 nov. 2013.

HAGAN, J., DINOVIETZ, R. Collateral Consequences of Imprisonment for Children, Communities and Prisoners. *In: M. Tonry and J. Petersilia, eds, Prisons*, pp.121–62. Chicago: University of Chicago Press.1999.

HAMLIN, John E. The Misplaced Role of Rational Choice in Neutralization Theory. *In: The Criminology Theory Reader* (ed) Stuart Henry and Werner Einstadter. New York and London, New York University Press, 1998.

HAPPE, F., FRITH, U. Theory of mind and social impairment in children with conduct disorder. **British Journal of developmental Psychology**, 14, p. 385-398, 1996.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency**. New Brunswick (USA) and London (UK). Transactions Publishers, 2001.

_____. Crime and the Family. *In: Crime and Public Policy*, ed. James Q. Wilson. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, pp 53-68, 1983.

HIRSCHI, Travis; GOTTFREDSON, Michael. Age and explanation of Crime. **American Journal of Sociology**, 89: 552-584, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**, Ed. Comemorativa, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

HOWELL, J.C. **Juvenile Justice and Youth Violence**. Thousand Oaks, CA:Sage Publications, 1997.

HUIZINGA, D. Assessing Violent Behavior With Self-Reports, *in: J.S. Milner (ed.), Neuropsychology of Agression*, 47-66, Boston:Kluwer, 1991.

JOHNSON, S. B., *et al.* Adolescent Maturity and the Brain: The Promise and Pitfalls of Neuroscience. Research in Adolescent Health Policy. **Journal of Adolescent Health** 45(3), pp: 216-221, 2009.

Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2892678/> Acesso em: 14 set. 2013.

KERLINGER, Fred. **Foundation of Behavioral Research**, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

KORNHAUSER, R. **Social sources of delinquency**: An appraisal of analytical models. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1978.

LILLY, J. Tobert, CULLEN, Francis T., BALL, Richard A. **Criminological theory**: context and consequences. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.
LYNAN, D. Early Identification of Chronic Offenders: Who is the Fledgling Psychopath? **Psychological Bulletin**, 120: 209-34, 1996.

MAGNUSSON, David; KLINTERBERG, Britt; STATTIN, Hakan. Autonomic Activity/Reactivity, Behavior, and Crime in Longitudinal Perspective, Pp 287-318, *In*: Joan McCord (ed), **Facts, Frameworks, and Forecasts**: Advances in Criminological Theory. New Brunswick, NJ. 1992.

MAGUIRE, Mike. Crime Statistics: the data explosion and its implications, *in* Mike Maguire, Rod Morgan and Robert Reiner (eds). **The Oxford Handbook of Criminology**, pp: 322-375, Oxford, Oxford University Press, 2002.

MARTY, François. Violência e Passagem ao Ato Homicida na Adolescência. *In*: **Adolescência e Violência**: teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico. Deise Matos do Amparo, *et al* (orgs.). Brasília, Liber Livro Editora, 2010.

MARUNA, Shadd. Desistance and Development: The Psychosocial Process of 'Going Straight'. **The British Criminology Conferences**: Selected Proceedings. Volume 2. Papers from the British Criminology Conference, Queens University, Belfast, 15-19 July 1997. (ed) Mike Brogden, 1999.
Disponível em: <http://www.britsoccrim.org/volume2/003.pdf> Acesso em: 12 ago. 2013.

MATTHEW R. Lee. Reconsidering Culture and Homicide. **Homicide Studies**, 15: 319, 2011. Disponível em: <http://hsx.sagepub.com/content/15/4/319> Acesso em 08 ago. 2013.

MATZA, D. **Delinquency and Drift**. New York: John Wiley and Sons, 1964.

McCARTHY, Bill. The Attitudes and Actions Of Others: Tutelage And Sutherland's Theory Of Differential Association. **British Journal of Criminology**, Vol.36, N° 1, 1996. Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/36/1/135.full.pdf> Acesso em: 05 jul. 2013.

McDOOM, Osmar S. **Who kills? Social Influence, Spatial Opportunity, and Participation in Inter-group violence**. Political Science and Political Economy Working Paper, London School of Economics (LSE), 2011. Disponível em: http://www.lse.ac.uk/government/research/resgroups/PSPE/pdf/PSPE_WP4_11.pdf Acesso em: 10 fev. 2014.

McLEOD, J.D., SHANAHAN, M.J. Poverty, Parenting and Children's Mental Health. **American Sociological Review**, 58, 351-366, 1993.

MEAD, George Herbert. **Mind Self and Society**: from the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago, Charles W. Morris, University of Chicago Press, 1934. Disponível em:

http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html

Acesso em: 10 set. 2013.

MEANEY, M. The nature of nurture: maternal effects and chromatin remodelling, *in*: **Essays in Social Neuroscience**, Cacioppo, JT & Berntson, GG eds. MIT press, 2004. Disponível em:

http://mitp-webdev.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262033237_sch_0001.pdf

Acesso em: 08 mar. 2013.

MEGARGEE, E.I; MENDELSON, G.A. A cross-validations of twelve MMPI indices of hostility and control. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 65, 431-438. 1962.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1968.

MILGRAM, Stanley. **Obedience to Authority**: An Experimental View. New York: Harper and Row, 1974.

MINOR, W. William. **The Neutralization of Criminal Offense**. *Criminology* 18: 103-120, 1980.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar**: como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro, Zahar, 2012;

MOFFITT, T.E. Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. **Psychological Review**, Vol. 100, No. 4, 674-70, 1993. Disponível em:

[http://www.psychology.sunysb.edu/ewaters/552-](http://www.psychology.sunysb.edu/ewaters/552-04/slide%20sets/brian_mcfarland_aggression/moffitt_aggression.pdf)

[04/slide%20sets/brian_mcfarland_aggression/moffitt_aggression.pdf](http://www.psychology.sunysb.edu/ewaters/552-04/slide%20sets/brian_mcfarland_aggression/moffitt_aggression.pdf)

Acesso

em 12 jan. 2013.

MONSBAKKEN, Christian Weisæth, LYGSTAD, Torkild Hovde; SKARDHAMAR, Torbjørn. Crime and the Transition to Parenthood: The Role of Sex and Relationship Context. **British Journal of Criminology**, 53, 129–148, 2013. Disponível em:

<http://bjc.oxfordjournals.org/content/53/1/129.full.pdf+html>

Acesso em 18 de set. 2012.

MORA-MERCHÁN, Joaquín A. Las estrategias de afrontamiento: Mediadoras de los efectos a largo plazo de las víctimas de bullying? **Anuário de Psicologia Clínica y de Salud**, 2; p. 15-26, 2006. Disponível em:

http://www.institucional.us.es/apcs/doc/APCS_2_esp_9-14.pdf.

Acesso em 16 de mar. 2012.

MRAZEK, P.J., HAGGERTY, R.J., eds. **Reducing Risks for Mental Disorders**: Frontiers for Preventative Intervention Research. Washington, DC: National Academy Press, 1994.

MURRAY, J., FARRINGTON, D. P. Effects of Parental Imprisonment on Children. *In*: M. Tonry, ed., **Crime and Justice**, 133–206. Chicago: University of Chicago Press. 2008.

NATIONAL COMMISSION OF CHILDREN. **Beyond Rhetoric**: a new American agenda for children and families. Final Report of National Commission on Children. Washington, DC: US Government Printing Office, 1991.

NARVAEZ, D. Integrative ethical education. *In*: M. Killen and J. G. Smetana, (Eds.), **Handbook of moral education** (pp. 703–733). Mahwah, NJ: Erlbaum, 2006. Disponível em:

<http://www3.nd.edu/~dnarvaez/documents/NarvaezIEEProofUSE.pdf> (Acesso em 11 jan. 2014).

O'BRIEN, B.S., FRICK, P. J. Reward dominance: Associations with anxiety, conduct problems, and psychopathy in children. **Journal of Abnormal Child Psychology**, 24, 223–240, 1996.

O'DONNELL, Ian. New Paradigm for Understanding Violence? Testing the Limits of Lonnie Athens's Theory. **British Journal of Criminology**, Vol. 43 Issue:4, pp 750-771, 2003. Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/43/4/750.full.pdf> Acesso em: 16 abr. 2013.

OFFICE OF THE SURGEON GENERAL. **Youth Violence**: A Report of the Surgeon General. Washington, DC: U.S. 2001. Disponível em: www.surgeongeneral.gov/library/youthviolence Acesso em 13 mar. 2013.

OLIVEIRA, J. P., CAMPOS, P. H. F. Representação social da violência na escola em alunos e familiares. *In*: III **Jornada Internacional e I Conferência Brasileira de Representações Sociais** (pp. 1190-1208). Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003.

OROBIO DE CASTRO, B. *et al.* Hostile attribution of intent and aggressive behavior: A meta-analysis. **Child Development**, 73, 916 – 934, 2002. Disponível em: http://igitur-archive.library.uu.nl/fss/2006-0727-201538/Castro_Orobio_veerman_koops_bosch_monshouwer_meta_chdev_2002.pdf Acesso em: 10 set. 2013.

OWEN, Tim. The Biological and the Social in Criminological theory. *In*: **New Directions in Criminological Theory**. (ed) Steve Hall and Simon Winlow, Abingdon (UK), 2012.

PALERMO, *et al.* **Offender Profiling**: an Introduction to the Sociopsychological Analysis of Violent Crime. Springfield, Illinois, USA, Charles C. Thomas Publisher Ltda, 2005.

PARDINI, D. A., LOCHMAN, J. E., FRICK, P. J. Callous/unemotional traits and socialcognitive processes in adjudicated youths. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, 42, 364–371, 2003.

Disponível em:

http://www.psyc.uno.edu/Frick%20Lab/articles/Pardini,%20Lochman,%20Frick._2003._Social_Cognitive_Processes.PDF Acesso em: 12 mar. 2013.

PARKE, Ross D., BURIEL, Raymond. Socialization in the Family: Ethnic and Ecological Perspectives. In: **Child and Adolescent developmental: an advanced course**. William Damon Richard M. Lerner (eds). New Jersey, John Wiley & Sons, Inc, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/72e7e51c0a86aa208f.pdf> Acesso 16 fev. 2014.

PAULA, Ricardo Henrique Arruda de. Matadores: A construção social e simbólica de identidades violentas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 3 – nº 9, pp: 61-89, 2010.

Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas9Art3.pdf>

Acesso em: 07 abr. 2013.

PERETTI-WATEL, Patrick. Neutralization theory and the denial of risk: some evidence from cannabis use among French adolescents. In: **British Journal of Sociology**, Vol. No. 54 Issue No. 1, pp: 21–42, London, Routledge Journals, Taylor & Francis Ltd on behalf of the LSE, 2003. Disponível em:

http://www.hawaii.edu/hivandaids/Neutralization_Theory_and_the_Denial_of_Risk_Some_Evidence.pdf Acesso em: 05 abr. 2013.

PERISSIONOTO, RENATO. Marxismo e ciência social: um balanço crítico do marxismo analítico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.25 no.73, São Paulo, 2010.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000200007 Acesso em: 12 fev. 2014.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

PILIAVIN, I. *et al.* Crime, Deterrence and the Rational Choice. In: **American Sociological Review**, 51: 101-119, 1986.

PINKER, Steven. **Os anjos bons de nossa natureza**: Porque a violência diminuiu. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

PIQUERO, A.R.; FARRINGTON, D.P., BLUMSTEIN, A. **Key Issues in Criminal Career research**. New analyses of the Cambridge Study in delinquent development. Cambridge University Press. USA, 2007.

PHILLIPS, Coretta. Who's Who in the Pecking Order? Agression and Normal Violence in the Lives of Girls and Boys. **British Journal of Criminology**, 43: 710-28, 2003. Disponível em: [http://eprints.lse.ac.uk/15954/1/Who's_who_in_the_pecking_order_\(LSERO\).pdf](http://eprints.lse.ac.uk/15954/1/Who's_who_in_the_pecking_order_(LSERO).pdf) Acesso em: 14 out. 2012.

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. **Histórias de Vida, teoria e prática**. Oeiras, Celta Editora, 2º Ed., 1999.

PORTERFIELD, Austin L. Delinquency and Its Outcome in Court and College. **American Journal of Sociology**, Vol. 49, No. 3 (Nov., 1943), pp. 199-208, University of Chicago. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2771246> Acesso em: 03 mar 2014.

PRINZ, Jesse J. **Beyond Human Nature: How Culture and Experience Shape our Lives**. New York. W. W. Norton & Company, 2012.

RAWLS, John. **O liberalismo Político**. São Paulo, Ática, 2000.

RHODES, Ginger *et al.* The violent socialization sacale: development and initial validations. *In: Lonnie Athens and Jeffery T. Ulmer (edit). Violent Acts and Violentizations: assessing, applying and developing Lonnie Athens' Theories. Sociology of Crime, Law and Deviance*, vol. 4. Elsevier Science, Oxford, UK, 2003.

RIDLEY, M. **Nature via Nurture: Genes, Experience, and What Makes Us Human**. Harper Collins, 2003.

ROCK, Paul. Sociological Theories of Crime. *In: Mike Maguire, Rod Morgan and Robert Rainer (eds), The Oxford Handbook of Criminology*, pp 51-82. Oxford, Oxford University Press, 2002.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro/Oxford, Zahar/Oxford University, 2006.

_____. **Bullying: o pesadelo da escola**. Porto Alegre, editora Dom Quixote, 2010.

ROSS, R.R., ROSS, R.D. (eds) **Thinking Straight: The Reasoning and Rehabilitations Programme for Delinquency Prevention and Offender Rehabilitation**. Ottawa: Air Training and Publications, 1995.

ROTHBART, M. K., DERRYBERRY, D. Development of individual differences in temperament. *In: M. E. Lamb and A. L. Brown (Eds.), Advances in developmental psychology* (Vol. 1, pp. 37-86). Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1981.

ROTH, Randolph. Biology and the Deep History of Homicide. **British Journal of Criminology**. 51, 535-555, 2011.

Disponível em: <http://bjc.oxfordjournals.org/content/51/3/535.full.pdf+html>
Acesso em 26 out. 2013.

SAMPSON, Robert J., LAUB, John H. **Crime in the making**: pathways and turning points through life. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1995.

SAMPSON, Robert J., BEAN, L. Cultural mechanisms and killing fields: A revised theory of community-level racial inequality. In R. Peterson, L. Krivo, & J. Hagan (Eds.), **The many colors of crime**: Inequalities in race, ethnicity, and crime in America (pp. 8-36). New York: New York University Press, 2006.

SANTOS, Juarez Cirino. O Adolescente Infrator e os Direitos Humanos, *in*: **Discursos Sediciosos**, ano 5, números 9/10, Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editora, 2000.

SENNET, Richard. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. São Paulo, Record, 2004.

SHAH, Saleem A., ROTH, Loren H. Biological and Psychophysiological Factors in Criminality. In: Daniel Glaser (ed) **Handbook of Criminology**, pp: 101-173. Chicago, Rand McNally, 1974.

SHAW, Clifford, *et al.* **Delinquency Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

SHOEMAKER, Donald J. **Theories of Delinquency**. Sixth edition. New York. Oxford University Press, 2010.

SIMONS, Ronald, *et al.* Parenting Factors, Social Skills and Value Commitments as Precursors to School Failure, Involvement with Deviant Peers and Delinquent Behavior. **Journal of Youth and Adolescence**, 20, pp: 545-664, 1991. Disponível em:
<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1092&context=sociologyfacpub> Acesso em: 12 dez. 2013.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse e BORGES, Doriam. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Legalidade Libertária**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

SOWELL, Elizabeth *et al.* In vivo evidence for post-adolescent brain maturation in frontal and striatal regions. **Nature Neuroscience**, 10, 1999.
Disponível em: http://www.loni.ucla.edu/~esowell/nn1099_859.pdf Acesso em: 17 ago 2013.

STEVENS, Alisa. 'I am the person now I was always meant to be': Identity reconstruction and narrative reframing in therapeutic community prisons. **Criminology & Criminal Justice**, 20.

Disponível em: <http://crj.sagepub.com/content/12/5/527.abstract> Acesso em: 05 fev. 2014.

STILES, Joan. Brain development and the nature versus nurture debate. *In: Progress in Brain Research*, 189: 3–22, 2011. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/51047911_Brain_development_and_the_nature_versus_nurture_debate Acesso em: 12 out. 2013.

SUTHERLAND, Edwin. **Princípios de Criminologia**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.

SWIDLER, Ann. Culture in action: Symbols and strategies. **American Sociological Review**, 51, 273-286, 1986. Disponível em: <http://www.csub.edu/~rdugan2/SOC%20477%20Culture%20readings/culture%20and%20action%20tool%20kit%20swidler.pdf> Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. **Talk of love**: How culture matters. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2001.

SYKES, G. M., MATZA, D. Techniques of Neutralization: a Theory of Delinquency, **American Sociological Review** 22(1): 664-70, 1957.

THEODORSON, George A. and THEODORSON, Achilles G. **A modern dictionary of sociology**. New York, Barnes & Noble Books, 1979.

THOMAS, W.I., ZNANIECKI, Florian. The Concept of Social Disorganization. *In: Stuart H. Traub and Craig B. Little (Eds), Theories of Deviance*, Fourth Edition, Illinois, F.E. Peacock Publishers inc. 1994.

TOCH, H. Supplementing the Positivist Approach. *In: M. Gottfredson and T. Hirschi (eds.), Positive Criminology*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1987.

UNITED NATIONS. **World Report on Violence Against Children**. Relatório de Paulo Sérgio Pinheiro. 2006. Disponível em: [http://www.unicef.org/lac/full_text\(3\).pdf](http://www.unicef.org/lac/full_text(3).pdf) Acesso em: 10 fev. 2014.

VAISEY, Stephen. Motivation and Justification: Toward a Dual-process Theory of Culture in Action. **American Journal of Sociology** 114: 1675–1715, 2009.

VOLD, George; BERNARD, Thomas J. **Theoretical Criminology**. New York: Oxford University Press, 1986.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Mapa da Violência 2013, Brasília, Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf Acesso em: 04 fev. 2014.

WARR, Mark. **Companions in Crime: The Social Aspects of Criminal Conduct**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

WERNECK VIANNA, Luiz. Weber e a interpretação do Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n.º 53. pp: 33-47. Disponível em: http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/87/20080627_weber_e_a_interpretacao.pdf Acesso em: 06 jan. 2014.

WESTEN, D. **Psychology: Brain, Behavior & Culture**. Wiley & Sons, 2002.

WILSON, J.Q. and HERRNSTEIN, R.J. **Crime and Human Nature**. New York: Touchstone Books, 1985.

WOLFGANG, M.E., FIGLIO, R.M., SELLIN, T. **Delinquency in a Birth Cohort**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

WOLKE, D. *et al.* Bullying and Victimization of Primary School Children in England and Germany. Prevalence and School Factors. **British Journal of Psychology**, 92/ 4: 673-96, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global consultation on violence and health**. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

WRIGHT, Erik Olin, LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. **Reconstruindo o Marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

YOUNG, Jack. **Crime and Social Exclusion**. In: Mike Maguire, Rod Morgan and Robert Reiner (eds). **The Oxford Handbook of Criminology**, pp: 457-490, Oxford, Oxford University Press (UK), 2002.

ZAK, Paul J. 2011. The physiology of moral sentiments. **Journal of Economic Behavior & Organization**, 77: 53-65.

ZAK, Paul J. 2012. **A Molécula da Moralidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. A Paz dos Cemitérios: A Cultura Política da Elite e a Unidade Nacional Brasileira. In: **A Utopia Brasileira, Povo e Elite**, Brasília Abapé, 2000. Disponível em: <http://www.georgezarur.com.br/pagina.php/143> Acesso em 08 de abr. 2012.

ZIMBARDO, Philipe; BANKS, Curtis; HANEY, Craig. **A Study of Prisoners and guards in a Simulated Prison.** Washington, DC, Department of the Navy.

Disponível em:

<http://www.zimbardo.com/downloads/1973%20A%20Study%20of%20Prisoners%20and%20Guards,%20Naval%20Research%20Reviews.pdf> Acesso em 28

de Nov. 2013.

ANEXOS

I. *Violent Socialization Scale Questionnaire*.¹⁰⁰

a) Quando eu ainda era criança, uma pessoa muito importante em minha vida ...

II- Ameaçou me machucar fisicamente

III- Bateu em mim, me surrou.

¹⁰⁰ No original: When I was growing up a significant person in my life would... **1. threaten to harm me physically. 2. beat me or whip me. 3. punish me for being disrespectful. 4. “go crazy” (lose control) when beating me or whipping me. 5. do or say things to scare me. 6. force me to do what he or she wanted. When I was growing up... 7. I would get a beating or whipping without knowing why. 8. I was told I did not show proper respect for the right people. 9. I was told I did things that deserved beatings or whipping. When I was getting a beating or whipping.....10. I had to show respect before the beating would stop. 11. I had to say I was sorry before the beating would stop. 12. Even if I said I was sorry, the beating still did not stop. 13. I had to scream or cry for the beating to stop. After the beating or whipping stopped ... 14. I was angry. 15. I was ashamed. 16. I was confused. 17. I was afraid. 18. I was enraged. 19. I wanted to get back at the person who beat me. 20. When I was growing up I witnessed someone important to me getting beaten up or whipped. When that person was getting a beating or whipping... 21. I was angry. 22. I was ashamed of myself for not doing anything to help. 23. I was afraid to do anything to help. 24. I was enraged. 25. I felt like I was getting the beating, too. 26. I thought about trying to stop the beating. 27. I tried to stop the beating. 28. I felt like it was my fault that he or she was being beaten. 29. I felt helpless to stop the beating. 30. I wanted to get back at the person who did the beating. When I was growing up a significant person in my life... 31. threatened to hurt people that showed him or her disrespect. 32. told me the best thing to do was physically attack someone who threatened me. 33. told me that people would get you if you didn't get them first. 34. told stories about taking people out (beating, hurting or killing them). 35. said I could never be as tough as he or she was. 36. said I should do whatever it took to win my fights. 37. said it was important to be the winner. 38. praised me if I won my fight. 39. made me feel proud for not being afraid to fight. Now when I think of other people pushing me around... 40. I feel ashamed. 41. I feel confused. 42. I feel afraid. 43. I feel like I deserved it. Now when I think about not standing up for the people close to me... 44. I feel confused. 45. I feel afraid. How do the following statements describe the way you feel now... 46. It's my responsibility to protect myself and the people I care about. 47. When people try to push me around, I stop them. 48. When people try to push around the people I care about, I stop them. 49. I will protect myself even if I get hurt. 50. I am proud of my ability to take care of myself. People who know me (as I am now) would... 51. give me what I want because they are afraid of me. 52. do what I tell them without asking questions. 53. say I am dangerous. 54. show that they're afraid of me. How do the following statements apply to you today? 55. I am dangerous. 56. I like to pick up fights. 57. I fight when people don't do what I tell them. 58. I attack someone just because I want to. 59. I am full of hatred.**

- IV- Me puniu por não ter sido respeitoso
- V- Perdeu completamente o controle quando me surrava
- VI- Disse coisas ou fez coisas para me assustar
- VII- Me forçou a fazer coisas que ele ou ela queria

b) Quando eu ainda era criança...

- (7) Eu apanhei sem saber a razão
- (8) Me disseram que eu não mostrava respeito para as pessoas certas
- (9) Me disseram que eu fiz coisas pelas quais merecia ser surrado

c) Quando eu estava sendo surrado..

- (10) Eu tinha que manifestar respeito antes da surra acabar
- (11) Eu tinha que pedir desculpas antes da surra acabar
- (12) Mesmo se eu pedisse desculpas, a surra não parava
- (13) Eu tinha que chorar muito e gritar para que a surra parasse

d) Depois que a surra acabava....

- (14) Eu ficava com raiva
- (15) Eu me sentia envergonhado
- (16) Eu me sentia confuso
- (17) Eu sentia medo
- (18) Eu ficava furioso
- (19) Eu queria “dar o troco” e bater na pessoa que me surrou
- (20) Quando eu era criança, eu vi alguém importante em minha vida sendo surrado.

e) Quando esta pessoa estava sendo surrada..

- (21) Eu ficava com raiva
- (22) Eu ficava envergonhado por não fazer nada
- (23) Eu sentia medo de fazer algo para ajudar a vítima
- (24) Eu ficava furioso
- (25) Eu sentia como se eu também estivesse apanhando
- (26) Eu pensava sobre como tentar fazer a surra parar
- (27) Eu tentava fazer algo para a surra parar
- (28) Eu me sentia culpado por aquela pessoa estar sendo surrada
- (29) Eu me senti impotente para acabar com a surra
- (30) Eu queria “dar o troco” e bater no agressor

f) Quando eu ainda era criança, uma pessoa importante em minha vida...

- (31) ameaçava machucar as pessoas que a tratavam com desrespeito
- (32) Me disse que a melhor coisa a fazer era atacar fisicamente alguém que havia me ameaçado
- (33) Me disse que as pessoas iriam me pegar se eu não pegasse elas antes
- (34) Me contou histórias sobre bater em pessoas, machucá-las ou matá-las
- (35) Me disse que eu nunca seria tão forte quanto ela
- (36) Me disse que eu deveria fazer qualquer coisa para ganhar minhas lutas
- (37) Me disse que era muito importante ser o vencedor
- (38) Me elogiou quando eu ganhei uma luta

- (39) Me fez sentir orgulhoso por não ter tido medo de brigar
- g) Agora, quando penso em outras pessoas me provocando....**
- (40) Eu me sinto envergonhado
 (41) Eu me sinto confuso
 (42) Eu sinto medo
 (43) Eu sinto que eu mereço isto
- h) Agora, quando eu penso sobre não enfrentar as pessoas próximas de mim**
- (44) Eu me sinto confuso
 (45) Eu sinto medo
- i) Quais destas afirmações melhor descrevem o que você sente agora..**
- (46) É minha responsabilidade me proteger e cuidar das pessoas que me importam
 (47) Quando as pessoas tentam me provocar, eu faço elas pararem
 (48) Quando as pessoas provocam as pessoas que me importam eu faço elas pararem
 (49) Eu vou me proteger, mesmo que eu me machuque
 (50) Eu me orgulho da minha capacidade de me proteger
- j) As pessoas que me conhecem como eu sou atualmente devem...**
- (51) Me dar o que eu quero, porque elas têm medo de mim
 (52) Fazer o que eu mando, sem perguntar o motivo
 (53) Dizer que eu sou perigoso
 (54) Mostrar que têm medo de mim
- k) Quais das afirmações abaixo se aplicam a você?**
- (55) Eu sou perigoso
 (56) Eu gosto de entrar numa briga
 (57) Eu brigo se as pessoas não fazem o que eu digo para ser feito
 (58) Eu ataco alguém se me der vontade de fazer isto
 (59) Eu sinto que estou cheio de ódio

II. *High School Questionnaire, Richmond Youth Study* (adaptado).¹⁰¹

¹⁰¹ O instrumento desenvolvido por Hirschi (2001) é mais amplo do que o empregado em nossa pesquisa e possui algumas questões que dizem respeito exclusivamente à realidade norteamericana e que foram excluídas quando da adaptação do instrumento. As questões aproveitadas do original, com ou sem adaptações, foram as seguintes: **1) In general, do you like or dislike school?** a) Like it, b) Like it and dislike it about equally, c) Dislike it. **2) How do you rate yourself in school ability compared with other students in your school?** a) Among the best, b) Above average, c) About average, d) Below average, e) Among the worst, f) Don't know. **3) How important is getting good grades to you personally?** a) Very important, b) Somewhat important, c) Unimportant, d) I have no idea, e) I don't plan to work when I finish school. **4) Do you have any trouble keeping your mind on your studies?** a) Often, b) Sometimes, c) Almost never. **5) Do you finish your homework?** a) Always, b) Usually, c) Seldom, d) Never, e) We are not given any homework. **6) Do teachers check your**

Experiência na escola

homework? a) Always, b) Usually, c) Seldom, d) Never, e) We are not given any homework. **7) On the average, how much time do you spend doing homework outside school?** a) 3 or more hours a day, b) About 2 hours a day, c) About 1,5 hours a day, d) About 1 hour a day, e) About 1/2 hour a day, f) Less than 1/2 hour a day, g) We are not given any homework. **8) Do you have any trouble finding a quiet place in which to do your homework?** a) Usually, b) Sometimes, c) Never, d) I don't do homework. **9) How many of your teachers seem to care about how well you do in school?** a) Almost all, b) Many, c) A few, d) None. **10) Do you care what teachers think of you?** a) I care a lot, b) I care some, c) I don't care much. **11) Are you one of the leaders in your group of friends?** a) Yes, b) No, c) I have no group of friends at this school. **12) During the last year, did you ever stay away from school just because you had other things you wanted to do?** a) Often, b) A few times, c) Once or twice, d) Never. **13) During the last year, were you cheat on any class test?** a) Often, b) A few times, c) Once or twice, d) Never. **14) During the last year, were you ever sent out of a classroom by a teacher?** a) Often, b) A few times, c) Once or twice, d) Never. **15) Have you ever been picked up by the police?** a) Never, b) Once, c) Twice, d) Three times, e) Four or more times. **16) Have any your close friends eve been picked up by the police?** a) No, b) One friend has, c) Two friends have, d) Three friends have, e) Four or more friends have, f) Don't know. **17) Do you drink beer, wine, or liquor away from home?** If you do, at what age did you first began? a) No, I don't, b) before age 11, c) Age 11, d) Age 12, e) Age 13, f) Age 14, G) Age 15, H Age a6, I) Age 17, J) Age 18 or after. **18) Have you ever taken things of some value that did not belong to you?** a) No, never. B) More than a year ago, c) During the last year, d) During the last year and more than a year ago. **19) Do you date? If you do, at what age did you first begin to date?** a) No, I don't, b) before age 11, c) Age 11, d) Age 12, e) Age 13, f) Age 14, G) Age 15, H Age a6, I) Age 17, J) Age 18 or after. **20) How often do you go to the movies?** a) Three or more times a week, b) once or twice a week, c) Two or three times a month, d) about once a month, e) Less than once a month, f) Almost never, or never. **21) How important is "having a car" to you?** a) It is everything, b) Very important, c) Fairly important, d) Not very important, e) Unimportant. **22) What is the longest trip you have taken outside your city?** a) Have never gobe outside the city limits, b) Have only gone to other Bay Area cities, c) Have only gone to other cities in California, d) Have gone outside the State of California. **23) What is going to happen to me will happen, no matter what I do.** a) Strongly agree, b) Agree, c) Undecided, d) Disagree, e) Strongly disagree. **24) A have no really close friends.** a) Strongly agree, b) Agree, c) Undecided, d) Disagree, e) Strongly disagree. **25) A person should live for today and let tomorrow take care of itself.** a) Strongly agree, b) Agree, c) Undecided, d) Disagree, e) Strongly disagree. **26) I do not have much to be proud of.** a) Strongly agree, b) Agree, c) Undecided, d) Disagree, e) Strongly disagree. **27) I have a lot of trouble controlling my temper.** a) Strongly agree, b) Agree, c) Undecided, d) Disagree, e) Strongly disagree. **28) Do your parents make rules that seem unfair to you?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **29) Do your parents seem to understand you?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **30) Do your parents know where you are when you are away from home?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **31) Do your parents know who you are with when you are away from home?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **32) Do your parents ever ask about what you are doing in school?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **33) Do your parents ever punish you in these ways? By slapping or hitting you?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **34) By calling you bad names?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **35) Do you share your thoughts and feelings with your parents?** Mother: a) Usually, b) Sometimes, c) Never; Father: a) Usually, b) Sometimes, c) Never. **36) Would you like to be the kind of person your mother is?** a) In every way, b) In most ways, c) In some way, d) In just a few ways, e? Not at all. **37) Would you like to be the kind of person your father is?** a) In every way, b) In most ways, c) In some way, d) In just a few ways, e? Not at all.

1) De maneira geral, pensando na sua escola, você...

- a) Gosta/gostava dela b) Não gosta/gostava dela c) Não gosta/gostava nem deixa de gostar

2) Como você acha que é/foi seu desempenho na escola:

- a) Você está/estive entre os melhores alunos
b) Você está/estive acima da média entre os alunos
c) Você está/estive na média dos alunos
d) Você está/estive abaixo da média
e) Você está/estive entre os piores alunos
f) Não sei

3) Na sua opinião, tirar boas notas na escola é/foi:

- e) Muito importante
f) Importante de alguma maneira
g) Pouco importante
h) Nada importante

4) Você acha que as notas tiradas por um aluno são importantes para que ele consiga um emprego melhor?

- f) Sim, acho que são muito importantes para isto
g) Sim, acho que são importantes de alguma maneira
h) Não, acho que não tem nada a ver
i) Eu não planejo conseguir um emprego quando sair da escola
j) Não sei se é importante ou não

5) Você acha que tem alguma dificuldade de concentração para estudar?

- a) Sim, frequentemente b) Algumas vezes c) Quase nunca

6) Você sempre faz/fazia seus temas de casa?

- a) Sempre faço/fiz
b) Normalmente sim
c) Algumas vezes sim
d) Nunca faço/fiz
e) Nunca recebo/recebi temas de casa

7) Seus professores conferem/ conferiam se você faz/fazia seus temas?

- f) Sempre
g) Normalmente sim
h) Algumas vezes
i) Nunca
j) Eles não passam/passavam temas de casa

8) Em média, quanto tempo você passa/passava fazendo seus temas de casa ou estudando?

- f) Três ou mais horas por dia

- g) Cerca de duas horas por dia
 - h) Mais ou menos uma hora por dia
 - i) Menos de uma hora por dia
 - j) Nunca perdi tempo com isto
- 9) **Você tem/teve dificuldades em encontrar um local tranquilo para fazer seus temas de casa ou para estudar?**
- e) Sim, é sempre difícil para mim
 - f) Algumas vezes tive este problema
 - g) Nunca tive este tipo de problema
 - h) Eu não faço/fazia temas de casa
- 10) **Quantos dos seus professores realmente se importavam como você esta/estava indo na escola?**
- a) Quase todos eles
 - b) Muitos deles
 - c) Poucos
 - d) Nenhum
- 11) **Você se importa/importava com o que os professores pensam/pensavam sobre você?**
- o) Eu me importo/importava bastante
 - p) Eu me importo/importava um pouco
 - q) Nunca me importei com isto
- 12) **Em sua experiência na escola, você entende que os professores que você tem/teve são/eram:**
- d) Eles são/eram em sua maioria bons e se esforçam/esforçavam para ensinar
 - e) Eles são/eram em sua maioria maus professores e nem se esforçam/esforçavam para ensinar
 - f) Não sei avaliar
- 13) **Quanto às coisas que são/eram ensinadas você acha que:**
- d) A maioria das coisas que são ensinadas na escola são muito importantes para o futuro dos alunos
 - e) A maioria das coisas que são ensinadas na escola não são importantes para o futuro dos alunos
 - f) Não sei avaliar
- 14) **Na escola – ou na entrada ou saída da escola - você foi alguma vez agredido fisicamente por um ou mais colegas (pontapés, socos, etc)?**
- p) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
 - q) Sim, isto aconteceu muitas vezes comigo
 - r) Não, isto nunca ocorreu comigo
- 15) **Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?**
- a) Não ficaram sabendo
 - b) Ficaram sabendo e me apoiaram
 - c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
 - d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico

e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

16) Na escola - ou na entrada ou saída da escola – você foi alguma vez humilhado, ridicularizado, por um ou mais colegas?

- a) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
- b) Sim, isto aconteceu muitas vezes comigo
- c) Não, isto nunca ocorreu comigo

17) Em caso positivo, assinale o tipo de humilhação que você mais frequentemente sofria:

- a) Tiravam sarro da minha cara, porque eu era pobre
- b) Tiravam sarro da minha cara, me chamando de gay
- c) Tiravam sarro da minha cara, por causa da minha cor
- d) Tiravam sarro da minha cara, por causa das minhas notas
- e) Tiravam sarro da minha cara, por causa de alguma característica física minha
- f) Outro motivo -

18) Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?

- a) Não ficaram sabendo
- b) Ficaram sabendo e me apoiaram
- c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
- d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico
- e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

19) Assinale quais destas alternativas você teve oportunidade de frequentar na escola:

- a) Time de futebol ou de outro esporte coletivo (vôlei, basquete, handball, etc).
- b) Exposição de ciências ou laboratório de ciências
- c) Aulas de informática
- d) Aulas de inglês ou outro idioma estrangeiro
- e) Aula de artes, dança ou música
- f) Exibição de filme
- g) Atletismo
- h) Artes marciais
- i) Xadrez ou outro jogo de tabuleiro
- j) Outra que você gosta/gostava -.....

20) Na escola você sempre teve:

- g) Muitos amigos de verdade
- h) Alguns poucos amigos de verdade
- i) Apenas um ou dois amigos de verdade
- j) Nenhum amigo de verdade

21) Você já “matou aula”, sem que seus pais soubessem, para fazer alguma coisa mais interessante com seus amigos?

- g) Sim, isto aconteceu várias vezes
- h) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
- i) Não, isto nunca aconteceu comigo.

22) Nas provas na escola, você já “colou”?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu comigo.

23) Você já foi mandado para fora da aula por algum professor, por motivo disciplinar?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu comigo.

24) Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?

- a) Não ficaram sabendo
- b) Ficaram sabendo e me apoiaram
- c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
- d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico
- e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

25) Você já teve que trocar de escola por motivo disciplinar?

- a) Sim, isto já aconteceu comigo
- b) Não, isto nunca aconteceu comigo

26) Seus pais já foram chamados à escola por causa de algum comportamento que você teve e que desagradou a direção ou o professor?

- a) Sim, isto aconteceu algumas vezes comigo
- b) Sim, isto aconteceu uma ou duas vezes comigo
- c) Não, isto nunca aconteceu comigo

27) Alguma vez você deixou de ir à escola com medo de ser agredido?

- a) Sim, isto aconteceu algumas vezes comigo
- b) Sim, isto aconteceu pelo menos uma vez comigo
- c) Não, isto nunca aconteceu comigo

28) Você já se envolveu em brigas com colegas na escola?

- a) Sim, muitas vezes
- b) Sim, uma ou duas vezes
- c) Nunca me envolvi em brigas na escola

29) Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?

- a) Não ficaram sabendo
- b) Ficaram sabendo e me apoiaram
- c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
- d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico
- e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

Grupo de amigos

30) Pensando no grupo de seus amigos, na escola ou fora dela, você acha que:

- a) Normalmente foi um dos líderes do grupo
- b) Normalmente não foi um dos líderes do grupo
- c) Não tive um grupo de amigos

31) Pensando no grupo de seus amigos, na escola ou fora dela, você acha que:

- a) O grupo era bem visto pelos adultos de sua comunidade
- b) O grupo era mal visto pelos adultos de sua comunidade
- c) Não sei avaliar como os adultos viam o grupo

32) Pensando no seu grupo de amigos e na sua família, você acha que:

- a) Sua família gostaria de saber que você está com seus amigos em alguma atividade na rua
- b) Sua família não gostaria de saber que você está com seus amigos em alguma atividade na rua
- c) Sua família não se importa em saber com quem você está na rua

33) Para você a opinião do seu grupo de amigos é:

- a) Mais importante do que a opinião de seus pais
- b) Tão importante quanto a opinião de seus pais
- c) Menos importante que a opinião de seus pais

34) Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você já tomou cerveja, cachaça ou outra bebida alcoólica?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu algumas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu

35) Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?

- a) Não ficaram sabendo
- b) Ficaram sabendo e me apoiaram
- c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
- d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico
- e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

36) Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você fumou maconha ou usou outras drogas ilegais?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu algumas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu

37) Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você grafitou paredes ou fez pichações?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu algumas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu

38) Nas vezes em que você esteve com seus amigos fazendo alguma coisa na rua, você furtou/roubou alguma coisa?

- a) Sim, isto aconteceu várias vezes
- b) Sim, isto aconteceu algumas vezes
- c) Não, isto nunca aconteceu

Experiência sexual

39) Você já manteve algum relacionamento sexual?

- a) Sim
- b) Não

40) Em caso positivo, que idade você tinha na primeira experiência?

..... anos

41) Em caso positivo, com quantas meninas você já manteve relação sexual?

- g) Só com minha namorada
- h) Com duas parceiras
- i) Com três parceiras
- j) Com quatro parceiras
- k) Com cinco até dez parceiras
- l) Com mais de dez parceiras

42) Você é pai?

- a) Sim
- b) Não

43) Nas suas experiências sexuais, você usa camisinha?

- e) Quase sempre
- f) Raramente uso
- g) Nunca uso
- h) Não tive experiências sexuais

44) Se você descobrisse que seu melhor amigo é gay...

- a) Isto não mudaria nada minha amizade com ele
- b) Não deixaria de ser amigo dele, mas ele provavelmente não seria mais o meu melhor amigo
- c) Deixaria de ser amigo dele

Contatos com a polícia

45) Antes de vir para a FASE, você já havia sido preso pela polícia? (no caso do grupo de controle, a pergunta será: "Você já foi preso pela polícia?")

- a) Sim, isto já havia acontecido algumas vezes
- b) Sim, isto já havia acontecido duas vezes

- c) Sim, isto já havia acontecido uma vez
- d) Não, isto nunca havia acontecido

46) Em caso positivo, qual foi a atitude de seus pais ?

- a) Não ficaram sabendo
- b) Ficaram sabendo e me apoiaram
- c) Ficaram sabendo, mas não deram importância ao fato
- d) Ficaram sabendo e me deram um tipo de castigo não-físico
- e) Ficaram sabendo e me puniram fisicamente

47) Quantos amigos seus já foram presos pela polícia?

- a) Mais de cinco amigos
- b) Três ou quatro amigos
- c) Um ou dois amigos
- d) Nenhum que eu me lembre

48) Com base na sua experiência, você entende que, nas abordagens policiais:

- a) Os policiais fazem bem o trabalho deles e agem, normalmente, de forma respeitosa e sem violência
- b) Os policiais fazem mal o trabalho deles e agem, normalmente, de forma desrespeitosa e violenta
- c) Não sei avaliar

49) Com base na sua experiência e avaliando a honestidade dos policiais, você acha que:

- a) Os policiais são, em sua maioria, honestos e não aceitam “arrego” ou propina (dinheiro para não fazerem o que a lei obriga)
- b) Os policiais são, em sua maioria, desonestos e aceitam “arrego” ou propina (dinheiro para não fazerem o que a lei obriga)
- c) Não sei avaliar

Auto-imagem, hábitos, opiniões

50) Você gosta de ler?

- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes

51) Você já leu algum livro?

- a) Sim, já li vários
- b) Sim, já li alguns poucos
- c) Sim, já li um livro
- d) Nunca li um livro do começo ao fim

52) Em caso positivo, você lembra um livro do qual tenha gostado muito?

.....

53) Você já foi ao cinema?

- a) Sim, já assisti a vários filmes em cinemas
- b) Sim, já fui algumas poucas vezes ao cinema
- c) Sim, já fui uma vez ao cinema
- d) Nunca fui ao cinema

54) Em caso positivo, você lembra de um filme que tenha gostado muito?

.....

55) O quanto seria importante para você ter um carro?

- a) Seria uma maravilha ter um carro
- b) Seria muito importante
- c) Seria pouco importante
- d) Não seria importante

56) Qual o local mais distante de sua cidade que você já esteve?

- a) Nunca saí de minha cidade
- b) Uma cidade vizinha a minha
- c) Uma cidade do RS que não é vizinha a minha
- d) Uma cidade de outro estado
- e) Uma cidade de outro país na América do Sul
- f) Uma cidade de outro país em outro continente

Assinale o quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações:

57) “Aquilo que é para acontecer comigo, irá acontecer não importa o que eu faça”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

58) “Eu não tenho amigos de verdade, mas apenas conhecidos que se dizem amigos”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

59) “O importante é viver o presente. Não há porque se preocupar com o amanhã”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

60) “Para vencer na vida, devo me preocupar apenas comigo, não com os outros”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

61) “Olhando para minha vida, não tenho nada do que me orgulhar”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

62) “Se eu retomar os estudos e me esforçar muito, sei que poderei trabalhar como qualquer pessoa e ser alguém na vida”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

63) “Há certas pessoas que deveriam ser punidas de forma mais grave. Às vezes, para fazer justiça ou impor respeito é preciso dar uma surra em alguém ou matar quem merece ser morto”.

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

64) “Muitas vezes eu perco a paciência e tenho dificuldade de controlar minhas reações.”

- a) Concordo inteiramente
- b) Concordo em parte
- c) Discordo em parte
- d) Discordo inteiramente
- e) Não sei

Família

65) Pensando na relação com seu pai, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ele, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?

- a) Sim, isto sempre foi possível em nossa relação.
- b) Algumas vezes isto foi possível, mas nunca foi fácil.
- c) Nunca senti que isso fosse possível.
- d) Não tive pai presente.

66) Você entende que seu pai lhe ensinou:

- a) Muita coisa importante para minha vida.
- b) Pouca coisa importante para minha vida.
- c) Nada realmente importante para minha vida.
- d) Não tive pai presente para me ensinar.

67) Você entende que seu pai foi:

- a) Muitas vezes violento comigo.
- b) Algumas vezes violento comigo.
- c) Nunca foi violento comigo.
- d) Não tive pai presente.

68) Você entende que seu pai é:

- a) Um exemplo a ser seguido.
- b) Um exemplo para não ser seguido.
- c) Um bom exemplo em algumas coisas, um mau exemplo em outras.
- d) Alguém que é indiferente para mim.

69) Pensando na relação com sua mãe, você entende que sempre foi possível conversar francamente com ela, dizer o que você pensava e expor seus sentimentos?

- a) Sim, isto sempre foi possível em nossa relação.
- b) Algumas vezes isto foi possível, mas nunca foi fácil.
- c) Nunca senti que isso fosse possível.
- d) Não tive pai presente.

70) Você entende que sua mãe lhe ensinou:

- a) Muita coisa importante para minha vida.
- b) Pouca coisa importante para minha vida.
- c) Nada realmente importante para minha vida.
- d) Não tive mãe presente para me ensinar.

71) Você entende que sua mãe foi:

- a) Muitas vezes violenta comigo.
- b) Algumas vezes violenta comigo.
- c) Nunca foi violenta comigo.
- d) Não tive mãe presente.

72) Você entende que sua mãe é:

- a) Um exemplo a ser seguido.
- b) Um exemplo para não ser seguido.
- c) Um bom exemplo em algumas coisas, um mau exemplo em outras.
- d) Alguém que é indiferente para mim.

73) De uma maneira geral, você entende que seu pai e sua mãe:

- a) Foram normalmente carinhosos e compreensivos.

- b) Foram normalmente pouco carinhosos e compreensivos.
- c) Não foram carinhosos nem compreensivos.
- d) Não sei.

74) Pensando nas regras que seus pais mantinham quanto a sua educação, você entende que:

- a) As regras deles eram, no geral, justas.
- b) As regras deles eram, no geral, injustas.
- c) Em geral, eles não tinham regras claras para mim

75) Normalmente, quando você estava fora de casa, seus pais sempre souberam onde você estava e com quem estava?

- a) Sim, normalmente eles sempre sabiam onde eu estava e com quem eu estava.
- b) Às vezes eles sabiam, mas na maioria das vezes não tinham ideia onde eu estava, nem com quem eu estava.
- c) Eles normalmente não sabiam onde eu estava ou com quem eu estava.

76) Em geral, seus pais acompanhavam e se interessavam por seus estudos?

- a) Sim, eles sempre acompanharam com interesse meu desempenho na escola.
- b) Mais ou menos, às vezes se interessavam, às vezes não.
- c) Nunca se interessaram verdadeiramente por isso.
- d) Não sei.

77) Em sua infância, foi comum seus pais gritarem ou dizerem coisas desagradáveis para você (tipo: “seu burro”, “seu imbecil”, “você é muito feio”, coisas assim).

- a) Não, eles nunca me trataram desta forma.
- b) Sim, isto aconteceu muitas vezes.
- c) Sim, isto aconteceu poucas vezes.
- d) Não sei.

78) Em sua infância, você sentiu medo do seu pai?

- a) Sim, muitas vezes senti medo dele.
- b) Sim, algumas poucas vezes senti.
- c) Não, nunca tive esta experiência.
- d) Não tive pai presente.

79) Em sua infância, você sentiu medo de sua mãe?

- a) Sim, muitas vezes senti medo dela.
- b) Sim, algumas poucas vezes senti.
- c) Não, nunca tive esta experiência.
- d) Não tive mãe presente.